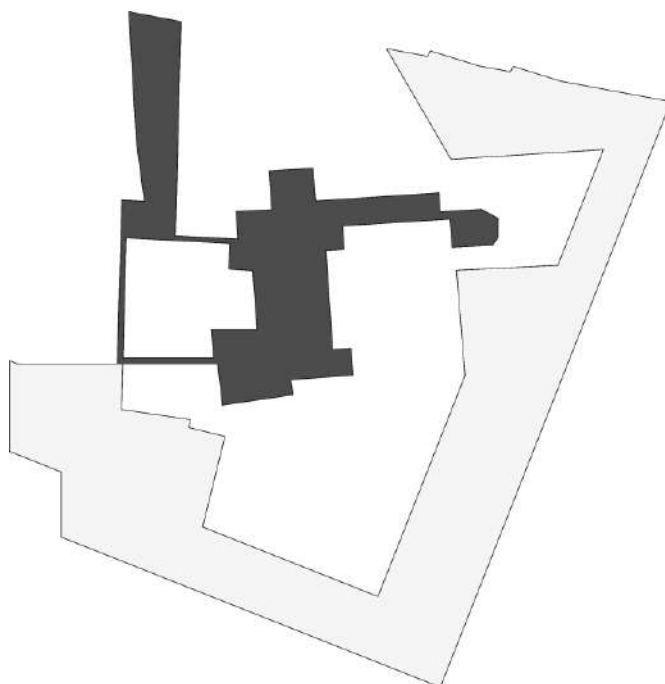


## **O Paço como ‘habitação simbólica’ hierarquizadora de um território na contemporaneidade**

O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



**Marta Isabel Rocha dos Santos**

(Licenciada)

**Projeto Final de Mestrado**

para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

**Orientação Científica**

Professor Doutor António Miguel Neves da Silva Santos Leite

Professor Doutor Paulo Jorge Garcia Pereira

**Júri**

Presidente: Professor Doutor Mário Say Ming Kong

Vogal: Professora Doutora Bárbara Lhansol Massapina Vaz

**Lisboa, FA ULisboa, Março, 2019**

## **O Paço como ‘habitação simbólica’ hierarquizadora de um território na contemporaneidade**

O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial

**Marta Isabel Rocha dos Santos**  
(Licenciada)

**Projeto Final de Mestrado**  
para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

**Orientação Científica:**  
Professor Doutor António Miguel Neves da Silva Santos Leite  
Professor Doutor Paulo Jorge Garcia Pereira

**Júri**  
Presidente: Professor Doutor Mário Say Ming Kong  
Vogal: Professora Doutora Bárbara Lhansol Massapina Vaz

**Lisboa, FA ULisboa, Março, 2019**



**Título**

O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora  
de um território na contemporaneidade

**Subtítulo**

O Paço Real de Belas com polo de reabilitação patrimonial

**Nome**

Marta Isabel Rocha dos Santos

**Orientação Científica**

Professor Doutor António Miguel Neves da Silva Santos Leite  
Professor Doutor Paulo Jorge Garcia Pereira

Projeto elaborado para a obtenção  
do Grau de Mestre em Arquitetura

Lisboa, Março, 2019

## RESUMO

Símbolos da arquitectura doméstica, os Paços medievais provêm das novas formas de pensar e viver o quotidiano, aliado à demonstração e hierarquização do poder senhorial de um tempo medieval.

Em *O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade* desenvolve-se um estudo focado na evolução e principais características dos Paços medievais portugueses como elementos estruturantes do território. Património que caracteriza a identidade e a memória das cidades, mas que muitas vezes, são desvalorizados e/ou deixados ao abandono.

O Paço Real de Belas surge pela importância que adquire na formação e estruturação da vila de Belas e pela própria relevância patrimonial, hoje, é um património “esquecido”, que aliado às questões de despovoamento dos centros históricos, dita a descaracterização na malha urbana.

Deste modo, a componente prática adquire suporte nas questões teóricas desenvolvidas para dar resposta à proposta urbana e arquitectónica. O plano urbano incide sobre a Praça 5 de Outubro, na procura da revitalização do centro histórico de Belas é proposto a requalificação da praça onde o Paço Real de Belas assume lugar de destaque, assim, a nível arquitectónico a valorização do património enquanto elemento de referência do lugar aparece como forma de promover a oferta cultural na sociedade e devolver a identidade local.

## PALAVRAS-CHAVES

Paço | Revitalização | Centro Histórico | Belas | Paço Real de Belas | Centro Cultural

**Title**

The Palace as a 'symbolic dwelling'  
hierarchical of a territory in the contemporaneity

**Subtitle**

The Royal Palace of Belas as patrimonial rehabilitation center

**Name**

Marta Isabel Rocha dos Santos

**Advisers Team**

Professor Doutor António Miguel Neves da Silva Santos Leite  
Professor Doutor Paulo Jorge Garcia Pereira

Project to obtain the Master's Degree in Architecture

Lisbon, January, 2019

## **ABSTRACT**

Symbols of domestic architecture, the medieval Palaces come from new ways of thinking and living the daily life, allied to the demonstration and hierarchy of the manorial power of a medieval time.

In *The Palace as a 'symbolic dwelling' hierarchical of a territory in the contemporaneity*, a study is developed focusing on the evolution and main characteristics of the portuguese medieval Palaces as structuring elements of the territory, heritage that characterizes the identity and the memory of the cities, but that often are devalued and/or left to abandonment.

The Royal Palace of Belas emerges, from the importance it acquires, in the formation and structuring of the village of Belas and from its own heritage relevance. Today, it is a "forgotten" heritage, which adds to the issues of depopulation of historic centers, given the decharacterization in the urban fabric.

In this way, the practical component acquires support in the theoretical questions developed to respond to the urban and architectural proposal. The urban plan is focused on Praça 5 de Outubro, in search of a revitalization of the historic center of Belas. The proposal will be based on the requalification of the square, turning the Royal Palace into a prominent place.

Therefore, on the architectural level, the valuation of heritage as a reference point of the place appears as a way of promoting the cultural offer in society and returning the local identity.

## **KEYWORDS**

Palace | Revitalization | Historic Center | Belas | Royal Palace of Belas | Cultural Center



## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais e irmã

por todo o apoio em todos os momentos da minha vida e pela confiança e incentivo desde o primeiro dia do percurso académico. Em especial à minha mãe e à minha irmã pela dedicação nos momentos mais difíceis.

Aos meus orientadores

Ao professor António Leite pela orientação, disponibilidade e interesse ao longo de todo o trabalho e pelo conhecimento transmitido em todas as conversas.

Ao professor Paulo Pereira pela disponibilidade, carinho e interesse que demonstrou no trabalho desde o primeiro dia.

Aos meus amigos

que fizeram este percurso comigo, pelos momentos de trabalho e cansaço e por todos os momentos de descontração, diversão e aprendizagem, que deram motivação para continuar. Em especial à Laila pela amizade e apoio na recta final deste percurso.

À Sociedade Agrícola e Abastecedora Sagrial Lda

Pelo interesse e apoio no trabalho, em especial ao Arquitecto José Vitorino pela disponibilidade na visita à Quinta e ao Paço, pela partilha de conhecimentos e simpatia durante toda a visita.

À Biblioteca Municipal de Sintra

pela ajuda na recolha e fornecimento de informação para o trabalho.



## ÍNDICE

<b>1   INTRODUÇÃO</b>	2
1.1   Enquadramento e Objectivos	4
1.2   Metodologia	6
1.3   Organização e estrutura	8
<b>2   O PAÇO COMO ELEMENTO HIERARQUIZADOR DO TERRITÓRIO</b>	12
2.1   A origem e significado do Paço medieval	12
2.2   A construção de Paços Medievais a partir do século XV	25
2.2.1 A dinastia de Avis e os novos Paços	25
2.2.2 Paços rurais e Paços urbanos	30
2.2.3 Morfologia e organização do espaço	36
<b>3   A CULTURA COMO ESTRATÉGIA DE REVITALIZAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS</b>	56
3.1   Reabilitação e preservação do património	56
3.2   A importância da regeneração nos centros históricos	60
3.3   Estratégias de revitalização através da cultura	63
<b>4   CASOS DE ESTUDO</b>	66
4.1   Paço dos Henriques em Alcáçovas, Portugal	67
4.2   Torre Madariaga Centro Basco da Biodiversidade em Busturia, Espanha	71
4.3   Sede do Parque Natural do Fogo, Cabo Verde	75
<b>5   BELAS. <i>Um recanto do Minho</i></b>	80
5.1   Análise Histórico-Cultural	81
5.1.1 Do pré-histórico ao período romano	82
5.1.2 O domínio senhorial e a burguesia	93
5.1.3 O declínio	95
5.2   Análise Urbana	96
5.2.1 Os montes e os vales férteis	97
5.2.2 A Igreja e o Palácio	100
5.3   Análise Social	109
<b>6   PAÇO REAL DE BELAS</b>	114
6.1   História e evolução	114
6.2   Estrutura, forma e ornamentação	120
<b>7   PROPOSTA DE UM CENTRO CULTURAL PARA O PAÇO REAL DE BELAS</b>	142
7.1   A cultura como intervenção arquitectónica	142
7.2   Desenho urbano	146
7.3   Desenho projecto	150
7.3.1 Programa	156
<b>8   CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	162
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	166
<b>ANEXOS</b>	174





## ÍNDICE DE FIGURAS

### 2| O PAÇO COMO ELEMENTO HIERARQUIZADOR DO TERRITÓRIO

**1.** Paço Real de Sintra. *Livro Das Fortalezas* de Duarte de Armas. 1510.  
*In* Duarte de Armas, *Livro Das Fortalezas*, 1510.

**2.** Símbolos máximos do poder senhorial, as fortalezas dominavam a paisagem estruturando o território envolvente. *Très Riches Heures du Duc de Berry*. Irmãos Limbourg. 1412-1416.  
*In* <http://carlosalexandrehistoriador.blogspot.com/2011/08/irmaos-limbourg.html>

**3.** Castelo de Melgaço, na viragem do séc. XIX para o séc. XX. Arquivo histórico de Lisboa. 1890.  
*In* <http://entreominhoeaserra.blogspot.com/2016/05/melgaco-e-seu-lugar-na-historia-de.html>

**4.** Planta actual do castelo de Pombal. Com a torre de menagem no interior das muralhas. D.G.E.M.N. 2016.  
*In* [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3279](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3279)

**5.** Torre de menagem em Melgaço. Pedro Castro. 2015.  
*In* <https://www.visitarportugal.pt/distritos/d-viana-castelo/cm/gaco/melgaco/castelo>

**6.** Vista aérea do castelo de Melgaço. Autor desconhecido. 2018.  
*In* <http://www.altominho.tv/site/2018/04/16/alunos-de-melgaco-viajam-ate-a-epoca-medieval/>

**7.** Aldeia de Monsanto. Estruturação territorial a partir de várias sedes de poder senhorial. *Livro Das Fortalezas* de Duarte de Armas. 1510.  
*In* [https://pt.wikipedia.org/wiki/Livro\\_das\\_Fortalezas#/media/File:Livro\\_das\\_Fortalezas\\_62-\\_Monsanto.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Livro_das_Fortalezas#/media/File:Livro_das_Fortalezas_62-_Monsanto.jpg)

**8.** Outra *Fortis Domus* na aldeia de Monsanto, perto da sede do poder senhorial. *Livro Das Fortalezas* de Duarte de Armas. 1510  
*In* [https://pt.wikipedia.org/wiki/Livro\\_das\\_Fortalezas#/media/File:Livro\\_das\\_Fortalezas\\_62-\\_Monsanto.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Livro_das_Fortalezas#/media/File:Livro_das_Fortalezas_62-_Monsanto.jpg)

**9.** Planta do piso térreo da Torre de Refóios. *Solares Portugueses*, Carlos de Azevedo. 1988.  
*In* Carlos de Azevedo, *Solares Portugueses*, 1988.

**10.** Interior da Torre de Penagate. DGPC. 1996.  
*In* <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/>

**11. Fotografia dos amigos Ribeira-Lima tirada junto à Torre de Refóios.1922.**

*In* <https://miscastillos.blog/2018/05/28/torres-senhoriales-ponte-de-lima-1-torre-de-refoios/>

**12. Torre de Penegate. Desenho a tinta da china. Autor desconhecido. 1994.**

*In* <https://sites.google.com/site/luisgavina/TorredePenegate.jpg>

**13. Fachada nascente da Torre de Penegate, com a entrada e o vão do piso nobre. DGPC. s/d.**

*In* <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71729/>

**14. Pormenor do balcão no piso nobre com matacões, na fachada poente, da Torre de Penegate. Rui Pinto. 2012.**

*In* <https://www.geocaching.com/seek/gallery.aspx?guid=65b6b115-b734-4411-94dd-5c47258e36dd>

**15. Pormenor da porta de arco quebrado da Torre de Refóios. DGPC. 2001.**

*In* [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6215](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6215)

**16. Vista geral da Torre de Penegate. Rui Pinto. 2014.**

*In* <https://www.geocaching.com/seek/gallery.aspx?guid=65b6b115-b734-4411-94dd-5c47258e36dd>

**17. Vista geral da Torre de Refóios. DGPC. 2001.**

*In* [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6215](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6215)

**18. Vista geral da Torre de Dornelas. Autor desconhecido. 2011.**

*In* <https://poesia2010.wordpress.com/2011/04/15/patrimonio-local-dornelas/>

**19. Alçado Norte da Torre de Giela, com a porta de arco quebrado e a janela que marca o piso nobre. D.G.E.M.N. 1990.**

*In* [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3605](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3605)

**20. Plantas do piso nobre e do piso térreo da Torre de Giela. D.G.E.M.N. 1990.**

*In* [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3605](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3605)

**21. Vista geral da Torre de Giela. Rafael Lara. s/ d.**

*In* <https://miscastillos.blog/2018/05/20/torres-senhoriales-arcos-de-valdevez-2-paco-de-giela/>

**22. Alçado Norte da Torre de Giela. Cristiano Martins. 2012.**

*In* <https://vistasemvoltas.blogspot.com/2013/03/?view=classic>

**23. Vista geral da Torre de Quintela. Autor desconhecido. s/ d.**

*In* <https://quintasaomartinho.com/guia-turistico/?lang=en>

- 24.** Alçado Norte da Torre de Quintela, marcado pela entrada e o balcão do piso nobre. Carlos Silva. 2011.  
*In* <https://cincodemaio.blogs.sapo.pt/381823.html>
- 25.** Corte da Torre de Quintela. D.G.E.M.N. 1983.  
*In* [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5939](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5939)
- 26.** Plantas de todos os pisos da Torre de Quintela. D.G.E.M.N. 1983.  
*In* [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5939](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5939)
- 27.** Paço de Gomariz, em Braga. Charlie. 2016.  
*In* <https://charlienaterradonunca.com/2016/05/06/escapadinhas-cheias-de-arquitectura/torre-de-gomariz-wine-spa-hotel-vila-verde/>
- 28.** Planta do Paço de Gomariz. *Solares Portugueses*, Carlos de Azevedo. 1988.  
*In* Carlos de Azevedo, *Solares Portugueses*, 1988.
- 29.** Planta da colina palatina. P. Corbellini. 1925.  
*In* <https://www.antiquemapsandprints.com/rome-palatino-1925-map-40747-p.asp>
- 30.** Palácio Normando em Palermo. Autor desconhecido. s/d.  
*In* <http://www.blognavazquez.com/2010/03/13/capilla-palatinapalermo/>
- 31.** Modelo de uma capela carolíngia. Autor desconhecido. 2008.  
*In* <https://www.alamy.es/imagenes/carolingian-architecture.html>
- 32.** Capela Palatina em Aachen. F. Lirola. 2014.  
*In* <http://porelamordelart.blogspot.com/2014/11/la-arquitectura-carlingia.html>
- 33.** Paço Santa María del Naranco, em Oviedo. Autor desconhecido. 2014.  
*In* <https://www.libertaddigital.com/fotos/los-40-monumentos-mas-conocidos-de-espana-chic-1007197/monumentos-naranco.jpg.html>
- 34.** Alçado do Paço Santa María del Naranco. Autor desconhecido. s/d.  
*In* [https://www.udc.es/dep/com/castellano/arte\\_virtual/fichas/prerromanico/asturiano/arquitectura/arqasturiana\\_ficha02\\_p01.html](https://www.udc.es/dep/com/castellano/arte_virtual/fichas/prerromanico/asturiano/arquitectura/arqasturiana_ficha02_p01.html)
- 35.** Modelo tridimensional do Paço Santa María del Naranco. Autor desconhecido. s/d.  
*In* [https://www.udc.es/dep/com/castellano/arte\\_virtual/fichas/prerromanico/asturiano/arquitectura/arqasturiana\\_ficha02\\_p01.html](https://www.udc.es/dep/com/castellano/arte_virtual/fichas/prerromanico/asturiano/arquitectura/arqasturiana_ficha02_p01.html)
- 36.** Batalha de Aljubarrota. *Crónica de Grã-Bretanha* de Jean de Wavrin. 1445.  
*In* <http://setepedadosmortais.blogspot.com/2014/08/a-batalha-de-aljubarrota.html>

**37. Retrato de D. João I, Mestre de Avis. Autor desconhecido. Século XV.**

In [https://www.europeana.eu/portal/pt/record/02030/MatrizNet\\_Objectos\\_ObjectosConsultar.aspx\\_IdReg\\_251353.html](https://www.europeana.eu/portal/pt/record/02030/MatrizNet_Objectos_ObjectosConsultar.aspx_IdReg_251353.html)

**38. Festin d'apparat. *Histoire d'Olivier de Castille et d'Artus d'Algarbe*. 1474.**

In [http://expositions.bnf.fr/fouquet/grand/gastro\\_03.htm](http://expositions.bnf.fr/fouquet/grand/gastro_03.htm)

**39. Terreiro do Paço da Ribeira. Dirk Stoop. 1650.**

In <http://www.museudelisboa.pt/en/pieces/detail/news/terreiro-do-paco-no-seculo-xvii.html>

**40. Paço de Leiria. Desenho de J. R. Cristino. 1894.**

In <http://abuscapelasabedoria.blogspot.com/2015/06/quem-reconstruiu-o-castelo-de-leiria.html>

**41. Distribuição dos senhorios durante a Idade Média. Adaptado de Oliveira Marques. *História de Portugal*. 1973.**

In <https://pt.slideshare.net/vmsantos/02-histria-arevisesmdulo2>

**42. Fachada Este do Paço Condes de Barcelos ou Paço Duques de Bragança em Barcelos. DGPC. 2005.**

In [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1925](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1925)

**43. Paço Condes de Barcelos ou Paço Duques de Bragança em Barcelos. D.G.E.M.N. s/d.**

In [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1925](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1925)

**44. Paço de Xabregas. *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa* de Francisco de Holanda. 1571.**

In <http://lisboadeantigamente.blogspot.com/2015/11/convento-de-santa-maria-de-jesus-ou.html>

**45. Fachada Sul do Paço do Marquês de Ponte de Lima. CM Ponte de Lima. s/d.**

In <http://www.visitepontedelima.pt/pt/turismo/paco-do-marques/>

**46. Fachada principal (Norte) do Paço do Marquês de Ponte de Lima. CM Ponte de Lima. 2017.**

In [http://www.cm-pontedelima.pt/pages/941?news\\_id=3022](http://www.cm-pontedelima.pt/pages/941?news_id=3022)

**47. Fachada principal (Nascente) do paço da Serra D'el-Rei em Peniche. JF Serra D'el Rei. 2018.**

In <https://www.noticiasaoiminuto.com/cultura/952470/museu-dedicado-a-d-pedro-e-ines-de-castro-e-inaugurado-em-peniche>

- 48.** Detalhe das muralhas do castelo e do Paço Real da Alcáçova de Lisboa. *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão. 1505.  
*In* <http://www.lisbonstopover.com/?p=3656>
- 49.** Vestígios da Alcáçova no interior das muralhas do castelo de S. Jorge. Julien G. 2017.  
*In* <http://coinsdumonde2.blogspot.com/2017/06/portugal-lisbonne-le-chateau-saint.html>
- 50.** Sala com arcos ogivais do Paço da Alcáçova de Lisboa. EGEAC. 2010.  
*In* <http://castelodesaojorge.pt/pt/servicos/eventos-empresa/>
- 51.** Torre de menagem e Paço Real medieval de Estremoz. Autor desconhecido. s/d.  
*In* [https://www.turismomilitar.pt/index.php?lang=de&s=pois&id=70&title=Die\\_Kapelle\\_K%C3%B6nigin\\_Santa\\_Isabel](https://www.turismomilitar.pt/index.php?lang=de&s=pois&id=70&title=Die_Kapelle_K%C3%B6nigin_Santa_Isabel)
- 52.** Paços do concelho de Estremoz. Edificado, provavelmente no século XIV, no reinado de D. Afonso IV. Autor desconhecido. s/d.  
*In* <https://www.allaboutportugal.pt/en/estremoz/monuments/paco-real-dom-dinis>
- 53.** Pormenor da varanda do edifício dos Paços do concelho com arcos em ogiva. Autor desconhecido. 2017.  
*In* [https://www.tripadvisor.pt/LocationPhotoDirectLink-g189105-d7242519-i245262382-Pacos\\_medievais\\_do\\_Concelho\\_EstremozEstremoz\\_Evora\\_District\\_Alentejo.html](https://www.tripadvisor.pt/LocationPhotoDirectLink-g189105-d7242519-i245262382-Pacos_medievais_do_Concelho_EstremozEstremoz_Evora_District_Alentejo.html)
- 54.** Paço Episcopal de Braga. Autor desconhecido. 2017.  
*In* <https://www.google.pt/maps/place/Antigo+Pa%C3%A7o+Arquiepiscopal/>
- 55.** Vista geral do Paço de Giela. CM Arcos de Valdevez. 2018.  
*In* <http://pacodegiela.cmav.pt/>
- 56.** Alçado principal (poente) e planta do piso térreo do Paço de Giela. *Solares Portugueses*, Carlos de Azevedo. 1988.  
*In* Carlos de Azevedo, *Solares Portugueses*, 1988.
- 57.** Vista geral da Casa do Castro. Autor desconhecido. s/d.  
*In* <http://www.gerescasas.com/aluguer/casa-rural-amares-casa-de-caseiros-castelo-do-castro-166653.html>
- 58.** Vista geral do Paço dos Barbosa em 1972. DGPC. 1972.  
*In* [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3477](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3477)
- 59.** Vista geral do Paço dos Barbosa. CM Ponte de Lima. 2018.  
*In* <http://guia-viagens.aeiou.pt/casa-torreada-barbosa-aranha/>

**60.** Vista geral do Paço de Giela na primeira metade do século XX. *Palácios e Solares Portuguezes*, Gustavo de Matos Sequeira. 1980.

In <http://www.incomunidade.com/v34/art.php?art=306>

**61.** Vista geral do Paço de Giela em 1996. Autor desconhecido. 1996.

In <http://cidadeinfinita.blogspot.com/2015/12/paco-da-giela.html>

**62.** Fachada principal (poente) do Solar do Requeijo. *Casas Senhoriais Portuguesas*, Francisco de Azeredo. 1978.

In <https://br.pinterest.com/pin/421157002633566349/?lp=true>

**63.** Planta da cobertura do Solar do Requeijo. D.G.E.M.N. 1974.

In [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3614](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3614)

**64.** Vista geral do Solar dos Távora. Desenho de Jorge Braga da Costa em *Casas Senhoriais do Distrito de Braga*. 1945.

In [https://www.geocaching.com/geocache/GC38765\\_o-elefante-dos-tavoras?guid=753d95d3-4609-4ab5-a080-8df9763220b9](https://www.geocaching.com/geocache/GC38765_o-elefante-dos-tavoras?guid=753d95d3-4609-4ab5-a080-8df9763220b9)

**65.** Planta da cobertura do Solar dos Távora. D.G.E.M.N. s/d.

In [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2932](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2932)

**66.** Vista geral do Paço dos Pinheiros. D.G.E.M.N. 2005.

In [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=772](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=772)

**67.** Vista geral da Torre de Aguiã. Autor desconhecido. s/d.

In <http://www.portoenorte.pt/pt/o-que-fazer/torre-de-aguia/>

**68.** Planta da Torre de Aguiã, com a torre assinalada ao centro. DGPC. 1943.

In [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3613](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3613)

**69.** Vista geral da Casa de Amoreira da Torre. Amoreira da Torre. 2015.

In <https://www.outwine.com/pt-PT/producers/amoreira-da-torre>

**70.** Alçado principal (nascente) da Casa de Amoreira da Torre. Amoreira da Torre. 2015.

In <https://www.amoreiradatorre.com/>

**71.** Vista geral do Paço de Curutelo. Autor desconhecido. s/d.

In <https://mapio.net/pic/p-7576132/>

**72.** Ilustração da vista parcial do Paço Real de Sintra, ainda com o muro que dava acesso ao pátio interior. Arquivo CM Sintra. s/d.

In [http://arquivoonline.cmsintra.pt/results?p0=\\*&o0=1&v0=pal%C3%A1cio+de+sintra&m0=False&s=Rank&sd=False&p=18](http://arquivoonline.cmsintra.pt/results?p0=*&o0=1&v0=pal%C3%A1cio+de+sintra&m0=False&s=Rank&sd=False&p=18)

**73.** Vista aérea do Paço Real de Sintra. CM Sintra. 2017.

In <http://www.sintraromantica.net/pt/monumentos/palacio-nacional-de-sintra#prettyPhoto>

**74.** Planta de Sintra em 1850. Arquivo CM Sintra. 1850.

In <http://arquivoonline.cm-sintra.pt/viewer?id=48253&FileID=32299>

**75.** Ilustração com o Paço Real de Sintra a partir do largo D. Amélia, ainda com o muro e entrada que dava acesso ao pátio interior. Arquivo CM Sintra. s/d.

In <http://palacio-de-sintra.blogspot.com/2012/05/fonte-dos-amores-em-sintra-com.html>

**76.** Largo Rainha D. Amélia. Arquivo CM Sintra. s/d.

In <https://blackcrowes.blogs.sapo.pt/12258.html>

**77.** Jardim dos Príncipes. Autor desconhecido. 2013.

In <https://media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-s/04/3d/fb/8b/palacio-nacional-de-sintra.jpg>

**78.** Planta geral do Paço Real de Sintra, com identificação das diferentes épocas de construção do paço. História da Construção, CITCEM. 2013.

In CITCEM, *História da construção*, 2013.

**79.** Planta do piso térreo do Paço Sempre Noiva. Sem escala. *Paços Medievais Portugueses*, José Custódio Vieira da Silva. 1995.

In José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, 1995.

**80.** Vista aérea da quinta onde se insere o Paço Sempre Noiva. Sem escala. Adaptado pela autora do google earth. 2018.

In google earth, 2018.

**81.** Desenho do Paço Sempre Noiva segundo Albrecht Haupt. A *Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Albrecht Haupt. 1986.

In <https://i.pinimg.com/originals/7f/ec/5d/7fec5dc7e715ae6e46d36a1d16fd6b50.jpg>

**82.** Desenho da fachada poente do Paço Sempre Noiva segundo Albrecht Haupt. A *Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Albrecht Haupt. 1986.

In Albrecht Haupt, *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, 1986.

**83.** Fachada principal (sul) do Paço Sempre Noiva, tirada a partir do pátio. DGPC. 1949.

In [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2757](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2757)

**84.** Vista geral do Paço Sempre Noiva. Fotografia de Rui Antunes. 2015.

In <https://sites.google.com/site/evoraeseusarredores/solar-da-sempre-noiva>

**85.** Planta do piso térreo do Paço Água de Peixes. Sem escala. *Solares Portugueses*, Carlos de Azevedo. 1988..

In Carlos de Azevedo, *Solares Portugueses*, 1988.



**86.** Vista aérea da quinta onde se insere o Paço Água de Peixes. Sem escala. Google earth. 2013.

*In google earth, 2018.*

**87.** Terreiro fronteiro e porta do Paço Água de Peixes. D.G.E.M.N. s/d.

*In <http://www.filorbis.pt/colombo/indexPTColomboPortDest.html>*

**88.** Fachada Norte, à direita, e terreiro fronteiro, à esquerda, do Paço Água de Peixes. Fotografia tirada do pátio de entrada. Autor desconhecido. s/d.

*In <https://seralentejano.blogspot.com/2016/06/alvito-solar-de-agua-de-peixes-patio.html>*

**89.** Pátio interior. Autor desconhecido. Anos 60.

*In <http://www.filorbis.pt/colombo/indexPTColomboPortDest.html>*

**90.** Vista geral do Paço Água de Peixes com a porta para o pátio de entrada, a partir do largo do cruzeiro. Autor desconhecido. 2004.

*In [https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81guas\\_de\\_Peixe](https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81guas_de_Peixe)*

**91.** Alçado Este do Paço de Leiria, na época de D. João I. Relação do paço com o terreno. D.G.E.M.N. Século XIX.

*In [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3312](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3312)*

**92.** Alçado principal (sul) do Paço de Leiria, na época de D. João I (século XIV). DGPC. Século XIX.

*In <http://arqarqt.revistas.csic.es/index.php/arqarqt/article/view/217/339>*

**93.** Planta do piso nobre do Paço de Leiria. D.G.E.M.N. Século XIX.

*In [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3312](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3312)*

**94.** Planta do conjunto do castelo de Leiria. Planta adaptada pela autora da DGPC. 2018.

*In [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3312](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3312)*

**95.** Vista aérea de todo o conjunto do castelo de Leiria, com o paço no canto inferior. Google earth. 2018.

*In google earth, 2018.*

**96.** Varanda da fachada principal (sul) do Paço de Leiria. Cristina Pereira. 2013.

*In <https://media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-s/04/81/3a/d5/castelo-de-leiria.jpg>*

**97.** Torre de menagem do castelo de Leiria. António Ginja. 2017.

*In <http://arqarqt.revistas.csic.es/index.php/arqarqt/article/view/217/339>*

**98.** Fachada Norte do Paço de Leiria e a sua vista sobre a cidade. Autor desconhecido. 2016.

In <https://quintaalvesdematos.pt/category/noticias/historicas/>

**99.** Fachada principal (sul) do Paço de Leiria, construído sobre a cerca e com a torre de menagem ao fundo. Autor desconhecido. 2017.

In <https://www.europcar.be/nl/kantoren/portugal/leiria>

**100.** Vista geral do Paço de Ourém. Correio do Ribatejo. 2018.

In <https://correiodoribatejo.pt/castelo-de-ourem-recebe-em-agosto-espectaculo-de-danca-que-pede-vagar/>

**101.** Vista geral do Paço de Porto de Mós. Rafael Lara. 2017.

In <https://asenhoradomonte.wordpress.com/2013/01/14/1609/castelo-de-porto-de-mos/#main>

**102.** Corte longitudinal do Paço de Ourém. *Paços Medievais Portugueses*, José Custódio Vieira da Silva. 1995.

In José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, 1995.

**103.** Torre principal e ao fundo torres dianteiras do Paço de Ourém. Bruna soares. 2017.

In <https://www.dicasdelisboa.com.br/2016/11/castelo-de-ourem-em-portugal.html>

**104.** Planta do piso térreo da torre principal e das torres dianteiras do Paço de Ourém. *Paços Medievais Portugueses*, José Custódio Vieira da Silva. 1995.

In José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, 1995.

**105.** Fachada principal (sul) do Paço de Ourém. CM Ourém. 2016.

In <https://correiodoribatejo.pt/castelo-de-ourem-recebe-em-agosto-espectaculo-de-danca-que-pede-vagar/>

**106.** Planta do piso térreo do Paço de Porto de Mós. *Paços Medievais Portugueses*, José Custódio Vieira da Silva. 1995.

In José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, 1995.

**107.** Degradação do Paço de Porto de Mós em 1930. As obras de restauro começam em 1940. D.G.E. M.N. 1930.

In Luís Carlos Serrão Gil, *O Castelo de Porto de Mós: da arqueologia a arquitectura uma visão de complementaridade*, 2011.

**108.** Varanda da fachada principal (sul) do Paço de Porto de Mós. Rafael Lara. 2017.

In <https://miscastillos.blog/2017/12/23/castelo-de-porto-de-mos/>

**109.** Facha principal (sul) do Paço de Porto de Mós. Autor desconhecido. 2013.

*In* <https://asenhoradomonte.wordpress.com/2013/01/14/1609/castelo-de-porto-de-mos/#main>

**110.** Capela do Paço da Sempre-Noiva. Xana Rosado. 2007.

*In* <http://arraiolosbranquinha.blogspot.com/2007/03/solar-da-sempre-noiva.html>

**111.** Capela do Paço Água de Peixes. Luís Isidro. 2013.

*In* <https://www.google.pt/maps/place/Solar+de+%C3%81gua+de+Peixes/>

**112.** Capela de Nossa Senhora da Pena, do Paço de Leiria. Autor desconhecido. 2004.

*In* [http://www.tomasradil.net/Photos/PT\\_2004/04-04-09.htm](http://www.tomasradil.net/Photos/PT_2004/04-04-09.htm)

**113.** Fachada sul da Torre de Aguiã. António Andrade. s/d.

*In* <https://hiveminer.com/Tags/quinta%2Ctorre>

**114.** Sala principal do piso nobre do Paço de Leiria. Autor desconhecido. 2012.

*In* <https://www.fotopaíses.com/foto/372500>

**115.** Uma das câmaras do Paço de Leiria. Braulio Patrício. 2018.

*In* google earth, 2018.

**116.** Sala principal do piso nobre do Paço de Sintra. Autor desconhecido. 2015.

*In* <https://www.ambitur.pt/palacio-de-sintra-com-abertura-noturna-marca-20-anos-de-sintra-como-patrimonio-mundial-da-unesco/>

**117.** Loggia do Paço de Sintra. Tauromaquia. 2010.

*In* <http://turomaquia.com/palacio-nacional-de-sintra-%E2%80%93-uma-bela-mistura-de-estilos/>

**118.** Sala dos Archeiros no Paço de Sintra. Uma das câmaras promovidas no reinado de D. Manuel I. Arquivo CM Sintra. s/d

*In* Arquivo CM Sintra

**119.** Sala das Pegas no Paço de Sintra. Uma das câmaras promovidas no reinado de D. João I. Manuel Nunes. 2012.

*In* <http://comolhosdeler.blogspot.com/2012/12/as-pegas-de-sintra.html>

### **3| A CULTURA COMO ESTRATÉGIA DE REVITALIZAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS**

**120.** Aspecto do Paço de Leiria segundo projecto de Ernesto Korrodi. CM Leiria. 2018.

*In* [https://www.cm-leiria.pt/frontoffice/pages/673?event\\_id=1809](https://www.cm-leiria.pt/frontoffice/pages/673?event_id=1809)

**121.** Desenho de John Ruskin da Capela de Roslin. John Ruskin. 1838

*In* <http://www.victorianweb.org/painting/ruskin/drawings/46.html>

**122.** Museu de Castelvecchio, Carlo Scarpa. Autor desconhecido. 2007.

*In* <http://www.flickrriver.com/photos/14173242@N02/2066472850/>

**123.** Dimensões de Intervenção da Revitalização Urbana. “A Revitalização Urbana – contributos para a definição de um conceito operativo”, Moura, Dulce; Guerra, Isabel; Seixas, João; Freitas, Maria João; 2005.

### **4| CASOS DE ESTUDO**

**124.** Esboços do Paço dos Henriques, fachada principal (norte). Arq. José Ramalho. 2014.

*In* <https://www.archilovers.com/projects/194196/reabilitacao-do-paco-dos-henriques.html>

**125.** Vista geral do Paço dos Henriques, com a entrada do paço na fachada principal (norte). CM Viana do Castelo. 2016.

*In* <http://www.conhecerahistoria.pt/?d=325&da=3&fa=Alc>

**126.** Praça da República e ao fundo a fachada principal do Paço (norte). Autor desconhecido. 2016.

*In* [https://www.tripadvisor.pt/LocationPhotoDirectLink-g312706-d7185239-i219871035-Paco\\_dos\\_Henriques\\_AlacovasAlacovas\\_Evora\\_District\\_Alentejo.html](https://www.tripadvisor.pt/LocationPhotoDirectLink-g312706-d7185239-i219871035-Paco_dos_Henriques_AlacovasAlacovas_Evora_District_Alentejo.html)

**127.** Pátio murado do Paço. CM Viana do Castelo. 2016.

*In* <http://www.conhecerahistoria.pt/?d=325&da=3&fa=Alc>

**128.** Paço dos Henriques em 1930, a partir da rua do paço. CM Viana do Castelo. 1930.

*In* <https://omelhoralentejodomundo.blogspot.pt/2015/01/postais-antigos-de-alcacovas.html?m=1>

**129.** Paço dos Henriques, a partir da rua do paço. Autor desconhecido. 2016.

*In [https://www.tripadvisor.pt/LocationPhotoDirectLink-g312706-d7185239-i219871080-Paco\\_dos\\_Henriques\\_Alacovas-Alacovas\\_Evora\\_District\\_Alentejo.html](https://www.tripadvisor.pt/LocationPhotoDirectLink-g312706-d7185239-i219871080-Paco_dos_Henriques_Alacovas-Alacovas_Evora_District_Alentejo.html)*

**130.** Vista aérea do Paço dos Henriques. DGPC. 2016.

*In <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73830/>*

**131.** Pátio interior de apoio à cafetaria. Arq. José Ramalho. 2016.

*In <https://www.archilovers.com/projects/194196/reabilitacao-do-paco-dos-henriques.html>*

**132.** Interior do Paço. Arq. José Ramalho. 2016.

*In <http://www.archilovers.com/projects/194196/reabilitacao-do-paco-dos-henriques.html>*

**133.** Interior do Paço. Pormenor de um vão. Arq. José Ramalho. 2016.

*In <https://www.archilovers.com/projects/194196/reabilitacao-do-paco-dos-henriques.html>*

**134.** Planta do piso superior. Sem escala. Arq. José Ramalho. 2016.

*In <http://www.anteprojectos.com.pt/2013/11/27/reutilizacao-do-paco-dos-henriques-capela-nossa-senhora-da-conceicao-e-jardins/>*

**135.** Planta do piso intermédio. Sem escala. Arq. José Ramalho. 2016.

*In <http://www.anteprojectos.com.pt/2013/11/27/reutilizacao-do-paco-dos-henriques-capela-nossa-senhora-da-conceicao-e-jardins/>*

**136.** Planta do piso térreo. Sem escala. Arq. José Ramalho. 2016.

*In <http://www.anteprojectos.com.pt/2013/11/27/reutilizacao-do-paco-dos-henriques-capela-nossa-senhora-da-conceicao-e-jardins/>*

**137.** Corte longitudinal. Sem escala. Arq. José Ramalho. 2016.

*In <http://www.anteprojectos.com.pt/2013/11/27/reutilizacao-do-paco-dos-henriques-capela-nossa-senhora-da-conceicao-e-jardins/>*

**138.** Torre Madariaga antes de ser reabilitada. Autor desconhecido. s/d.

*In <http://zaindezagunurdaibai.blogspot.com/2016/02/el-feismo-que-nos-amenaza.html>*

**139.** Vista aérea da Torre Madariaga. Relação entre o edificado existente e o edificado novo. Ekoetxea Urdaibai. 2018.

*In <https://www.20minutos.es/noticia/3348694/0/ekoetxea-urdaibai-celebrara-este-fin-semana-dia-internacional-diversidad-biologica-con-diversas-actividades/>*

**140. Torre Madariaga com a torre do relógio em grande plano no século XX. Busturiko Udala. Século XX.**

*In* <http://www.busturia.org/es-ES/Historia/Torre-Madariaga/Paginas/default.aspx>

**141. Vista geral da Torre Madariaga. Archdaily. 2012.**

*In* <https://www.archdaily.com.br/br/01-85405/torremadariaga-centro-basco-da-biodiversidade-slash-ia-plus-b-arkitektura-taldea>

**142. Espaço expositivo do volume de ligação, situado no piso térreo. Autor desconhecido. 2011.**

*In* <http://www.caborian.com/exposicion-fotografica-kresal-argiak/>

**143. Sala de exposições no piso enterrado. Archdaily. 2012**

*In* <https://www.archdaily.com.br/br/01-85405/torremadariaga-centro-basco-da-biodiversidade-slash-ia-plus-b-arkitektura-taldea>

**144. Interior da torre. Último piso que serve de miradouro. Igor Tellaetxe. 2010.**

*In* <http://tellaetxe.blogspot.pt/2010/04/centro-de-la-biodiversidad-de-urdaibai.html>

**145. Interior da torre. Elemento de circulação vertical. Archdaily. 2012.**

*In* <https://www.archdaily.com.br/br/01-85405/torremadariaga-centro-basco-da-biodiversidade-slash-ia-plus-b-arkitektura-taldea>

**146. Planta do piso térreo. Sem escala. IA+B. 2008.**

*In* <https://www.archdaily.com.br/br/01-85405/torremadariaga-centro-basco-da-biodiversidade-slash-ia-plus-b-arkitektura-taldea>

**147. Planta do piso enterrado. Sem escala. IA+B. 2008.**

*In* <https://www.archdaily.com.br/br/01-85405/torremadariaga-centro-basco-da-biodiversidade-slash-ia-plus-b-arkitektura-taldea>

**148. Corte longitudinal. Sem escala. IA+B. 2008.**

*In* <https://www.archdaily.com.br/br/01-85405/torremadariaga-centro-basco-da-biodiversidade-slash-ia-plus-b-arkitektura-taldea>

**149. Sede do Parque Natural do Fogo destruído pela lava. Inforpress. 2014.**

*In* <https://www.cardapio.pt/arquitectura-design/20859-oto-soma-premios-com-projecto-arquitetonico-para-sede-do-parque-natural-do-fogo/>

**150. Espaço central exterior, circunscrito pelo edifício, visto a partir da cobertura. Fernando guerra e Sérgio guerra. 2015.**

*In* <https://www.designboom.com/architecture/oto-arquitectos-fogo-island-park-headquarters-07-31-2014>

**151. Espaço central exterior, circunscrito pelo edifício, visto a partir da entrada da fachada norte. OTO. 2014.**

*In* <http://www.habitarportugal.org/pt/projecto/sede-do-parque-natural-do-fogo/>

**152.** Fachada norte da Sede do Parque Natural do Fogo. Fernando guerra e Sérgio guerra. 2015.

In <http://www.attitude-mag.com/pt/blog/all/2015-03-12-sede-do-parque-natural-da-ilha-do-fogo/>

**153.** Pormenor da cobertura percorrível que resulta na linguagem orgânica do edifício. Archdaily. 2014.

In <http://www.habitarportugal.org/pt/projecto/sede-do-parque-natural-do-fogo/>

**154.** Vista geral da sede do Parque Natural do Fogo. OTO. 2014.

In <https://www.archdaily.com.br/br/621400/parque-natural-do-fogo-oto>

**155.** Interior da sede do Parque Natural do Fogo. Área de trabalho. Archdaily. 2014.

In <https://www.archdaily.com.br/br/621400/parque-natural-do-fogo-oto>

**156.** Auditório interior. Archdaily. 2014.

In <https://www.archdaily.com.br/br/621400/parque-natural-do-fogo-oto/53a1a2aac07a8079c50001dd-574-jpg>

**157.** Planta do piso superior. Sem escala. OTO. 2014.

In [http://www.lidera.info/resources/PNF\\_2013\\_Ricardo\\_Vicente.pdf?phpMyAdmin=77d31a787ce126bb305b5b4b9dcec31c](http://www.lidera.info/resources/PNF_2013_Ricardo_Vicente.pdf?phpMyAdmin=77d31a787ce126bb305b5b4b9dcec31c)

**158.** Planta do piso térreo. Sem escala. OTO. 2014.

In [http://www.lidera.info/resources/PNF\\_2013\\_Ricardo\\_Vicente.pdf?phpMyAdmin=77d31a787ce126bb305b5b4b9dcec31c](http://www.lidera.info/resources/PNF_2013_Ricardo_Vicente.pdf?phpMyAdmin=77d31a787ce126bb305b5b4b9dcec31c)

**159.** Corte longitudinal. Sem escala. OTO. 2014.

In <https://www.designboom.com/architecture/oto-arquitectos-fogo-island-park-headquarters-07-31-2014/gallery/image/g05-22>

## **5 | BELAS. *Um recanto do Minho***

**160.** Vista geral de Belas. Foto da autora. 2018.

In Foto da autora. 2018.

**161.** Postal ilustrado com vista geral de Belas. Arquivo CM Sintra. Final do século XIX.

In Arquivo CM Sintra. Final do século XIX.

**162.** Planta da região de Belas com a localização das “Antas de Belas”. *O povoado pré-histórico da Serra da Espargueira*, Manuel Leitão. 1973.

In Manuel Leitão, *O povoado pré-histórico da Serra da Espargueira*, 1973.

**163.** Penedos na quinta de Bellas. *Archivo Pittoresco*, Vilhena de Barbosa. 1863.

In Vilhena de Barbosa, *Archivo Pittoresco*, 1863.

**164.** Planta da Anta da Pedra dos Mouros. Adaptada por Vera Leisner. 1965.

*In* Rui Boaventura e João Luís Cardoso, *The megalithic tombs in the region of Belas and their aesthetic manifestations*, 2014.

**165.** Gravuras antropomórficas localizadas no esteio C. Desenho de V. Correia. 1917.

*In* Rui Boaventura e João Luís Cardoso, *The megalithic tombs in the region of Belas and their aesthetic manifestations*, 2014.

**166.** Desenho da Anta da Pedra dos Mouros, conservando ainda dois dos seus grandes esteios de pé (A e B). Desenho de Luiz Couceiro. 1880.

*In* Rui Boaventura e João Luís Cardoso, *Carlos Ribeiro (1813-1882) e as antas de Belas: um contributo para a História da Ciência em Portugal no século XIX*. 2014.

**167.** Anta da Pedra dos Mouros em 1933. Ainda com os esteios A e B de pé. Georg e Vera Leisner. 1933.

*In* Rui Boaventura e João Luís Cardoso, *The megalithic tombs in the region of Belas and their aesthetic manifestations*, 2014.

**168.** Anta da Pedra dos Mouros em 1970. Só o esteio A se encontra de pé. Autor desconhecido. 1970.

*In* <http://pedrastalhas.blogspot.com/2016/01/as-antas-de-belas-e-o-quinto-imperio.html>

**169.** Anta da Pedra dos Mouros. D.G.E.M.N. 2011.

*In* [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6093](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6093)

**170.** Planta da Anta de Monte Abrão. Adaptada por Vera Leisner. 1965.

*In* Rui Boaventura e João Luís Cardoso, *The megalithic tombs in the region of Belas and their aesthetic manifestations*, 2014.

**171.** Anta de Monte Abrão actualmente. Bruno Teixeira. 2016.

*In* <https://www.google.pt/maps/uv?hl=pt->

**172.** A anta da estria em 1950. João Luís Cardoso. 1950.

*In* Rui Boaventura e João Luís Cardoso, *The megalithic tombs in the region of Belas and their aesthetic manifestations*, 2014.

**173.** Planta da anta da estria. Adaptada por Vera Leisner. 1965.

*In* Rui Boaventura e João Luís Cardoso, *Carlos Ribeiro (1813-1882) e as antas de Belas: um contributo para a História da Ciência em Portugal no século XIX*. 2014.

**174.** Anta da estria actualmente. João Malhães. 2006.

*In* <http://www.megalithic.co.uk/article.php?sid=14108>

**175.** Ilustração da “Entrada da mina grande” do Monte Suímo. Archivo Pittoresco, Vilhena de Barbosa. 1863.

*In* Vilhena de Barbosa, *Archivo Pittoresco*, 1863.



**176.** Planta de localização das minas do Monte Suímo. Imagem do google earth. 2010.

*In* GEOTIC, *A mina de granadas do Monte Suímo: de Plínio-o-Velho e Paul Choffat à actualidade*, 2010.

**177.** Aspecto de granadas, já soltas da rocha, do Monte Suímo. GEOTIC. 2010.

*In* GEOTIC, *A mina de granadas do Monte Suímo: de Plínio-o-Velho e Paul Choffat à actualidade*, 2010.

**178.** Aspecto de granadas encaixadas na rocha, do Monte Suímo. GEOTIC. 2010.

*In* GEOTIC, *A mina de granadas do Monte Suímo: de Plínio-o-Velho e Paul Choffat à actualidade*, 2010.

**179.** Entrada da gruta grande actualmente. Autor desconhecido. 2015.

*In* <https://es.wikiloc.com/rutas-senderismo/monte-suimo-e-minas-romanas-serra-da-carregueira-25744675/photo-16441301>

**180.** Da fonte e lago da agoa livre. Desenho parcial de *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, Francisco d'Olanda. 1571.

*In* Francisco d'Olanda, *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, 1571.

**181.** Barragem romana, ao centro, Aqueduto das Água Livres, à esquerda, e estrada N 250, à direita. João Pedro Faria. 2015.

*In* Tese de mestrado: *Memórias do aqueduto*. 2015.

**182.** Planta e corte AA' da barragem romana. *Sobre a barragem romana de «Olissipo» e o seu aqueduto*, Fernando de Almeida. 1969.

*In* Fernando Almeida, *Sobre a barragem romana de «Olissipo» e o seu aqueduto*, 1969.

**183.** Calçada Romana da Catribana, Sintra. Autor desconhecido. 2009.

*In* <http://www.megalithic.co.uk/article.php?sid=14108>

**184.** Mapa da região de Lisboa, com as vias romanas principais, secundárias e os traçados prováveis. Sem escala. Mapa adaptado por Rui Miguel Rodríguez na sua Tese de doutoramento. 2011.

*In* Tese de doutoramento de Rui Miguel Rodríguez, 2011.

**185.** Carta topográfica de Portugal de 1930. Mapa adaptado por Rui Miguel Rodríguez na sua Tese de doutoramento. 2011.

*In* Tese de doutoramento de Rui Miguel Rodríguez, 2011.

**186.** Armas do Senhorio de Belas. União das freguesias de Queluz e Belas. s/d.

*In* [http://www.jf-queluz.pt/conteudos.asp?id\\_menu=1&id\\_submenu=2](http://www.jf-queluz.pt/conteudos.asp?id_menu=1&id_submenu=2)

**187.** Edifícios de excepção de Belas. Planta sem escala. Elaborada pela autora. 2018.

*In* Elaborada pela autora. 2018.

**188.** Carta militar de Portugal de 1939. Mapa adaptado por Rui Miguel Rodrigues na sua Tese de doutoramento. 2011.

*In* Tese de doutoramento de Rui Miguel Rodrigues, 2011.

**189.** Chafariz de Belas. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**190.** Postal ilustrado do chafariz de Belas. CM Sintra. 1905.

*In* Arquivo da CM Sintra. 1905.

**191.** Ribeira do Jamor. CM Sintra. 2017.

*In* Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Queluz / Belas. 2017.

**192.** Postal ilustrado com a Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia. Arquivo CM Sintra. Final do século XIX.

*In* Arquivo da CM Sintra. 1905.

**193.** Portal manuelino da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia. CM Sintra. s/d.

*In* <http://revistatritao.cm-sintra.pt/index.php/patrimonio-1/igreja-paroquial-de-nossa-senhora-da-misericordia-de-belas>

**194.** Vista geral da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia. UF Queluz e Belas. 2016.

*In* <https://www.ufqueluzbelas.pt/instituicao/igreja-paroquial-nossa-senhora-da-misericordia-de-belas/>

**195.** Paço Real de Belas, ou como era conhecido na época, Palácio dos Condes de Pombeiro, em 1863, visto a partir do terreiro do paço. Ilustração de Vilhena Barbosa. *Archivo Pittoresco*, Vilhena de Barbosa. 1863.

*In* Vilhena de Barbosa, *Archivo Pittoresco*, 1863.

**196.** Carta de Belas em 1802. Biblioteca Digital do Exército. 1802.

*In* Biblioteca Digital do Exército. 1802.

**197.** Marco quilométrico, situado na praça 5 de Outubro, com indicação da distância a Sintra, Mafra e Lisboa. Foto da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**198.** Carta de Belas em 1840. Cartografia da Direcção Geral do Território. 1840.

*In* Cartografia da Direcção Geral do Território. 1840.

**199.** Planta de Belas em 1840, sobreposta com a planta de Belas actualmente. Elaborado pela autora. 2018.  
*In* Elaborado pela autora. 2018.

**200. 201. 202.** Postais ilustrados da Praça 5 de Outubro. Arquivo CM Sintra. Final do século XIX.  
*In* Arquivo da CM Sintra. 1905.

**203. 204. 205.** Praça 5 de Outubro actualmente. Fotografias da autora. 2018.  
*In* Fotografia da autora. 2018.

**206. 207. 208.** Largo Falcão Rodrigues actualmente. Fotografias da autora. 2018.  
*In* Fotografia da autora. 2018.

**209. 210. 211.** Postais ilustrados do Largo Falcão Rodrigues. Arquivo CM Sintra. Final do século XIX.  
*In* Arquivo da CM Sintra. 1905.

**212.** Relação entre a grande massa edificada e a Quinta do Senhor da Serra, ainda ao fundo, a autoestrada. Fotografia da Rua Alexandre Herculano. Foto da autora. 2018.  
*In* Fotografia da autora. 2018.

## **6| PAÇO REAL DE BELAS**

**213.** Paço Real de Belas. Google earth. 2018.  
*In* Google earth. 2018.

**214.** Desenhos técnico do Paço Real de Belas actualmente. Elaborados pela autora. 2018.  
*In* Elaborados pela autora. 2018

**215.** Torre norte. Autor desconhecido. 2010.  
*In* <http://atouchoflisbon.blogspot.com/2010/01/paco-de-belas.html>

**216.** Pormenor das janelas ogivais. Fotografia da autora. 2018.  
*In* Fotografia da autora. 2018.

**217.** Pormenor da fresta. Fotografia da autora. 2018.  
*In* Fotografia da autora. 2018.

**218.** Sala Régia. Fotografia da autora. 2018  
*In* Fotografia da autora. 2018.

**219.** Vãos de arco quebrado no muro que faz a ligação à capela. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**220.** Porta de arco quebrado da sala régia. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**221.** Fachada principal do Paço de Sintra. Autor desconhecido. s/d.

*In* Imagem cedida pelo professor Paulo Pereira.

**222.** Planta do Paço de Belas com possível *loggia* assinalada. Elaborada pela autora. 2018.

*In* Elaborada pela autora. 2018.

**223.** Fachada principal (poente) do Paço de Belas. Autor desconhecido. 2013.

*In* <http://sintradeambulada.blogspot.com/2013/10/queluz-belas-centralidade-que-se-renova.html>

**224.** Parede principal (poente) do pátio, vista do exterior. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**225.** Pormenor do mirante e da porta de entrada no pátio. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**226.** Mirante com a vista para o terreiro, actual Praça 5 de Outubro. Rui Rodrigues. 2011.

*In* Tese de doutoramento de Rui Miguel Rodrigues, 2011.

**227.** Pormenor da balaustrada no interior do pátio. Teresa Ponte. 2013.

*In* Tese de doutoramento de Teresa Ponte. 2013.

**228.** Elemento da esquerda da fachada principal (poente) com dois tramos. Fotografia da autora. 2018

*In* Fotografia da autora. 2018.

**229.** Teto abobado e com frescos (embora em muito mau estado) das novas câmaras a nascente. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**230.** Pormenor da abóbada nervurada do elemento da direita. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**231.** Elemento da direita da fachada principal (poente) com um tramo, actual entrada do Paço. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**232.** Pátio visto pelo interior. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**233.** Escudo de armas dos Atouguia na fachada principal do pátio (poente). Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**234.** Escudo de armas dos Atouguia no interior do pátio. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**235.** Escudo de armas dos Atouguia à entrada da capela. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**236.** Escudo de armas dos Atouguia na bica na fachada principal do pátio (poente). Rui Rodrigues. 2011.

*In* Tese de doutoramento de Rui Miguel Rodrigues, 2011

**237.** Entrada da capela com o muro que faz a ligação com o Paço. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**238.** Pórtico da capela em arco conopial. Fotografia da autora. 2018

*In* Fotografia da autora. 2018.

**239.** Interior da capela. Rui Ponte. 2012

*In* <https://rgpsousa.blogspot.com/2012/06/quinta-do-senhor-da-serra-belas.html>

**240.** Vista geral da capela. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**241.** Torre sul do Paço, com vestígios de vão de várias épocas. Arco quebrado marcado, da possível *loggia*. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**242.** Planta do Paço, em 1941, ainda com a ala sudoeste. Arquivo histórico de Sintra. 1941.

*In* Arquivo histórico de Sintra. 1941

**243.** Interior do que resta da ala sudoeste. Nesta sala abobada as pedras de fecho da cruzaria ogival estão desalinhadas do arco frechal. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**244.** “Sala dos frescos” - Piso térreo da torre norte. Ao fundo, a fonte octogonal do jardim norte. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**245.** Alguns dos frescos da “sala dos frescos”. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**246.** Fachada nascente do Paço. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**247.** Pedra de armas dos Castelo Branco na fachada principal do pátio (poente). Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**248.** “O Julgamento do Rei Midas” de Hendrick Goltzius. Museum of Fine Arts Boston. Gravura de 1590.

*In* <https://www.mfa.org/collections/object/the-judgment-of-midas-481515>

**249.** Baixo-relevo “Castigo de Midas” na fachada principal do pátio (poente). Rui Ponte. 2013.

*In* <https://rgpsousa.blogspot.com/2012/06/quinta-do-senhor-da-serra-belas.html>

**250.** Desenho do alçado da fachada principal do pátio (poente). Autor desconhecido. 2011.

*In* Tese de doutoramento de Rui Miguel Rodrigues, 2011.

**251.** Fonte embutida num nicho com arco de volta perfeita Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**252.** Parede recortada localizada no jardim norte. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**253.** Fonte octogonal do jardim norte. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**254.** Fonte circular do jardim sul. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**255.** Fonte de neptuno. *Archivo Pittoresco*, Vilhena de Barbosa. 1863.

*In* Vilhena de Barbosa, *Archivo Pittoresco*, 1863.

**256.** Fonte de Neptuno ainda em Belas. Fotografia do Arquitecto José Vitorino, s/d.

*In* Tese de doutoramento de Rui Miguel Rodrigues, 2011.

**257.** Fonte de Neptuno nos jardins do Palácio Nacional de Queluz. Autor desconhecido. 2011.

In <http://gloriaishizaka.blogspot.com/2011/04/portugal-palacio-de-queluz-jardim-parte.html>

**248.** Cascata dos poetas no Palácio dos Condes de Oeiras. Autor desconhecido. 2007.

In [https://www.geocaching.com/geocache/GC13FPQ\\_cascata-dos-poetas-oeiras?guid=66facd1a-267a-4c0e-9d87-424636d4e5fc](https://www.geocaching.com/geocache/GC13FPQ_cascata-dos-poetas-oeiras?guid=66facd1a-267a-4c0e-9d87-424636d4e5fc)

**249.** Postal ilustrado com a cascata de Belas. Arquivo CM Sintra. s/d.

In Arquivo da CM Sintra. s/d.

**250.** Cascata de Belas actualmente. Fotografia da autora. 2018.

In Fotografia da autora. 2018.

**251.** Ermida do Senhor da Serra. Autor desconhecido. 1995.

In Tese de doutoramento de Rui Miguel Rodrigues, 2011.

**252.** Representação do altar-mor da capela. “*Lisboa Antiga. Os Bairros Orientais*” de Júlio de Castilho. 1935.

In Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga. Os Bairros Orientais*, 1935.

**253.** Via sacra de acesso à ermida. Autor desconhecido. 2009.

In Tese de doutoramento de Rui Miguel Rodrigues, 2011.

**254.** Romaria do Senhor da Serra, romeiros junto à fonte de Neptuno. Autor desconhecido. Início do século XX.

In <https://bloguedelisboa.blogs.sapo.pt/romaria-ao-senhor-da-serra-em-belas-foi-22187>

**255.** Romaria do Senhor da Serra. Autor desconhecido. Início do século XX.

In <https://bloguedelisboa.blogs.sapo.pt/romaria-ao-senhor-da-serra-em-belas-foi-22187>

**256.** Interior da capela, ainda com alguns azulejos. D.G.E.M.N. 1995.

In [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6102](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6102)

**257.** Planta e corte longitudinal pelo portão da quinta até à ermida do Senhor da Serra. Tese de Rui Rodrigues, cedido pelo arquitecto José Vitorino e João Rito. 2009.

In Tese de doutoramento de Rui Miguel Rodrigues, 2011.

**258.** Obelisco em honra do príncipe regente D. João e da sua mulher D. Carlota Joaquina. Fotografia da autora. 2018.

In Fotografia da autora. 2018.

**259.** Escultura *Fama* de Barros Laborão. Teresa Ponte 2013.

In Tese de doutoramento de Teresa Ponte. 2013.

**260.** Gravura com os romeiros da romaria do Senhor da Serra a admirar o Obelisco em honra do príncipe regente D. João e da sua mulher D. Carlota Joaquina. *Archivo Pittoresco*, Vilhena de Barbosa. 1863.

*In Vilhena de Barbosa, Archivo Pittoresco, 1863.*

**261.** “Novo” vão no muro sul do pátio. Fotografia da autora. 2018.

*In Fotografia da autora. 2018.*

**262.** O Paço em 1941, ainda com a ala sudoeste e o primeiro piso das câmaras. Tese de Rui Rodrigues, foto cedida pelo arquitecto José Vitorino. 1941.

*In Tese de doutoramento de Rui Miguel Rodrigues, 2011.*

**263.** Escada exteriores na fachada poente da torre norte. Fotografia da autora. 2018.

*In Fotografia da autora. 2018.*

**264.** Pormenor das janelas inseridas a meio dos arcos quebrados. Fotografia da autora. 2018.

*In Fotografia da autora. 2018.*

**265.** Obras na torre norte em 1990/94. Tese de Rui Rodrigues, foto cedida pelo arquitecto José Vitorino. 1990/94.

*In Tese de doutoramento de Rui Miguel Rodrigues, 2011.*

**266.** Planta de Belas actualmente, com a Quinta do Senhor da Serra. Planta sem escala. Elaborado pela autora. 2018.

*In Elaborados pela autora. 2018.*

## **7 | PROPOSTA DE UM CENTRO CULTURAL PARA O PAÇO REAL DE BELAS**

**267.** Desenho do Paço Real de Belas. Tese Teresa Ponte, desenho do arquitecto João Rito. 2013.

*In Tese de doutoramento de Teresa Ponte. 2013.*

**268.** Modelo tridimensional da zona histórica de Belas, com o Paço Real em destaque. Elaborado pela autora. 2018.

*In Elaborados pela autora. 2018.*

**269.** Planta da proposta urbana. Desenho sem escala. Elaborado pela autora. 2018.

*In Elaborados pela autora. 2018.*

**270.** Planta do primeiro piso da proposta arquitectónica. Desenho sem escala. Elaborado pela autora. 2018.

*In Elaborados pela autora. 2018.*



**271.** Maquete com projecto urbano e arquitectónico com os eixos estruturantes da proposta. Elaborado pela autora. 2018.

*In* Elaborados pela autora. 2018.

**272.** Maquete com os elementos verticais no “corredor” a norte da proposta. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**273.** Maquete com os elementos verticais na zona do jardim sul. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**274.** Maquete com pormenor do elevador junto à torre sul do Paço. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**275.** Maquete com a capela em primeiro plano, com pormenor da forma da área administrativa para visualização da capela a partir da rua a norte. Fotografia da autora. 2018.

*In* Fotografia da autora. 2018.

**276.** Programa. Elaborado pela autora. 2018.

*In* Elaborados pela autora. 2018.



O Paço como ‘habitação simbólica’ hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial

## 1| INTRODUÇÃO

Os Paços medievais surgem em função das novas ideologias que marcam uma era de mudança no paradigma internacional. Com fim da Idade Média, as construções medievais entram em decadência, a ideia de fortificação perde relevância e as novas noções de conforto aliadas à necessidade de mais espaço, traduzem as novas soluções que dão resposta a estas novas necessidades. Associados à primeira ideia de “casa”, os paços medievais constituem morada de reis, nobres e dignitários do clero, e adquirem grande importância tanto a nível social, como a nível territorial. A ideia dos lugares de poder, ligados ao território no tempo medieval, está, aliás, intrinsecamente associada à origem dos paços medievais. Símbolos máximos na hierarquização de um território, toda a estrutura urbana era organizada segundo o senhor a quem pertencia a terra e tudo funcionava em prol deste.

A vila de Belas, com características naturais propícias ao assentamento dos primeiros povos, durante anos foi ponto de passagem obrigatória da corte no caminho para Sintra. Habitada por famílias nobres possuía características edilícias para a construção de quintas de recreio e casas senhoriais. A hierarquização do território do senhorio de Belas fazia-se representar pelo Paço Real de Belas, edifício fundamental para compreender a evolução da habitação em Portugal por ser um dos raros exemplares desta época.

Embora com um passado histórico assinalável, o Paço Real de Belas é hoje, um património desconectado da sociedade, também o despovoamento e a desqualificação dos centros históricos que vieram a ditar o declínio do edificado mais antigo. A valorização da identidade do lugar é assumida como uma importante estratégia nestes casos, com as características histórico-culturais, sociais e territoriais a assumirem um papel de relevo nas intervenções. Destas heranças surge, fundamentalmente, o imperativo da reabilitação e preservação dos edifícios históricos que se estabelecem como polos catalisadores na requalificação urbana, que tornam os espaços mais atrativos para a população. Assim, a recuperação da centralidade é caracterizada pela valorização do edificado, em termos patrimoniais e culturais pela reconversão de uso para espaços dedicados à cultura e ao lazer.

Deste modo, o presente trabalho assenta na valorização do Paço Real de Belas como elemento catalisador da requalificação urbana, e desta forma, reintegrador do património na população de Belas com a reconversão do seu uso para uma vertente cultural.

### 1.1 Enquadramento e Objectivos

O presente trabalho assume a possibilidade de uma intervenção de carácter urbano e arquitectónico no Paço Real de Belas, edificado no centro histórico de Belas, actualmente praça 5 de Outubro, no confronto entre a Avenida da Marinha Portuguesa e a Rua Dr. Malheiros. Encontra-se em termos administrativos na união de freguesias de Queluz-Belas, do concelho de Sintra. Com elementos arquitectónicos de elevado valor patrimonial, este território possui o conjunto megalítico das “Antas de Belas”, a barragem romana “de Belas” e uma importante rede de vestígios de vias romanas, o início e as “mães de água” do Aqueduto das Águas Livres, a Igreja Matriz e inúmeras quintas de recreio de elevado interesse arquitectónico, entre elas, a Quinta do Senhor da Serra onde se localiza o Paço Real de Belas.

Porém, se no início da sua formação tenha sido uma das vilas preferidas pela corte nos arredores de Lisboa, actualmente é marcada pela construção em massa constituindo-se como uma típica “cidade de subúrbio”, ou seja, “cidade dormitório”. O centro histórico outrora marcado pela monumentalidade e valia histórico-artística do domínio dos Senhores de Belas, hoje não é mais do que uma zona esquecida e caracterizada pela grande densidade viária e vários atravessamentos ferroviários, auto-estradas e, mesmo, redes de electricidade em altura. Neste sentido, *O Paço como ‘habitação simbólica’ hierarquizadora de um território na contemporaneidade. O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial*, surge como uma oportunidade de intervir numa zona com grande importância histórica e patrimonial através da implementação de uma estratégia de revitalização urbana como forma de a valorizar.

Pretende-se a idealização de uma proposta urbana, na praça 5 de Outubro, com o intuito de criação de áreas de permanência de carácter urbano com o consequente ensejo de conferir uma “nova vida” à praça, assim como, proporcionar a reabilitação de um elemento arquitectónico de grande valor. Esta dualidade possibilita o desenvolvimento de uma estratégia de revitalização e regeneração do centro histórico de Belas.

Neste modo, pretende-se que os objectivos inerentes ao Projecto Final de Mestrado promovam uma proposta de revitalização da identidade do lugar.

- Revitalizar o Centro Histórico de Belas através de um equipamento cultural, de modo a promover a centralidade.
- Estruturar o espaço público para a criação de áreas de permanência para as diferentes gerações, de modo, a promover as vivências urbanas.
- Reintegrar o Paço Real de Belas na estrutura urbana como polo dinamizador do centro histórico.
- Devolver o património à população e garantir a sua integração enquanto elemento de referência da vila.
- Reconversão do Paço Real de Belas para albergar um equipamento de carácter cultural.
- Integrar a arquitectura do passado com a arquitectura do presente sem a desqualificar.
- Estabelecer uma relação volumétrica entre o edificado novo e o património arquitectónico.
- Definir um conceito no edificado novo com base na organização espacial dos Paço Medieval Portugueses.

## 1.2 Metodologia

O processo de trabalho que suporta a elaboração e o desenvolvimento do presente estudo utiliza um conjunto de técnicas e métodos que têm como objectivo compreender o fenómeno a estudar, tanto na globalidade como na sua multiplicidade dimensional. Inicialmente é elaborado a partir de conceitos gerais, referentes ao âmbito de estudo, por fim é composto por conceitos mais específicos para uma lógica projectual. A análise de todas as referências teóricas contribuirá para fundamentar a metodologia e decisões tomadas ao nível da solução arquitectónica.

A definição do âmbito de estudo é feita a partir da pesquisa e leitura de bibliografia e reflexão sobre a temática “A Casa Senhorial como ‘arquitectura viva’ e ‘matriz de urbanidade’” a fim de obter bases teóricas para a definição de uma linha de investigação coerente.

Assumem papel primordial a realização de pesquisa e análise de bibliografia referente ao tema, assim como, recolha de documentos históricos, planos e regulamentos com o objectivo de enquadrar a área escolhida com o tema através de referências morfológicas, geográficas e arquitectónicas do local.

Também se realiza um levantamento urbano, investigação no local, a recolha de documentos e de cartografia com o propósito de entender a história e a memória do lugar. Investigação de casos de estudo em contextos semelhantes pertinentes à componente teórica e como ponto de partida para a solução prática.



É este o desenvolvimento da proposta projectual a partir da elaboração de esquemas, programa e desenhos conceptuais da proposta urbana e do projecto arquitectónico. Neste sentido, as decisões projectuais são justificadas pelas estratégias apresentadas e desenvolvidas na componente teórica.

Por fim, será elaborada a proposta urbana e arquitectónica final em que são sistematizados os conceitos desenvolvidos e determinadas as conclusões do trabalho.

### 1.3 Organização e estrutura

A estrutura do trabalho passa por duas fases que se articulam entre si. A primeira, assenta numa investigação teórica que irá servir de base para a conceptualização do projecto. A segunda, uma componente prática para a aplicação dos conceitos e temáticas investigados.

A componente teórica tem como objectivo sustentar as linhas de investigação do processo de trabalho e justificar as opções tomadas na proposta de projecto.

O segundo capítulo é dedicado à temática dos paços medievais portugueses. Em *O Paço como elemento hierarquizador do território*, é feita primeiramente uma abordagem sobre a origem e a evolução dos paços medievais, não só enquanto elementos de hierarquização e estruturação do território, mas também como primeira ideia de “casa” como elemento arquitectónico. Posteriormente é realizada uma análise das características inerentes aos paços medievais que estão intrinsecamente ligadas aos locais onde são construídos e analisadas tanto as questões morfológicas como a organização espacial.

O terceiro capítulo é direccionado para problemáticas urbanas. Em *A cultura como estratégia de revitalização dos centros históricos* são analisadas estratégias e programas como solução para a revitalização de centros históricos. Esta problemática é abordada a partir das conclusões retiradas após a análise ao local de intervenção. Inicialmente é feita uma contextualização desta problemática e as estratégias que podem ser utilizadas, seguidamente é referenciada a cultura como forma de actuação para a revitalização do local de intervenção.

No quarto capítulo são seleccionados *casos de estudo* que têm como objectivo direccionar as linhas de acção e conceitos desenvolvidos na investigação teórica, representam exemplos práticos de arquitectura que são considerados relevantes para o desenvolvimento da componente prática.

No capítulo seguinte *Belas. Um recanto do Minho*, é feita uma abordagem histórica, morfológica e social de Belas de forma a criar uma linha de actuação para definição de um programa adequado à zona, preservando a identidade do lugar.

Por fim é analisada toda a histórica do *Paço Real de Belas* para compreensão das constantes alterações e modificações que sofreu ao longo dos séculos até ao resultado que conhecemos hoje. Posteriormente é realizada uma descrição ao nível morfológico, formal e ornamental deste património com elevada importância no estudo dos paços medievais portugueses. Esta análise é motivada por uma compreensão do património arquitectónico onde se vai intervir, a fim de respeitar e preservar a identidade do lugar.

A componente prática demonstra o resultado das várias temáticas e conceitos abordados e investigados na componente teórica. Deste estudo resulta a elaboração de um projecto arquitectónico descrito no último capítulo.





1. Paço Real de Sintra. *Livro Das Fortalezas* de Duarte de Armas. 1510.

## 2| O PAÇO COMO ELEMENTO HIERARQUIZADOR DO TERRITÓRIO

### 2.1 A origem e significado do Paço medieval

Na época medieval, os castelos assumiam-se como construções reais ou nobres, em que a função, exigida pela época, era de fortaleza onde o rei e os senhores se protegiam e reuniam. Elemento principal na defesa das cidades, onde a população de refugiava em sinal de perigo, adquirem, também a função de habitação nobre. Estas construções imponentes adquirem grande presença na paisagem, primeiramente pelo aspecto robusto traduzidas nas muralhas espessas com poucas aberturas e pelas posições estratégicas que ocupavam, consequência da necessidade de defesa da época. Inicialmente, de planta simples, começam a tornar-se complexas com a sua construção em terrenos mais acidentados, a adição de mais torres e o aumento e sofisticação das construções no interior das muralhas. Nestas novas construções no interior das muralhas surgem as *torres de menagem* que, no século XI, se edificam por toda a Europa Ocidental assim acontecendo ao longo de toda Idade Média. Os castelos com torre de menagem isolada parecem derivar da influência de modelos de fortificações trazidos do Próximo Oriente pelos cruzados e, em especial, pelas ordens religiosas-militares, de que se destacam em Portugal, os Hospitalários (ou Cavaleiros de S. João do Hospital) e os Templários. São destas ordens os principais e, pelos vistos, os mais precoces exemplos deste tipo de fortificação, contando-se no século XII as fundações dos castelos de Soure, de Pombal, de Almourol e de Tomar ((Templários) e o de Belver (Hospitalário).



em cima

2. Símbolos máximos do poder senhorial, as fortalezas dominavam a paisagem estruturando o território envolvente. *Très Riches Heures du Duc de Berry*. Irmãos Limbourg. 1412-1416.

em baixo

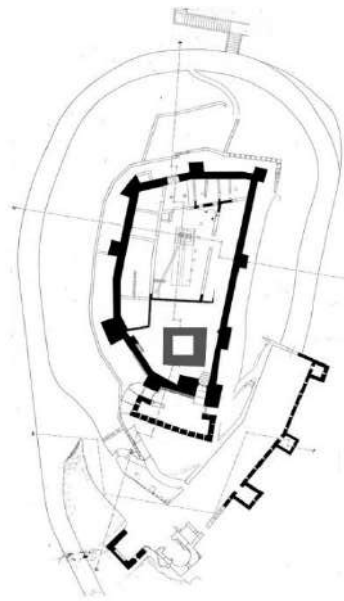
3. Castelo de Melgaço, na viragem do séc. XIX para o séc. XX. Arquivo histórico de Lisboa. 1890.

Outro exemplo, de carácter senhorial é o castelo de Melgaço: a sua fundação “*remonta ao fim do século XII, em tempo de D. Sancho I, embora a torre tenha sido rematada em época posterior*”<sup>1</sup>. Isoladas e no centro da muralha, as *torres de menagem* eram, simultaneamente, a casa do senhor e fortificação.

De planta quadrangular ou poligonal irregular, com paredes de grande espessura, poucas aberturas, por vezes só a porta, esta situada a um nível elevado, acessível apenas por escadas de madeira, o interior tinha dois ou três pisos. Coroadas de ameias assumem um carácter militar, eram o último lugar de protecção em caso de ataque. As torres de menor dimensão, por vezes, tinham construções anexas com ligação a torre, com materiais mais frágeis, como a madeira, que desapareceram com o tempo. Para a construção das torres eram utilizados materiais locais. A utilização da pedra confere mais resistência ao tempo que outros materiais utilizados no Sul do país, pelo que abundam no Norte as fortificações de silharia grossa, geralmente de granito, enquanto nas zonas meridionais se emprega com mais frequência o silhar calcário nos cunhais e alvenaria com revestimento no enchimento dos panos de muralha.

---

<sup>1</sup> AZEVEDO, Carlos de; “Solares Portugueses”; 2ª ed. Livros Horizonte; Mem Martins, 1988; p.21;



em cima à esquerda

**4.** Planta actual do castelo de Pombal. Com a torre de menagem no interior das muralhas. D.G.E.M.N. 2016.

em cima à direita

**5.** Torre de menagem em Melgaço. Pedro Castro. 2015.

em baixo

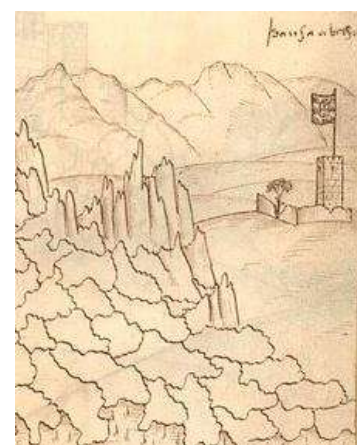
**6.** Vista aérea do castelo de Melgaço. Autor desconhecido. 2018.





É nos séculos XII e XIII que a história da casa senhorial conhece a sua génese. Com a necessidade de construir habitações, de carácter fortificado, a utilização do modelo da *torre de menagem* foi espontânea. As novas torres, denominadas de *fortis domus*, ou mais frequentemente de *casas fortes* ou *casas-torre*, constituem o primeiro elemento da habitação nobre. Esta nova tipologia, que marca o quadro da habitação senhorial na Idade Média, difunde-se por toda a Europa até ao século XV. Inicialmente com um carácter militar, ainda muito marcado, as *casas-torre* caracterizam-se como “Autênticas casas fortificadas, as torres solarengas não são, pois, torres de menagem de desaparecidos castelos, mas simples torres senhoriais que, se de princípio tiveram utilidade militar na campanha da reconquista (...)”<sup>2</sup>. Semelhantes às *torres de menagem*, no objectivo da sua edificação, as casas-torres tinham com função primordial: a afirmação senhorial. Lugar de habitação do senhor eram também sedes de amplos territórios.

Numa época em que o território era marcado pelas inúmeras “terras”, toda a estruturação territorial era hierarquizada segundo sedes simbólicas do poder: a presença da edificação em torre constituía uma afirmação de poder de domínio de amplo efeito retórico. Este domínio, que se assumia através de algo visível, não existia, portanto, e só razões militares mas também pela dimensão simbólica que atribuía sobre esse determinado território. Era a partir destes núcleos estruturantes que as principais actividades económicas se desenvolviam dando origem à consolidação do povoamento das “terras” e da sua exploração.



em cima

7. Aldeia de Monsanto. Estruturação territorial a partir de várias sedes de poder senhorial. *Livro Das Fortalezas* de Duarte de Armas. 1510

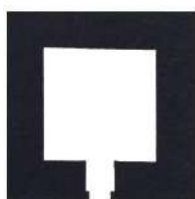
em baixo

8. Outra *Fortis Domus* na aldeia de Monsanto, perto da sede do poder senhorial. *Livro Das Fortalezas* de Duarte de Armas. 1510

<sup>2</sup> AZEVEDO, Carlos de; “Solares Portugueses”; 2ª ed. Livros Horizonte; Mem Martins, 1988; p.21;

A partir do reinado de D. Afonso III (1210-1279), a construção das *casas-torre* estava sujeita a autorização régia *pelo desafio que representavam à autoridade real* <sup>3</sup>, esta intenção de controlo não impediu o aumento da construção no final da Idade Média. Uma vez autorizada, a *casa-torre* era erguida e o monarca concedia privilégios ao senhor.

Durante os primeiros tempos as *casas-torres* conservam uma linguagem fortificada. As características morfológicas e construtiva apresentam semelhanças com as *torres de menagem*, sendo “*frequente confundir estas torres com castelos. Trata-se de arquitectura militar, sem dúvida, mas a casa-torre nada tem a ver com o castelo, embora reproduza fielmente a torre de menagem*” <sup>4</sup>. De um modo geral, a *casa-torre* caracteriza-se pela sua forma cúbica de paredes grossas de pedra, fachadas praticamente cegas com pequenas frestas, dotadas de dois ou três pisos de planta maioritariamente quadrangular, outras rectangulares, coroadas de ameias. Uma única entrada localizada a uma cota superior, ao nível do primeiro andar, cujo acesso é feito por uma escada de pedra ou de madeira. No interior prevalece a circulação vertical, feita através de escadas de madeira estreitas, cada piso remete para apenas uma sala pois não existiam divisões internas. Por norma no rés-do-chão situava-se o celeiro, enquanto o primeiro piso correspondia às funções da vida social do senhor. O segundo piso, mais reservado, albergava o espaço de dormir e o oratório.



em cima

9. Planta do piso térreo da Torre de Refóios. *Solares Portugueses*, Carlos de Azevedo. 1988.

em baixo

10. Interior da Torre de Penegate. DGPC. 1996.

<sup>3</sup> SILVA, José Custódio Vieira da; “Paços Medievais Portugueses”; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR); 1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002; p. 285;

<sup>4</sup> AZEVEDO, Carlos de; “Solares Portugueses”; 2ª ed. Livros Horizonte; Mem Martins, 1988; p.20;

Em Portugal, um dos exemplos mais bem conservados desta tipologia é a Torre de Refóios, em Ponte de Lima. Construída no século XIII, a Torre de Refóios *“De altura reduzida, apresenta-se completamente fechada tendo apenas uma estreita fresta, em cada face, no piso intermédio. O acesso faz-se por porta de arco quebrado, situada a um nível elevado e só acessível por escada de madeira, enquanto o coroamento de merlões quadrangulares (...) confirma a ideia defensiva”*<sup>5</sup>.

Outra casa-torre que chegou aos nossos dias bem conservada, mais recente que a anterior, é a Torre de Penegate, em Vila Verde. Construída no século XIV, *“ergue-se em cima de um maciço granítico no alto de um monte (...) dominando as terras em redor. De planta rectangular, a porta, (...) rasga-se, em arco quebrado, a vários metros a cima do solo (...) a torre completa-se com dois outros pisos superiores, assinalados com aberturas estreitas. Só a face voltada a sul, ostenta essas três aberturas definidoras de cada um dos três pisos (...) em cada uma das outras fachadas, apenas o último andar possui uma abertura em cada lado. (...) a existência no último piso de um balcão com matacões (...) com a maior dimensão das restantes janelas (...) tornam o andar nobre, por mais ventilado e iluminado e de maior segurança.”*<sup>6</sup>



à esquerda

**11.** Fotografia dos amigos Ribeira-Lima tirada junto à Torre de Refóios.1922.

à direita

**12.** Torre de Penegate. Desenho a tinta da china. Autor desconhecido. 1994.

<sup>5</sup> SILVA, José Custódio Vieira da; “Paços Medievais Portugueses”; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR);1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002; p. 51;

<sup>6</sup> Idem, p. 49;



em cima, da esquerda para a direita

**13.** Fachada nascente da Torre de Penegate, com a entrada e o vão do piso nobre. DGPC. s/d.

**14.** Pormenor do balcão no piso nobre com matações, na fachada poente, da Torre de Penegate. Rui Pinto. 2012.

**15.** Pormenor da porta de arco quebrado da Torre de Refóios. DGPC. 2001.

em baixo, da esquerda para a direita

**16.** Vista geral da Torre de Penegate. Rui Pinto. 2014.

**17.** Vista geral da Torre de Refóios. DGPC. 2001.

**18.** Vista geral da Torre de Dornelas. Autor desconhecido. 2011.

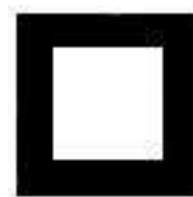
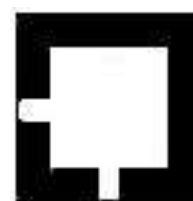
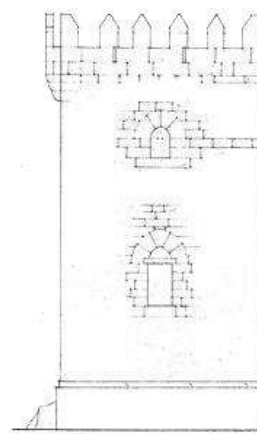


Com o fim da reconquista, a *casa-torre* evolui como resposta às mudanças sociais e políticas da época. A necessidade de maior conforto aumenta traduzindo-se numa evolução a nível estético e em termos construtivos. Começam a ser erguidas em locais de baixa altitude. Nas fachadas aparecem as primeiras janelas de arco redondo ou ogival traduzindo-se numa maior iluminação, as ameias perdem o seu carácter funcional com o tempo e passam a ser um elemento decorativo. As dimensões das torres aumentam o que possibilita uma compartimentação mais complexa no interior.

Em alguns casos, existem vestígios de anexos, feitos em madeira, adossados á torre, que permite perceber a necessidade de mais espaço habitável. Estas características demonstram o declínio do carácter militar inerente na *casa-torre*.

No quadro desta evolução salienta-se a Torre de Giela em Arcos de Valdevez, a Torre de Quintela em Vila Real, e a Torre de Vasconcelos em Amares.

*“Ao cimo de uma pequena elevação (...), a torre de Giela (...) é um dos exemplares mais imponentes, pelo seu volume e altura, destas torres-habitação medievais. (...) terá sido já no princípio do século XV que ela foi levantada. De planta quadrada é constituída em aparelho regular de granito (...) A porta, de arco quebrado, rasga-se a um nível muito alto no muro de nascente, tendo sobre ela, a marcar o piso superior, janela do mesmo formato que quaisquer outras (...) com excepção de uma pequena fresta na parede norte ao nível do piso da porta de entrada, nenhuma outra abertura ilumina o interior desta torre, que assim se apresenta com uma solidez militar impressionante. Este aspecto é reforçado por um balcão com matacões, isolado na parede nascente”*.<sup>7</sup>



em cima

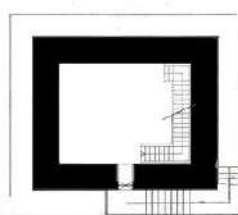
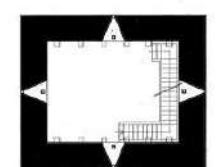
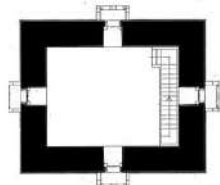
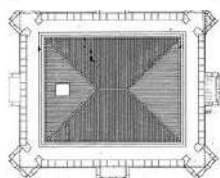
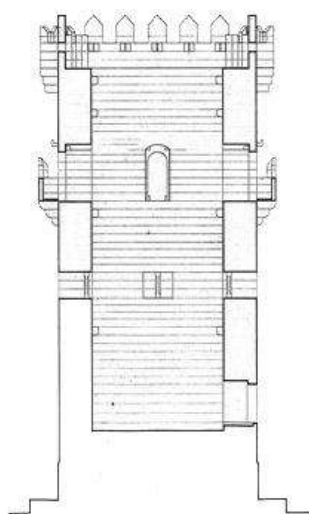
19. Alçado Norte da Torre de Giela, com a porta de arco quebrado e a janela que marca o piso nobre. D.G.E.M.N. 1990.

em baixo

20. Plantas do piso nobre e do piso térreo da Torre de Giela. D.G.E.M.N. 1990.

<sup>7</sup> SILVA, José Custódio Vieira da; “Paços Medievais Portugueses”; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR); 1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002; p. 53 e 54;





em cima  
25. Corte da Torre de Quintela. D.G.E.M.N. 1983.

em baixo  
26. Plantas de todos os pisos da Torre de Quintela. D.G.E.M.N. 1983.

*“A torre de Quintela é, assim, uma das mais belas casas-torre medievais. Construída, quase de certeza, já no século XV, ela representa, (...) o culminar de uma evolução que, desde a torre mais antiga de Refóios até às de Giela e Quintela, marca a tipologia destas fortis domus (...) apresenta uma altura e um volume ainda maiores do que a dos Arcos de Valdevez (...) que se junta a qualidade do aparelho de granito (...) Os três pisos da torre estão assinalados de maneira diferenciada: o primeiro pela porta, o segundo por uma estreita fresta, o terceiro por janelas com balcão protegido por ameias e matacões. A porta situa-se, como usual, a um nível elevado, recortada primitivamente em arco quebrado”.*<sup>8</sup>



em cima à esquerda  
21. Vista geral da Torre de Giela. Rafael Lara. s/ d.

22. Alçado Norte da Torre de Giela. Cristiano Martins. 2012.

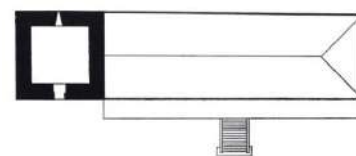
em baixo à esquerda  
23. Vista geral da Torre de Quintela. Autor desconhecido. s/ d.

24. Alçado Norte da Torre de Quintela, marcado pela entrada e o balcão do piso nobre. Carlos Silva. 2011.

<sup>8</sup> SILVA, José Custódio Vieira da; “Paços Medievais Portugueses”; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR); 1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002; p. 55;

Reiteramos: se no início as casas-torre tinham, ainda, uma função militar, este carácter foi-se perdendo com o final da Idade média, permanecendo os elementos militares, não por necessidade, mas por uma questão de afirmação da nobreza.

Com o início da Idade Moderna, século XV, as *casas-torre* adquirem um novo fôlego. As mudanças socio-económicas que se faziam sentir, as *casas-torres* deixam de ser suficientes para responder aos novos hábitos de vida. Existe a necessidade de maior amplidão e, consequentemente, de maior compartimentação interna. Os anexos, normalmente em madeira, adossados às *casas-torre* adquirem solidez e a sua construção começa a ser feita com materiais duradouros como a pedra e a alvenaria. Se de início eram pequenas dependências depressa se tornam maiores e mais complexas. A torre medieval incorpora estas novas construções, tornando-se o elemento principal, que é reaproveitada de diferentes formas. É com este novo esquema de construção e erguidas a partir do século XV, que o primeiro tipo de casa senhorial se consolida, dando origem ao paço senhorial.



ao lado

**27.** Paço de Gomariz, em Braga. À torre medieval, do século XV, é acrescentado um corpo residencial no século XVI. A torre permanece como elemento principal do conjunto, em que os elementos militares usados são meramente decorativos. Charlie. 2016.

em cima

**28.** Planta do Paço de Gomariz. O corpo residencial surge como elemento contínuo adossado à torre. *Solares Portugueses*, Carlos de Azevedo. 1988.

Na evolução da casa senhorial, a petrificação de anexos adossados à torre medieval, dão origem, portanto, a uma tipologia: o *paço*. Embora, como anteriormente referido, o *paço*, enquanto termo etimológico e construção física, tenha a sua origem em meados do século XV este facto é refutado por José Custódio Vieira da Silva. Segundo este autor o *paço* não é uma evolução da *casa-torre* “*Na verdade, o paço em Portugal não derivou do castelo nem mesmo (...) se lhe assemelhou ou tentou imitar*”<sup>9</sup>, a existência este tipo de construções anterior ao século XV, mais especificamente entre os séculos X e XIV, é comprovada com recurso ao cruzamento de documentos históricos, como iconografia e documentação escrita. Visto que “*A dificuldade maior para o conhecimento directo desses edifícios mais antigos reside no seu desaparecimento total. De construção anterior ao século XV (...) nenhum (...) logrou chegar intacto aos nossos dias. Tal situação não impede, porém, o reconhecimento da sua existência*”<sup>10</sup>. A inexistência de paços anteriores ao século XV, deve-se ao facto da precaridade da sua construção baseada geralmente nos já referidos anexos. Também Hélder Carita considera este facto ao referir “*Se a torre, pelo seu carácter de perenidade (...) surge como o elemento físico mais remoto dos antigos paços e solares, a documentação medieval dá-nos notícia da existência de paços com funções de habitação, anteriores ao estabelecimento do modelo de casa-torre*”<sup>11</sup>. De difícil estudo pela inexistência de vestígios anteriores ao século XV, José Custódio Vieira da Silva recorre à análise etimológica da palavra *paço* para entende a origem do paço medieval. Assim sendo, existe uma relação entre as palavras *paço*, *sala* e *sobrado*, mencionadas em vários documentos da época, para designar a habitação senhorial.

<sup>9</sup> SILVA, José Custódio Vieira da; “Paços Medievais Portugueses”; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR); 1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002; p. 35;

<sup>10</sup> Idem, p.283;

<sup>11</sup> CARITA, Hélder; CARDOSO, Homem; “A Casa Senhorial em Portugal”; ed. Leya, Lisboa, dezembro, 2015; p.25;



Primeiramente o termo *paço* deriva do “*latim palatium, nome primitivo da colina palatina onde Augusto e sucessores estabeleceram a sua residência*”<sup>12</sup> “O termo passou muito cedo a designar a própria residência do imperador e, posteriormente, por semelhança, alargou a sua significação aos grandes palácios da nobreza patricia”<sup>13</sup>. É com o Conde D. Henrique (1066-1112) ao referir-se a umas terras em Guimarães que se utiliza o termo *palatium*. A partir de finais do século XIII, com D. Dinis (1261-1325), o termo começa a ser usado em português, como *paaço*, adquirindo a forma definitiva a partir do século XVI: *paço*.

O segundo termo referido é *sala*, “do francês *salle* [que] provém, por sua vez, do frâncico *salla*. A raiz germânica desta palavra tem a ver com a habitação dos povos bárbaros cuja vida nómada, não necessitando que casas sumptuosas e cómodas, sublinhava apenas a importância de uma grande tenda ou da maior cabana para o chefe se reunir com os seus guerreiros”<sup>14</sup>.

Com a evolução semântica da palavra, *sala* mantém o significado inicial, traduzindo-se numa das mais importantes compartimentações no paço medieval, não só pelas dimensões, mas também pelas funções, servindo de dependência destinada os actos mais importantes.



em cima

29. Planta da colina palatina. P. Corbellini. 1925.

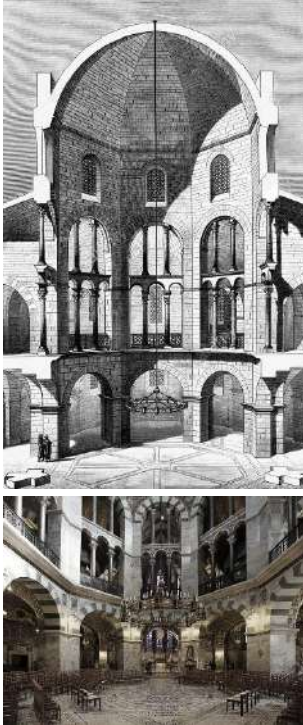
em baixo

30. Palácio Normando em Palermo. Exemplo de palácio da nobreza construído na posição mais elevado do núcleo urbano. Autor desconhecido. s/d.

<sup>12</sup> SILVA, José Custódio Vieira da; “Paços Medievais Portugueses”; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR); 1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002; p. 19;

<sup>13</sup> CARITA, Hélder; CARDOSO, Homem; “A Casa Senhorial em Portugal”; ed. Leya, Lisboa, dezembro, 2015; p.19;

<sup>14</sup> M. C. Azevedo, “I Palazzi tardoantichi e Altomedievali”; in “Casa, Città e Campagna, nel Tardo Antico e nell’Alto Medioevo”; Galatina; Congedo Editore; 1986; in SILVA, José Custódio Vieira da; “Paços Medievais Portugueses”; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR); 1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002; p. 21;



em cima

31. Modelo de uma capela carolíngia. Relação entre a tribuna do imperador e o piso térreo. Autor desconhecido. 2008.

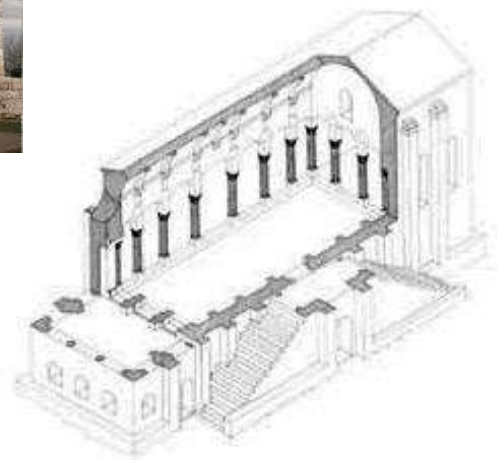
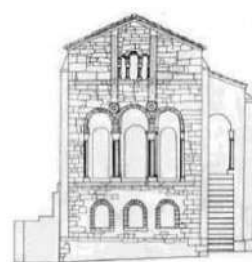
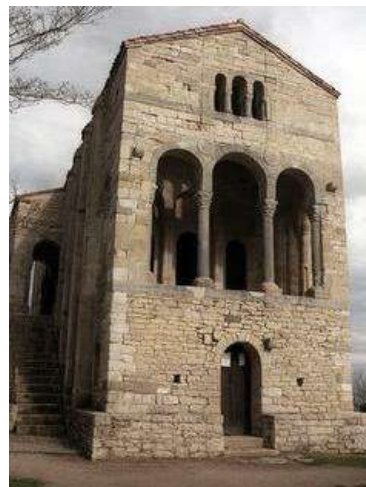
32. Capela Palatina em Aachen. F. Lirola. 2014.

ao lado, à esquerda

33. Paço Santa María del Naranco, em Oviedo. Varanda, situada no piso nobre, com vista para a paisagem. Autor desconhecido. 2014.

34. Alçado do Paço Santa María del Naranco. Relação entre a altura do piso nobre e o piso térreo. Autor desconhecido. s/d.

35. Modelo tridimensional do Paço Santa María del Naranco. Construído no século IX (?), apresenta característica do paço medieval, a sala de grandes dimensões e a varanda com vista para a paisagem, no piso nobre. Autor desconhecido. s/d.



O terceiro termo remete para a palavra *sobrado*, “associada a paço e a sala como outra designação das habitações da nobreza, distintas das residências comuns não só pelas dimensões mais avantajadas e número maior de dependências como também pela elevação em dois pisos: o térreo e o sobrado”.<sup>15</sup>

Considerando o estudo de José Custódio Vieira da Silva, a origem do *paço medieval* deriva dos vocábulos: *paço*, *sala* e *sobrado*. Numa relação entre *palatium*, herança romana e *salla* de origem germânica, o *paço* surge como habitação medieval de reis e da nobreza. Ainda, numa tentativa de compreensão da génese do paço medieval diz Vieira da Silva “O modelo mais próximo e que, talvez de forma mais directa, terá influenciado o paço medieval, é o palácio carolíngio”. Relacionando a tribuna do imperador com as varandas que caracterizam o *sobrado*.

<sup>15</sup> SILVA, José Custódio Vieira da; “Paços Medievais Portugueses”; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR); 1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002; p. 21;

## 2.2 A construção de Paços Medievais a partir do século XV

### A dinastia de Avis e os novos Paços

Se identificarmos a ideia de “senhor” inerente a um tempo medieval, onde a estruturação socio-territorial era feita a partir desses domínios senhoriais, que se assumiam como símbolos máximos do poder feudal, reconhecemos a importância dos *paços medievais* como pontos estruturantes para a hierarquização desses mesmos territórios. Assim, *“O paço assume-se (...) como habitação por excelência da nobreza (...) é também um dos símbolos mais convincentes do poder feudal, de forma exemplar, já que as suas dimensões e o conjunto de aprestos agrícolas que possui resumem, de forma exemplar, a organização da sociedade e economias medievais”*<sup>16</sup>.

É no século XV e XVI que as progressivas mudanças começam a ditar uma nova realidade. Com o final da Idade Média e a transição para a Idade Moderna, a estruturação da sociedade sofre alterações profundas. As transformações que foram sendo impostas, por toda a Europa, começam a por em causa os modos de vida e, consequentemente, a ordem social de um tempo medieval. Começam a gerar-se novas dinâmicas socioculturais que vão alterar a estruturação da sociedade. Em Portugal, a aclamação de D. João I (1357-1433), em finais do século XIV, marca, também, uma grande viragem sociopolítica no reino português. Uma maior segurança e estabilidade é criada pela nova autoridade real, apoiada por uma “nova aristocracia”.



em cima

36. Batalha de Aljubarrota. *Crónica de Grã-Bretanha* de Jean de Wavrin. 1445.

em baixo

37. Retrato de D. João I, Mestre de Avis. Autor desconhecido. Século XV.

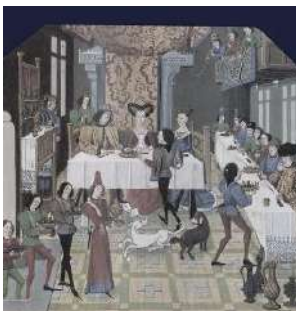
<sup>16</sup> SILVA, José Custódio Vieira da; “Paços Medievais Portugueses”; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR); 1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002; p. 35;

Segundo Hélder Carita “(...) consequência de um período medieval sem um verdadeiro feudalismo, Portugal encontra-se no século XV sem as lutas internas de unificação do poder real que assolavam a Europa. A força incontestável da nova família real, rodeada de uma burguesia comerciante em parte elevada à situação social de aristocracia, (...), irá dar início a um dos períodos mais decisivos da definição de um sentido histórico português”<sup>17</sup>.

Esta realidade desencadeada com a instauração da Casa de Avis, trouxe uma nova organização territorial assente nos modos de vida da época. A corte desloca-se definitivamente para Lisboa e a partir da segunda metade do século XV assiste-se a um maior povoamento nas regiões envolventes, com a fixação das grandes famílias do Norte do país. Na evolução da casa senhorial, estas deslocações para o Sul do país, vão traduzir-se em novas formas de entender o espaço arquitectónico e numa uma forma diversa de habitar.

Símbolos de poder e ostentação, a construções de grandes *paços* nobres e reais multiplica-se, “de acentuada monumentalidade, estes paços testemunham uma realidade política e cultural intimamente ligada a uma crescente centralização do poder real e a uma política de alianças com as famílias reais europeias”<sup>18</sup>. Uma das razões fundamentais para a construção destes novos paços provem das “mudanças sociais, dando origem ao aparecimento de novas linhagens (...) de que essa nobreza necessita para afirmar a recente fidalguia.”<sup>19</sup>

Tais mudanças socioculturais proporcionam uma transformação das condições de vida, maior riqueza com uma “nova burguesia” e as novas noções de um conforto que já não se dispensava, dão origem á construção e renovação das habitações da nobreza e de uma elite aristocrata.



em cima

38. Festin d'apparat.

La table d'honneur est isolée sous un dais, tandis que le gros des convives se répartit le long d'une table, dont ils n'occupent qu'un côté. Le ballet des serviteurs est mené par le maître d'hôtel, tandis qu'au buffet et près du prince veillent d'autres officiers de bouche, prêts à répondre à ses moindres désirs. Des musiciens égayent le repas.

*Histoire d'Olivier de Castille et d'Artus d'Algarbe. 1474.*

em baixo

39. Terreiro do Paço da Ribeira. Dirk Stoop. 1650.

<sup>17</sup> CARITA, Hélder; CARDOSO, Homem; “Oriente e Ocidente nos Interiores em Portugal”; Livraria Civilização Editora; 2ª reimpressão; 1999; p. 23;

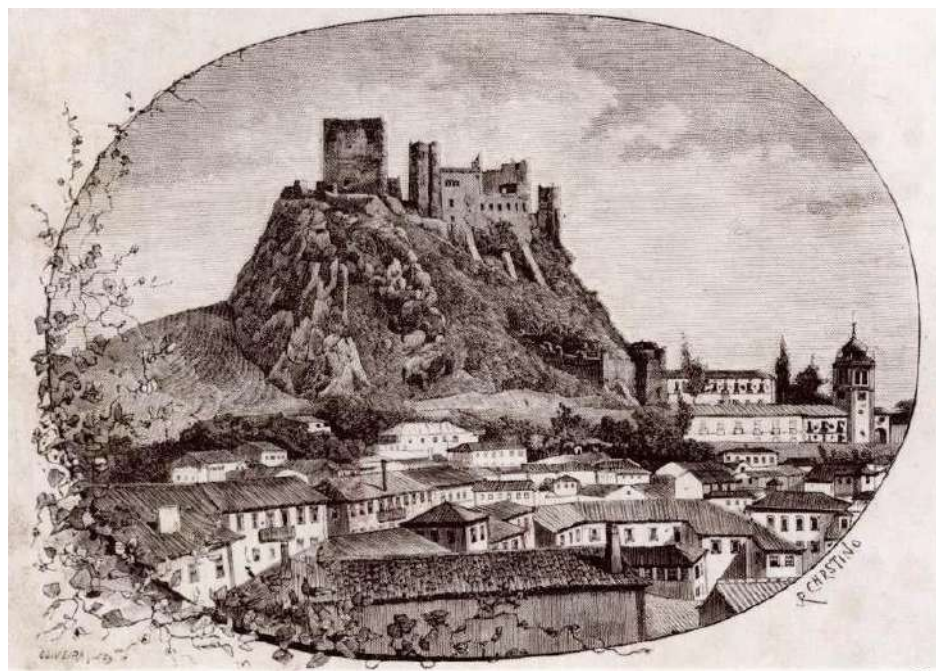
<sup>18</sup> Idem, p. 31;

<sup>19</sup> SILVA, José Custódio Vieira da; “Paços Medievais Portugueses”; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR); 1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002; p. 119;

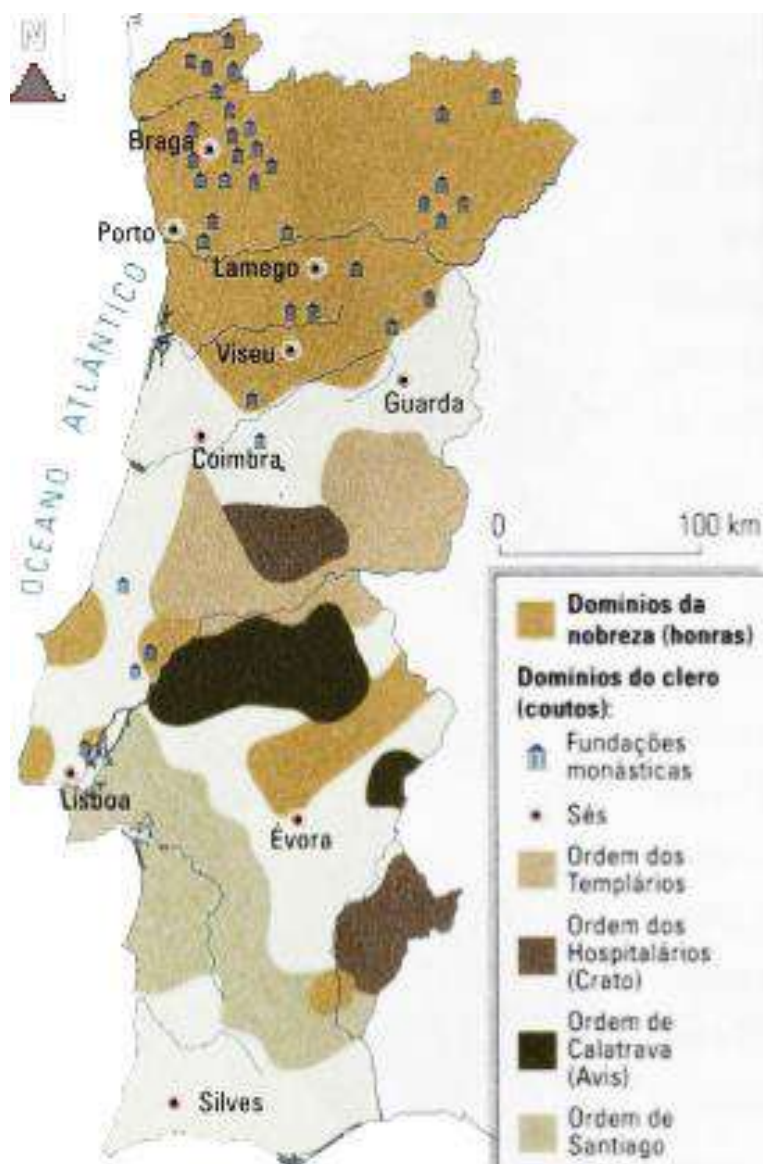
A definição destes novos *paços* representa a importância que a arquitectura doméstica assume para a nobreza neste tempo de mudanças.

Igualando-se às cortes Europeias, D. João I revela-se mecenas na protecção da cultura e como grande impulsionador das artes. O Mosteiro da Batalha é o testemunho desta realidade no panorama da arquitectura gótica em Portugal. Mas a construção de novos *paços* e a remodelação de outros foi a tarefa que mais se dedicou. Entre as diferentes obras promovidas por D. João I, referentes à arquitectura doméstica, destaca-se o Paço régio de Leiria e as obras de transformação no Paço de Sintra. D. João I torna-se no rei que mais responsabilidade teve na evolução da arquitectura no final da Idade Média.





40. Paço de Leiria. Desenho de J. R. Cristino. 1894.



41. Distribuição dos senhorios durante a Idade Média. Adaptado de Oliveira Marques. *História de Portugal*. 1973.

### Paços rurais e Paços urbanos

O *paço* assume-se como a habitação de reis, nobres e dignitários do clero e tinham funções de protecção e hierarquização social do território, como vimos já.

Assim, a relevância que o *paço* adquire ao nível da estruturação do território permite deduzir a sua predominância no mundo rural. A variedade de *quintas* que cada membro da nobreza possuía, como elemento constituinte das “*honras*”, leva-nos, imediatamente, à relação da *quinta* com a casa, fossem elas *casas-torre* ou *paços*. Diz José Custódio Vieira da Silva, “*Se (...) não restarão duvidas sobre a definição das quintãs como elemento constituinte das honras, (...) e, ao mesmo tempo, destacar, no quadro da constituição de uma quintã, a importância decisiva que a casa aí construída assume.*”<sup>20</sup>

Para reforçar a ideia de predominância dos *paços* rurais sobre os *paços* urbanos, recorremos, mais uma vez, ao estudo de José Custódio Vieira da Silva, já que o autor apresenta ou relembra as estatísticas realizadas por J. Leite de Vasconcellos sobre as localidades que têm *paço* ou *paços*, numa totalidade de 473 povoações. Assim, este estudo revela, 328 no Norte, 78 no Centro e 67 no Sul.<sup>21</sup> Podemos concluir que o maior número de *paços* se encontra no Norte, mais concretamente entre o Douro e o Minho, e o número vai diminuindo à medida que caminhamos para Sul. A nobreza, em Portugal, vive predominantemente no Norte, a deslocação para o Sul acontece com maior incidência no século XIV, por razões anteriormente referidas.

---

<sup>20</sup> SILVA, José Custódio Vieira da; “*Paços Medievais Portugueses*”; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR); 1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002; p. 60;

<sup>21</sup> Idem, p.82;



Embora a nobreza detenha um grande número de *paços* em ambiente rural, os monarcas também construíam e possuíam um conjunto de *paços* régios inseridos em ambiente campestre. Situados, maioritariamente, ao longo da faixa litoral do país, mais especificamente nos arredores das grandes cidades, sobretudo em Lisboa e Santarém, estes *paços* “destinados ao veraneio, recebimento de impostos e, sobretudo, ao aprovisionamento de carne, efectuado através de caçadas (...) desporto favorito da nobreza”<sup>22</sup>.

Dentro destes *paços* régios em ambiente rural podemos destacar: no Minho, o paço Condes de Barcelos, o paço do Marquês de Ponte de Lima, o paço em Darque (Viana do Castelo), hoje inexistente, mas de existe a referência datada de 1527. Na região de Lisboa: salienta-se o paço de Xabregas. Tanto o paço do Lumiar como o paço de Frielas, este último construído por D. Afonso III (1210-1279) desapareceram com o tempo. Ainda em Lisboa, atribui-se a construção do paço de real de Belas e do paço da Serra d’el-Rei em Peniche a D. Pedro (1320-1367). No Alvito, Alentejo, o rei D. Dinis (1261-1325) amplia o paço Água de Peixes.



---

<sup>22</sup> SILVA, José Custódio Vieira da; “Paços Medievais Portugueses”; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR); 1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002; p. 83;



(página oposta)

à esquerda

**42.** Fachada Este do Paço Condes de Barcelos ou Paço Duques de Bragança em Barcelos. DGPC. 2005.

à direita

**43.** Paço Condes de Barcelos ou Paço Duques de Bragança em Barcelos. D.G.E.M.N. s/d.

em cima, à direita

**44.** Paço de Xabregas. *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa* de Francisco de Holanda. 1571.

ao centro, à esquerda

**45.** Fachada Sul do Paço do Marquês de Ponte de Lima. CM Ponte de Lima. s/d.

ao centro, à direita

**46.** Fachada principal (Norte) do Paço do Marquês de Ponte de Lima. CM Ponte de Lima. 2017.

em baixo

**47.** Fachada principal (Nascente) do paço da Serra D'el-Rei em Peniche. JF Serra D'el Rei. 2018.



Enquanto realidades urbanas, surgem predominantemente no interior de castelos ou cidades fortificadas. A posse de *paços* em meio urbano é um privilégio exclusivo de reis e bispos. Os *paços das alcáçovas*, são residências fortificadas, inseridas no interior de cercas dos castelos onde dominavam o território. Pertencentes aos reis, estavam espalhadas pelas principais cidades, surgem pela influência da cultura árabe na Península Ibérica. *Paços* de carácter urbano, para além da função habitacional, simbolizava o poder político e a ordem social. Inicialmente utilizados apenas para pernoitar quando se deslocavam às cidades, adquiriam pouca importância para os monarcas.

É preciso chegar ao século XV, para que as construções expressem grandeza arquitectónica, refletindo as novas condições de vida, associadas ao prestígio em construir *paços* em meio urbano. Salienta-se o *Paço da Alcáçova* de Lisboa, hoje em ruínas, o de Estremoz, Beja e a grande obra de D. João I (1357-1433), o *Paço* de Leiria, ou melhor, o *Paço Real da Alcáçova* de Leiria.



à esquerda

48. Detalhe das muralhas do castelo e do Paço Real da Alcáçova de Lisboa. *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão. 1505.

em cima

49. Vestígios da Alcáçova no interior das muralhas do castelo de S. Jorge. Julien G. 2017.

Após o terramoto de Lisboa em 1755 o Paço Real de Lisboa ficou muito destruído, actualmente restam apenas alguns elementos arquitectónicos que integravam a antiga residência real.

em baixo

50. Sala com arcos ogivais do Paço da Alcáçova de Lisboa. EGEAC. 2010.



à direita

**51.** Torre de menagem e Paço Real medieval de Estremoz. Autor desconhecido. s/d.

O edifício dos Paços do concelho, juntamente com a torre de menagem é o que resta da Alcáçova de Estremoz.

em baixo, à direita

**52.** Paços do concelho de Estremoz. Edificado, provavelmente no século XIV, no reinado de D. Afonso IV. Autor desconhecido. s/d.

em baixo

**53.** Pormenor da varanda do edifício dos Paços do concelho com arcos em ogiva. Autor desconhecido. 2017.



Os *paços episcopais* são os primeiros a serem claramente inseridos nas cidades. Símbolos do poder eclesiástico, pela importância religiosa, administrativa e cultural, eram construídos ao lado das sés, que se impunham pela grandeza do conjunto arquitectónico. Assumiam-se como núcleos de renovação e crescimento urbano, ao contrário das *alcáçovas*. Em cidades, como Porto e Braga, o poder eclesiástico sobrepunha-se ao dos monarcas, com os bispos muitas vezes a impedir a construção de *alcáçovas* no meio urbano.



54. Paço Episcopal de Braga. Autor desconhecido. 2017.

### Morfologia e organização do espaço

Se, anteriormente, a abordagem ao *paço* medieval enquanto estrutura hierarquizadora do território foi servindo propósitos simbólicos de representação e de afirmação social, e aceitando essas centralidades senhoriais como estruturas importantes na consolidação desses mesmos territórios, a conciliação dessa dimensão de poder, que poderiam ser militares, económicos ou ambos, com as necessidades de protecção e, sobretudo, enquanto estrutura habitacional, remete-nos para uma análise morfológica do *paço* senhorial, como resposta ao modo de vida e quotidiano da época, ou seja, agora, enquanto *casa*. Embora as características dos *paços* sejam pouco lineares, não existe uma clara distinção entre Norte e Sul ou entre rural e urbano, a verdade é que existem alguns elementos que ajudam a estabelecer esta diferenciação ou ligação entre estas várias realidades.

As já referias *casas-torre* adossadas a um corpo residencial, surgem pela necessidade de criar mais espaço habitacional com as novas noções de conforto exigidas na época, já que a torre por si só não dava resposta. A construção do corpo residencial vem dar resposta á preocupação em criar espaços hierarquizados e de circulação dominante horizontal. A adopção desta tipologia aparece mais frequentemente no Norte do país, em ambiente rural, devido á predominância da *casa-torre*. A hierarquia exterior que se exprime na persistência de um corpo mais alto, de "representação" militar -a torre- caracteriza as várias formas desta tipologia.

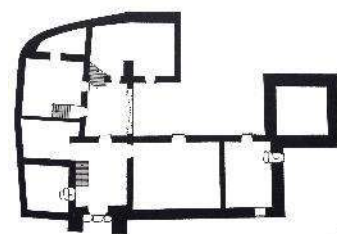
Assim, este tipo de casa senhorial pode aparecer com a torre adossada a uma ala residencial; com duas torres e um corpo de ligação entre elas; ou a torre em posição central <sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> AZEVEDO, Carlos de; "Solares Portugueses"; 2ª ed. Livros Horizonte; Mem Martins, 1988;

O primeiro tipo foi o mais usado, considerado como a forma mais genuína da casa nobre rural em Portugal, a ala residencial aparece como elemento contíguo à torre, com os antigos anexos em madeira a serem “petrificados”. Um dos maiores exemplos em Portugal deste tipo de forma é o Paço de Giela. Anteriormente referida a torre medieval, edificada no século XV, a ala residencial adossada a esta torre é construída em meado do século XVI, na época manuelina, *“constituído por um corpo rectangular (...) orientado no sentido Norte-Sul, a fachada principal volta-se a poente, estando a torre encaixada no ângulo Sul-Nascente. O alçado, de dois andares, compõe-se, no piso térreo da fachada principal, de uma porta de arco quebrado tendo (...) o escudo dos Lima. (...) No segundo andar da fachada poente abrem-se (...) duas janelas rectangulares (...) Correspondem, interiormente, à sala – divisão principal do paço- que fica assinalada no exterior pela importância que o tratamento destes vãos reflete. As outras aberturas, são (...) despromovidas de qualquer ornato decorativo. (...) A organização interior é muito simples, repetindo o esquema no piso térreo e no piso nobre: neste, a sala, ao centro, está ladeada, à direita e à esquerda, por uma câmara idêntica, comunicando a última com outra mais pequena e que corresponderá (...) à traseira. Uma organização simples, mas muito racional e que repete (...) o esquema já ensaiado no paço joanino de Leiria e no de Belas”*<sup>24</sup>

Outros exemplos que se enquadram nesta tipologia é a Torre de Gomariz, em Vila Verde: a *casa-torre* é edificada em finais do século XV; o edifício longitudinal de dois pisos, anexo à torre, é erguido em finais do século XVI.



em cima

55. Vista geral do Paço de Giela. CM Arcos de Valdevez. 2018.

em baixo

56. Alçado principal (poente) e planta do piso térreo do Paço de Giela. *Solares Portugueses*, Carlos de Azevedo. 1988.

<sup>24</sup> SILVA, José Custódio Vieira da; “Paços Medievais Portugueses”; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR); 1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002; p. 168 e 169;



à direita

**57.** Vista geral da Casa do Castro. Autor desconhecido. s/d.

ao centro, à esquerda

**58.** Vista geral do Paço dos Barbosa em 1972. DGPC. 1972.

ao centro, à direita

**59.** Vista geral do Paço dos Barbosa. CM Ponte de Lima. 2018.

em baixo, à esquerda

**60.** Vista geral do Paço de Guela na primeira metade do século XX. *Palácios e Solares Portuguezes*, Gustavo de Matos Sequeira. 1980.

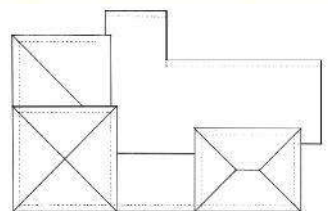
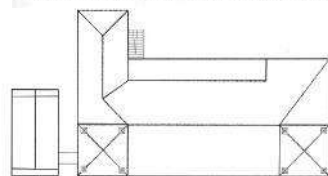
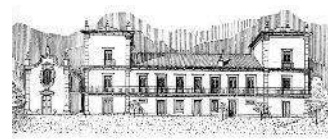
em baixo, à direita

**61.** Vista geral do Paço de Guela em 1996. Autor desconhecido. 1996.





O segundo tipo caracterizado por duas torres e um corpo de ligação entre elas, menos frequente que o primeiro, apresenta um esquema mais ambicioso para a época. O Paço dos Pinheiros, em Barcelos, enquadra-se nesta tipologia, uma *“construção, iniciada em 1448 (...) da casa forte que inicialmente, deveria comportar apenas a torre sul (...) e um pequeno corpo, a ele ligado, para poente. (...) já nos finais do século XV (...) para além de ter elevado o segundo piso do corpo poente, terá acrescentado também o pequeno pavilhão a sul (...), a segunda torre e o corpo residencial por detrás desta, criando-se um pequeno pátio interior”*<sup>25</sup>. Ainda são de referir o Solar do Requeijo, na região de Arcos de Valdevez, e o Solar dos Távoras em Pinhel, Guarda, casas senhoriais que também adquiriram esta solução arquitectónica.



em cima

62. Fachada principal (poente) do Solar do Requeijo. *Casas Senhoriais Portuguesas*, Francisco de Azeredo. 1978.

63. Planta da cobertura do Solar do Requeijo. D.G.E.M.N. 1974.

em baixo

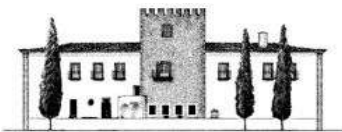
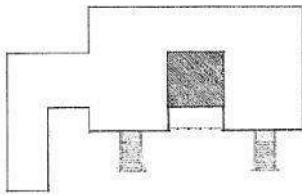
64. Vista geral do Solar dos Távoras. Desenho de Jorge Braga da Costa em *Casas Senhoriais do Distrito de Braga*. 1945.

65. Planta da cobertura do Solar dos Távoras. D.G.E.M.N. s/d.

à esquerda

66. Vista geral do Paço dos Pinheiros. D.G.E.M.N. 2005.

<sup>25</sup> SILVA, José Custódio Vieira da; *“Paços Medievais Portugueses”*; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR); 1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002; p. 174 e 175;



A última solução, de todas a menos utilizada, caracteriza-se pela torre rodeada com a estrutura residencial, ou seja, a torre no centro da casa. Esta solução arquitectónica aparece no Paço de Curutelo, na região de Ponde de Lima, *“que parece datar seguramente de 1532. Aí, a casa, de planta regular e bastante baixa, com paredes rematadas por parapeitos ameados, é já dominada pela massa da torre que irrompe do centro do edifício”*<sup>26</sup> e *“conjuga a simetria e regularidade da arquitectura civil renascentista com a torre de menagem medieval, que na época não possuía já um papel defensivo, mas que simbolizava nobreza e poder dos proprietários”*<sup>27</sup>. Com esta morfologia é de salientar a Torre de Aguiã, na região de Arcos de Valdevez, e a Casa de Amoreira da Torre, no Sul do país, em Montemor o Novo, Évora.

O reaproveitamento da *casa-torre*, no início do século XVI, é a forma mais comum de enobrecer as torres medievais. Símbolos das linhagens nobres das famílias, ganham uma nova importância com o acrescento de corpos residenciais.

em cima

67. Vista geral da Torre de Aguiã.  
Autor desconhecido. s/d.

68. Planta da Torre de Aguiã, com a torre assinalada ao centro. DGPC. 1943.

em baixo

69. Vista geral da Casa de Amoreira da Torre. Amoreira da Torre. 2015.

70. Alçado principal (nascente) da Casa de Amoreira da Torre. Amoreira da Torre. 2015.

à direita

71. Vista geral do Paço de Curutelo.  
Autor desconhecido. s/d.



<sup>26</sup> AZEVEDO, Carlos de; “Solares Portugueses”; 2ª ed. Livros Horizonte; Mem Martins, 1988; p. 31;

<sup>27</sup> [www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt) de Catarina Oliveira

Se no Norte do país a casa senhorial é estruturada através da torre medieval, no Centro e Sul esta representação militar é meramente simbólica, atribuindo o pátio murado como principal elemento morfológico. Esta ilação por parte de Helder Carita <sup>28</sup>, torna o seu estudo bastante afirmativo quanto à permeabilidade de influências que possam existir entre a casa senhorial da região do Norte e da região do Sul. Numa época em que a segurança era reduzida, a necessidade de defesa aliada a questões de intimidade, caracterizam a organização estrutural do *paço*, ou seja, os *paços* fecham-se para o exterior e estruturam-se para dentro. A adopção do pátio murado em frente da habitação, como principal elemento morfológico de um modelo de *paço* mais civilista, representa este “fechar para o exterior” numa ideia de protecção e isolamento. Este “*modelo de paço, de características mais urbanas, (...), com uma estrutura arquitectónica de pendor civilista, voltada para o interior, é caracterizado por um programa espacial que se recolhe sobre pátio e jardim cercados por muros altos (...)*”<sup>29</sup>. Esta grande “sala a céu aberto”, que era o pátio, estabelece a transição do interior para o exterior, pois além das funções de recebimento dos convidados do senhor eram palco de grandes festejos. A ausência de escadas pelo exterior marca, mais uma vez, a ideia de protecção e hierarquia. As escadas de acesso ao piso nobre eram feitas pelo interior: estas eram geralmente de madeira, e de dimensões muito reduzidas e íngremes, já que o objectivo era serem retiradas em caso de alarme ou por uma questão de hierarquização poder, “dificuldade em chegar ao piso nobre”. Se de início as escadas eram interiores de madeira, posteriormente evoluíram para escadas de pedra, no século XVI a questão da protecção começa a perder relevância e tornam-se, até, elementos exteriores.



em cima

**72.** Ilustração da vista parcial do Paço Real de Sintra, ainda com o muro que dava acesso ao pátio interior. Este pátio murado foi demolido entre 1912 e 1921. Arquivo CM Sintra. s/d.

(página oposta)

em baixo

**73.** Vista aérea do Paço Real de Sintra. CM Sintra. 2017.

<sup>28</sup> CARITA, Helder; CARDOSO, Homem; “A Casa Senhorial em Portugal”; ed. Leya, Lisboa, dezembro, 2015; p. 25;

<sup>29</sup> Idem, p.41;



em cima, à direita

**74.** Planta de Sintra em 1850. A azul o Paço Real de Sintra, a amarelo o pátio murado, a vermelho as casas de aposentadoria (A e B) que viriam a ser demolidas juntamente com a entrada (C) entre 1912 e 1921. Sem escala. Arquivo CM Sintra. 1850.

ao centro, à esquerda

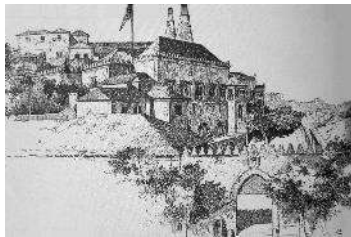
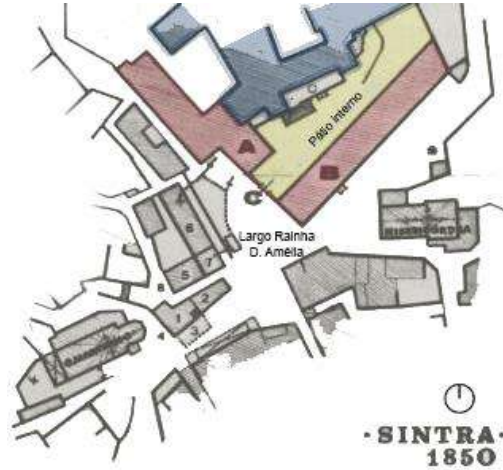
**75.** Ilustração com o Paço Real de Sintra a partir do largo D. Amélia, ainda com o muro e entrada que dava acesso ao pátio interior. Arquivo CM Sintra. s/d.

**76.** Largo Rainha D. Amélia. Arquivo CM Sintra. s/d.

**77.** Jardim dos Príncipes. Autor desconhecido. 2013.

ao centro, à direita

**78.** Planta geral do Paço Real de Sintra, com identificação das diferentes épocas de construção do paço. História da Construção, CITCEM. 2013.



Quanto ao andar nobre, alpendre, escadas e o pátio, diz Hélder Carita:

*“Na sua relação com o pátio, estas escadas e alpendres reforçavam a nobilitação do andar nobre, permitindo aos senhores de casa usufruir de uma espécie de tribuna sobre o espaço do pátio, onde, em momentos especiais, se desenrolavam danças e garraizadas. Mas a importância que o pátio murado assume nesta tipologia parece encerrar outros significados mais subtis. À relação de altura que o andar nobre e as escadas impunham aos que se situavam numa esfera inferior do quotidiano, o pátio murado, ao reforçar uma relação entre interior e exterior, alia um outro domínio do inacessível (...) Mais do que uma relação entre baixo e alto, confrontamo-nos com domínio do escondido, do oculto, do velado, com acesso restrito aos iniciados. Interpondo-se entre o exterior e o interior da casa, o pátio murado de entrada reforça um percurso de aproximações à intimidade, com profundas implicações no desenvolvimento da estrutura arquitectónica que tende a recolher-se no interior, diluindo o valor e significado da fachada exterior.”*<sup>30</sup>

Outra característica deste modelo civilista era a criação do *horto*, situado na parte posterior da habitação. Inicialmente surgem como hortas, meio de subsistência que forneciam fruta e legumes, mas a partir do século XIV, estes espaços transformam-se em lugares privados de repouso e recreio, *“em que predominam, a par de outras plantas aromáticas, as árvores de fruto, particularmente as laranjeiras e os limoeiros.”*<sup>31</sup>, muralhados e decorados, descritos como *“jardim do prazer”*.

Este modelo de *paço-pátio*, adquire grande predominância nas regiões de Lisboa e do Alentejo, com a localização de vários exemplos desta tipologia.

(página oposta)

em cima, à esquerda

**79.** Planta do piso térreo do Paço Sempre Noiva. Sem escala. *Paços Medievais Portugueses*, José Custódio Vieira da Silva. 1995.

em cima, à direita

**80.** Vista aérea da quinta onde se insere o Paço Sempre Noiva. A tracejado azul, o paço, e a amarelo, o pátio. Sem escala. Adaptado pela autora do google earth. 2018.

ao centro, à esquerda

**81.** Desenho do Paço Sempre Noiva segundo Albrecht Haupt. *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Albrecht Haupt. 1986.

ao centro, à direita

**82.** Desenho da fachada poente do Paço Sempre Noiva segundo Albrecht Haupt. *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Albrecht Haupt. 1986.

em baixo, à esquerda

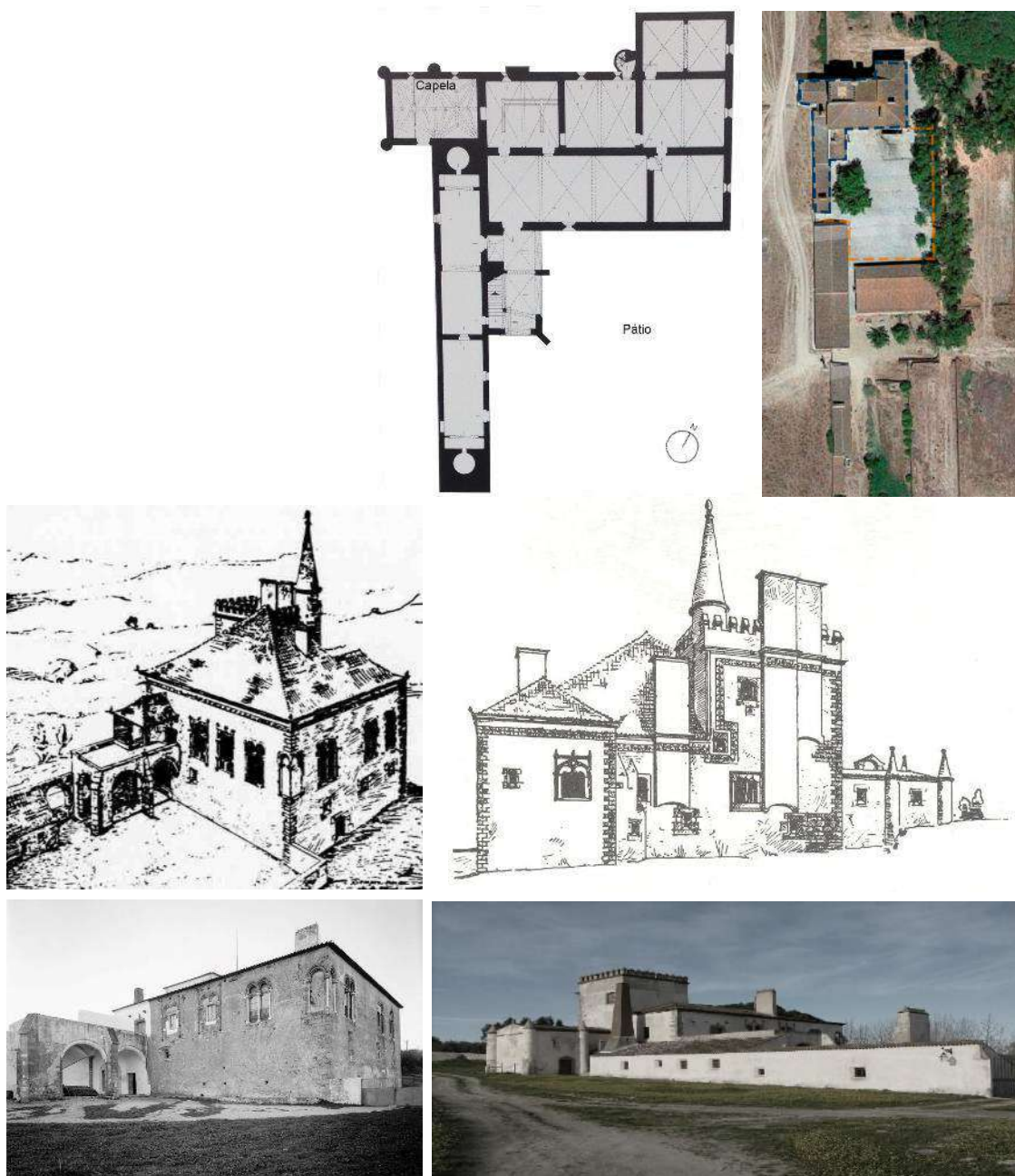
**83.** Fachada principal (sul) do Paço Sempre Noiva, tirada a partir do pátio. DGPC. 1949.

em baixo, à direita

**84.** Vista geral do Paço Sempre Noiva. Fotografia de Rui Antunes. 2015.

<sup>30</sup> CARITA, Hélder; CARDOSO, Homem; “A Casa Senhorial em Portugal”; ed. Leya, Lisboa, dezembro, 2015; p. 45;

<sup>31</sup> SILVA, José Custódio Vieira da; “Paços Medievais Portugueses”; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR); 1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002; p. 34;





Exemplo que podemos integrar neste modelo de *paço* urbano na região de Lisboa é o Paço Real de Belas, posteriormente analisado com mais detalhe. Podemos considerá-lo como que uma réplica, embora de menores dimensões do Paço Real de Sintra. Ainda referente a este modelo, agora no Alentejo, temos o Paço Sempre Noiva, em Arraiolos, *“Este paço era, sem dúvida, um dos mais belos edifícios de transição do século XV para o século XVI e, apesar de barbaramente desfigurado por mutilações e acrescentos, impõe-se ainda como um dos edifícios mais importantes da arquitectura civil do Alentejo (...) Embora anunciando grande progresso, o Paço da Sempre-Noiva, portanto, está ainda francamente preso a concepções góticas e, quer na estrutura, quer na decoração, apresenta um predomínio de elementos do gótico final”*<sup>32</sup>. Outro exemplar é o Paço Água de Peixes, no Alvito, *“Mais monumental, mas igualmente presa à arquitectura gótica (...) adopta uma planta diferente, bastante regular, com amplo pátio interior, de arcadas e contrafortes de topo chanfrados (tipo gótico) (...) Embora a fundação date do século XIV, as janelas de arcos ultrapassados são característica do final do século XV”*<sup>33</sup>.

(página oposta)

em cima, à esquerda

**85.** Planta do piso térreo do Paço Água de Peixes. Sem escala. *Solares Portugueses*, Carlos de Azevedo. 1988..

em cima, à direita

**86.** Vista aérea da quinta onde se insere o Paço Água de Peixes. Sem escala. Google earth. 2013.

ao centro, à esquerda

**87.** Terreiro fronteiro e porta do Paço Água de Peixes. D.G.E.M.N. s/d.

ao centro, ao centro

**88.** Fachada Norte, à direita, e terreiro fronteiro, à esquerda, do Paço Água de Peixes. Diferença entre os vãos do piso nobre, de influências mudéjares, e os vãos do piso térreo. Fotografia tirada do pátio de entrada. Autor desconhecido. s/d.

ao centro, à direita

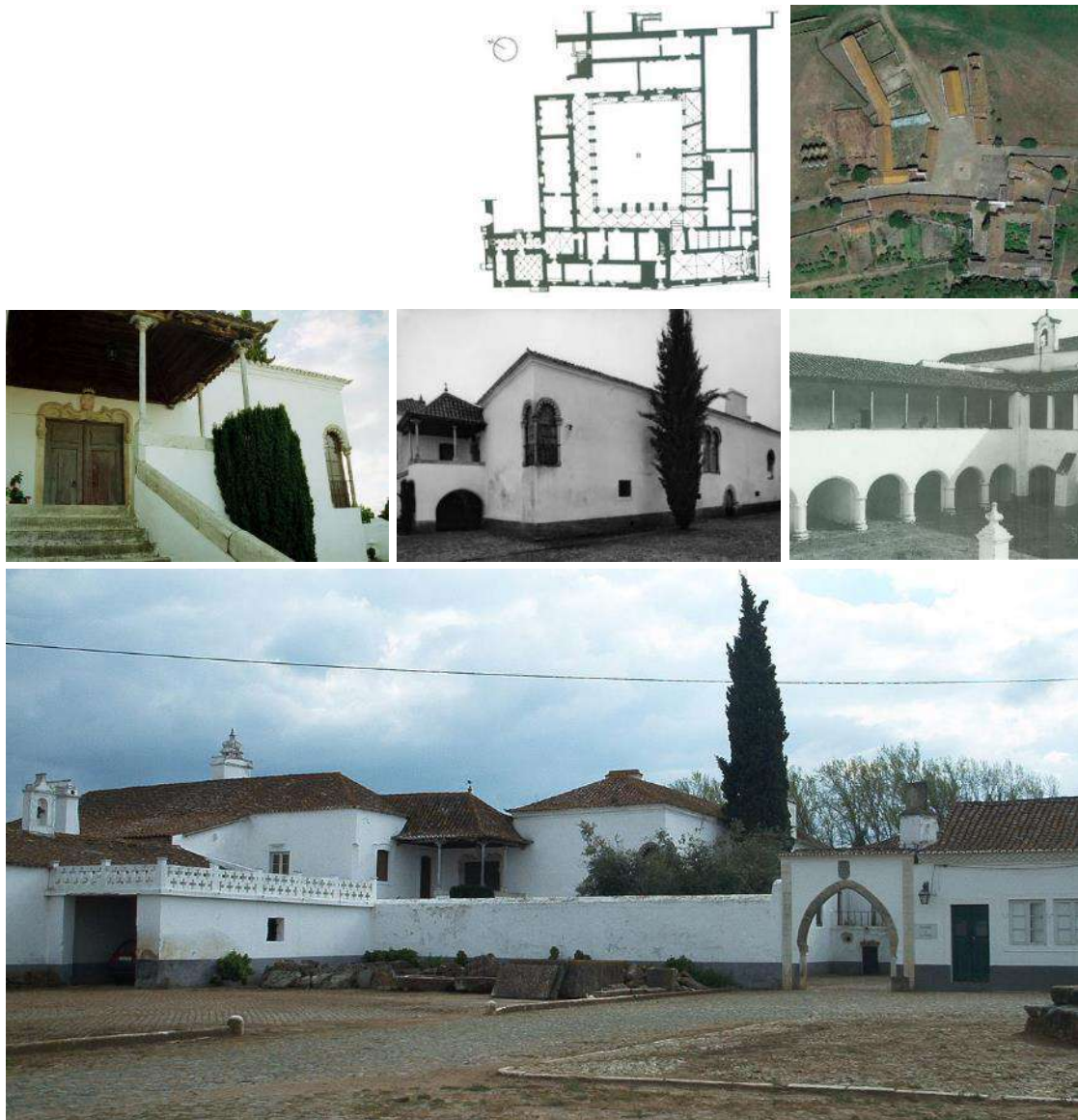
**89.** Pátio interior. Autor desconhecido. Anos 60.

em baixo

**90.** Vista geral do Paço Água de Peixes com a porta para o pátio de entrada, a partir do largo do cruzeiro. Autor desconhecido. 2004.

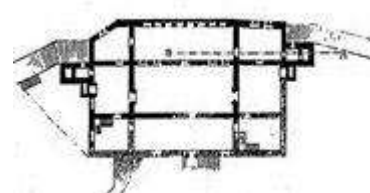
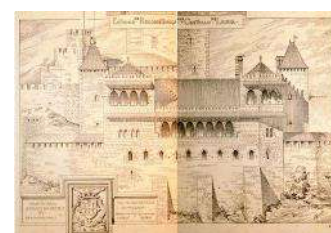
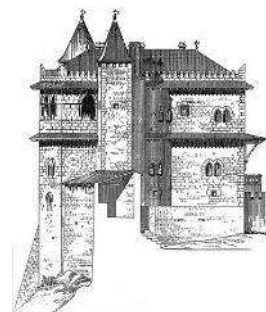
<sup>32</sup> AZEVEDO, Carlos de; “Solares Portugueses”; 2ª ed. Livros Horizonte; Mem Martins, 1988; p. 42 e 43;

<sup>33</sup> Idem, p. 43 e 44;





Se no Norte e no Sul os *paços* senhoriais adquirem características mais civilistas pelas mudanças das condições de vida, embora com algumas diferenças em termos regionais com a utilização de diferentes elementos morfológicos, os paços urbanos localizados nas grandes cidades, dentro das muralhas, continuam a deter uma linguagem fortificada. Se o Paço de Sintra dá origem a uma matriz, mais civilista, de *paço-pátio* que se desenvolve sobretudo no Sul, o Paço de Leiria inaugura uma série de paços acastelados afectos a um modelo de *paço-torre* de feição militar<sup>34</sup>. Assim, na relação entre habitação senhorial e funções de defesa, as *alcáçovas* são autênticas fortalezas que marcam com imponência a paisagem. Estes *paços* não só se inserem dentro do recinto fortificado como muitas vezes aproveitam a muralha como paredes do próprio paço, assim acontece em Leiria, “*a sua fachada principal, voltada para a cidade, ergue-se sobre o muro da fortaleza (...) a composição de duas torres protegendo uma graciosa varanda central (...) Se aquelas torres mantêm o aparato militar que é insígnia da nobreza, a desenvolvida varanda introduz,(...), um sentido de requinte característico do viver tardo-medieval, transformando-se em miradouro privilegiado que possibilita a fruição da paisagem da vila e dos campos envolventes*”<sup>35</sup>.



em cima

91. Alçado Este do Paço de Leiria, na época de D. João I. Relação do paço com o terreno. D.G.E.M.N. Século XIX.

ao centro

92. Alçado principal (sul) do Paço de Leiria, na época de D. João I (século XIV). DGPC. Século XIX.

em baixo

93. Planta do piso nobre do Paço de Leiria. D.G.E.M.N. Século XIX.

<sup>34</sup> CARITA, Hélder; CARDOSO, Homem; “A Casa Senhorial em Portugal”; ed. Leya, Lisboa, dezembro, 2015; p. 35;

<sup>35</sup> SILVA, José Custódio Vieira da; “Paços Medievais Portugueses”; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR); 1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002; p. 120 e 122;

em cima, à direita

**94.** Planta do conjunto do castelo de Leiria: 1 - Paço de Leiria; 2 - Reduto, com torre de menagem a norte; 3 - Capela de Nossa Senhora da Pena; tudo circunscrito pela cerca. Sem escala. Planta adaptada pela autora da DGPC. 2018.



**95.** Vista aérea de todo o conjunto do castelo de Leiria, com o paço no canto inferior. Google earth. 2018.

ao centro, à esquerda

**96.** Varanda da fachada principal (sul) do Paço de Leiria. Cristina Pereira. 2013.

ao centro, ao centro

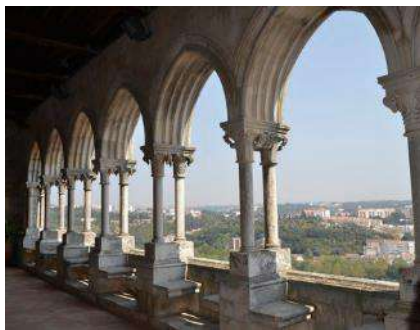
**97.** Torre de menagem do castelo de Leiria. António Ginja. 2017.

ao centro, à direita

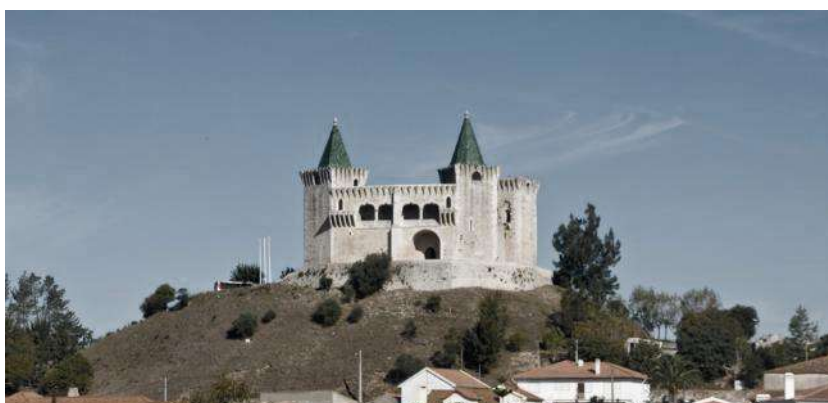
**98.** Fachada Norte do Paço de Leiria e a sua vista sobre a cidade. Autor desconhecido. 2016.

em baixo

**99.** Fachada principal (sul) do Paço de Leiria, construído sobre a cerca e com a torre de menagem ao fundo. Autor desconhecido. 2017.



Se o modelo de *paço-pátio* era “voltado para o interior”, as *alcáçovas* afastam-se desta característica com uma despreocupação na composição dos alçados exteriores. O *Paço* de Ourém e o *Paço* de Porto de Mós foram ambos promovidos por D. Afonso, Conde de Ourém (1402-1460). Construído entre 1450 e 1460, o *Paço* de Ourém, possuía características de arquitectura militar avançadas com sistemas de defesa modernos, constituído por duas torres onde atrás destas formava-se um pátio interior. O *Paço* de Porto de Mós, da mesma época que o anterior, apresenta características mais palacianas que o de Ourém. Trata-se de um “castelo” com uma praça de armas interior com dependências fechadas no seu redor, limitadas por muros altos formando um quadrilátero irregular, em que cada canto é rematado por torres. A fachada principal deste *paço* parece uma actualização da fachada principal do *Paço* de Leiria.



em cima

**100.** Vista geral do Paço de Ourém. Correio do Ribatejo. 2018.

em baixo

**101.** Vista geral do Paço de Porto de Mós. Rafael Lara. 2017.

(página oposta)

em cima, à esquerda

**102.** Corte longitudinal do Paço de Ourém. *Paços Medievais Portugueses*, José Custódio Vieira da Silva. 1995.

em cima, à direita

**103.** Torre principal e ao fundo torres dianteiras do Paço de Ourém. Bruna soares. 2017.

ao centro, à esquerda

**104.** Planta do piso térreo da torre principal e das torres dianteiras do Paço de Ourém. *Paços Medievais Portugueses*, José Custódio Vieira da Silva. 1995.

ao centro, à direita

**105.** Fachada principal (sul) do Paço de Ourém. CM Ourém. 2016.

ao centro, à esquerda

**106.** Planta do piso térreo do Paço de Porto de Mós. *Paços Medievais Portugueses*, José Custódio Vieira da Silva. 1995.

ao centro, à direita

**107.** Degradação do Paço de Porto de Mós em 1930. As obras de restauro começam em 1940. D.G.E. M.N. 1930.

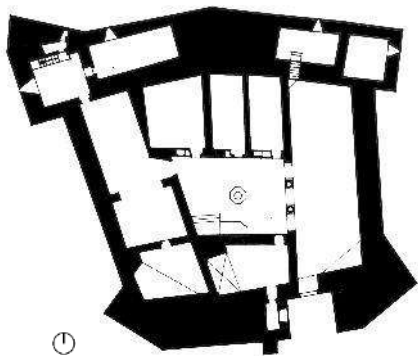
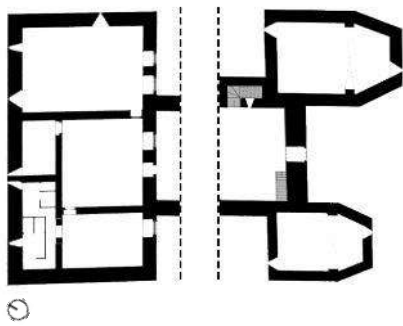
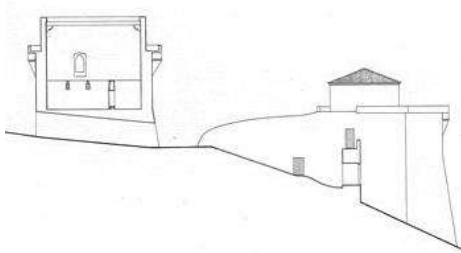
em baixo, à esquerda

**108.** Varanda da fachada principal (sul) do Paço de Porto de Mós. Rafael Lara. 2017.

em baixo, à direita

**109.** Fachada principal (sul) do Paço de Porto de Mós. Autor desconhecido. 2013.





Comum a todas as tipologias anteriormente referidas é a presença da capela. Inicialmente era um privilégio exclusivo dos reis, mantendo-se até finais do século XV. Com o passar do tempo, a capela é introduzida em *paços* da alta nobreza para uso exclusivo dos proprietários. No século XVI, assiste-se à introdução de capelas nos paços nobres, como se observa, no Paço da Sempre-Noiva, Paço Água de Peixes e no Paço Real de Belas. Para além do significado estético, a presença da capela como um dos principais elementos morfológicos, confere estatuto ao proprietário e enobrece o seu poder senhorial.

No Norte do país, a arquitectura doméstica continua presa à tipologia da *casa-torre*, principalmente em ambientes rurais. As formas robustas, de uma época medieval, vão permanecer como características das casas senhoriais durante todo o século XVI. Numa posição mais conservadora, que não está disposta à mudança, assiste-se à passagem da arquitectura da Idade Média directamente para a arquitectura do barroco. O estilo Renascentista, no Norte, é apenas utilizado para pequenas decorações.

No Centro e no Sul, pelo contrário, as novas ideias e formas do Renascimento fazem-se notar na arquitectura doméstica pois existe uma maior abertura para utilização de algo novo. Consequentemente, a evolução da casa senhorial é mais acelerada com a utilização de novos elementos quer na estrutura, na decoração ou na organização do espaço.



em cima

**110.** Capela do Paço da Sempre-Noiva. Xana Rosado. 2007.

ao centro

**111.** Capela do Paço Água de Peixes. Luís Isidro. 2013.

em baixo

**112.** Capela de Nossa Senhora da Pena, do Paço de Leiria. Autor desconhecido. 2004.

Em termos de organização interna do *paço* medieval, não existe uma diferenciação de paço em meio urbano ou em meio rural, a lógica da estruturação interna é aplicável de modo generalizada a todos os paços. Assim, tendo como princípio os vocábulos inicialmente abordados, *paço*, *sala* e *sobrado*, estamos perante uma primeira ideia da organização interna do *paço* medieval. Erguido normalmente em dois pisos, o piso térreo e o segundo, o piso nobre ou *sobrado*. O piso térreo é destinado aos serviços, localizam-se as dependências de apoio à vida doméstica da casa senhorial, cavalarias ou simplesmente a *loggia*.

O *sobrado* era o principal piso da casa, piso nobre, destinado à habitação. É neste piso que toda a organização interna do paço se vai estruturar. A sala é a divisão mais importante, a estruturação interna é desenvolvida a partir desta dependência, que resume em si a ideia de *paço*. Espaço de maiores dimensões, permite uma multiplicidade de usos, como festas, reuniões e recepção de todas as pessoas, ou seja, actos públicos. É a dependência mais exterior do *paço*, ou seja, marca a transição do exterior para o interior através de amplas janelas ou varandas que simbolizam a sua importância. A varanda do Paço de Leiria é exemplo desta monumentalidade. As outras dependências, as câmaras, localizam-se a seguir à sala, o número total de câmaras num paço dependia da sua grandiosidade.

No estudo de José Custódio Vieira da Silva, a essência da organização interna do paço medieval é descrita por D. Duarte num capítulo do *“Leal Conselheiro”*. *“Primeira, sala, em que entram todos os do seu senhorio que homiziados não são, e assim os estrangeiros que a ela querem vir. Segunda, câmara de paramento, ou antecâmara, em que costumam estar seus moradores e alguns dos notáveis do Reino. Terceira, será a “câmara do dormir, que os maiores e mais chegados de casa devem ver a entrada. Quarta, trescamaras, onde se costumam vestir, que para mais especiais pessoas para elo pertencentes se devem apropriar. Quinta, oratório, em que os senhores só algumas vezes cada dia é bem se apartarem para rezar, ler por bons livros, e pensar em virtuosos cuidados”*<sup>36</sup>. Esta hierarquia dá-nos uma sucessão de divisões, organizadas do mais exterior para o mais interior, consequentemente, progride da mais pública para a mais íntima: a sala onde todos podem ser recebidos excepto os “homiziados”; a antecâmara, na qual podem entrar os notáveis do reino; o quarto de dormir destinado aos mais chegados; a *trescamara* para vestir; e o oratório para a meditação. O espaço de dormir, não é nesta época, associado a restrição pública, e o oratório associado ao espaço mais íntimo. Outras características importantes e permanecem durante muitos séculos, é a inexistência de *“uma sala de jantar monofuncional e independente (...) pois o acto da refeição podia ocorrer em qualquer compartimento”*<sup>37</sup>. Esta sequência de compartimentos constitui a lógica de organização interior de um *paço*. As dependências vão surgindo por módulos sucessivos, já que era necessário passar por todas as câmaras até chegar ao espaço mais íntimo, o oratório. Torna-se evidente a inexistência de corredores nesta época. Percebe-se ainda que a ampliação dos paços medievais era feita com o acrescento de sucessivos módulos, as câmaras.

(página oposta)

em cima, à direita

**113.** Fachada sul da Torre de Aguiã. No piso térreo a loggia e no piso nobre a varanda que marca a transição do exterior para o interior. António Andrade. s/d.

ao centro, à esquerda

**114.** Sala principal do piso nobre do Paço de Leiria. Do lado esquerdo da fotografia situa-se a grandiosa varanda deste paço. Autor desconhecido. 2012.

ao centro, à direita

**115.** Uma das câmaras do Paço de Leiria. Braulio Patrício. 2018.

ao centro, à esquerda

**116.** Sala principal do piso nobre do Paço de Sintra. Conhecida como sala dos Cisnes, faz parte das grandes obras promovidas por D. João I no Paço de Sintra. Autor desconhecido. 2015.

ao centro, à direita

**117.** Loggia do Paço de Sintra. Tauromaquia. 2010.

em baixo, à esquerda

**118.** Sala dos Archeiros no Paço de Sintra. Uma das câmaras promovidas no reinado de D. Manuel I. Arquivo CM Sintra. s/d

em baixo, à direita

**119.** Sala das Pegas no Paço de Sintra. Uma das câmaras promovidas no reinado de D. João I. Manuel Nunes. 2012.

<sup>36</sup> D. DUARTE, *“Leal Conselheiro”*; ed. crítica e anotada por J. M. Piel; Lisboa; Livraria Bertrand; 1942; p. 303;

<sup>37</sup> FELICIANO, Ana Marta; LEITE, António Santos; *“A Casa Senhorial Como matriz da territorialidade; a região de Torres Vedras entre o tempo Medieval e o Final do Antigo Regime”*; ed. Caleidoscópio, Lisboa, 2016; p. 49;







O Paço como ‘habitação simbólica’ hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial

### 3 | A CULTURA COMO ESTRATÉGIA DE REVITALIZAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS

#### 3.1 Reabilitação e preservação do património

*“Querer e saber “tombar” monumentos é uma coisa. Saber conservá-los fisicamente e restaurá-los é algo que se baseia em outros tipos de conhecimento. Isso requer uma prática específica e pessoas especializadas, os “arquitectos dos monumentos históricos”, que o século XIX precisou inventar.”<sup>1</sup>*

O interesse pelas questões do património tem vindo a aumentar desde o século XX, relativamente recente. A noção de património atinge uma dimensão subjetiva alvo de diferentes leituras e abordagens. Embora haja diferentes linhas de acção, a intervenção não pode ocorrer de forma generalizada, o conhecimento histórico do edifício a intervir, assim como, a marca identitária que o autor deixa na obra, mantém a intervenção como única. Também, a influência do restauro marcado por várias épocas e contextos, ditam a prática desses diferentes critérios e todos eles “(...) são passíveis de serem adoptados, cabendo ao monumento, através do seu estudo, determinar a intervenção possível e, eventualmente, ideal”<sup>2</sup>.

A consciencialização pelas questões do património e pela sua preservação surge no âmbito da revolução francesa. Embora estas noções já estejam presentes desde o Renascimento é a partir do século XIX que se intensificam e, no que respeita ao restauro propriamente dito, com o aparecimento de duas teorias opostas.

---

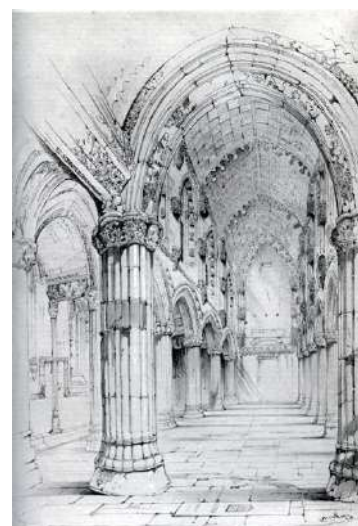
<sup>1</sup> CHOAY, Françoise; “A Alegoria do Património”; ed. original 1992; ed. 70 Artes e Comunicação; Lisboa, 1999; p. 149;

<sup>2</sup> PEREIRA, Paulo; “Acerca das Intervenções no Património Edificado. Alguma História”; [páginas não numeradas];

Por um lado, Viollet-le-Duc (1814-1879) incidiu o seu trabalho no restauro dos monumentos franceses, num período ligado ao estilo gótico. Segundo Viollet-le-Duc, *“Restaurar um edifício é restituí-lo a um estado completo que pode nunca ter existido num momento dado”*<sup>3</sup>, ou seja, a sua teoria intervencionista incide sobre a reconstrução e reconstituição de um edifício para a sua forma primitiva. Ignorar os acrescentos de outras épocas e a passagem do tempo e restaurar utilizando as características do estilo dominante, mesmo que esse não tenha sido o estilo original.

Se para Viollet-le-Duc (1814-1879), o restauro incide sobre o “projecto-cópia”, John Ruskin (1819-1900) defende uma teoria anti-intervencionista. Também ligado ao estilo gótico, Ruskin refere que o restauro não deve ser utilizado nos monumentos. O princípio da intervenção mínima acontece se os monumentos correrem o risco de desaparecer, deste modo, a ideia de conservar a ruína aparece como *“O trabalho das gerações passadas confere, aos edifícios que nos deixaram, um carácter sagrado. As marcas que o tempo neles imprimiu fazem parte de sua essência”*<sup>4</sup>. John Ruskin (1819-1900) aceita as modificações que o monumento sofre pela mão humana e pela passagem do tempo como marca integrante que lhes confere um carácter particular, ou seja, defende a preservação do edifício enquanto testemunho “vivo” da sua história.

A discussão entre as várias teorias vai progressivamente alterar as questões ligadas à intervenção no património. De Itália surge a teoria do restauro moderno por Camillo Boito (1836-1914), uma dualidade entre o “projeto-cópia” de Viollet-le-Duc e o “anti-restauro” de John Ruskin.



em cima

**120.** Aspecto do Paço de Leiria segundo projecto de Ernesto Korrodi.

Numa abordagem que se entende próxima da teoria de Viollet-Le-Duc, Ernesto Korrodi inicia as obras de restauro, no Paço de Leiria, em 1915 prosseguiram sob a sua direcção até 1933, altura em que a DGEMN assumiu a responsabilidade. A intervenção realizada pretendia reatribuir ao paço a sua forma original. CM Leiria. 2018.

em baixo

**121.** Desenho de John Ruskin da Capela de Roslin. John Ruskin. 1838

<sup>3</sup> CHOAY, Françoise; “A Alegoria do Património”; ed. original 1992; ed. 70 Artes e Comunicação; Lisboa, 1999; p. 156;

<sup>4</sup> CHOAY, Françoise; “A Alegoria do Património”; ed. original 1992; ed. 70 Artes e Comunicação; Lisboa, 1999; p. 154;

Por um lado, pretende recuperar a questão do restauro de Viollet-le-Duc, mas, por outro, reaviva a noção de autenticidade de John Ruskin. Camillo Boito apresenta uma abordagem que é mais científica, já que antes da intervenção era feita uma análise ao monumento, de modo a que se possível as reconstituições devessem ser evitadas; defendia ainda que os elementos novos que fossem introduzidos no edifício trouxessem materialidades diferentes, de forma a assumir a diferença entre o restauro e o edificado existente.

A partir do início do século XX, após a primeira guerra mundial e com as primeiras destruições em massa, a noção de património sofre alterações. A teoria do *restauro científico* por Gustavo Giovannoni (1873-1947) ampliava o conceito. Património já não abrange só o monumento único, como é alargado à escala urbana, considerando também os conjuntos e partes de cidade. Esta tese de Gustavo Giovannoni contribuiu para a redação da Carta de Atenas, em 1931. Este documento internacional vem regulamentar o restauro a nível mundial: destaca a importância da preservação do património, do seu valor histórico, assim como a da proteção da zona envolvente.

Com o final da segunda guerra mundial, a necessidade de reconstruir cidades e monumentos, trouxe, mais uma vez, novas consciências para o conceito de património. Surgem arquitetos como Cesare Brandi (1906- 1988), Roberto Pane (1897-1987) ou Renato Bonelli (1911-2004) que defendem a teoria do *restauro crítico*. Os critérios de intervenção são estabelecidos para cada caso em particular, não estabelecendo métodos pré-definidos, e reforçam a importância da distinção entre construção nova e a existente, método defendido muitas décadas antes e de modo pioneiro por Camillo Boito.

Estas premissas vêm influenciar a Carta de Veneza - Carta Internacional Sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, redigida em 1964. Este documento, de grande impacto em termos patrimoniais, confere uma importância às metodologias de conservação e restauro dos edifícios, com a definição do quadro metodológico para os trabalhos de restauro: respeito pela história do edifício e pela marca conjunta das diferentes épocas; a necessidade de trabalhos permanentes de manutenção e conservação como forma de evitar perdas patrimoniais; a possibilidade de reutilizar os edifícios para novos usos; tais operações de reutilização poderiam e deviam ter a marca contemporânea e assumi-la;

Desde então as questões ligadas ao património têm vindo a ser um tema cada vez mais amplo, mas ao mesmo tempo mais específico, com as convenções e cartas que posteriormente foram redigidas. A valorização do património tem aumentado os projectos de reabilitação de monumentos históricos, assim como, do edificado em geral. Para além dessa recuperação física, o património tem de ser encarado como testemunho de um passado e de um presente, enquanto organismo com a sua própria fisicalidade, mas também, enquanto organismo que pertence a uma sociedade. A sua requalificação não só acontece enquanto elemento único, mas valoriza todo o conjunto urbano onde está inserido pela sua importância histórica e cultural. A salvaguarda, revitalização e dinamização dos conjuntos urbanos surgem como resposta ao restauro e conservação do património, reconstituindo a qualidade de vida urbana.



122. Museu de Castelvecchio, Carlo Scarpa (1906-1978).

Defensor da teoria do restauro crítico, na obra de Scarpa lê-se a relação entre novo e antigo, assumindo e reconhecendo o percurso do edifício e as suas sucessivas fases e incluindo a visibilidade dos novos materiais, associados à arquitetura moderna. Autor desconhecido. 2007.

### 3.2 A importância da regeneração nos centros históricos

*“Ao longo do tempo, a desactualização de zonas da cidade - central ou periférica - chamaram a atenção pela necessidade de lhes dar novas funções. Frequentemente, a oportunidade gerada pelo envelhecimento de alguns dos equipamentos e bens urbanos aí localizados chamam a atenção para possíveis valorizações dos sítios em termos imobiliários, culturais e sociais”<sup>5</sup>*

O despovoamento e a desqualificação dos centros históricos são uma temática actual que tem sido discutida ao longo dos anos. Actualmente os centros históricos caracterizam-se pela perda de centralidade devido às migrações demográficas para a periferia, muitas vezes pela falta de condições que as construções mais antigas proporcionam. Apesar das potencialidades que oferecem pela sua diversidade cultural, social e económica, os centros históricos deixaram de ser, tendencialmente, apelativos à população: *“o Centro Histórico, outrora constituía o centro vital da urbe no seu complexo social, meios urbanos e de produção e de comércio, negócios e administração. Entretanto, a expansão física rompe este quadro, ao deslocar os setores produtivos, administrativos e residenciais, dando lugar à desertificação e envelhecimento da população residente, à pobreza e à degradação da atividade económica e dos edifícios.”<sup>6</sup>* Françoise Choay<sup>7</sup>, descreve a evolução do conceito Património e o desaparecimento dos centros

---

<sup>5</sup> MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João; FREITAS, Maria João; “A Revitalização Urbana – contributos para a definição de um conceito operativo”; Cidades – Comunidades e Territórios, número 12, 2006; pp. 15 – 34; p. 17;

<sup>6</sup> CAETANO, Lucília; “Reabilitação e Revitalização dos Centros Históricos Urbanos”. O exemplo de Zaragoza; Cadernos de Geografia n.º 18, Coimbra: IEG; 1999; p. 15;

<sup>7</sup> CHOAY, Françoise; “A Alegoria do Património” (ed. original 1992); ed. 70; Lisboa, 1999;

históricos como consequência do desenvolvimento das cidades modernistas.

Em 1931, com a Carta de Atenas a noção de monumento histórico estende-se aos lugares, quer sejam eles rurais ou urbanos. O valor patrimonial deixa de ser apenas e só aplicado aos edifícios individuais como aos conjuntos edificados e à malha urbana, que podem ser bairros, vilas ou cidades. As estratégias de salvaguarda e conservação começam, também e, portanto, a ser aplicadas ao património urbano. Em 1964, na Carta de Veneza o conceito de monumento é alterado, para uma maior consciencialização enquanto conjunto arquitectónico.

*“A noção de monumento histórico engloba a criação arquitetónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural, que são o testemunho de uma civilização particular de evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não somente às grandes criações, mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural”.*<sup>8</sup>

O desenvolvimento de projectos e programas estratégicos de reabilitação dos conjuntos arquitectónicos pode constituir uma actuação para a revitalização dos centros históricos. E entenda-se revitalização urbana como conceito englobante de reabilitação, requalificação e promoção urbana. Embora *“a imagem (...) dos centros históricos é um factor fundamental para o reforço dos laços identitários da população e para a coesão social. A reabilitação integrada dos tecidos históricos emerge como uma via privilegiada de atingir estes objectivos, agindo de forma concertada sob os aspectos físicos, culturais, sociais e funcionais do tecido urbano.”*<sup>9</sup> Este princípio passa por reabilitar o objecto arquitectónico sem o destruir e integrar funções de carácter físico, social e económico de modo a promover relações entre pessoas,

---

<sup>8</sup> Artigo 1º, Carta de Veneza, 1964;

<sup>9</sup> MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João; FREITAS, Maria João; “A Revitalização Urbana – contributos para a definição de um conceito operativo”; Cidades – Comunidades e Territórios, número 12, 2006; pp. 15 – 34; p. 20;

atividades diversas e de alcance comunitário de forma a melhorar a qualidade de vida da população.

As operações de reabilitação urbana adquirem, também, e de modo muito evidente, um valor social ao contrariar o despovoamento, ou seja, revitalizando as áreas históricas das cidades. Para além das questões sociais e económicas intrínsecas, a preservação dos elementos identitários da malha urbana constitui uma das motivações para estas intervenções, ou seja, a preservação da memória da cidade. Assim, *“A revitalização assenta na implementação de um processo de planeamento estratégico, capaz de reconhecer, manter e introduzir valores de forma cumulativa e sinérgica. Isto é, intervém a médio e longo prazo, de forma relacional, assumindo e promovendo os vínculos entre territórios, actividades e pessoas.”*<sup>10</sup>

As áreas adequadas à introdução de políticas e programas de revitalização urbana incidem sobre territórios que se encontram em declínio e têm como objectivo a recuperação dessa vitalidade urbana que já possuíram. A actuação de forma a integrar vários domínios caracteriza as políticas adoptadas ao nível das intervenções, que podem assumir várias modalidades, desde a criação de ofertas atractivas para a população residente, como, equipamentos sociais, culturais e de lazer, a atracção de novas actividades, a adequação ou modernização dos sistemas de transportes e de comunicações, a revitalização do comércio local ou a melhoria da habitabilidade e da qualidade ambiental.

---

<sup>10</sup> MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João; FREITAS, Maria João; “A Revitalização Urbana – contributos para a definição de um conceito operativo”; Cidades – Comunidades e Territórios, número 12, 2006; pp. 15 – 34; p. 21;



### 3.3 Estratégias de revitalização através da cultura

No processo de revitalização urbana, a cultura funciona como incentivo para a regeneração física e ambiental, atraindo investimento para uma determinada área, gerando novas actividades económicas, emprego, melhorando a qualidade de vida dos seus habitantes, incentivando a coesão social, a mudança ou a melhoria da imagem de um local. A sua utilização ocorre através da intervenção no espaço urbano de polos dinamizadores, gerando eventos, incentivando actividades, espaços, contribuindo directamente para entidades culturais.

Esta política que tem vindo a tornar-se significativa em muitas cidades europeias. Entre as estratégias mais utilizados estão a construção de infraestruturas culturais, nomeadamente de museus, bibliotecas e galerias de arte.

Porém, há ainda que ter em conta, que para o tecido urbano mais corrente, mas de valor histórico dos centros históricos, a reconversão habitacional desempenha um papel significativo. Mas o incremento do turismo tem trazido às cidades “ícone” europeias – e não só – um processo de gentrificação, que tem o seu “double side”: por um lado a reabilitação é consequência orgânica do processo, mas igualmente a mutação do tecido social, substituindo o habitante local por turista, pode trazer em si um processo de descaracterização cultural.

Não existem dúvidas, no entanto quanto a esta função, que é em grande medida resultante do turismo. A própria OMT – Organização Mundial de Turismo define o turismo como *“o conjunto de actividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros”*.

Também, se admite que existem constrangimentos como os que acabámos de referir, o facto é que o turismo é um facto económico importantíssimo e, mais ainda, o que se relaciona com o património. Aí entramos já, como é bem de ver, no domínio do turismo cultural que a OMT define como “*o movimento de pessoas essencialmente por motivos culturais, incluindo visitas de grupo, visitas culturais, viagens a festivais, visitas a sítios históricos e monumentos, folclore e peregrinação*”.

Ora, a estratégia de polos dinamizadores constitui uma linha de acção coerente para a revitalização dos conjuntos urbanos e uma âncora que poderá ajudar a fixar residentes, permanentes e não temporários ou “de passagem”. Usar polos catalisadores que pertencem ao tecido urbano, mas que por vezes estão desintegrados das vivências urbanas, por um lado, “devolvem” o património à população, e por outro, a adaptação deste edificado histórico a novos usos contribui para a sua conservação. Também a requalificação dos espaços urbanos preconiza o contexto cultural dos conjuntos urbanos, não só os polos catalisadores adquirem essa função, mas o elemento urbano - a praça - que os antecede faz essa ligação entre cultura “de rua” como a cultura “oficial”, a que se encontra num espaço próprio.



123. Dimensões de Intervenção da Revitalização Urbana. “A Revitalização Urbana – contributos para a definição de um conceito operativo”, Moura, Dulce; Guerra, Isabel; Seixas, João; Freitas, Maria João; 2005.

O Paço como ‘habitação simbólica’ hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial

#### 4| CASOS DE ESTUDO

Para a transição entre a componente teórica e aplicação da mesma enquanto execução prática da solução arquitectónica, foram seleccionados casos de estudo como forma de veracidade desta relação. Desta forma, os três casos de estudo seleccionados surgem de uma linha de pensamento consolidado ao longo do processo, do qual resultam projectos com características específicas mas que no conjunto atingem uma ideia projectual comum.

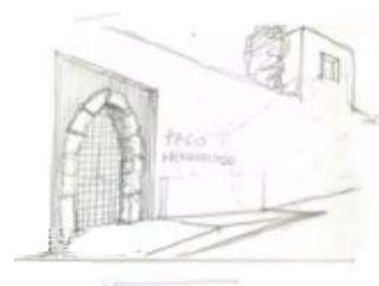
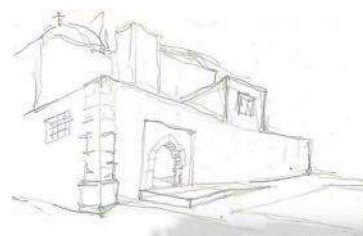
Assim, escolhemos primeiramente o projecto de reabilitação no Paço Real dos Henriques pelas semelhanças com o Paço Real de Bela na época de construção, componente histórica, morfológica, tipológica e local físico onde se insere s, e pela regeneração urbana, através da requalificação da praça e constituição do Paço como elemento motor dessa regeneração na valorização e integração do património na estrutura urbana, bem como pelo programa cultural e na adequação dos novos usos. Já a escolha do projecto na Torre Madariaga foi imperiosa pela reabilitação da casa-torre adossada a uma ala residencial, pela valorização e destaque do conjunto patrimonial como principal premissa da solução arquitectónica, associada à solução volumétrica na relação entre o edificado novo e o património, a materialidade para que, mais uma vez, o destaque seja o conjunto patrimonial, o programa cultural e os espaços criados para responder a esse mesmo programa. A Sede do Parque Natural do Fogo é seleccionado pela linguagem arquitectónica e pelo programa de carácter cultural. A integração harmoniosa na paisagem, não só em termos volumétricos, como pela materialidade, remete para continuação natural da solução arquitectónica com a envolvente. Em termos programáticos, existe uma preocupação em integrar os espaços culturais numa região de pequenas dimensões, assim como, incentivar e colmatar a cultura na população.

#### 4.1 Reabilitação do Paço Real dos Henriques, José Filipe Ramalho, Alcáçovas (Portugal), 2014

O Paço Real dos Henriques está situado na zona histórica de Alcáçovas, no concelho de Viana do Alentejo. Construído no século XIV, embora nada reste desse período devido às sucessivas modificações, é de elevada importância na história dos paços medievais portugueses. Erguido pelo rei D. Dinis, é marcado pela assinatura do tratado de Alcáçovas em 1479 pelo rei D. Afonso V. Encontra-se classificado como imóvel de interesse público desde Novembro de 1993, em conjunto com a Capela de Nossa Senhora da Conceição, o horto e os jardins anexos.

Após um grande período de abandono e degradação, em 2014 foi alvo de obras de reabilitação no âmbito das intervenções no património, numa colaboração entre a Direcção Regional de Cultura do Alentejo e a Câmara Municipal de Viana do Alentejo. O projecto arquitectónico da autoria do Arquitecto José Ramalho, consiste na recuperação, conservação e reutilização do Paço, assim como, da Capela e do horto do paço, conhecido como *jardim das conchas*.

Dentro dos principais objectivos da reabilitação destaca-se a utilização do conjunto para promover a realização de eventos culturais (seminários, encontros, exposições, lançamentos de livros, etc). Para além desta vertente cultural inserida no Paço, o projecto também passa por uma intervenção urbana. A intenção foi promover uma requalificação urbana na actual Praça da República, adjacente ao Paço, com o intuito de valorizar o conjunto patrimonial, potencializando as condições de atractividade enquanto espaço qualificado de cultura e lazer.



124. Esboços do Paço dos Henriques, fachada principal (norte). Arq. José Ramalho. 2014.

em cima

**125.** Vista geral do Paço dos Henriques, com a entrada do paço na fachada principal (norte). CM Viana do Castelo. 2016.

ao centro, à direita

**126.** Praça da República e ao fundo a fachada principal do Paço (norte). Autor desconhecido. 2016.

ao centro, à esquerda

**127.** Pátio murado do Paço. CM Viana do Castelo. 2016.

ao centro, ao centro

**128.** Paço dos Henriques em 1930, a partir da rua do paço. CM Viana do Castelo. 1930.

ao centro, à direita

**129.** Paço dos Henriques, a partir da rua do paço. Autor desconhecido. 2016.

em baixo

**130.** Vista aérea do Paço dos Henriques. DGPC. 2016.





Esta renovação urbana não só é caracterizada como lugar de estadia e lazer como faz o enquadramento do conjunto monumental, promovendo a sua visita.

A solução arquitectónica do edifício passa pela conjugação dos espaços culturais para actividades e eventos sociais e científicos com as visitas públicas de carácter patrimonial. Desta forma é possível “devolver” o Paço para sua utilização pela comunidade.

As várias valências e unidades funcionais do programa são distribuídas no edifício segundo uma lógica e adequação dos novos usos às dependências existentes. A entrada para o Paço é feita a partir da praça da República com a utilização de pavimentos e circuitos que incutem tal acção. No interior, o primeiro piso é dedicado quase na totalidade a eventos culturais, onde se situam áreas de recursos educativos, o auditório para cerca de 60 pessoas, sala polivalente e o pátio de grandes dimensões para usos múltiplos no exterior. Ainda neste piso, adjacente à recepção, localiza-se a cafetaria cuja esplanada é protagonista de um pátio interior de dimensões reduzidas. O segundo piso alberga as áreas administrativas, com espaços de trabalho, núcleo museológico, centro documentação e direcção. É ainda neste piso que se localizam as salas expositivas, ocupando as dependências de maior dimensão.



à esquerda

**131.** Pátio interior de apoio à cafetaria. Arq. José Ramalho. 2016.

ao centro

**132.** Interior do Paço. Arq. José Ramalho. 2016.

à direita

**133.** Interior do Paço. Pormenor de um vão. Arq. José Ramalho. 2016.

(página oposta)

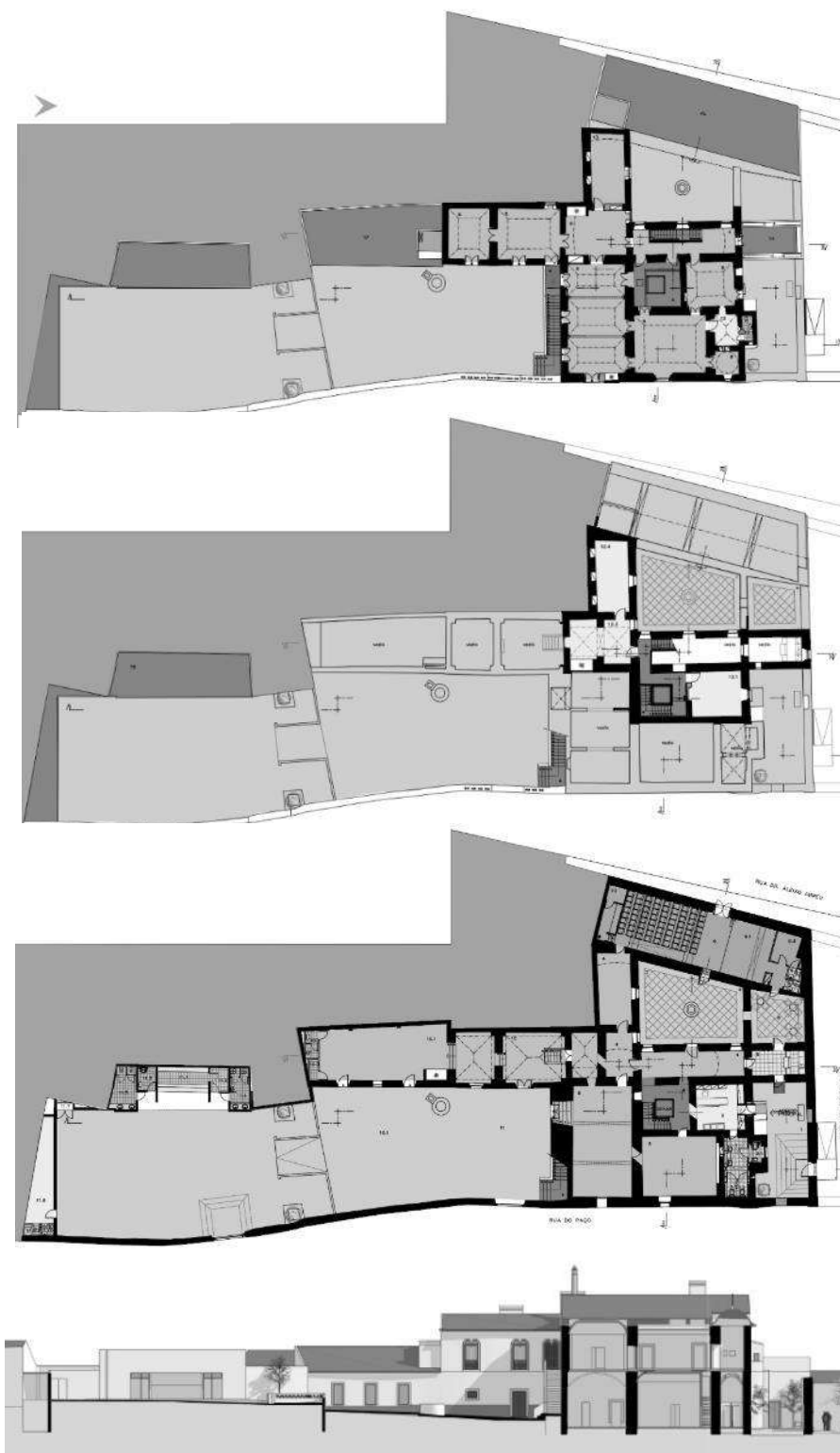
de cima para baixo

**134.** Planta do piso superior. Sem escala. Arq. José Ramalho. 2016.

**135.** Planta do piso intermédio. Sem escala. Arq. José Ramalho. 2016.

**136.** Planta do piso térreo. Sem escala. Arq. José Ramalho. 2016.

**137.** Corte longitudinal. Sem escala. Arq. José Ramalho. 2016.





#### **4.2 Torre Madariaga - Centro de interpretação da Biodiversidade de Urdaibai, IA+B - Iñaki Aurrekoetxea e Alex Laskurain, Busturia (Espanha), 2008**

A Torre Madariaga situa-se em Busturia, município de Espanha, na comunidade autónoma do País Basco. A casa-torre é do século XIV-XV, mas posteriormente é edificado um corpo residencial, adossado à torre já no século XVII. Ainda deste conjunto faz parte uma torre do relógio, edificada em 1851 com a intenção de servir a população. A proposta de reabilitação é do ateliê IA+B, da autoria dos arquitectos Iñaki Aurrekoetxea e Alex Laskurain, O projecto foi iniciado em 2003 e finalizado em 2008.

A proposta parte essencialmente da intenção em destacar os valores históricos e arquitectónicos do conjunto patrimonial. Desta forma, a estratégia utilizada passa pela integração de edificado novo ao edificado existente, onde o conjunto patrimonial se mantém em posição dominante sobre a paisagem na qual está inserida, enquanto a construção nova assume um papel secundário. Esta relação entre novo e antigo é conseguida através da implantação da construção nova ao nível do subsolo, ou seja, enterrada. Assim, o conjunto patrimonial assume um lugar de destaque enquanto a construção nova se revela para o exterior apenas com elementos pontuais, como resposta a requisitos de iluminação e acesso ao edifício. A união entre estes dois elementos é feita a partir do piso térreo e desenhada para que a ampliação do edificado existente surgisse naturalmente e de forma harmoniosa no seu todo.

em cima

**138.** Torre Madariaga antes de ser reabilitada.  
Autor desconhecido. s/d.

ao centro, à direita

**139.** Vista aérea da Torre Madariaga. Relação entre o edificado existente e o edificado novo.  
Ekoetxea Urdaibai. 2018.

ao centro, à esquerda

**140.** Torre Madariaga com a torre do relógio em grande plano no século XX. Busturiko Udala. Século XX.

ao centro, à direita

**141.** Vista geral da Torre Madariaga. Archdaily. 2012.

em baixo, à esquerda

**142.** Espaço expositivo do volume de ligação, situado no piso térreo. Autor desconhecido. 2011.

em baixo, à direita

**143.** Sala de exposições no piso enterrado.  
Archdaily. 2012



A nível de programa, a organização dos espaços interiores é relativamente simples. A torre é o elemento simbólico que estrutura a proposta e mantém-se como elemento vazio: apenas se fez a colocação de uma estrutura de madeira e elementos de circulação vertical, para que o último piso funcione como miradouro.

Na ala residencial foi efectuada a reconstrução da estrutura e os espaços são usados como áreas polivalentes. O volume de ligação entre a construção novas e a existente é usado para área expositiva. É no piso enterrado que se desenvolve maioritariamente o programa cultural, com uma sala de grandes dimensões, normalmente usada para exposições sobre a biodiversidade, um auditório para cerca de 180 pessoas e uma zona com áreas administrativas. A iluminação natural neste piso é conseguida através de duas clarabóias de grandes dimensões, uma delas situada ao centro da área expositiva, a outra adjacente ao auditório e zona administrativa.

A utilização de poucos materiais na solução projectual está directamente relacionada com a premissa principal do projecto, ou seja, a valorização e o destaque do conjunto patrimonial. Deste modo, o uso da madeira, da pedra e do vidro tem como objectivo criar uma solução arquitectónica que se integre na construção existente para que no conjunto a intervenção seja harmoniosa e equilibrada.



à esquerda

**144.** Interior da torre. Último piso que serve de miradouro. Igor Tellaetxe. 2010.

à direita

**145.** Interior da torre. Elemento de circulação vertical. Archdaily. 2012.

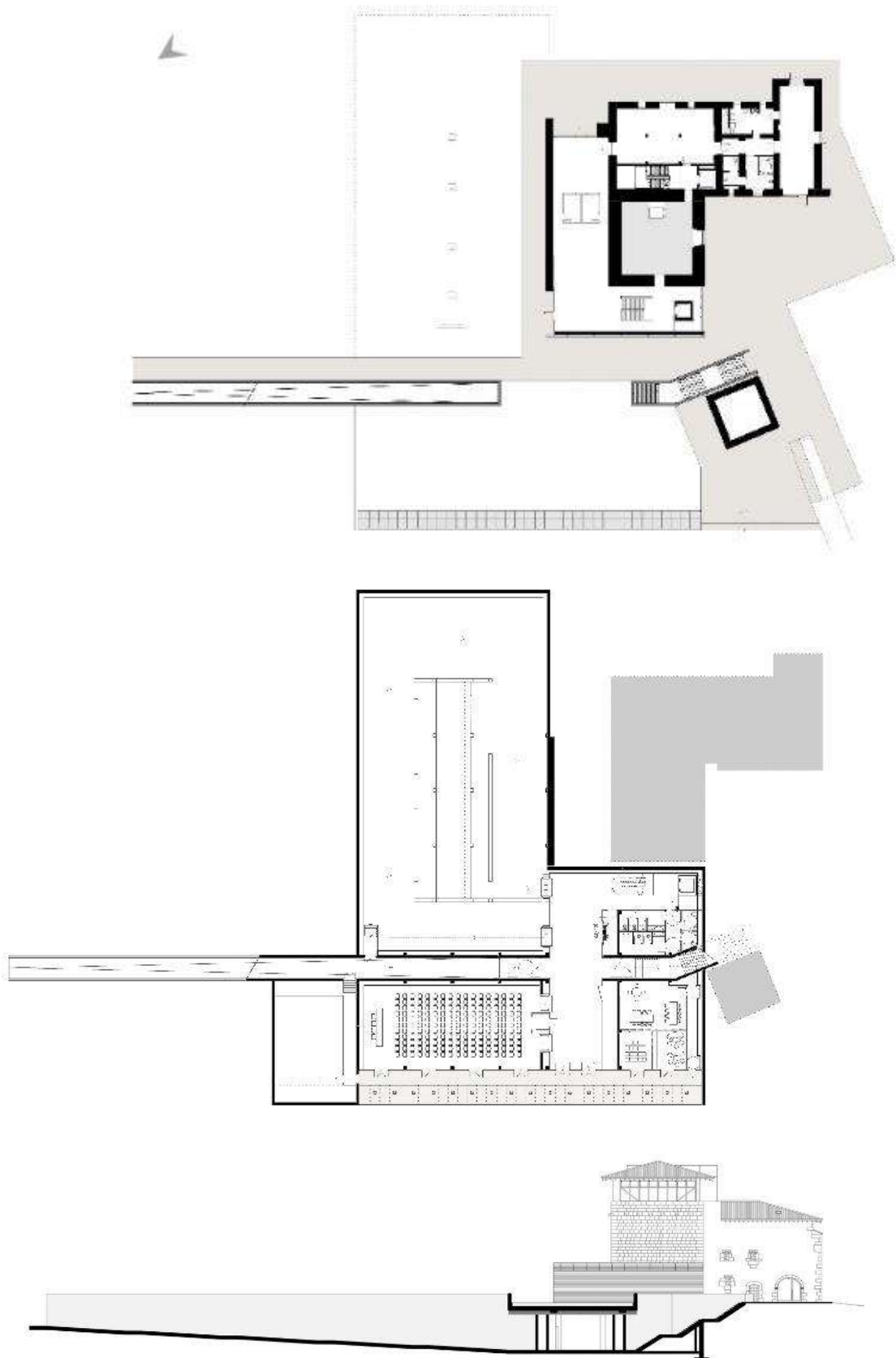
(página oposta)

de cima para baixo

**146.** Planta do piso térreo. Sem escala. IA+B. 2008.

**147.** Planta do piso enterrado. Sem escala. IA+B. 2008.

**148.** Corte longitudinal. Sem escala. IA+B. 2008.



#### **4.3 Sede do Parque Natural do Fogo, OTO, Ilha do Fogo (Cabo Verde), 2014**

A sede do Parque Natural do Fogo estava localizada na aldeia Chã das Caldeiras na Ilha do Fogo, Cabo Verde, em plena área protegida do parque natural do Fogo, na cratera do vulcão a 1800 metros de altitude. O projecto foi da autoria do ateliê português OTO, vencedor do prémio de melhor projecto na categoria de “Arquitectura Cultural” atribuído pela ArchDaily. Inaugurado em Março de 2014, foi destruído pela erupção do vulcão sete meses depois, em Novembro do mesmo ano.

Como pano de fundo o vulcão e a sua cratera: e o projecto nasce da necessidade em valorizar e consolidar a identidade do Parque Natural do Fogo, assim como, unir a população local com a administração do parque. Lugar marcado pela rara beleza, a ideia projectual passou pela integração do edifício na paisagem, *“um edifício que fizesse parte da paisagem e a paisagem fosse parte do edifício”*<sup>1</sup>. Discreto mas perceptível no impacto visual, o edifício exprime uma relação de coexistência com o lugar e procura reproduzir a sua envolvente para fazer parte dela: não como um elemento estranho na paisagem mas antes como organismo que lhe pertence.

A volumetria foi definida pela utilização de rampas da qual resultou uma linguagem orgânica que se molda ao terreno. Também a utilização de materiais exteriores que imitam os materiais locais caracteriza o edifício, que desta forma se funde com a envolvente tirando o máximo partido da identidade do lugar.



**149.** Sede do Parque Natural do Fogo destruído pela lava. Inforpress. 2014.

---

<sup>1</sup> Ateliê OTO a cerca do seu projecto, em «<http://oto.pt/work/#/pnf/>»



em cima

**150.** Espaço central exterior, circunscrito pelo edifício, visto a partir da cobertura. Fernando guerra e Sérgio guerra. 2015.

ao centro, à direita

**151.** Espaço central exterior, circunscrito pelo edifício, visto a partir da entrada da fachada norte. OTO. 2014.

ao centro, à esquerda

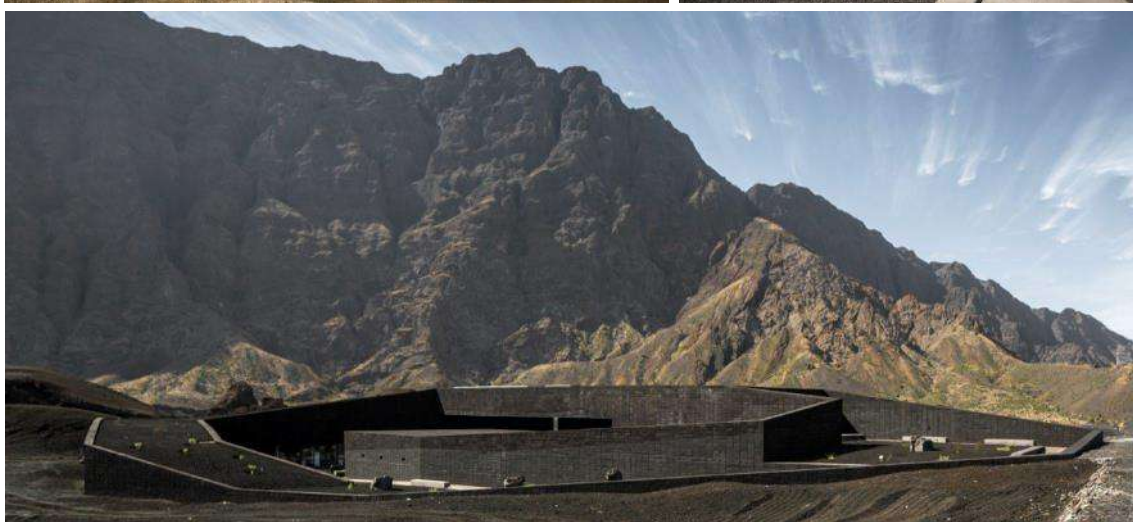
**152.** Fachada norte da Sede do Parque Natural do Fogo. Fernando guerra e Sérgio guerra. 2015.

ao centro, à direita

**153.** Pormenor da cobertura percorrável que resulta na linguagem orgânica do edifício. Archdaily. 2014.

em baixo

**154.** Vista geral da sede do Parque Natural do Fogo. OTO. 2014.



Se no início o programa consistia num centro interpretativo da paisagem e do vulcão, o edifício construído com técnicas e materiais locais, foi direccionado para permitir uma maior utilização por parte da população. Assim, o edifício foi marcado por duas áreas, uma dedicada à actividade cultural, outra as funções administrativas. Na zona cultural foram criados espaços que promovem o interesse cultural e o lazer não só da população local, assim como, de visitantes. Faziam parte desta zona uma biblioteca, um auditório interior e outro exterior, centro de exposições e uma cafetaria com esplanada. A área administrativa seria dedicada aos técnicos responsáveis pela gestão e preservação do parque natural, com salas de reuniões, salas de trabalho e áreas técnicas para monitorização de espécies e de actividades vulcânicas.

Devido às poucas condições que a região oferece, sem abastecimento a qualquer rede pública, o edifício seria autossuficiente, com autonomia energética a partir da captação de energia solar e pelo aproveitamento das águas pluviais que são armazenadas em depósitos localizados na cobertura.

Este edifício valorizava o Parque Natural do Fogo quer pela sua integração de forma harmoniosa no espaço envolvente como pelo incremento da ilha a nível económico, cultural e social.



à esquerda

**155.** Interior da sede do Parque Natural do Fogo. Área de trabalho. Archdaily. 2014.

à direita

**156.** Auditório interior. Archdaily. 2014.

(página oposta)

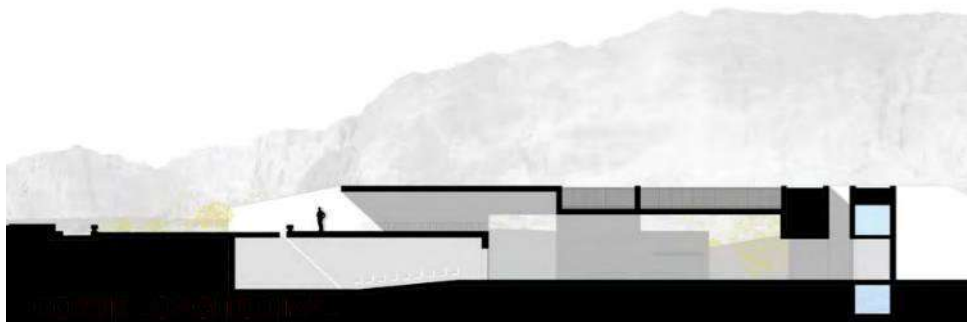
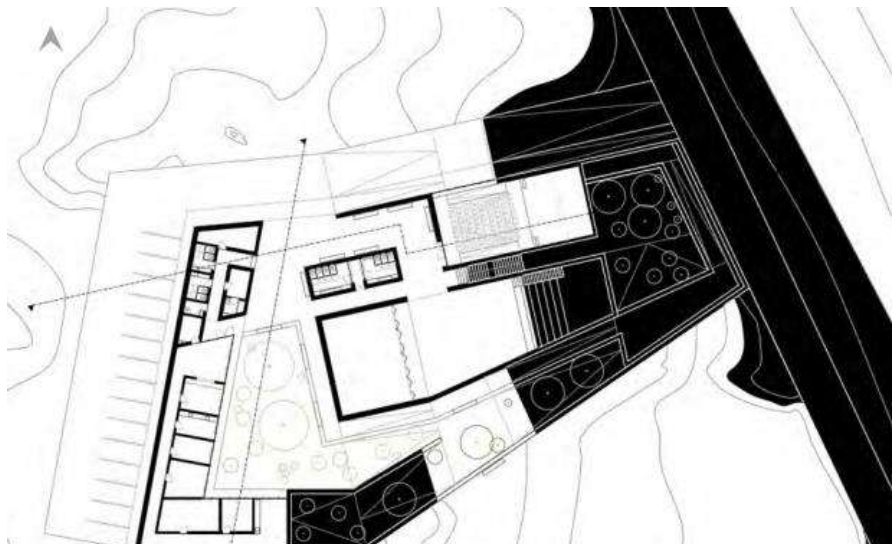
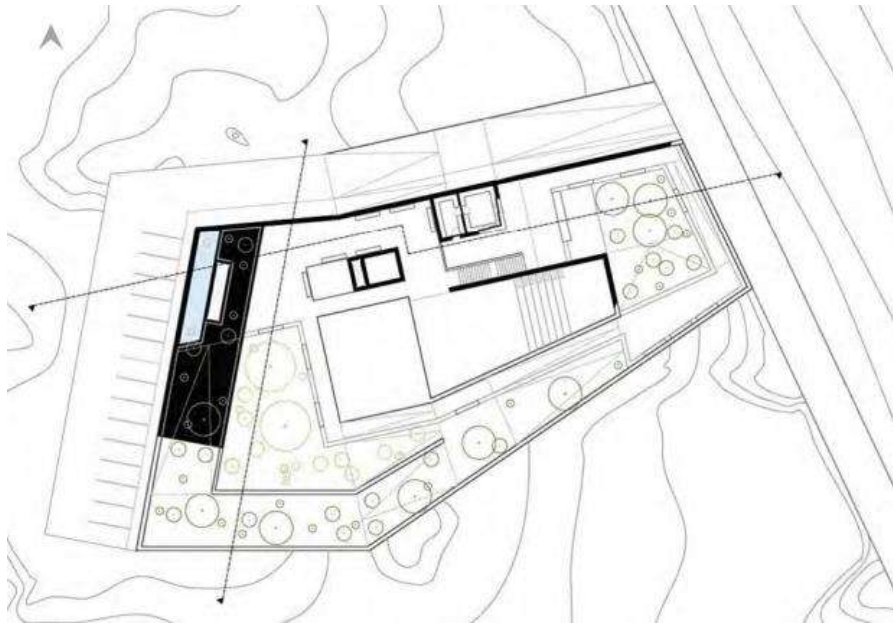
de cima para baixo

**157.** Planta do piso superior. Sem escala. OTO. 2014.

**158.** Planta do piso térreo. Sem escala. OTO. 2014.

**159.** Corte longitudinal. Sem escala. OTO. 2014.





O Paço como ‘habitação simbólica’ hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial

## 5 | BELAS. UM RECANTO DO MINHO<sup>1</sup>



160. Vista geral de Belas. Ao fundo à esquerda o Paço Real de Belas, ao fundo à direita a Serra de Sintra. Foto da autora. 2018.

*“Belas, vilazinha aprazível e de águas correntes nas abas da Serra da Carregueira, pequena estação de vilegiatura cujas quintas históricas, alfombradas de pinheiros, lhe dão o perfume de tradição e as sombras espessas. Por toda a parte se surpreende o fio das fontes nas veredas silenciosas que, entre árvores centenárias, levam a alturas dominantes com percursos de uma sóbria e plácida grandeza”*<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Camilo Castelo Branco chamou a Belas “*um recanto do Minho*” pelo verde e pelo pitoresco que aqui abundavam.

<sup>2</sup> PROENÇA, Raul; “Guia de Portugal”, Vol. I, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1924; p.487;

### 5.1 | Análise Histórico-Cultural

Nesta análise é feita uma abordagem à evolução da vila de Belas. Desde os primórdios até aos dias de hoje, com referência aos principais acontecimentos históricos e aos elementos arquitectónicos que marcam as diferentes épocas.

*“Belas. Pequena mas atraente. Lança-nos a casa passo o eco longínquo, quase abafado, de civilizações que hoje são mundos de curiosidade (...) Há vozes de outras épocas que chegaram até nós, estranhas ao atropelo dos ventos da história, encerradas em monumentos e grutas onde se retratam as mãos rudes e a mentalidade tosca do homem pré-histórico. É um espólio milenário de destaca importância (...) os seus dólmens visitam-se com interesse (...) Mas é também, a paisagem, onde tudo se coloca harmoniosamente, que nos extasia, o horizonte soberbo derramando segredos e recordando lendas. Aqui, são ruas tortuosas de calçada irregular, onde o tempo parece não ter passado; acolá, são locais aprazíveis que nos oferecem repouso e mediação. É nesta vastidão panorâmica que agrada, onde as planícies se orlam de outeiros em anfiteatro, divisa-se, ainda, o espaço do homem de hoje (...) Porém, Belas alinda-se e moderniza-se sem se divorciar do passado”.<sup>3</sup>*

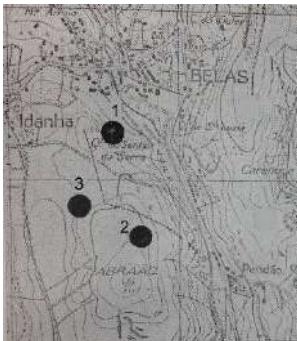


161. Postal ilustrado com vista geral de Belas. Arquivo CM Sintra. Final do século XIX.

<sup>3</sup> Jornal “A Hora”, edição de 1963;

## Da pré-história ao período romano

Os primeiros registos de presença humana, em Belas, remetem para finais do Neolítico, início do Calcolítico – Idade do Bronze - (cerca de 3500 – 2500 a.C.). Se inicialmente estes povos procuravam erguer as suas aldeias junto a linhas de água, como pontos estratégicos para o desenvolvimento da agricultura, com o início do Calcolítico e logo depois em alguns casos já da Idade do Bronze aparecem os primeiros povoados situados nas cumeeiras. Nesta região salientam-se os povoados de Espargueira (Carenque-Amadora), o de Leceia (Barcarena-Oeiras) e o de Olelas (Almargem-Sintra). Na pré-história antiga registam-se, assim, os primeiros vestígios arqueológicos que testemunham a ocupação da região. As “Antas de Belas” constituem um conjunto megalítico do qual fazem parte a Anta da Pedra dos Mouros, Anta de Monte Abraão e a de Estria (ou Xetaria, topónimo próximo e nome pelo qual devia de ser conhecida, aliás). Situadas a poucos metros umas das outras foram estudadas pelo geólogo Carlos Ribeiro (1813-1882) no século XIX, classificadas como Monumento Nacional a 16 de Junho de 1910 e assumem grande importância no estudo do megalitismo em Portugal e na Estremadura em especial. “*Os dolmens ou antas são construções prehistoricas para servirem de tumulos, compostas geralmente de esteios, isto é de pedras toscas, dispostas verticalmente, que sustentavam outra pedra de maiores dimensões e que os povos das diversas localidades denominam coberteira.*”<sup>4</sup>



**162.** Planta da região de Belas com a localização das “Antas de Belas”. 1 - Anta da Pedra dos Mouros; 2 - Anta de Monte Abrão; 3 – Estria. Planta sem escala. *O povoado pré-histórico da Serra da Espaqueira*, Manuel Leitão. 1973.

<sup>4</sup> AVILA E DE BOLAMA, General Marquez; “A nova carta chorographica de Portugal”; Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa; 1909-1914; p. 197;

A Anta da Pedra dos Mouros, erguida no final do período neolítico, localiza-se no cimo do monte na Quinta do Senhor da Serra. A primeira descrição desta Anta é feita por Vilhena Barbosa (1811-1890), em 1863, sem reconhecer a sua importância. Destaca a altura com a comparando-a à estatura de uma pessoa. *“No cimo dos montes, que orlam a parte plana da quinta pelo lado oeste, avultam dois enormes penedos tão singulares pelo feitio como pela disposição. São duas grossas lages pontiagudas, colocadas a prumo uma ao pé da outra, de modo que fazem um angulo, unido na base até um terço da altura. D’ali para cima separam-se os rochedos por causa da sua forma pyramidal. Tem a base apenas assente no terreno, tanto á superfície, que parecem alli dispostos por mãos humanas. Não se vê mais penedo algum n’aquellas vizinhanças. Será isto uma curiosidade natural, ou alguma construção anterior á monarchia, que ficasse incompleta, ou de que restem unicamente aquelles vestígios? A tradição popular pretende, já se sabe, que seja obra dos mouros; e diz que lhes servia de atalaia.”*<sup>5</sup> Em 1876, Carlos Ribeiro (1813-1882) descreve-o como “monumento incompleto” com apenas três esteios na posição original. O esteio A, inclinado para Norte, com cinco metros de altura acima do solo apresenta-se apoiado no esteio B. Este, com quatro metros e meio de altura, por sua vez, apoiado no esteio C. Este último tinha apenas um metro acima do solo pois já se encontrava fragmentado. A degradação do monumento foi relativamente rápida: em 1933, ainda, o esteio A e B se encontravam encostados um ou outro; em 1950, já o esteio B se encontrava tombado. Em 2010, o único esteio que se encontrava de pé (A) foi fracturado, caindo a parte superior.

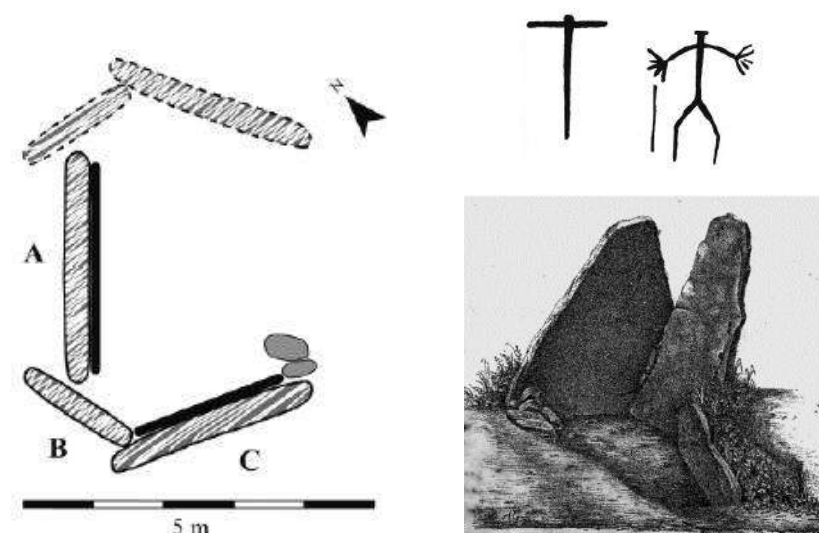


163. Penedos na quinta de Bellas. Ilustração da Anta da Pedra dos Mouros que acompanha a descrição feita por Vilhena Barbosa. *Archivo Pittoresco*, Vilhena de Barbosa. 1863.

<sup>5</sup> BARBOSA, J. Vilhena de; “Fragmentos de Roteiro de Lisboa: inédito: arrabaldes de Lisboa”; *Archivo Pittoresco*, 1863, Volume VI; p. 186;



É, ainda, de salientar que neste esteio se encontram duas gravuras rupestres antropomórficas que representam figuras femininas e masculinas respectivamente.



em cima, à esquerda

**164.** Planta da Anta da Pedra dos Mouros. Adaptada por Vera Leisner. 1965.

em cima, à direita

**165.** Gravuras antropomórficas localizadas no esteio C. Desenho de V. Correia. 1917.

em cima, à direita

**166.** Desenho da Anta da Pedra dos Mouros, conservando ainda dois dos seus grandes esteios de pé (A e B). Desenho de Luiz Couceiro. 1880.

ao centro, à esquerda

**167.** Anta da Pedra dos Mouros em 1933. Ainda com os esteios A e B de pé. Georg e Vera Leisner. 1933.

ao centro, à direita

**168.** Anta da Pedra dos Mouros em 1970. Só o esteio A se encontra de pé. Autor desconhecido. 1970.

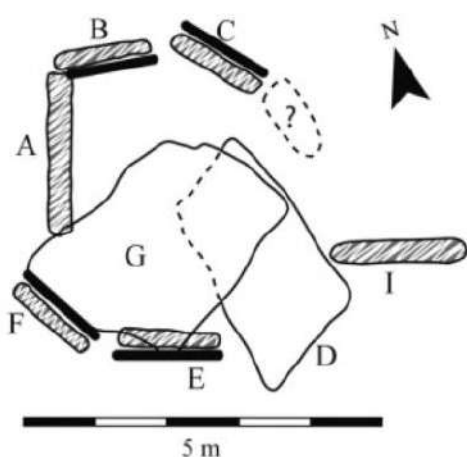
em baixo

**169.** Anta da Pedra dos Mouros. D.G.E.M.N. 2011.





A oitocentos metros de distância da Anta da Pedra dos Mouros, encontra-se a Anta de Monte Abraão, do período neolítico final/calcolítico. A uma altitude de duzentos e treze metros, é “o mais bem preservado de todos os megalithos (...) nas vizinhanças de Bellas”<sup>6</sup>. Com uma orientação Este-Oeste, esta sepultura megalítica é composta por uma câmara poligonal, situada a poente, e uma galeria (corredor) que antecede a câmara. A partir do estudo de Carlos Ribeiro (1813-1882) é possível obter as dimensões gerais da estrutura. A câmara com cerca de quatro metros de diâmetro é constituída actualmente por seis esteios, cujo maior era o esteio da cabeceira onde assentava a laje de cobertura, mas os estudos efectuados apontam uma estrutura inicial de oito esteios. Também no corredor, com oito metros de comprimento e dois de largura, só são visíveis os primeiros esteios, até quatro metros de comprimento. De importância significativa são os artefactos encontrados durante o estudo, salienta-se pontas de seta de sílex, placas de xisto gravadas e contas de colar.



à esquerda

170. Planta da Anta de Monte Abraão. Adaptada por Vera Leisner. 1965.

à direita

171. Anta de Monte Abraão actualmente. Bruno Teixeira. 2016.

<sup>6</sup> RIBEIRO, Carlos; “Estudos Prehistoricos em Portugal: Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos.II - Monumentos megalithicos das vizinhanças de Bellas”; Typographia da Academia, Lisboa, 1880; p. 9;

A Estria (ou Xetaria), a quatrocentos metros da Pedra dos Mouros e a trezentos da de Monte Abraão, é a última estrutura megalítica das Antas de Belas. Semelhante à Anta de Monte Abrão, com uma câmara e uma galeria, encontra-se parcialmente enterrada na encosta. A câmara poligonal é delimitada por sete esteios, em que o esteio da cabeceira (A) apresentava cerca de quatro metros de altura, que se prolongam por um corredor com cerca de dez metros. Foram ainda encontrados durante as escavações artefactos semelhantes aos encontradas em Monte Abrão.

Já em estado periclitante encontra-se outra anta, conhecida cientificamente como Galeria Coberta de Pêro Longo ou do Pendão, junto a este bairro e sobre um dos tuneis da CREL.

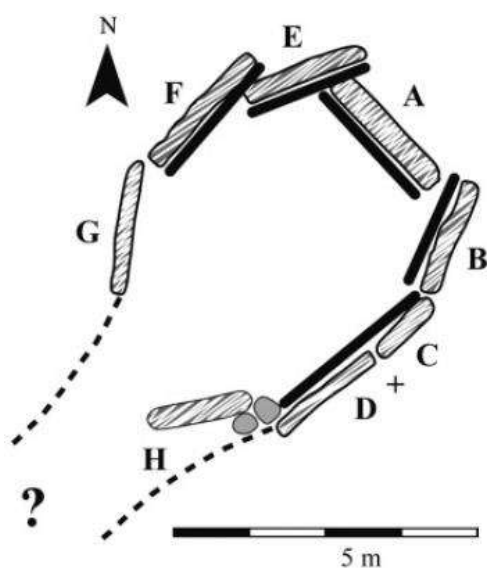
Este período pré-histórico fica marcado pela invulgar densidade populacional na região, algo que apenas volta a ocorrer com considerável organização e distribuição territorial, com a romanização.



em cima, à direita  
172. A anta da estria em 1950.  
João Luís Cardoso. 1950.

em baixo, à esquerda  
173. Planta da anta da estria.  
Adaptada por Vera Leisner. 1965.

em baixo, à direita  
174. Anta da estria actualmente.  
João Malhães. 2006.



Com efeito, na época romana, a região de Belas cresce e desenvolve-se e a densidade populacional já é significativa: existem legados importantes, como uma exploração mineira de pedras semipreciosas. O monte Suímo é uma das colinas da Serra da Carregueira, localizada a Norte do centro histórico de Belas, alberga as antigas minas de “granadas do Suímo”. Referenciadas pela primeira vez por Plínio-o-Velho no século 1 d.C., entregavam minerais cristalinos do grupo das granadas. A exploração das minas terá perdurado durante toda a Idade Média com ligações à coroa portuguesa, no tempo do rei D. Dinis: em 1278, *“fala-se em onze pedras yagonças de belas alamandinas, a par de çafiras, robis, esmeraldas, jacinós, torquesas, calçadónias, cornallinas, matistas, jaspes vermelhos, carapaldinas, sotopaças, sardónias e yagonças granatas”*<sup>7</sup>. As granadas poderiam ter dimensões superiores a 30 mm. Porém foi a partir do século XV que a extracção atingiu proporções elevadas, primeiramente pelo Infante D. João e posteriormente com D. Manuel, *“e n’este periodo dizem que se extrahiram muitos e excelentes jacinthos das minas de Suimo, mui puros e formosos, menos abertos na côr, porém mais duros que os da Asia”*<sup>8</sup>. As entradas das minas consistiam em “fendas” abertas na rocha, *“como grutas que se abrem na raiz d’ella: a maior é a que está representa na gravura, a outra fica um pouco mais distante”*<sup>9</sup>. Com importação de pedras preciosas vindas dos territórios da expansão, a exploração das minas entra em decadência. Actualmente, cobertas por vegetação, subsistem as duas “trincheiras” alongadas talhadas na rocha.

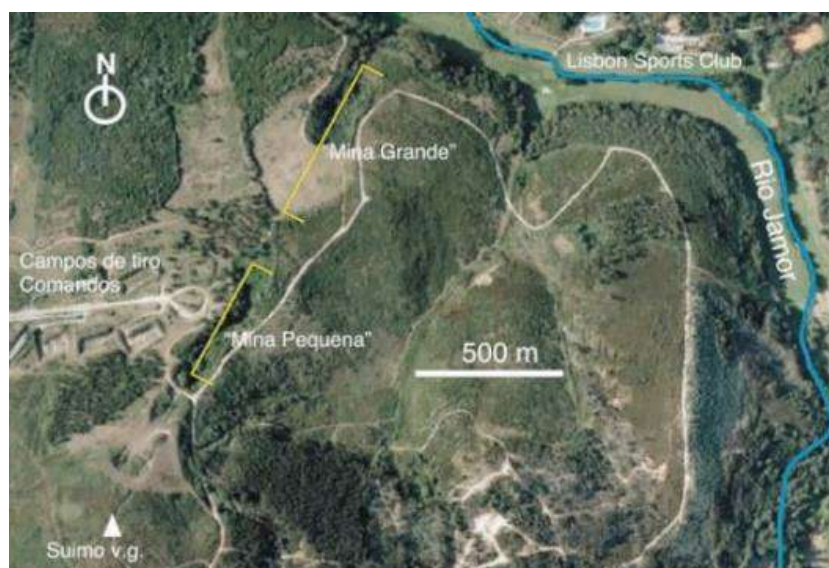


175. Ilustração da “Entrada da mina grande” do Monte Suímo. Archivo Pittoresco, Vilhena de Barbosa. 1863.

<sup>7</sup>AZEVEDO, Pedro de; “As pedras preciosas de Lisboa (Belas) na História”; Archeologo Português, Lisboa, 1916; pp.158 –202; p.160 e 161;

<sup>8</sup> BARBOSA, J. Vilhena de; “A minas em Portugal: Minas do Suimo”; Archivo Pittoresco, 1863, Volume VI; p.180 e 181;

<sup>9</sup> Idem, p.181;



em cima

**176.** Planta de localização das minas do Monte Suímo. A área encontra-se, hoje em dia, integrada numa instalação militar do Exército Português, nas proximidades do campo de golfe Lisbon Sports Club de Belas e a 2,5 km do centro histórico de Belas. Imagem do google earth. 2010.

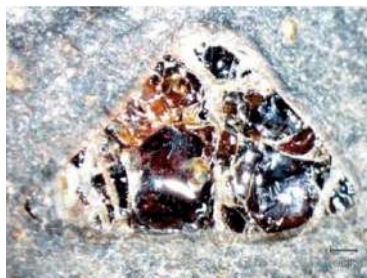
à esquerda, em cima

**177.** Aspecto de granadas, já soltas da rocha, do Monte Suímo. GEOTIC. 2010.



à esquerda, em baixo

**178.** Aspecto de granadas encaixadas na rocha, do Monte Suímo. GEOTIC. 2010.



à direita

**179.** Entrada da gruta grande actualmente. Autor desconhecido. 2015.



Um dos mais importantes vestígios romanos na Península Ibérica é a barragem romana, situada no vale de Carenque, na estrada que liga Caneças a Belas (N 250). Monumento hidráulico de valor histórico elevado, é considerada a mais alta barragem de contrafortes construída no século III d.C. Abastecida pela Ribeira de Carenque e pelas inúmeras ribeiras de Belas e Caneças, fornecia água para a cidade de Olissipo (Lisboa), distancia total de 10 Km em linha reta. Em 1969, D. Fernando de Almeida dedicou um estudo pormenorizado desta barragem: a estrutura visível consiste numa muralha com cerca de oito metros de altura por quinze metros e meio de comprimento, actualmente muito arruinada. Desconhece-se a época em que deixou de ser utilizada, mas a mais antiga referência data de 1571 quando Francisco d'Olanda a desenha na sua obra *"Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa"* e em que recomenda ao rei D. Sebastião (1554-1578) o reaproveitamento do aqueduto romano como solução para a falta de água que afecta permanentemente a cidade de Lisboa. Só em 1728 se inicia a construção do Aqueduto das Águas Livres, que destrói parte da estrutura romana. Parte da muralha dará lugar às captações de água para o novo aqueduto. Mais tarde, já no século XX, é parcialmente derrubada para dar passagem à estrada anteriormente referida, com as ruínas a permanecer debaixo desta. É classificada como imóvel de interesse público em dezembro de 1974. Em 1979, parte do aqueduto romano é descoberto na zona da Amadora, embora muito destruído pela construção dos edifícios.



em cima

**180.** Da fonte e lago da agoa livre. Desenho parcial de *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, Francisco d'Olanda. 1571.



*“(...) vemos as «ásperas penedias» que na actualidade são bastante menos agrestes; à direita, no lugar onde no desenho está representado um castelo, vê-se actualmente um casario agrícola banal, mas com volume parecido ao do desenho. No paramento da barragem parece estar indicado o «isodomus» de revestimento. Apesar de tudo, o desenho de Olanda dá uma ideia muito real do que se vê hoje, com os dois vales a juntarem-se em uma pequena baixa, outrora o fundo da albufeira.”*

*Sobre a barragem romana de «Olissipo» e o seu aqueduto*, Fernando de Almeida, página 185. 1969.

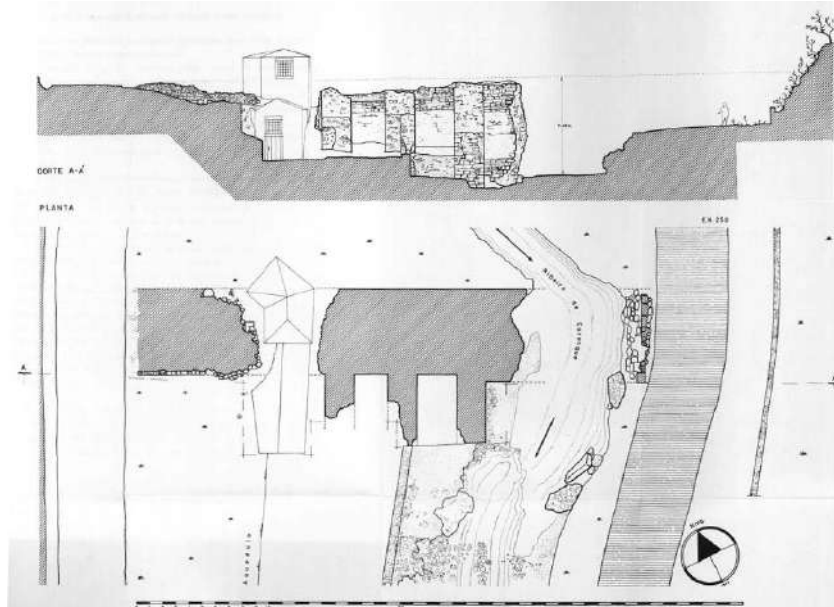


ao centro

**181.** Barragem romana, ao centro, Aqueduto das Águas Livres, à esquerda, e estrada N 250, à direita. João Pedro Faria. 2015.

em baixo

**182.** Planta e corte AA' da barragem romana. É visível a destruição parcial da barragem romana para a construção do Aqueduto das Águas Livres (à esquerda), assim como, da estrada N 250 (à direita). Observa-se, também, a antiga dimensão do leito da ribeira de Carenque, que abastecia a barragem romana. *Sobre a barragem romana de «Olissipo» e o seu aqueduto*, Fernando de Almeida. 1969.



Por fim e para complementar as estruturas anteriormente referidas, o concelho de Sintra possui uma importante rede de vias romanas. Ao longo do traçado são referenciadas as “*villae*” mais importantes ou locais de recolha de monumentos epigráficos. Estrategicamente pensadas para ordenar o território, as vias romanas asseguravam as ligações entre os principais centros populacionais para uma definição territorial de “*civitates*”, unidades político-administrativas romanas. A ligação entre Lisboa e Braga era feita através da estrutura viária *Olissipo-Scallabis-Cale-Bracara* (Lisboa- Santarém – Porto -Braga). A par destas vias principais existiam vias secundárias, com funções regionais ou locais. Na região de Belas “*a via romana entra, vinda da Amadora, pela Bica da Costa sobe o Monte Abrão, circundando todo o perímetro da Quinta do Senhor da Serra, para desembocar no adro da Igreja Matriz e daí subir ao cemitério, aos Machados, Suímo e Carregueira, Meleças e Casal da Mata para prosseguir em direcção a Sintra e Granja dos Serrões.*”<sup>10</sup> Pela região passava ainda uma das vias romanas mais importantes que ligava a cidade de Olissipo (Lisboa) a Torres Vedras e a via romana que fazia a ligação entre Olissipo e o litoral.



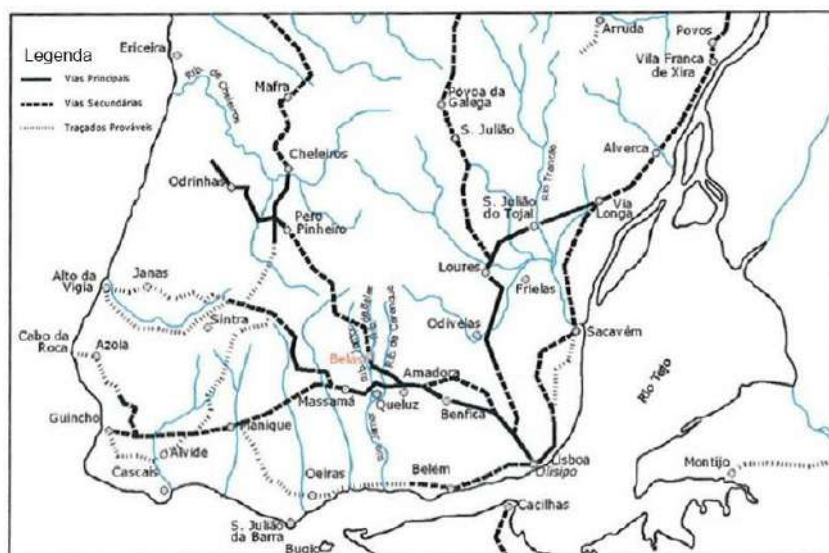
183. Calçada Romana da Catribana, Sintra. Autor desconhecido.2009.

*“Uma estrutura que (...) obrigava à delineação de um sistema viário bem arquitectado, pois era vital à indispensável circulação de bens e pessoas, designadamente das entidades às quais competia manter a ordem nos territórios conquistados. E relativamente ao conjunto classificado como “Calçada e ponte romanas e azenhas na Catribana”, localizado nas proximidades da aldeia que lhe deu nome, ele integraria uma via secundária destinada a unir duas uillae suficientemente importantes para a requererem, através da qual se acederia a uma via principal, numa confirmação da importância económica assumida pela região de Sintra durante o período de ocupação romana do actual território português.”*

Conjunto constituído pela calçada e ponte romanas e azenha na Catribana. DGPC. s/d.

<sup>10</sup> DIAS, Guilherme Correia; “Roteiro de belas”, ed. Junta de Freguesia, Belas, 20-?; p. 11;



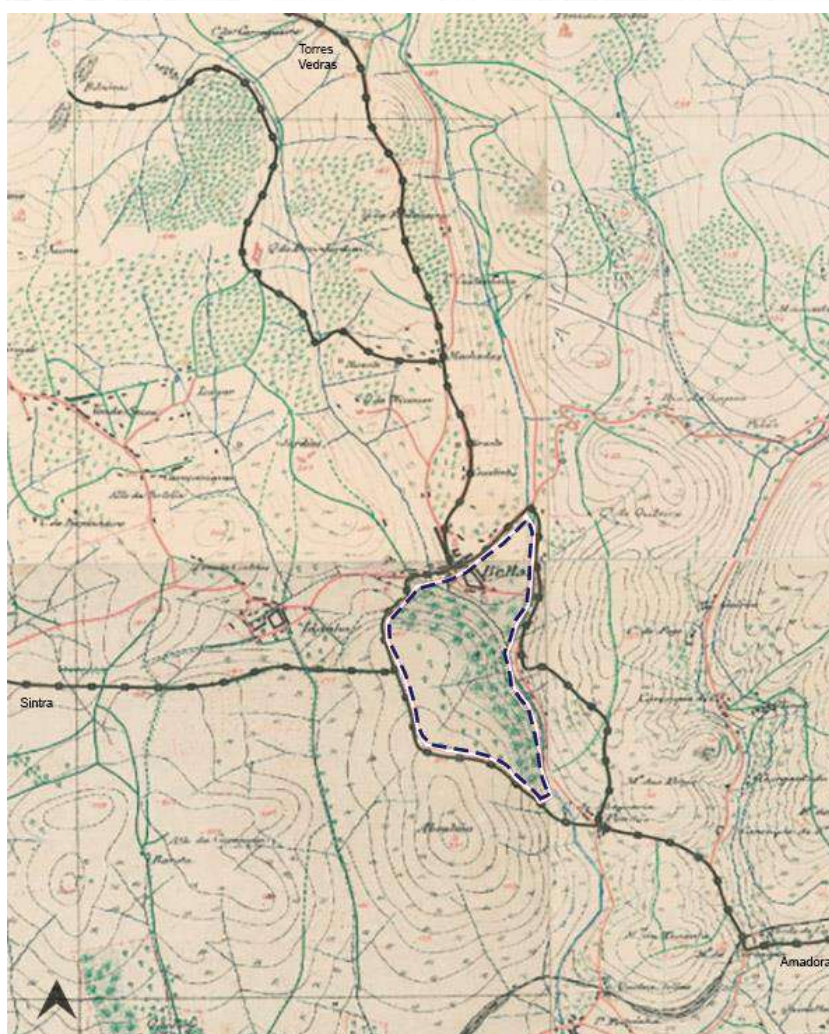


em cima

**184.** Mapa da região de Lisboa, com as vias romanas principais, secundárias e os traçados prováveis. Sem escala. Mapa adaptado por Rui Miguel Rodrgues na sua Tese de doutoramento. 2011.

em baixo

**185.** Carta topográfica de Portugal de 1930, com as vias romanas que passavam por Belas (a preto), o centro histrico de Belas e os limites da Quinta do Senhor da Serra no sculo XIX (a tracejado azul). Sem escala. Mapa adaptado por Rui Miguel Rodrgues na sua Tese de doutoramento. 2011.



### O domínio senhorial e a burguesia

Em 1147, após a reconquista de Lisboa, as terras circundantes da cidade foram doadas pelo rei a nobres ou a ordens militares ou religiosas. As herdades no termo de Belas referem Águas Livres e São Brás como pertença da ordem dos Cavaleiros Hospitalários. Embora muitas das quintas da região tenham sido doadas, apenas uma se encontra documentada: a Quinta de Belas, hoje, Quinta do Senhor da Serra, cuja origem remete para as honras senhoriais de Lourenço Gonçalves e Gonçalo Anes Correia. Já conhecida nesta época pelas actividades agrícolas, desconhece-se a origem da freguesia “*Sante Marie de Bellis*” e a sua delimitação geográfica. Em 1173 e 1190, Belas é indicada como região que integra o termo de Lisboa, mas sem referência a uma paróquia. Nas Inquirições do rei D. Afonso III (1210-1279) já é documentalmente citada a “*Ecclesia Sante Marie de Bellis*”. Só no século XIII, com as novas demarcações da Diocese Olissiponense se conhecem os limites geográficos da freguesia/paróquia de Belas. Com o Infante D. João (1400-1442), filho de D. João I, mestre de Avis (1357-1433), é constituído o senhorio de Belas. Em 1501, D. Brites <sup>11</sup> faz a doação do domínio senhorial de Belas a Rodrigo Afonso de Atouguia, fidalgo da casa de seu marido, com excepção das minas do Monte Suímo que deixa para o seu filho rei D. Manuel I. Mais tarde o rei D. Manuel I, transforma o domínio senhorial em concelho com a atribuição de poderes a D. Rodrigo de Atouguia, para nomeação de cargos administrativos civis e judiciais.



186. Armas do Senhorio de Belas. União das freguesias de Queluz e Belas. s/d.

*“No ordenamento da heráldica da Vila de Belas, consta somente o brasão da família dos Correias da Atouguia, em campo negro ou vermelho. A Cruz dos francos, em ouro, acantonada de quatro flores-de-lis, símbolo heráldico dos povoadores da Estremadura Roberto de Licorne e seus descendentes, primeiros senhores de Belas.*

*Em orla vermelha, duas espigas de trigo, em ramo de ouro que simbolizam as duas partes geográficas que a Vila e seu termo senhorial, dividiam. De um dos lados, a Leste de Carenque até A-da-Beja, do outro lado, a Oeste, desde a Barota até Agualva. Campos de searas, do característico trigo mourisco da região. (...) Eram a alma da paisagem.”*

*Roteiro de belas, Guilherme Dias. 20-?.*

<sup>11</sup> D. Beatriz, Duquesa de Viseu (1430-1506), filha de João de Portugal e Isabel de Bragança e Pereira. Casa com Fernando, Infante de Portugal e têm oito filhos, entre os quais, D. Manuel I de Portugal;

O concelho senhorial permaneceu estável durante séculos pela proximidade que existia entre os Senhores de Belas e a família Real, mas é no século XVIII que a freguesia/paróquia (Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia) conhece o seu apogeu, *“localidade bonita, cercada de ameias e torres, edificadas por gente nobre, de várias raças”*<sup>12</sup>, *“é um dos sitios mais concorridos dos arredores de Lisboa pela amenidade do seu clima, pela excellencia da agua das suas fontes, e pela pureza da sua atmosfera”*.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> ARQUIVO MUNICIPAL DE SINTRA; “Dicionário enciclopédico”; p. 590;

<sup>13</sup> AVILA E DE BOLAMA; General Marquez; “A nova carta chorographica de Portugal”; Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa; 1909-1914; p.195;

## O declínio

*“Este lindo sitio dos arrabaldes de Lisboa, antigamente tão procurado e festejado dos moradores da cidade pela salubridade dos ares, bondade das aguas, e belleza das quintas, e agora, ha trinta annos para cá, tão esquecido e desprezado pelos caprichos da moda”<sup>14</sup>*

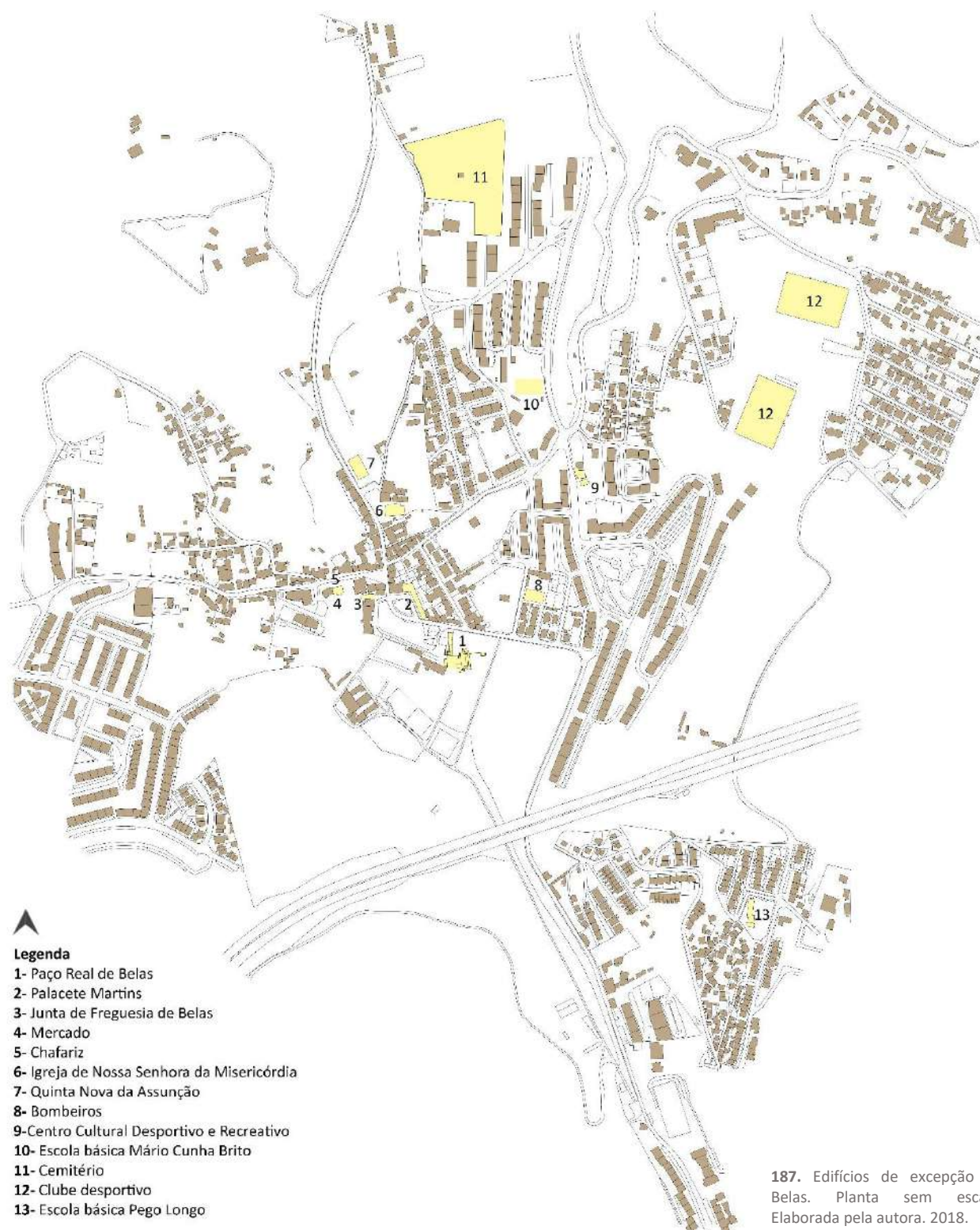
Se no século XVII Belas conhece o seu apogeu é no século seguinte que acontece o seu declínio. Com a lei de junho de 1790, os concelhos senhoriais são extintos e passam a município/concelho, cujo administrador é nomeado pelo rei. Em Belas começa uma nova realidade: os Senhores de Belas perdem progressivamente poder e em 1807, com as invasões Francesas, fogem para o Brasil com a coroa Portuguesa. Em 1835, o concelho de Belas aumenta com a inclusão das freguesias de Agualva, Carenque, A-da-Beja e Casal de Cambra. A extensão máxima territorial acontece no ano seguinte quando a freguesia de Queluz, Massamá e Barcarena se juntam ao concelho. Estruturado em duas freguesias, Belas e Barcarena, todas têm como termos eclesiásticos a Paróquia de Nossa Senhora da Misericórdia de Belas. Porém, em outubro de 1855, com as novas reformas na divisão administrativa e territorial do reino, o concelho é extinto. A freguesia de Barcarena passa a fazer parte do concelho de Oeiras e Belas fará parte do concelho de Sintra, como freguesia. Entre 1898 e 1979, Belas é alvo de vários desmembramentos, com a perda de grande parte da sua extensão territorial. Actualmente, no âmbito da reforma administrativa de 2013, foi anexada à freguesia de Queluz, originando a União de Freguesias de Queluz e Belas, no concelho de Sintra.

---

<sup>14</sup> BARBOSA, J. Vilhena de; “Quinta dos senhores de Bellas”; Archivo Pittoresco, 1862, Volume V; pp.289-291; p. 290;



## 5.2 | Análise Urbana



### Os montes e os vales férteis

*“A villa de Bellas, antiquíssima povoação, outr’ora cercada de muralhas torreadas, está sentada em um fresco e delicioso valle cortado de ribeiros, que por entre arvoredos silvestres vão dividindo e regando os jardins, hortas e pomares de que está plantado todo ou quasi todo o valle”<sup>15</sup>*

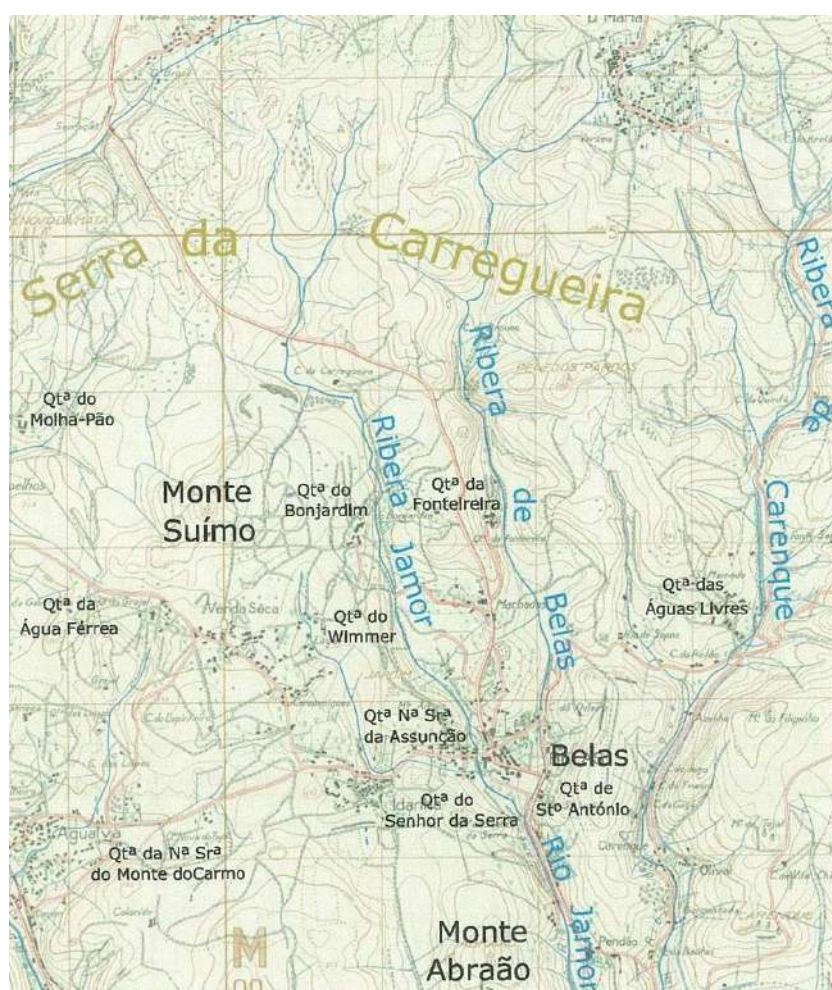
O assentamento dos primeiros povos primitivos no território de Belas deve-se essencialmente às características naturais da região. Delimitado a Norte pela Serra da Carregueira, no qual se insere o Monte Suímo, e a Sul pelo Monte Abrão e Serra da Silveira, Belas apresenta uma área bastante acidentada, mas marcada pelos vales férteis em que abundam linhas de água. Com origem nos cerros do Rebolo, na Tapada e Piedade da Serra em Almargem do Bispo, as principais linhas de água, não só constituem limites naturais como estruturam todo o território.

A Ribeira do Jamor inicia-se na Serra da Carregueira, a partir do centro histórico atravessa a Quinta do Senhor da Serra, na qual agrega-se à Ribeira de Belas, actualmente totalmente encanada, formando o Rio Jamor. A Ribeira de Carenque, que abastecia a barragem romana, junta-se ao rio Jamor no Palácio de Queluz. Estas linhas de água alimentavam igualmente os campos agrícolas da região, constituindo a exploração a principal fonte de rendimento da região. Os caudais eram superiores aos actuais e durante vários séculos foi possível a sua navegação para transporte de produtos locais para Lisboa, como as pedras semipreciosas do Monte Suímo.

---

<sup>15</sup> BARBOSA, J. Vilhena de; “Quinta dos senhores de Bellas”; Archivo Pittoresco, 1862, Volume V; pp.289-291; p. 290;

Um verdadeiro lugar edílico pela “*envolvência paisagística, a permanência da Família Real e os bons ares da vila tornaram-na local de vilegiatura da Corte e da Nobreza, que mandou construir quintas de recreio na área envolvente, ao longo dos séculos XV e XVI.*”<sup>16</sup>



188. Carta militar de Portugal de 1939, com a localização das linhas de água, dos montes e das quintas na região de Belas. Sem escala. Mapa adaptado por Rui Miguel Rodrigues na sua Tese de doutoramento. 2011

<sup>16</sup> CONSTANTINO, Ana Margarida da Silva; “A Quinta Nova d’Assunção: o século XIX com todo o seu esplendor”; Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 2001; p. 137;





à esquerda  
**189.** Chafariz de Belas. Fotografia da autora. 2018.

em baixo, à esquerda  
**190.** Postal ilustrado do chafariz de Belas. CM Sintra. 1905.

em baixo, à direita  
**191.** Ribeira do Jamor. CM Sintra. 2017.



## A Igreja e o Palácio



em cima

**192.** Postal ilustrado com a Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia. Arquivo CM Sintra. Final do século XIX.

em baixo

**193.** Portal manuelino da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia. CM Sintra. s/d.

à direita

**194.** Vista geral da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia. UF Queluz e Belas. 2016.

Se as linhas de água e a topografia são limites naturais que definiram a região de Belas é com a paróquia e o domínio senhorial que a estrutura urbana ganha forma.

Fundada em data desconhecida, a Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Misericórdia de Belas é referenciada pela primeira vez em 1220 nas Inquirições de D. Afonso III (1210-1279), com a indicação dos limites geográficos e a invocação a Santa Maria de Belas, como vimos atrás. Erguida, provavelmente, depois da tomada de Lisboa e Sintra pelos mouros, já nenhum elemento arquitectónico resta desse tempo, tendo sido alvo de várias transformações durante os vários séculos. A referência à freguesia como Nossa Senhora da Misericórdia é feita a partir de 1583. Desta transformação resultam as obras quinhentistas da igreja com a construção do portal manuelino que hoje se conhece, classificado com Imóvel de interesse público em julho de 1922. O interior, só de uma nave, é decorado por painéis e azulejos do século XVIII indiciando a derradeiras e tardias alterações efetuadas na sua estrutura.



Se a construção da Igreja nos remete para o início da nacionalidade, no século XIV conhece-se uma referência a uma torre medieval em Belas. Embora não haja certeza da sua existência, alguns vestígios arquitectónicos da referida torre, posteriormente muitíssimo alterada, remetem para essa realidade. Sede do poder senhorial, a estruturação do território era hierarquizada segundo esse elemento arquitectónico (tema desenvolvido no capítulo 2). Alvo de várias modificações ao longo dos séculos, a torre medieval no século XV já se apresenta como paço. O Paço Real de Belas constitui-se como elemento físico de poder senhorial, neste caso, do Senhorio de Belas. Ligado à permanência da família real e à aristocracia, o Paço Real de Belas assume-se como polo estruturante do território.

*“A história de Belas está profundamente ligada ao Paço Real, construído no século XIV, na zona sul da vila e integrado na Quinta Senhor da Serra. Este Palácio teve uma enorme importância no desenvolvimento do tecido urbano envolvente, funcionando como local polarizador do crescimento do mesmo. A edificação da Igreja Matriz, (...) teve também bastante influência no crescimento populacional da vila, ajudando à formação do núcleo histórico.”<sup>17</sup>*

A Igreja e o Paço vão determinar a construção do núcleo histórico de Belas. O desenvolvimento progressivo em torno desta residência irá estruturar a vila de forma a criar uma dependência, por parte da população face aos Senhores de Belas. A cartografia de Belas mais antiga remete para 1803. Verifica-se uma delimitação de um espaço amplo à frente do paço.



em cima

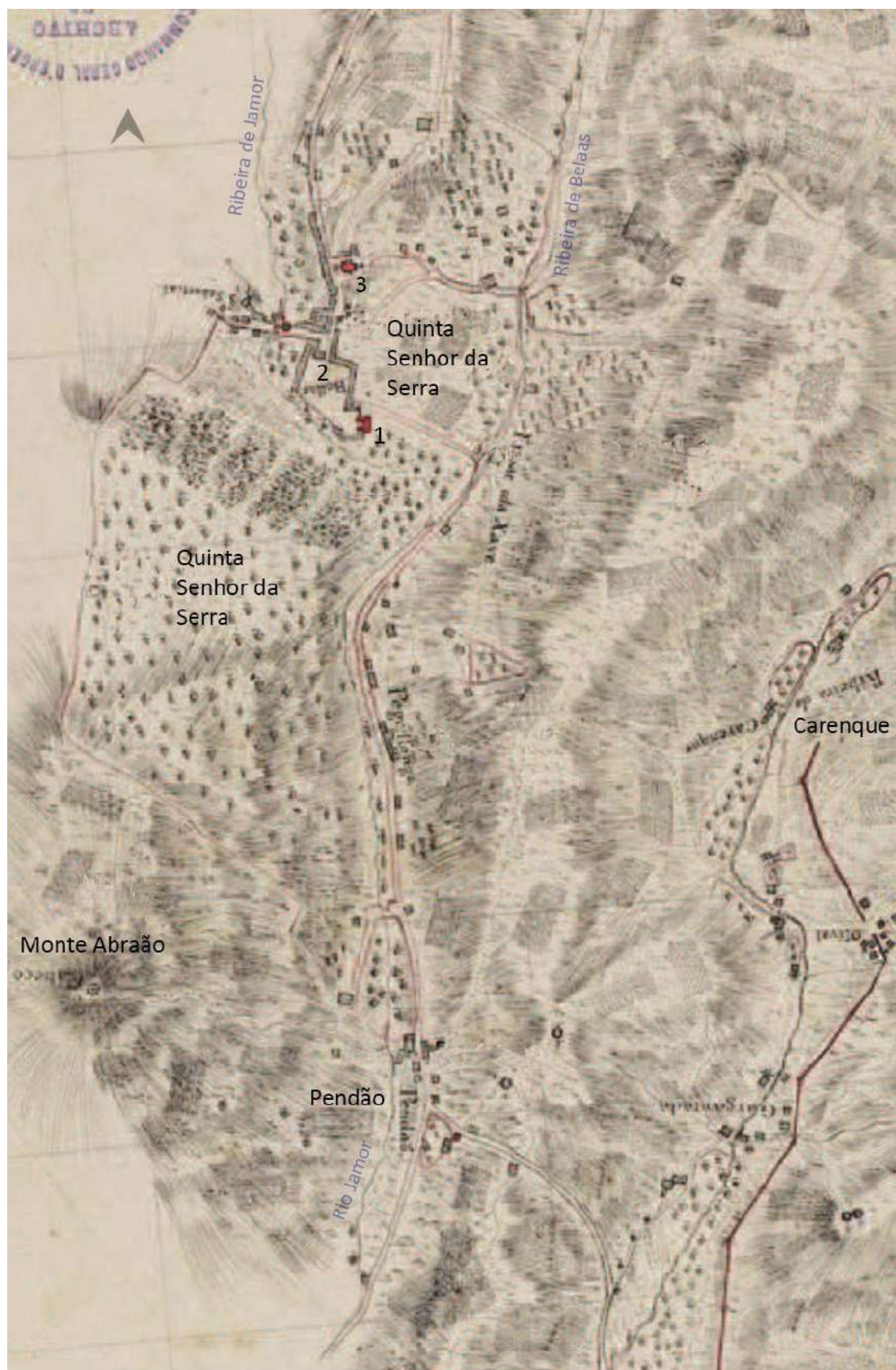
**195.** Paço Real de Belas, ou como era conhecido na época, Palácio dos Condes de Pombeiro, em 1863, visto a partir do terreiro do paço. Ilustração de Vilhena Barbosa. Archivo Pittoresco, Vilhena de Barbosa. 1863.

(página oposta)

**196.** Carta de Belas em 1802. 1 - Paço Real de Belas; 2 - Terreiro do paço; 3 - Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia; Sem escala. Mapa adaptado pela autora. Coleção Carta Geral do Reino, folha n.º 9. Biblioteca Digital do Exército. 1802.

<sup>17</sup> CONSTATINO, Ana Margarida da Silva; “A Quinta Nova d'Assunção: o século XIX com todo o seu esplendor”; Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 2001; p. 137;





Se de início este espaço era apenas cercado, mais tarde, e através de cartografia posterior, de 1840, é possível verificar que esta delimitação é feita por edifícios que tinham várias funções tais como: celeiro, cocheiras, matadouro, polícia, prisão, ou seja, eram edifícios de apoio ao funcionamento do paço e dos seus senhores. A praça é construída possivelmente na primeira metade do século XVI, pela relação que existe na fundação do senhorio de Belas e as riquezas provenientes da Índia, que deram origem a uma grande revitalização económica no reino. O terreiro do paço, como era chamado na época, adquiriu grande importância a nível socioeconómico para a vila. A estruturação do território era sempre feita a partir do senhorio: assim, dividia-se em zona privada, composta pelo paço e a quinta; e uma zona semiprivada, o terreiro, delimitado pelos edifícios e com duas portas de entrada que só entrava quem estava autorizado. Era o local onde a população convivia e negociava; e a zona mais pública que estava fora destes limites, normalmente terrenos agrícolas que pertenciam os senhores.<sup>18</sup>

Pode referir-se, que “a vila tinha uma estrutura feudal, fechada, onde dominava um tipo de ocupação para fins agrícolas que definimos como uma “quinta” dominada por um Senhor”.<sup>19</sup> Ainda na vila de Belas passava a entrada real que ligava Lisboa a Sintra, limitada a poente pelo muro da Quinta do Senhor da Serra, ou “Quinta” grande como era conhecida na época, esta estrada percorria os limites na quinta até sair de Belas.



em cima

**197.** Marco quilométrico, situado na praça 5 de Outubro, com indicação da distância a Sintra, Mafra e Lisboa. Desconhece-se o ano em que foi colocado, mas foi certamente antes de 1911, visto que Sintra ainda aparece escrito com “C”. Foto da autora. 2018.

(página oposta)

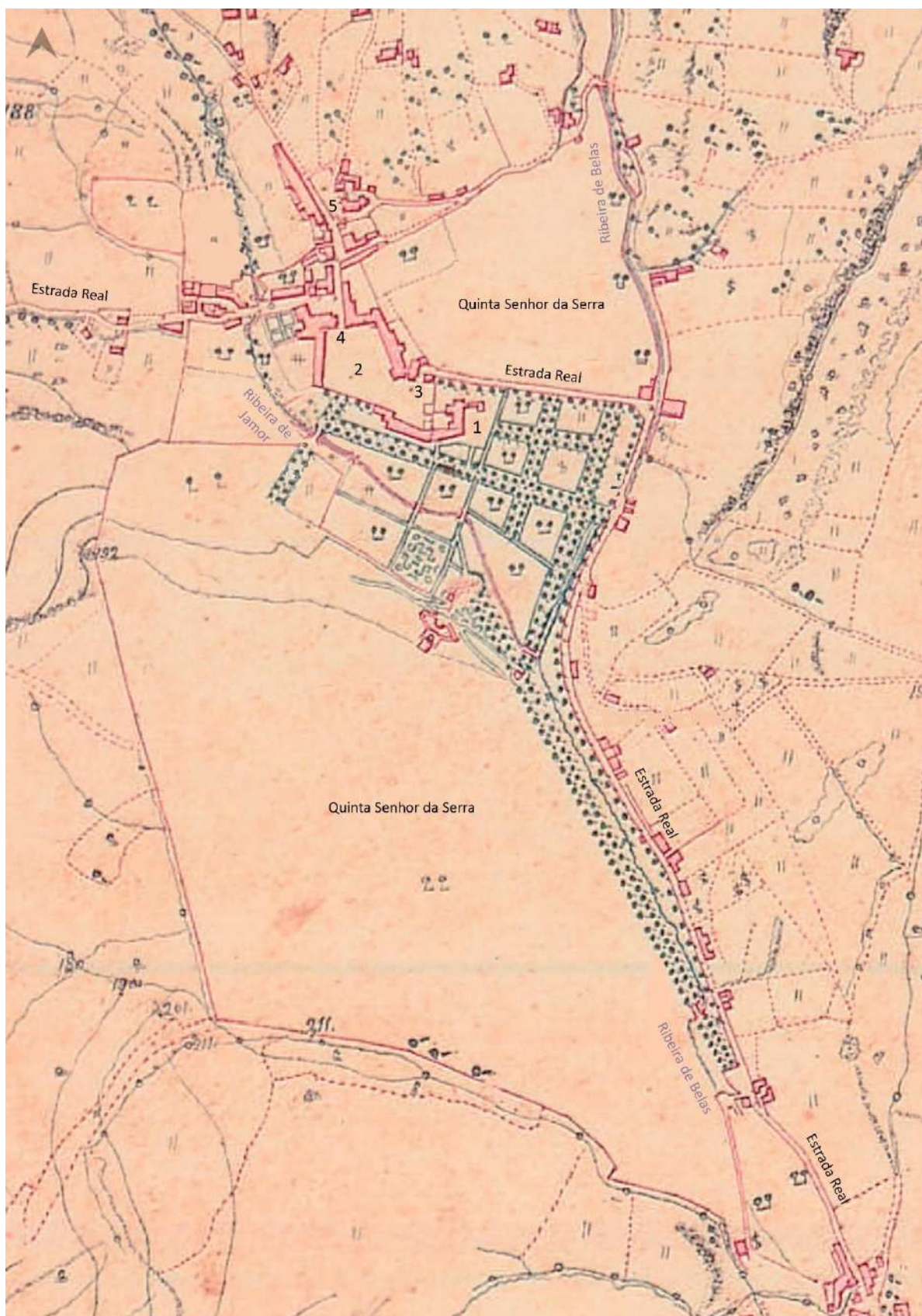
**198.** Carta de Belas em 1840.

1 – Paço Real de Belas; 2 – Terreiro do Paço; 3 – Porta, de baixo, de entrada no terreiro; 4 – Porta, de cima, de entrada do terreiro; 5 – Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia; Sem escala. Mapa adaptado pela autora. Carta dos arredores de Lisboa. Levantamento topocadastral da zona de Belas. Cartografia da Direcção Geral do Território. 1840.

<sup>18</sup> RODRÍGUES, Rui; “Las Quintas como sistema de estructuración del territorio de Portugal. El caso de la Quinta do Senhor da Serra. Análisis Arquitectónico y territorial, Sevilha, Tese de doutoramento apresentada na Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidade de Sevilha, 2011; p. 149;

<sup>19</sup> Ibidem







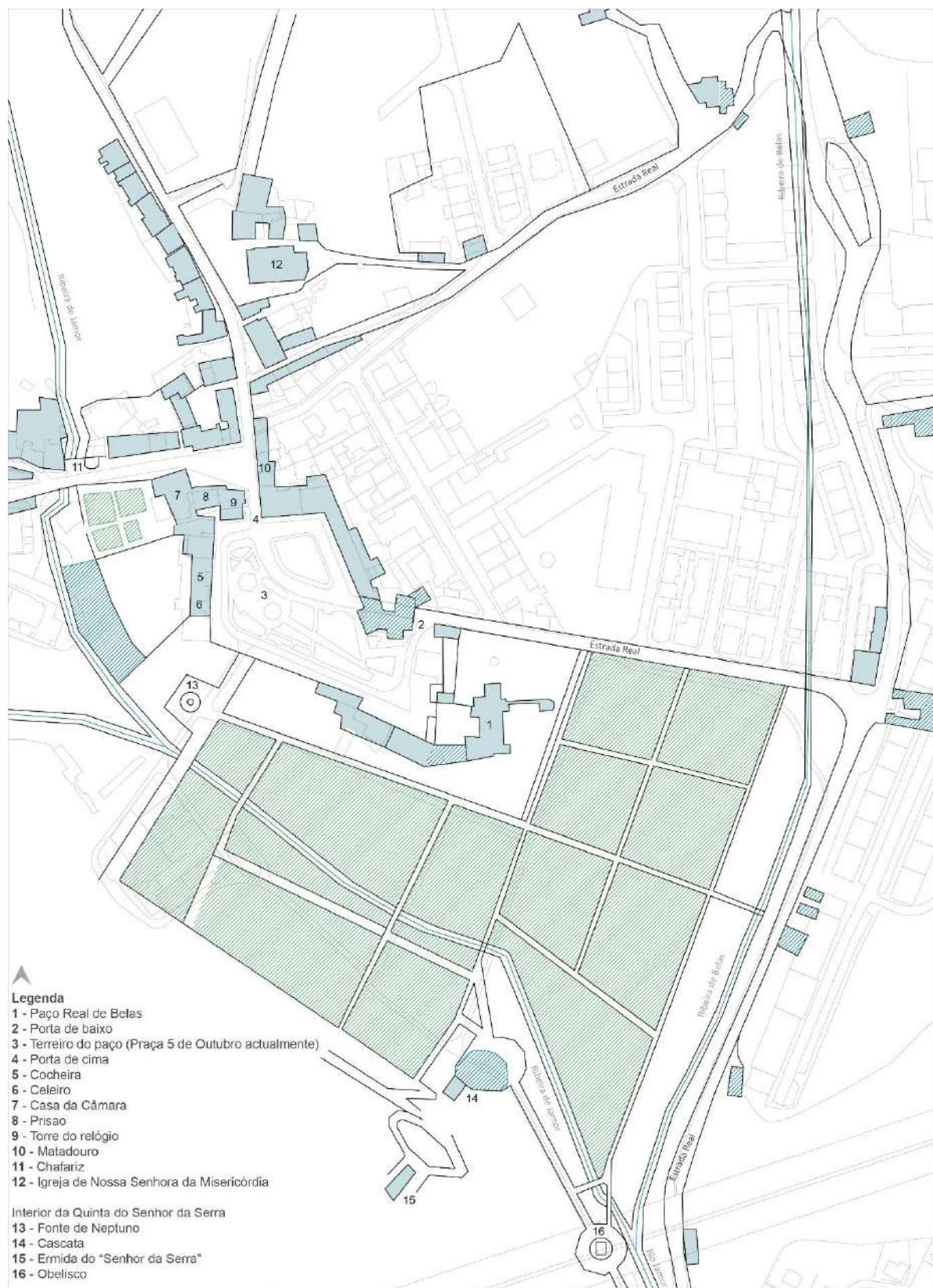
A extinção do estatuto de sede de concelho 1855 constituem o episódio final da perda de importância da vila: os edifícios do terreiro do paço são desanexados e vendidos separadamente, assim como, os terrenos agrícolas “exteriores” aos limites amuralhados.

Actualmente, ainda é perceptível a malha urbana original pois as intervenções realizadas ao longo do tempo seguiram a malha do tecido urbano mais antigo. Na praça que hoje conhecemos como Praça 5 de Outubro e que era no século XVI o terreiro do paço, o desenho urbano desenvolvido durante o domínio senhorial continua expresso – embora as árvores de grande porte que dificultam essa leitura formal.

A rua que seguia da estrada real em direcção à porta de baixo para a entrada do terreiro do paço (Rua Fria), é actualmente a Avenida da Marinha Portuguesa, assim como permanece inalterável a rua direita que faz a ligação entre a porta de cima do terreiro do paço à Igreja. A parte Norte da estrada Real, também se mantém, embora perca importância em prol da estrada que actualmente “rasga” a praça 5 de Outubro.

(página oposta)

**199.** Planta de Belas em 1840, sobreposta com a planta de Belas actualmente. Estruturação urbana a partir do Paço, como sede do poder senhorial em Belas. Os edifícios com mancha permanecem inalterados (embora os edifícios estejam no mesmo local, muitos já não são os edifícios originais), os edifícios a tracejado, actualmente já não existem. Planta sem escala. Elaborado pela autora. 2018.



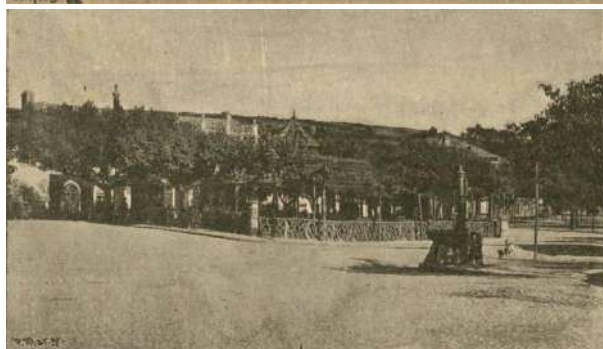
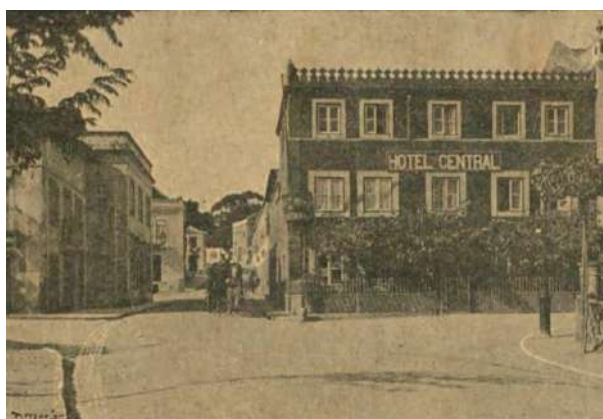
O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial

à esquerda

**200. 201. 202.** Postais ilustrados da Praça 5 de Outubro. Arquivo CM Sintra. Final do século XIX.

à direita

**203. 204. 205.** Praça 5 de Outubro actualmente. Fotografias da autora. 2018.





à esquerda

**206. 207. 208.** Largo Falcão Rodrigues actualmente.  
Fotografias da autora. 2018.

à direita

**209. 210. 211.** Postais ilustrados do Largo Falcão Rodrigues.  
Arquivo CM Sintra. Final do século XIX



### 5.3 | Análise Social

Actualmente a vila de Belas está inserida na União de Freguesias de Queluz e Belas, no âmbito da reforma administrativa de 2013.

Segundo dados do INE, a população residente na vila de Belas aumentou de 21172, em 2001, para 26087, em 2011, sendo que 13.396 são mulheres, numa área de 21,9 Km<sup>2</sup>.

Quanto à distribuição por faixas etárias a maioria encontra-se em idade ativa, entre os 25 e 64 anos, ou seja 56% no total da população. A segunda faixa etária com maior incidência situa-se entre os 10 aos 24 anos, com 17,17%. A população entre os 65 anos ou mais, tem uma expressão de 16%.

Ao nível da escolaridade 64% dos residentes terminaram o ensino básico, 19,98% o ensino secundário e somente 12% têm curso superior.

A principal actividade económica da vila é a restauração, considerando restaurantes, cafés, pastelarias, cervejarias... Num total de 1258 lojas, 320 pertencem à restauração. O comércio de proximidade assume também grande importância no dia-a-dia, mercearias, talhos, minimercados, frutarias, ...<sup>20</sup>.

Actualmente, Belas é uma vila caracterizada pela habitação de subúrbio. Embora pertencente ao concelho de Sintra, a distância que existe entre elas e a proximidade com a cidade de Lisboa determina Belas como “cidade dormitório”. A construção “em massa” nas imediações de Belas, para uso habitacional, leva a uma descaracterização e despovoamento dos vestígios mais antigos.

---

<sup>20</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA; “Programa estratégico de Reabilitação Urbana de Queluz / Belas”, Janeiro 2017; p. 45;

O centro histórico é um espaço público com grande relevância patrimonial. Atualmente é caracterizado essencialmente pela grande densidade viária (N117) que desvaloriza a praça enquanto espaço público de permanência, assim como, a descaracteriza fortemente e com ela ao património enquanto principal elemento deste espaço.

*“Nesta área apresentam-se espaços urbanos consolidados com génese nos núcleos urbanos antigos, que constituíram as âncoras da fase inicial de expansão urbana centrada em Lisboa, e áreas urbanas com predominância da função habitacional, que começaram a surgir nas décadas de 60/70 do século XX, (...) A função habitacional é a predominante, uma vez que 86,16% dos edifícios são exclusivamente residenciais. Tendo por referência a época de construção dos edifícios, destaca-se o facto de este ser um tecido urbano caracterizado maioritariamente (66,14%) por edifícios construídos até 1980, tendo, portanto, mais de 30 anos. Somente 4,58% dos edifícios existentes foram construídos antes de 1919.”*<sup>21</sup>

Em termos de equipamentos de cultura e lazer, a freguesia de Belas não dispõe de qualquer estrutura de grande público. Enquanto “cidade dormitório”, privilegiando os movimentos pendulares, persistem pequenas coletividades como o Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Belas, o único na freguesia.

Diz a Câmara Municipal de Sintra *“na área desportiva, cultural e de lazer o surgimento de novas necessidades, assim como o envelhecimento da população, implica uma reflexão sobre o reordenamento de alguns equipamentos, tendo por base investimentos criteriosos, projetos com qualidade e capacidade de atrair as populações onde se integram”*<sup>22</sup>.

<sup>21</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA; “Programa estratégico de Reabilitação Urbana de Queluz / Belas”, Janeiro 2017; p. 36;

<sup>22</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA. “Plano Diretor Municipal. Proposta de plano”. CMS, Direção Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território; Gabinete do Plano Diretor Municipal; Sintra, 2016; p. 301;



O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



**212.** Relação entre a grande massa edificada e a Quinta do Senhor da Serra, ainda ao fundo, a autoestrada. Foto da Rua Alexandre Herculano. Fotografia da autora. 2018.



O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



213. Paço Real de Belas. Google earth. 2018

## 6 | PAÇO REAL DE BELAS

### 6.1 História e evolução

*“Não há nos arredores de Lisboa quinta mais popular (...) que na villa de Bellas. Poucas haverá em todo o reino tão históricas como esta. E a respeito de vantagens da situação para quinta de regalo, também não se hão de encontrar muitas com tão variada e apropriada disposição de terrenos (...) equivale a dizer que esta quinta é grandiosa e magnífica.”*<sup>1</sup>

Elemento de rara antiguidade da habitação nobre em Portugal, o Palácio da Quinta do Senhor da Serra, também conhecido Palácio da Quinta do Marquês de Belas ou Quinta dos Condes de Pombeiro e raramente referenciado como Paço Real de Belas. Residência nobre, meados do século XIV / século XV, foi ocupada, reformada e reabilitada ao longo dos séculos, atribui por si só poder e estatuto aos seus proprietários, pela sua fundação ligada à Família Real Portuguesa. O resultado é um edifício repleto de elementos de diferentes épocas que convivem e que deixam antever o passado desta residência.

A origem da Quinta do Senhor da Serra remete para 1147, com a doação da povoação de Belas por D. Afonso Henriques (1109-1185) a Robert Lacorne, pelos serviços prestados na conquista de Lisboa. Em 1328, Gonçalo Eanes Robertes, na posse da quinta, morre sem descendência e doa ao Mosteiro de Santos. Num um acordo entre o Mosteiro de Santos e Lopo Fernandes Pacheco (1280-1349), em 1334, permitem a troca de propriedades e a Quintã de Belas passa para as mãos do 7.º senhor de Ferreira de Aves<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> BARBOSA, J. Vilhena de; “Quinta dos senhores de Bellas”, *Archivo Pittoresco*, 1862, Volume V, p. 289;

<sup>2</sup> Lopo Fernandes Pacheco (1280-1349), 7.º senhor de Ferreira de Aves, foi uma das mais importantes personalidades do reino, fiel e próximo de D. Afonso IV (1291-1357), combateu ao lado do monarca na Batalha do Salado;

Com a sua morte, a quintã é herdada pelo seu filho Diogo Lopes Pacheco (1305-1393). Este é implicado na morte de D. Inês de Castro e com a subida ao trono de D. Pedro I (1320-1367), é expulso do reino e todos os seus bens são retirados em benefício da coroa, incluindo a quintã de Belas. Proprietário da quintã até à data da sua morte, D. Pedro I passa longas temporadas em Belas pelas condições edíficas que o local proporcionava.

Em 1367, D. Fernando I (1345-1383), filho de D. Pedro I, convencido da inocência de Diogo Pacheco, restitui-lhe os bens. Já em 1398, o filho, João Fernandes Pacheco *“será de novo banido do reino, e os seus bens confiscados, acusado de alta traição por ter tomado parte dos castelhanos contra o rei D. João I, fundador da nova dinastia de Avis”*<sup>3</sup>. No mesmo ano, o rei D. João I (1357-1433) doa a quinta a Gonçalo Peres de Malafaia, pelos serviços prestados ao monarca e reino de Portugal. Em 1412 o mesmo monarca, compra a quinta a Maria Anes, viúva do antigo dono, e efectuava estadias em Belas quando se deslocava a Sintra (Ver anexos). O infante D. João (1400-1442) recebe *“a quinta e o palácio de Belas com todos os seus rendimentos, terras, direitos, proventos, tributos, foros e igrejas”*<sup>4</sup>, em 1424, como dote de casamento, de seu pai o rei D. João I. Ao morrer, em 1442, a sua filha mais velha D. Isabel (1428-1496), herda a quinta. Em 1447 quando casa com D. João II de Castela, o seu primo e actual rei de Portugal D. Afonso V (1432-1481) compra a propriedade para a doar ao seu irmão, o Infante D. Fernando, Duque de Beja e Viseu, como dote de casamento com D. Beatriz<sup>5</sup>, irmã de D. Isabel. Após a morte do seu marido em 1470, D. Beatriz, herda o vasto património do casal, incluindo a quinta de Belas.

---

<sup>3</sup> STOOP, Anne de; “Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa”; ed. Livraria Civilização Editora, Lisboa, 1986; p. 212;

<sup>4</sup> Idem

<sup>5</sup> D. Beatriz, Duquesa de Beja e Viseu e Senhora de Belas (1430-1506), filha de João de Portugal e Isabel de Bragança e Pereira. Casa com Fernando, Infante de Portugal e têm oito filhos, entre os quais, D. Manuel I de Portugal;

A infanta que aprecia muito este lugar, passa longas temporadas no Paço com os seus filhos D. Manuel I (1469-1521), mais tarde rei de Portugal, e a rainha D. Leonor. *“No seu testamento, datado de 1505, D. Beatriz faz doação do direito e senhorio de Belas, que trazia aforados desde 1499 ao seu vedor da fazenda Rodrigo Afonso de Atouguia”*<sup>6</sup>. Mais tarde o rei D. Manuel I, transforma o domínio senhorial em concelho senhorial e D. Rodrigo Afonso de Atouguia torna-se no 1º Senhor de Belas. Com a sua morte, a quinta e o Paço Real ficam na posse de seu filho Pero Correia Atouguia (2º Senhor de Belas). Nesta fase o senhorio adquire um enorme estatuto e importância nos arredores de Lisboa. A partir de 1575, o direito à detenção do título do senhorio de Belas passa para Francisco Correia Menezes (3º Senhor de Belas), bisneto de Rodrigo Afonso de Atouguia, pela imposição de sucessão a varões. A 17 de Setembro de 1619, o rei Filipe II de Portugal visita a quinta na sua viagem de Lisboa para Sintra, já na posse de António Correia da Silva Menezes (6º Senhor de Belas), este momento demonstra a grande importância do morgado de Belas na posse dos Correia Atouguia. Francisco Correia Menezes (7º Senhor de Belas) deixa o Paço e a quinta à sua filha Maria da Silva Correia Menezes (9ª Senhora de Belas) e no início do século XVII casa com D. António Castelo-Branco Cunha, 11º Senhor de Pombeiro. As duas linhagens unem-se e o filho do casal, D. Pedro de Castelo Branco e Cunha torna-se o 1º Conde de Pombeiro (12º Senhor de Pombeiro, 10º Senhor de Belas). Este título é atribuído em 1649 pelo rei D. João IV, pelos serviços prestados a coroa e pela relação próxima a este, e mais tarde, ao rei D. Afonso VI. A propriedade passa, assim, para alçada dos Condes de Pombeiro.

---

<sup>6</sup> SILVA, José Custódio Vieira da; “Paços Medievais Portugueses”; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR); 1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002; p.124;



No início do século XVIII, a Quinta dos Senhores de Belas é novamente alvo de visita real. Os frequentes passeios pelos arredores de Lisboa de D. Maria Ana d’Áustria (1683-1754), mulher do rei D. João V (1689-1750), eram sinónimo de visita à quinta. Em 1728 para aliviar dos problemas de asma do seu filho, o infante D. Carlos (1716-1736), este passa grandes temporadas em Belas. Ainda a partir de 1738, o Infante D. Manuel (1697-1766), irmão do rei D. João V, habituado às grandes cortes estrangeiras instala-se na quinta dos Condes de Pombeiro até à sua morte.

Em 1793, D. Maria Rita Castelo Branco Correia e Cunha (6ª Condessa de Pombeiro, 18ª Senhora de Pombeiro e 12ª Senhora de Belas) casa com D. José Luiz de Vasconcelos e Sousa, filho do 1.º marquês de Castelo Melhor. Tornam-se, em 1801 pela rainha D. Maria I, os primeiros Marqueses de Belas. Casal mais culto do seu tempo reúnem no Paço Real de Belas gente ilustre, “(...) *um par brilhante e culto, protector das artes e das letras (...)*”<sup>7</sup>, tornando-se por isso um importante centro de cultura. Organizavam magníficas festas no Paço e nos jardins, que duravam a noite toda. Testemunho desta exuberância é a “Descrição da grandiosa quinta dos senhores de Bellas” de Domingos Barboza<sup>8</sup> e o “Diário de William Beckford em Portugal e Espanha” de William Beckford<sup>9</sup> com a descrição de uma dessas grandiosas festas. A quinta era procurada por intelectuais e artistas e constituiu um polo de atracção cultural da vida de corte, com a sediação de muitas reuniões da chamada Nova Arcádia. A par desta importância, em 1795, a quinta celebra a visita do príncipe regente D. João (futuro D. João VI) e da sua mulher D. Carlota Joaquina.

---

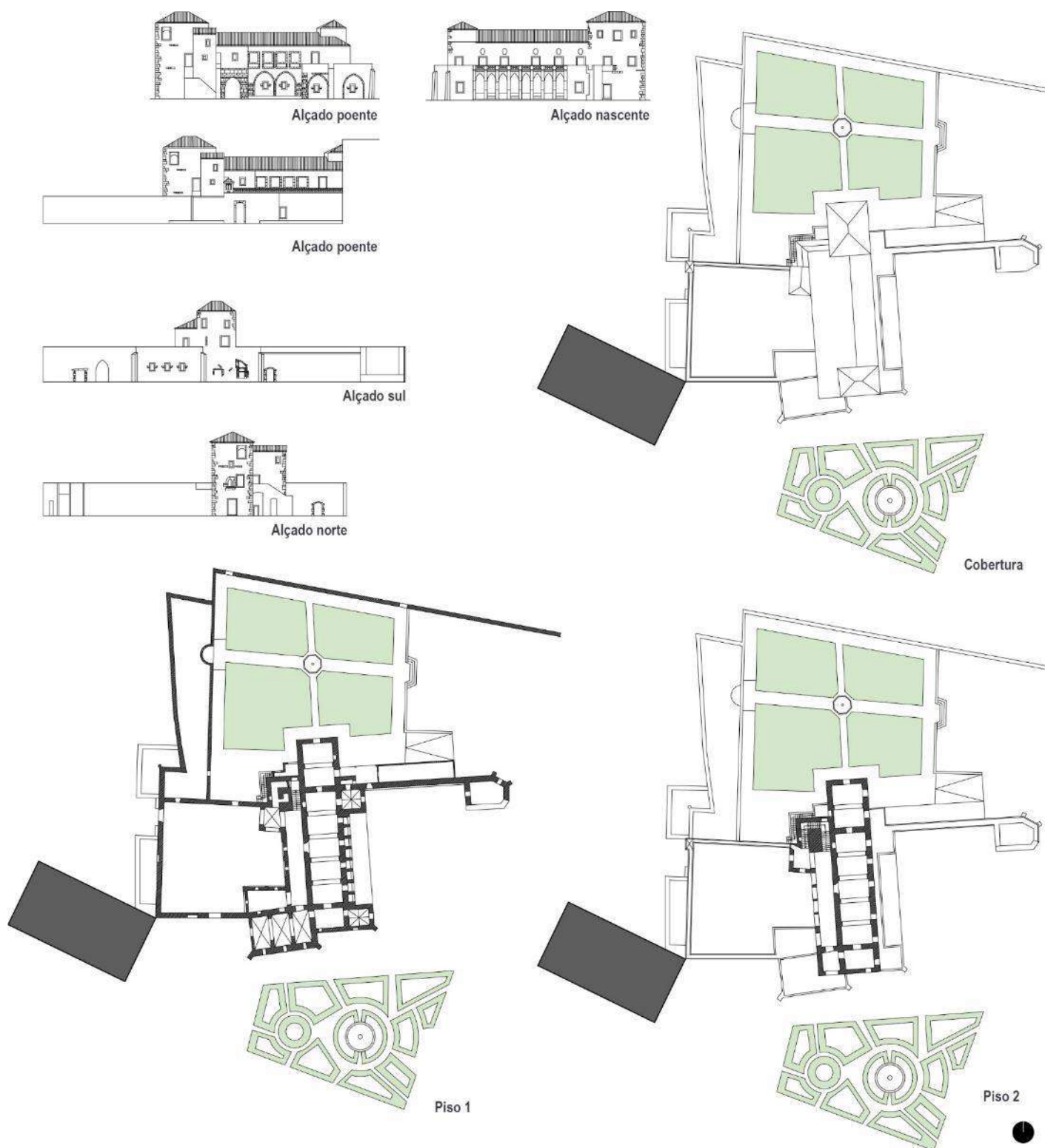
<sup>7</sup> STOOP, Anne de; “Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa”; ed. Livraria Civilização Editora, Lisboa, 1986; p.214;

<sup>8</sup> BARBOZA, Domingos Caldas, “Descripção da Grandiosa Quinta dos senhores de Bellas”, Lisboa, Typographia Regia Silviana, 1799;

<sup>9</sup> BECKFORD, William, Diário de William Beckford em Portugal e Espanha, 3.ª Edição, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2009;

Com as invasões francesas, em 1807, a família real embarca para o Brasil, assim como, os Marqueses de Belas e a sua família. Durante os treze anos com os marqueses fora de Portugal, a Quinta de Belas permanece na posse da família, o declínio e a rápida degradação instalam-se na propriedade.

Em 1878, a quinta deixa de ser propriedade dos Marqueses de Belas, D. António de Castelo Branco Correia e Cunha Vasconcelos e Sousa (3º marquês de Belas) vende a D. Virgínia do Amparo Ferreira de Almeida e seu marido, José Borges de Almeida, família burguesa de Lisboa que mantêm em sua posse até 1942. Neste ano, a quinta é vendida pelos herdeiros de José Borges de Almeida ao industrial Júlio Martins que constitui a Sociedade Agrícola e Abastecedora Sagrial, actual proprietária da quinta. A quinta é classificada como Imóvel de Interesse Público em 1943.



## 6.2 Estrutura, forma e ornamentação

(página oposta)

**214.** Desenhos técnico do Paço Real de Belas actualmente. Elaborados pela autora. 2018.

A planta é relativamente simples, baseando-se num rectângulo, bastante alongado, em que a estrutura de base contempla, com alguma rigidez, a planimetria e um correspondente plano de alçados dotados de um arranjo simétrico.

A fachada principal fica virada a poente é formada por um corpo central com dois andares, o piso térreo e o andar nobre – sobrado. Neste corpo central vêem-se dois arcos quebrado, no andar nobre rasgam-se quatro janelas quadrangulares com cantaria simples. Este corpo central é ladeado por dois corpos mais salientes, um com um só tramo (à esquerda) outro com dois tramos (à direita).

O avançamento à esquerda apresenta-se fechado no piso superior, com janelas retangulares simples, coberto por telhado de águas. O avançamento da direita não possui o piso superior fechado, sendo sim em terraço.

Neste corpo principal encontram-se dois corpos mais altos, possuem três pisos mas com diferentes alturas, sem uma relação de simetria perfeita.

*“A construção de um primeiro paço em Belas deve-se, (...), ao rei D. Pedro, após a confiscação da respectiva quinta a Lopo Pacheco, por implicação no assassinio de Inês de Castro. Situada nos arredores de Lisboa constituiu, (...) um conjunto de moradas régias rurais que os monarcas portugueses, desde D. Afonso III, foram erguendo no aro de Lisboa, possibilitando-lhe, bem junto da sua cidade principal, a fruição dos prazeres do campo.”<sup>10</sup>*

O Paço Real de Belas, hoje, é resultado de grandes remodelações e modificações, consequentes de sobreposições de estilos arquitectónicos dos vários proprietários ao longo dos séculos. Diz Carlos de Azevedo *“nem sempre era possível construir de raiz, pelo que muitas foram as casas que se limitaram a ampliações e melhoramentos. Exemplo típico é a Casa dos Marquesses de Belas, que conserva parte da sua estrutura do século XIV – abóbadas e arcadas ogivais – e que sofreu grande beneficiações já no século XVI, assinaláveis (a par de restauros e obras desastrosas)”*.<sup>11</sup>

Podemos considerar que foram três os grandes momentos do Paço de Belas: as obras joaninas do século XIV/XV, um segundo momento durante o século XVI nas remodelações encetadas por Rodrigo Afonso de Atouguia e finalmente na segunda metade do século XVII, pelas mãos dos Castelo Branco.

O elemento mais antigo do paço remete para a torre norte. Construída no século XIV, divide opiniões de vários autores quanto à sua origem.

<sup>10</sup> SILVA, José Custódio Vieira da; “Paços Medievais Portugueses”; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR); 1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002; p.123;

<sup>11</sup> AZEVEDO, Carlos de; “Solares Portugueses”; 2ª ed., Livros Horizonte; Mem Martins, 1988; p.47

Por um lado, defendem que a torre foi erguida por Lopo Fernandes Pacheco, outros defendem que na época de Lopo Pacheco já existia algum tipo de construção em materiais ténues mas é D. Pedro I (1320-1367) que realiza grandes obras e edifica o Paço de Belas, atribuindo a responsabilidade da construção da torre. Com as características das *casas-torres* intrínsecas, esta torre é definida por planta quadrangular e inicialmente dois pisos – o piso térreo e o piso nobre. Nos alçados são identificados elementos que demonstram vestígios desta época, como uma fresta situada no piso térreo da fachada poente e descobertas mais recentemente vãos de janelas ogivais nas fachadas nascente e norte, que identifica o piso nobre da torre. É provável que as obras realizadas por D. Pedro I incluam a edificação de uma ala residencial adossada à fachada sul da torre, pelas necessidades de conforto que a época impunha nas habitações.

Na posse de D. João I, e mais tarde de seu filho, Infante D. João a marca joanina recai sobre a actual fachada principal do paço (poente). A estrutura de arcos quebrados que a definem, actualmente, estão apenas presentes nesta fachada. Existem vestígios da presença dos mesmos arcos na fachada sul, que assim nos remete para uma possível existência da mesma estrutura na fachada nascente. Os dois copos salientes na fachada principal são construções posteriores, assim como o entaipamento dos arcos quebrados. Desta forma, a *loggia* do Paço de Belas circundava a sala régia, corpo anexo à torre, da qual na sua forma original, existia grandes semelhanças com a *loggia* do Paço de Sintra. Ainda do início do século XV pode-se atribuir as obras da sala régia e da actual sala dos frescos (piso térreo da torre), das quais resultam os arcos abatidos e a porta de arco quebrado. Actualmente, a presença de alguns elementos no exterior do paço, nomeadamente vãos de arco quebrado no muro do pátio e no muro que faz a ligação à capela, também remetem para este período.



em cima  
**215.** Torre norte. Autor desconhecido. 2010.

ao centro  
**216.** Pormenor das janelas ogivais. Fotografia da autora. 2018.

em baixo  
**217.** Pormenor da fresta. Fotografia da autora. 2018.



à direita

**218.** Sala Régia. Fotografia da autora. 2018

ao centro, da esquerda para a direita

**219.** Vãos de arco quebrado no muro que faz a ligação à capela. Fotografia da autora. 2018.

**220.** Porta de arco quebrado da sala régia. Fotografia da autora. 2018.

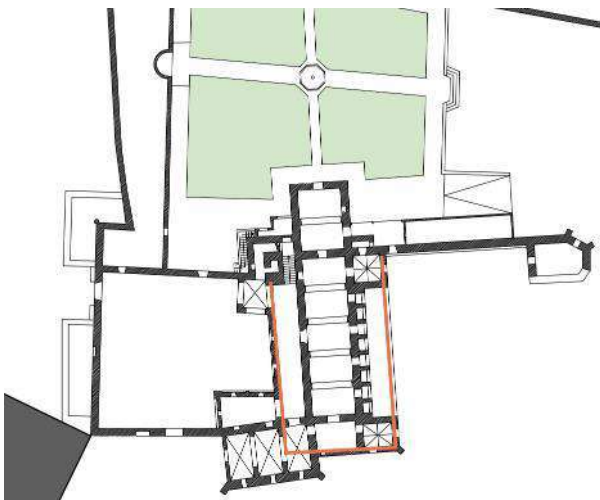
**221.** Fachada principal do Paço de Sintra. Autor desconhecido. s/d.

em baixo, à esquerda

**222.** Planta do Paço de Belas com possível *loggia* assinalada. Elaborada pela autora. 2018.

em baixo, à direita

**223.** Fachada principal (poente) do Paço de Belas. Autor desconhecido. 2013.





Em meados do século XVI, na posse dos Atouguia (Senhores de Belas), em frente da fachada poente (principal) desenvolve-se “um pátio monumental adossado ao palácio, fechado por três muros sobre os quais corre um caminho de guarda. A balaustrada que abre para a fachada pontuada por aberturas circulares é ornada por um encordoamento de pedra manuelino”<sup>12</sup>, no vértice do muro uma guarita de planta quadrangular com abóbada em ogiva e janelas rectangulares geminadas. Este traço é o mais original elemento do paço ou, pelo menos, aquele que localmente melhor representa o edifício, quase como que um seu emblema ou signo. Era o elemento que se via do exterior, construído ao mesmo tempo para servir de mirante.

Os dois elementos presentes na fachada principal são acrescentados nesta época, o elemento da esquerda com apenas um tramo alberga uma abóbada nervurada e actualmente é a entrada para o interior do paço, o elemento da direita com dois tramos, hoje entaipados, servia de acesso à sala abobada a sul. No interior, a antecâmara a sul é entaipada e são adicionadas duas novas câmaras, abobadas e com frescos, que se assumem na fachada nascente. Existem vários elementos quer no interior como no exterior do paço que possivelmente serão datados desta época, o que por falta de informação e pelo desenquadramento/dúvida, impossibilitam a compreensão de como seria o Paço nesta época.



<sup>12</sup> STOOP, Anne de; “Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa”; ed. Livraria Civilização Editora, Lisboa, 1986. p.213;



à esquerda

**224.** Parede principal (poente) do pátio, vista do exterior. Fotografia da autora. 2018.

em cima

**225.** Pormenor do mirante e da porta de entrada no pátio. Fotografia da autora. 2018.

ao centro

**226.** Mirante com a vista para o terreiro, actual Praça 5 de Outubro. Rui Rodrigues. 2011.

em baixo

**227.** Pormenor da balaustrada no interior do pátio. Teresa Ponte. 2013.

à direita

**228.** Elemento da esquerda da fachada principal (poente) com dois tramos. Fotografia da autora. 2018



ao centro, da esquerda para a direita

**229.** Teto abobado e com frescos (embora em muito mau estado) das novas câmaras a nascente. Fotografia da autora. 2018.



**230.** Pormenor da abóbada nervurada do elemento da direita. Fotografia da autora. 2018.

**231.** Elemento da direita da fachada principal (poente) com um tramo, actual entrada do Paço. Fotografia da autora. 2018.

em baixo

**232.** Pátio visto pelo interior. Fotografia da autora. 2018.





A capela, localizada nos jardins do paço, é edificada pelos mesmos proprietários, *“liga-se ao edifício através de um muro coroado por um adarve saliente e sustido por cachorros que, correspondem a muro idêntico situado no lado oposto do pátio, permite igualmente, através dele o acesso directo ao paço”*<sup>13</sup>, parte da capela é arruinada pelo terramoto de 1755, onde o teto abobado que sustentava a cobertura que servia de miradouro para a quinta e a fachada sul desaparecem.

O escudo de armas dos Atouguia aparece nos vários elementos edificados por esta família. No pátio aparece em três locais diferentes: na guarda ornamentada ao estilo manuelino virado para o interior, no mirante e numa bica suportada por uma coluna toscana que brotava água para um dos tanques. A porta de entrada para a capela também é marcada pelo escudo de armas dos Atouguia.



em cima

**233.** Escudo de armas dos Atouguia na fachada principal do pátio (poente). Fotografia da autora. 2018.

em baixo

**234.** Escudo de armas dos Atouguia no interior do pátio. Fotografia da autora. 2018.

à esquerda

**235.** Escudo de armas dos Atouguia à entrada da capela. Fotografia da autora. 2018.

à direita

**236.** Escudo de armas dos Atouguia na bica na fachada principal do pátio (poente). Rui Rodrigues. 2011.

<sup>13</sup> SILVA, José Custódio Vieira da; “Paços Medievais Portugueses”; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR); 1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002, p. 126;

à direita

**237.** Entrada da capela com o muro que faz a ligação com o Paço. Fotografia da autora. 2018.

ao centro, à esquerda

**238.** Pórtico da capela em arco conopial. Fotografia da autora. 2018

ao centro, à direita

**239.** Interior da capela. Rui Ponte. 2012

em baixo

**240.** Vista geral da capela. Fotografia da autora. 2018.





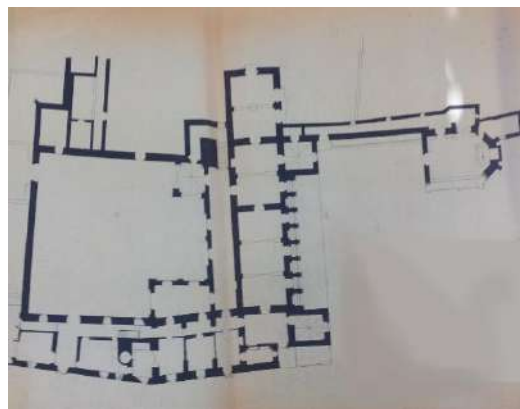
A partir da segunda metade do século XVII, com os Condes de Pombeiros a tomarem posse do Paço de Belas a procura de transformar o Paço numa quinta de recreio aos novos gostos do final de seiscentos traduz em modificações predominantemente ao nível do jardim. Mesmo assim, nas alterações feitas no Paço podemos destacar a construção da torre sul pela procura de simetria, remodelações na ala sudoeste, que anteriormente era dedicada aos serviços e com os Condes de Pombeiro é adaptada a área útil da casa, nas paredes do piso térreo da torre norte são colocados frescos em harmonia com o jardim a norte. A fachada nascente, destruída pelo terramoto de 1755, foi remodelada no século XVIII-XIX, encontra-se no mesmo esquema de simetria, mas este mais controlado, mais racional e evidente, estabelecendo a ligação entre a sala e o jardim: o corpo central é de dois pisos, com quatro arcos gótico.

em baixo, à esquerda

**241.** Torre sul do Paço, com vestígios de vão de várias épocas. Arco quebrado marcado, da possível *loggia*. Fotografia da autora. 2018.

**242.** Planta do Paço, em 1941, ainda com a ala sudoeste. Arquivo histórico de Sintra. 1941.

**243.** Interior do que resta da ala sudoeste. Nesta sala abobada as pedras de fecho da cruzaria ogival estão desalinhasadas do arco frechal. Fotografia da autora. 2018.



em cima

**244.** “Sala dos frescos” - Piso térreo da torre norte. Ao fundo, a fonte octogonal do jardim norte. Fotografia da autora. 2018.



ao centro

**245.** Alguns dos frescos da “sala dos frescos”. Fotografia da autora. 2018.



Em todas as paredes da sala existe frescos, nomeadamente: o desenho de duas fontes, em que uma delas corresponde a fonte da fotografia em cima; os restantes são quatro deuses da mitologia grega: Ceres, Hefesto, Clóris e Dionísio. Que representam as quatro estações do ano: Outono, Inverno, Primavera e o Verão.

em baixo

**246.** Fachada nascente do Paço. Fotografia da autora. 2018.





No muro de entrada do pátio, à direita da porta de entrada foi colocada a pedra de armas dos Castelo Branco, com uma bica que lançava água para o tanque que se encontra por baixo. Ao lado, um baixo-relevo de grandes dimensões que representa uma lenda grega intitulada “*Castigo de Midas*”. Embora bastante degradada, Domingos Caldas Barboza, em 1799, faz a descrição desta cena, cujo desenho é copiado de uma gravura de Hendrick Goltzius intitulada “*O Julgamento do Rei Midas*”.



em cima  
**247.** Pedra de armas dos Castelo Branco na fachada principal do pátio (poente). Fotografia da autora. 2018.

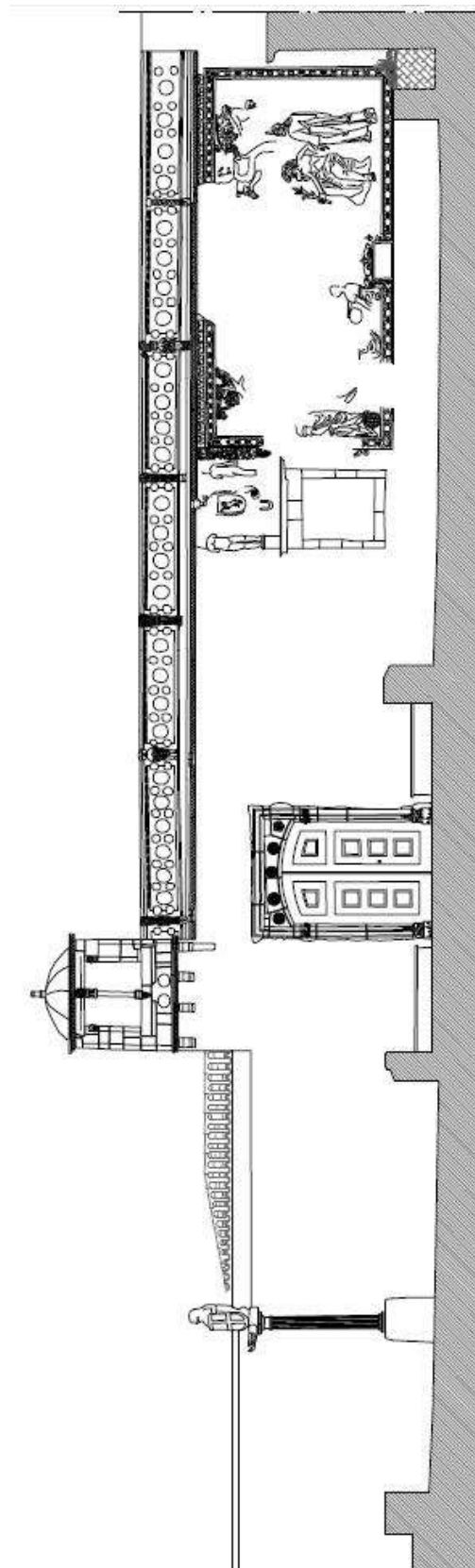
à esquerda  
**248.** “O Julgamento do Rei Midas” de Hendrick Goltzius. Museum of Fine Arts Boston. Gravura de 1590.

em baixo  
**249.** Baixo-relevo “Castigo de Midas” na fachada principal do pátio (poente). Rui Ponte. 2013.

(página oposta)

**250.** Desenho do alçado da fachada principal do pátio (poente). Autor desconhecido. 2011.







A partir da “*Descrição da Grandiosa Quinta dos senhores de Bellas...*” do padre Domingos Caldas Barboza<sup>14</sup> é possível compreender como era a quinta nesta época, descrita pelas muralhas que a ladeavam e pelas diversas fontes que jorravam água que regavam os pomares e as árvores silvestre. No jardim a norte do Paço, possivelmente o mais antigo, é colocada uma fonte octogonal alinhada pela “sala dos frescos” e simultaneamente com uma outra fonte mais simples embutida num nicho com arco de volta perfeita, inserida no centro de uma parede recortada que fecha o jardim como se um cenário se tratasse. No jardim a sul do Paço, este mais recente, conhecido com jardim do buxo, existe uma outra fonte de forma circular que Domingos Caldas Barboza também faz referência. No final da alameda nascente-poente, a sul do Paço, onde actualmente se encontra o portão da quinta, encontrava-se uma outra fonte. Comprada em 1770 pelo 5º Conde de Pombeiro, a fonte de Neptuno tinha a forma circular e no centro a escultura de Neptuno. Em 1944, já na posse da Sagrial, a fonte é oferecida ao Palácio Nacional de Queluz e encontra-se actualmente nos seus jardins.

em baixo

**251.** Fonte embutida num nicho com arco de volta perfeita Fotografia da autora. 2018.

em baixo, à direita

**252.** Parede recortada localizada no jardim norte. Fotografia da autora. 2018.

em baixo, à esquerda

**253.** Fonte octogonal do jardim norte. Fotografia da autora. 2018.



<sup>14</sup> BARBOZA, Domingos Caldas; “*Descrição da Grandiosa Quinta dos senhores de Bellas,(...)*”; Capellão da Relação, Lisboa, Typographia Regia Silviana,1799;

em cima

**254.** Fonte circular do jardim sul.  
Fotografia da autora. 2018.

ao centro, à esquerda

**255.** Fonte de neptuno. *Archivo  
Pittoresco*, Vilhena de Barbosa. 1863.

ao centro, à direita

**256.** Fonte de Neptuno ainda em Belas.  
Fotografia do Arquitecto José Vitorino,  
s/d.

em baixo

**257.** Fonte de Neptuno nos jardins do  
Palácio Nacional de Queluz. Autor  
desconhecido. 2011.



A sul do Paço no final da alameda que culmina no monte, existe uma cascata barroca de Cyrilo Wolkmar Machado, muito semelhante à cascata do Palácio dos Condes de Oeiras ou à cascata do Palácio Real de Caxias, a de Belas muito degradada. A cascata tinha esculturas com a temática da água, entre as quais é possível perceber pelas descrições que uma de Glauco e outra semelhante à escultura de Neptuno na cascata dos Condes de Oeiras. Tanto os azulejos como as esculturas que engrandeciam a cascatas foram roubadas. Ainda em 1733, D. Luís de Castelo Branco (4º Conde de Pombeiro) edifica a ermida dedicada ao Senhor da Serra. A capela está localizada um pouco mais acima da cascata junto à mina de água que alimentava esta. O acesso faz-se por uma escadaria com vários lanços que culminavam num largo com a capela do Senhor da Serra. A escadaria é marcada por via sacra ao gosto barroco, a capela de planta rectangular de nave única com o teto em arcos de volta perfeita, albergava um importante conjunto de azulejos oitocentistas e atribuiu as esculturas a Machado de Castro. A quinta costumava estar aberta para os crentes para usufruírem dos jardins e subir à Capela do Senhor da Serra. *“Na povoação de Bellas, (...), avulta aquella onde se faz a tradicional romaria alfacinha do Senhor da Serra (...).”*<sup>15</sup> *“Celebra-se esta função no ultimo domingo d’agosto, acompanhada de feira e festa de arrayal, que se faz na rua principal da mesma quinta. É uma das festividades dos arrabaldes de Lisboa, que maior concurso attarbem da capital e suas vizinhanças. Aquella comprida e amplíssima rua torna-se então acanhada para conter a gente que abi se apinhava”.*<sup>16</sup> A romaria do Senhor da Serra termina em 1971. A detioração da ermida vai progredindo e em 1979 os azulejos no interior na capela são roubados. Actualmente, da capela restam apenas as paredes principais já muito degradadas, assim como, a escadaria.

---

<sup>15</sup> SEQUEIRA, Gustavo de Matos; “Palácios e Solares Portuguezes”; ed. Livraria Lello, Porto, 1980;

<sup>16</sup> BARBOSA, J. Vilhena de; “Quinta dos senhores de Bellas”, Archivo Pittoresco, 1862, Volume V; p. 291;





em cima

**248.** Cascata dos poetas no Palácio dos Condes de Oeiras. Autor desconhecido. 2007.

ao centro

**249.** Postal ilustrado com a cascata de Belas. Arquivo CM Sintra. s/d.



em baixo

**250.** Cascata de Belas actualmente. Fotografia da autora. 2018.





em cima

**251.** Ermida do Senhor da Serra. Autor desconhecido. 1995.

em cima, à esquerda

**252.** Representação do altar-mor da capela. "*Lisboa Antiga. Os Bairros Orientais*" de Júlio de Castilho. 1935.

em cima, à direita

**253.** Via sacra de acesso à ermida. Autor desconhecido. 2009.



em baixo, à esquerda

**254.** Romaria do Senhor da Serra, romeiros junto à fonte de Neptuno. Autor desconhecido. Início do século XX.

**255.** Romaria do Senhor da Serra. Autor desconhecido. Início do século XX.

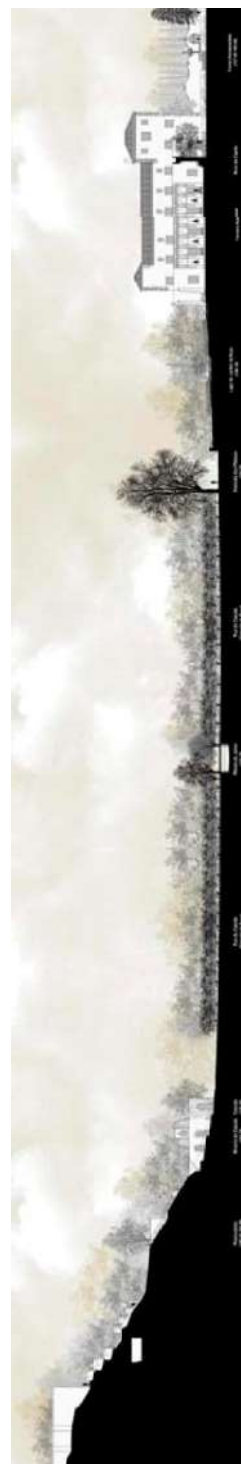
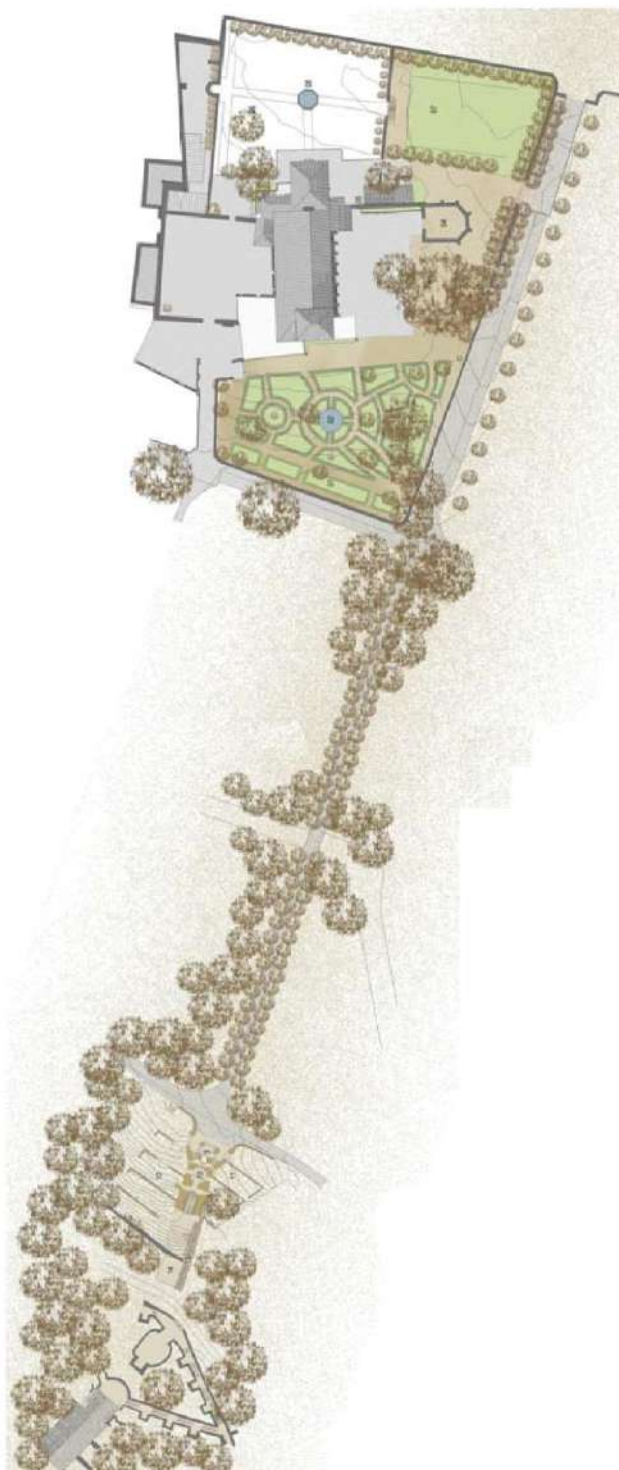
em baixo

**256.** Interior da capela, ainda com alguns azulejos. D.G.E.M.N. 1995.





257. Planta e corte longitudinal pelo portão da quinta até à ermida do Senhor da Serra. Tese de Rui Rodrigues, cedido pelo arquitecto José Vitorino e João Rito. 2009.



Outro elemento erguido por esta família de forma a honrar a visita do príncipe regente D. João (futuro D. João VI) e da sua mulher D. Carlota Joaquina ao Paço e à quinta de Belas, em 1795, é o obelisco. Localizado na entrada sul da quinta, onde se desenhava uma alameda que iria dar ao Paço, este monumento apresenta na sua base uma inscrição em latim com a descrição da sua finalidade. A escultura de que guarnece é da autoria de Joaquim José de Barros, ou mais conhecido por Barros Laborão e representa a *Fama*. Em 1974 é vandalizada nos braços e pés.



à esquerda

**258.** Obelisco em honrar do príncipe regente D. João e da sua mulher D. Carlota Joaquina. Fotografia da autora. 2018.

em cima

**259.** Escultura *Fama* de Barros Laborão. Teresa Ponte 2013.

em baixo

**260.** Gravura com os romeiros da romaria do Senhor da Serra a admirar o Obelisco em honrar do príncipe regente D. João e da sua mulher D. Carlota Joaquina. *Archivo Pittoresco*, Vilhena de Barbosa. 1863.

Depois de anos de abandono, na segunda metade do século XX, o Paço passa por obras de remodelação a cargo do arquitecto Raul Lino. O corpo a sudoeste é praticamente todo demolido, assim como, a primeiro piso das câmaras da fachada nascente. É aberto um novo vão no muro sul do pátio, no centro dos arcos da fachada poente são inseridas janelas e adossadas escadas exteriores à fachada poente da torre norte. No interior do primeiro piso destruiu por completo toda a organização interna.

em cima, à esquerda

**261.** “Novo” vão no muro sul do pátio. Fotografia da autora. 2018.



em cima, à direita

**262.** O Paço em 1941, ainda com a ala sudoeste e o primeiro piso das câmaras. Tese de Rui Rodríguez, foto cedida pelo arquitecto José Vitorino. 1941.



em baixo, à esquerda

**263.** Escada exteriores na fachada poente da torre norte. Fotografia da autora. 2018.

em baixo, à direita

**264.** Pormenor das janelas inseridas a meio dos arcos quebrados. Fotografia da autora. 2018.



Nos anos 90, os arquitectos José Vitorino e José Rito Afonso dão início a obras de remodelação do Paço com o intuito de promover o desenho anterior ao projecto de Raul Lino. Desta requalificação foram descobertos diversos elementos que estavam “escondidos” por baixo dos rebocos e das quais resultam uma melhor análise da história do Paço de Belas.

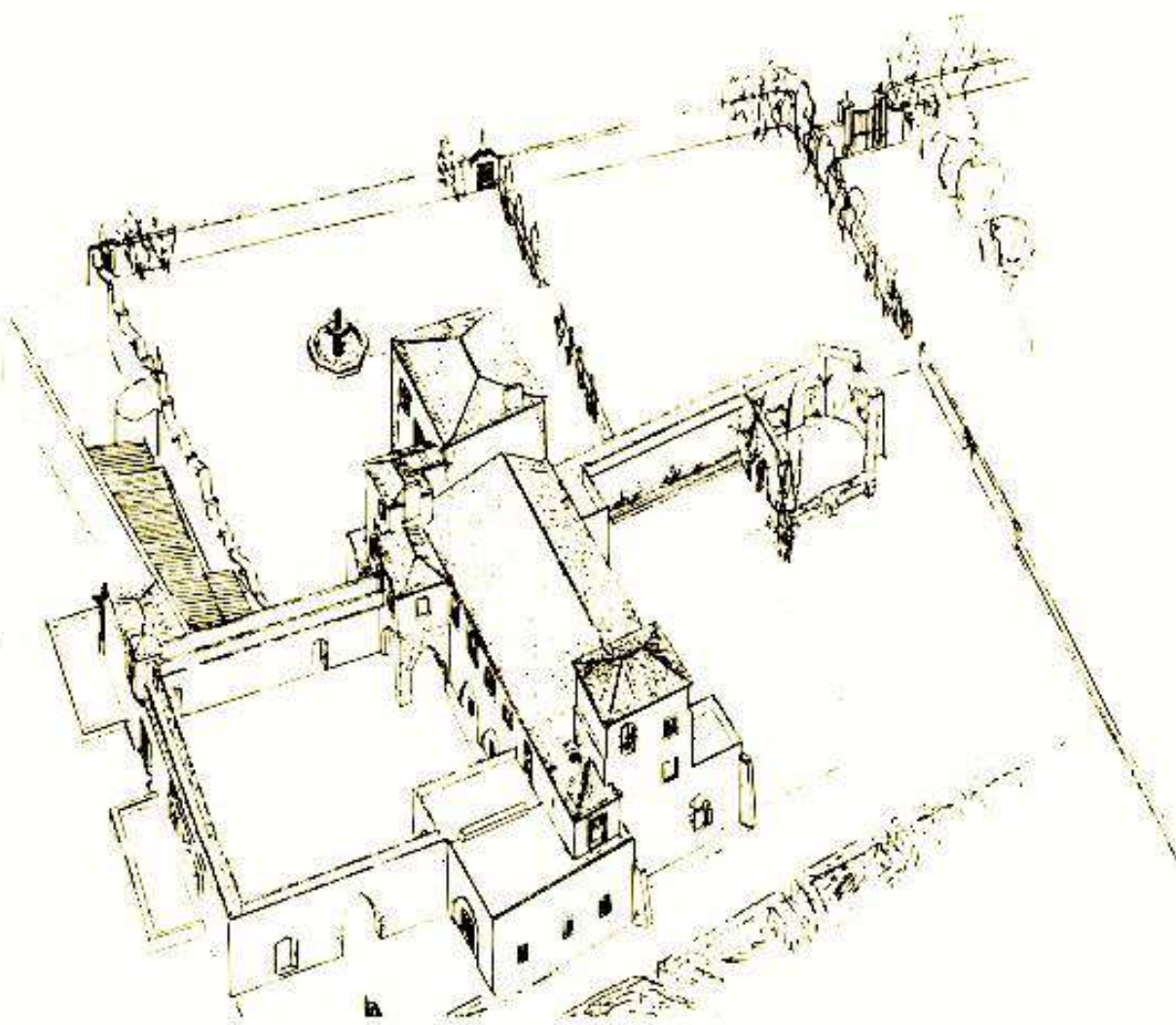


**265.** Obras na torre norte em 1990/94. Tese de Rui Rodrigues, foto cedida pelo arquitecto José Vitorino. 1990/94.

(página oposta)

**266.** Planta de Belas actualmente, com a Quinta do Senhor da Serra. Planta sem escala. Elaborado pela autora. 2018.





267. Desenho do Paço Real de Belas. Tese Teresa Ponte, desenho do arquitecto João Rito. 2013.

## **7 | PROPOSTA DE UM CENTRO CULTURAL PARA O PAÇO REAL DE BELAS**

### **7.1 A cultura como intervenção arquitectónica**

A proposta desenvolve uma lógica espacial para a consolidação do centro histórico de Belas enquanto uma possível centralidade urbana. Rodeado pela construção em massa, o centro histórico de Belas aparece como uma área caracterizada, sobretudo pela predominância de densidade viária, da desintegração do tecido urbano e, consequentemente, da perda de vivências urbanas. Desta forma, o Paço Real de Belas torna-se o elemento principal da proposta. Localizado na actual Praça 5 de Outubro – zona privilegiada, outrora terreiro do paço - a inexistência de um plano urbano que defina a centralidade desta área, coloca-o como elemento desenquadrado da estrutura urbana e, consequentemente, advindo um património esquecido na população.

A reconversão do Paço Real de Belas num polo dinamizador ligado à cultura, na qualidade de elemento agregador de um conjunto de intervenções que pretendem devolver o núcleo histórico à vida quotidiana da população, constitui o objectivo principal da proposta. Deste modo, a proposta urbana apresenta-se, não só, como a reintegração do espaço público na malha urbana, assim como, a ligação entre a cultura da “rua” e a cultura do “interior”.



A cultura enquanto possível solução de regeneração urbana é uma temática bastante abrangente. Actualmente os centros culturais fazem parte da imagem das cidades, onde muitas vezes a forma do edifício tem um papel determinante nessa mesma imagem, *“a difícil definição do centro cultural está directamente relacionada ao próprio significado de cultura, que é sempre um objeto de discussão e polémica”*<sup>1</sup>. Para um centro ligado à cultura é necessário que nele estejam vinculadas as principais necessidades populacionais e os seus traços culturais mais característicos, que assim permitem um desenvolvimento eficaz da cultura na sociedade. Esta junção de espaços que estão em carência propiciam a reunião das várias pessoas que habitam a cidade, que desta forma, fomentam as relações urbanas e criam uma relação próxima entre o centro cultural e a sociedade.

A proposta de um polo cultural no centro histórico de Belas, prevê uma proposta a nível urbano e a nível arquitectónico que visa a revitalização do mesmo, através da requalificação do espaço público, que serve de mote para “promover” e “devolver” o Paço Real de Belas à população como protagonista do polo cultural.

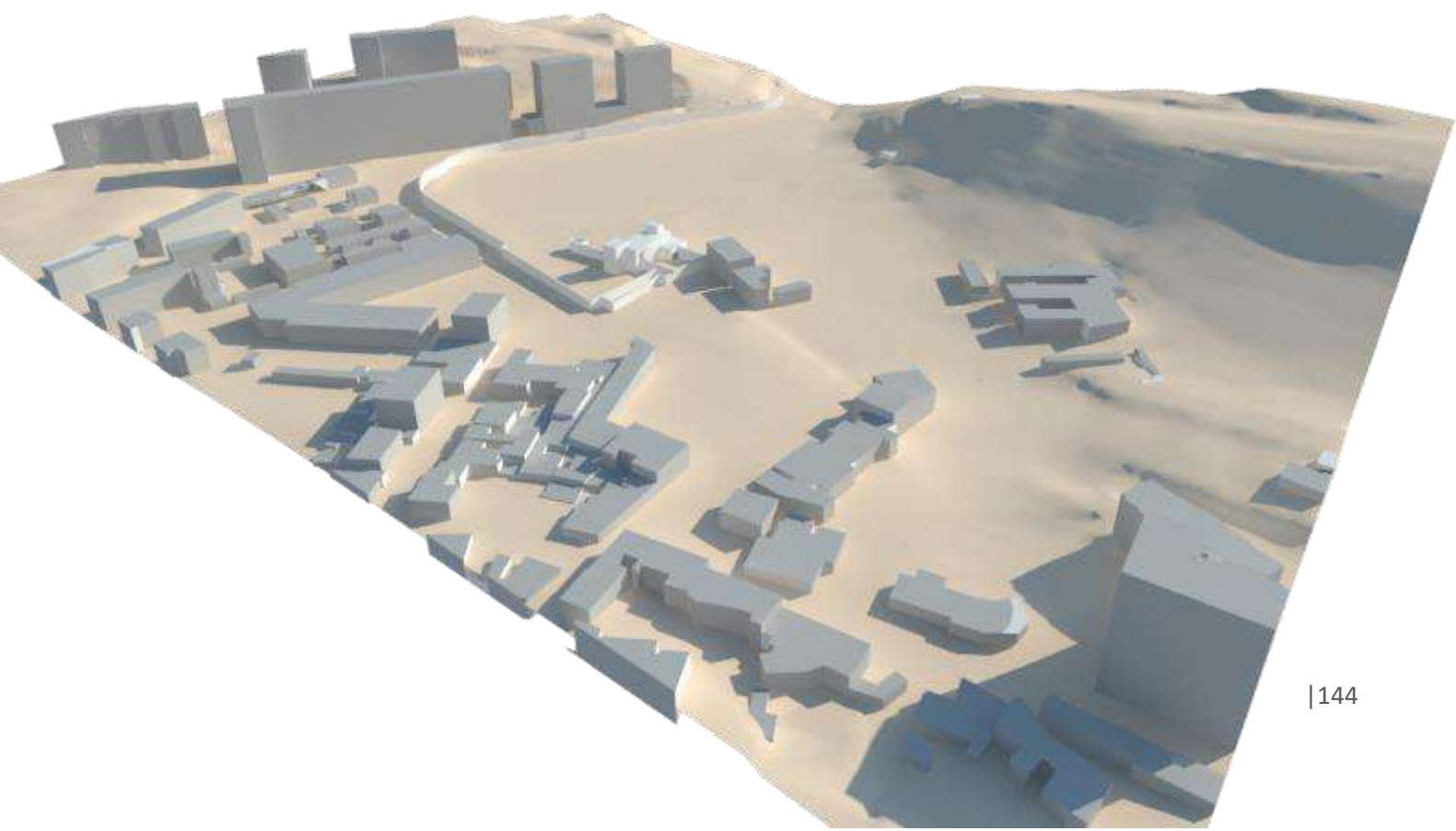
(página oposta)

**268.** Modelo tridimensional da zona histórica de Belas, com o Paço Real em destaque. Elaborado pela autora. 2018.

---

<sup>1</sup> AA.VV.; “Vazios Urbanos, Trienal de Arquitectura de Lisboa / Urban Voids, Lisbon Architecture Triennale”; Caleidoscópio; Lisboa, 2007; p. 3;







## 7.2 Desenho urbano

Marcado pelo momento histórico da época dos Senhores de Belas, o núcleo histórico apresenta-se, hoje, como lugar parado no tempo. A vila cresce nas zonas periféricas, marcadas pela volumetria brutal das construções em massa, que tiram partido da privilegiada localização geográfica, que outrora -por ironia- também constituiu o ponto de partida para a construção de um Paço onde viriam a permanecer grande nomes da monarquia e da nobreza. A dois passos Lisboa e a outros tantos de Sintra, o núcleo histórico de Belas é “rasgado” pela estrada nacional que faz a ligação entre estes dois polos urbanos. A antiga estrada real que fazia a mesma ligação, a estrada nacional 117 permanece como o canal mais importante, e por sua vez, mais “dinamizador”, deste centro histórico. Importa referir que apesar desta densidade viária, os movimentos são de passagem e não de paragem. Desta forma a pouca população que ainda usufrui desta área – Praça 5 de Outubro- é população envelhecida que, ainda, habita no núcleo histórico.

A proposta urbana pretende revitalizar o centro histórico de Belas e promover a centralidade, de que esta área beneficia ao nível da localização, mas de que carece ao nível de relações urbanas e principalmente do não usufruto do espaço urbano. As potencialidades que a zona oferece remete ou exige mesmo para uma intervenção ao nível da Praça 5 de Outubro – antigo terreiro do paço- por constituir um espaço descaracterizado e esquecido no tempo – e que consequentemente também origina o esquecimento do Paço Real de Belas. Desta forma, e pegando no principal objectivo do trabalho, a praça torna-se num elemento potencializador para o destaque do Paço.

(página oposta)

**269.** Planta da proposta urbana. Desenho sem escala. Elaborado pela autora. 2018.

A requalificação da Praça 5 de Outubro tem como estratégia a integração da praça no tecido urbano através da dinamização do espaço com a promoção do comércio local a par da criação de zonas de estar e de lazer que sejam apelativas para a população.

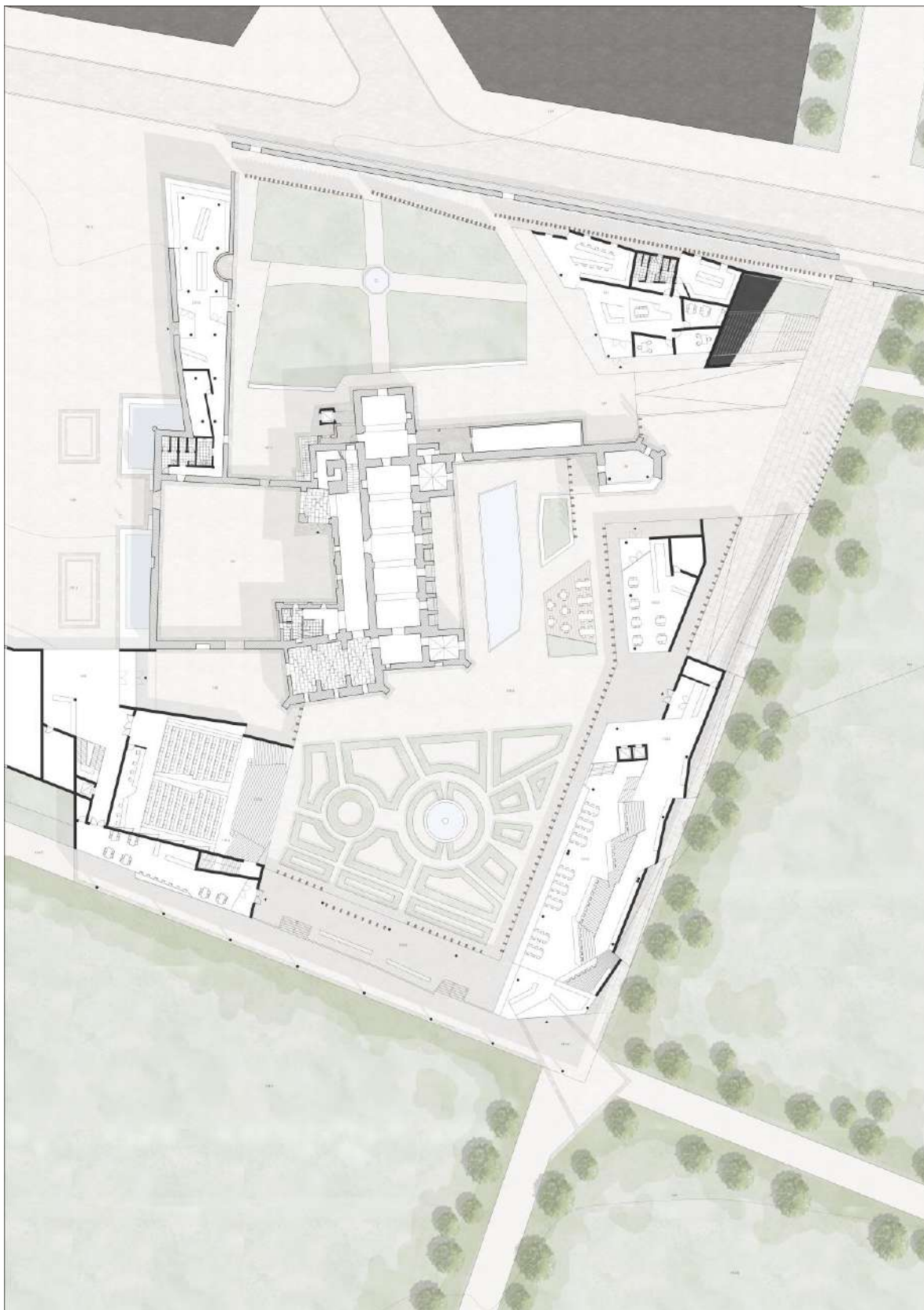
Para além destas premissas, o desenho urbano incide sobre a memória do terreiro do paço na época dos Senhores de Belas. Um espaço amplo impermeável, rodeado por edifícios que o qualificam como um espaço fechado, e sobretudo, na relação de imponência do Paço sobre o terreiro. Assim, o desenho da praça caracteriza-se por um espaço predominantemente impermeável que assim se mantém e que privilegia a mobilidade pedonal, marcada pela estrada nacional, que permanece inalterável e que a delimita em duas áreas. A área superior é marcada por um espaço verde, que proporciona zonas de descanso, e um jardim infantil. Na zona inferior, de maior dimensão, é proposta uma zona de serviços e comércio. Esta área comercial é enterrada em relação à cota da praça, mas a organização espacial é feita em torno de um espaço aberto e amplo, onde se localizam espaços verdes. O desnível entre esta zona e a cota da praça é conseguida a partir de uma rampa localizada a nascente, ou seja, para a entrada principal do Paço. A cobertura da zona comercial é igualmente o pavimento da praça, em que no lado norte desta cobertura, uma vez que a cota não acompanha o desnível do terreno, se transforma num passeio-miradouro para contemplar o Paço.

A opção de enterrar a zona comercial parte da ideia projectual de tornar o Paço a referência central da proposta, tornando-se o elemento visual catalisador a partir da praça. Os eixos estruturantes do desenho são determinados em função do edificado existente, dos limites exteriores da Quinta do Senhor da Serra, da entrada da mesma e pelos fluxos pedonais, de forma a direccionar a população para a entrada do Paço. Para responder aos problemas de falta de estacionamento e potencializar o usufruto da praça, cria-se um parque subterrâneo que abrange toda a área comercial, com entrada na parte norte da praça.

Ao nível do edificado, é proposta a demolição dos três edifícios que constituem a frente sul, para dar lugar a uma frente contínua, desde a fachada principal do paço até à entrada da quinta. Este novo edificado apresenta apenas um piso, como resposta à mesma premissa que a zona comercial enterrada, com funções destinadas a comércio e/ou a serviços.

Em suma, a presente proposta urbana para a Praça 5 de Outubro, pretende acima de tudo complementar a proposta arquitectónica, que se desenvolve no interior da Quinta do Senhor da Serra num conjunto com o Paço Real de Belas, assumindo a função de espaço urbano e de tudo o que lhe é inerente e simultaneamente contemplar e fomentar a entrada no centro cultural, enquanto espaço dedicado à cultura e enquanto património de interesse público.





### 7.3 Desenho projecto

O Paço Real de Belas simboliza uma história em que se afirmava como protagonista, outrora sede do poder senhorial de Belas, a estruturação do território era delineada a partir deste símbolo máximo de poder. Embora esta estruturação permaneça relativamente conservada, o Paço Real de Belas é actualmente um mero edifício, “engolido” pela massa construída que existe à sua volta. Inserido na Quinta do Senhor da Serra, antigamente Quinta grande, localiza-se no extremo norte dos limites da quinta, com a sua fachada principal a servir de entrada para quem vem da Praça 5 de Outubro (tema desenvolvido no capítulo 5).

A proposta arquitectónica vem, acima de tudo, reatribuir a importância que o paço possuía na população de Belas, pela função que lhe está intrinsecamente associado. Com a proposta, o re-uso é pensado para usufruto do património por parte da população. O Paço encontra-se reabilitado e conservado e por isso não existiu a necessidade de avançar numa mais profunda proposta de reabilitação, até pelas sucessivas intervenção e modificações que sofreu ao longo dos anos. Eis o que ditou a não intervenção no Paço, mas apenas a reconversão do uso. Assim, e pelas limitadas áreas que o Paço possui para responder a um programa cultural, é proposto uma obra nova ou novo edificado.

(página oposta)

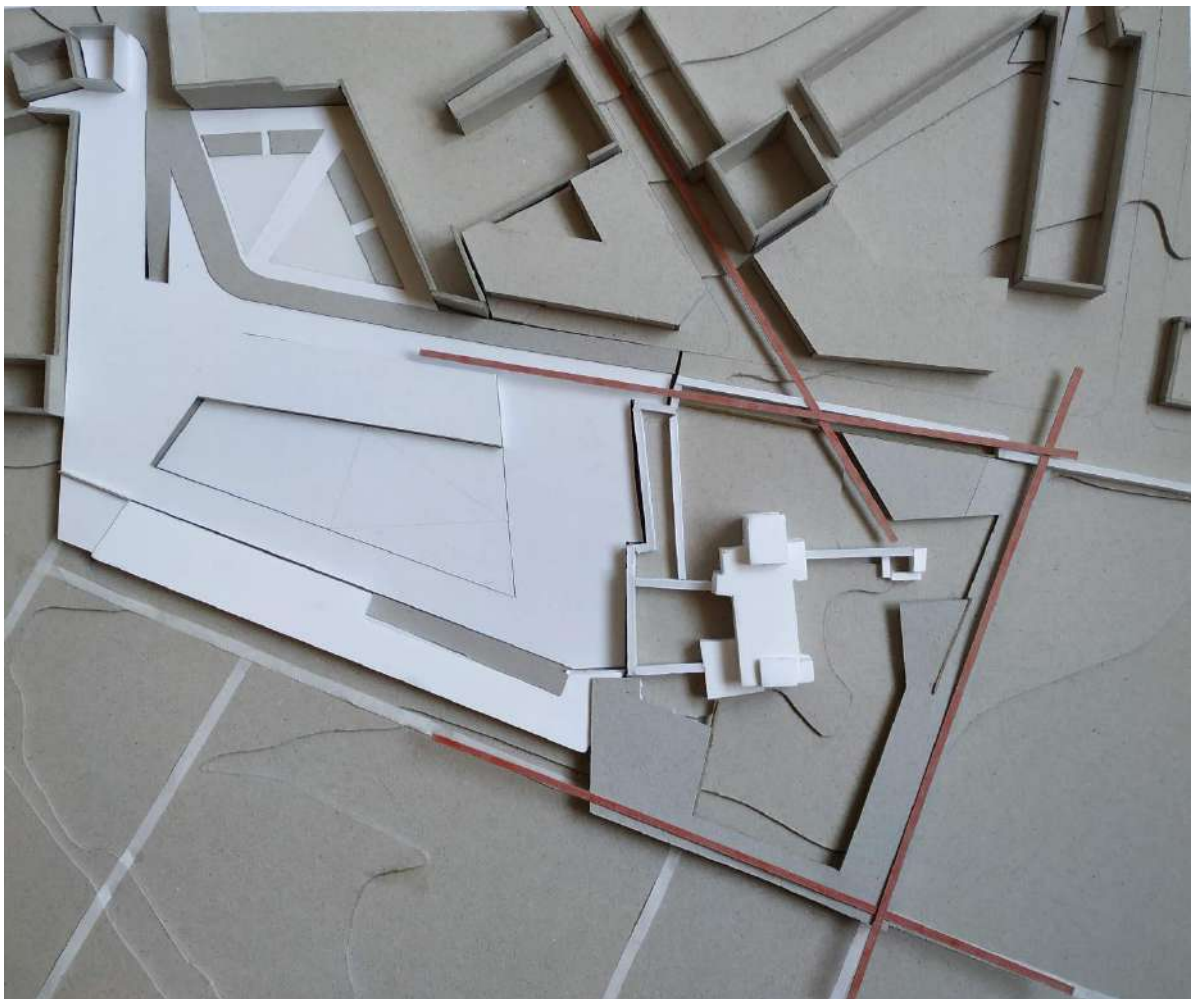
**270.** Planta do primeiro piso da proposta arquitectónica. Desenho sem escala. Elaborado pela autora. 2018.

A proposta para o centro cultural é constituída por seis elementos: o Paço, a área longitudinal situada a norte do paço que alberga a livraria (estes dois elementos constituem o edificado existente), área administrativa, cafetaria, biblioteca e o auditório. Todos estes elementos são volumes soltos que se vão interligar através da cobertura contínua. A forma dos volumes é conseguida através de eixos estruturantes, quer a partir do desenho do paço ou pelas direcção dos dois jardins que o integram, privilegiando as vistas ou de modo a destacar elementos do Paço. Ainda é de salientar que a forma dos diferentes volumes e a modalidade da sua relação com o Paço, resulta da introdução de características morfológicas inerentes aos paços medievais, desenvolvidas no capítulo dois. A proposta assenta no princípio de “fechar para o exterior”, onde a organização e a forma como o edificado novo está implantado: remete para um “fecho” dos volumes para a quinta enquanto que o centro cultural “abre-se” com as suas fachadas principais para espaços que fazem transição entre o antigo e novo. Estes espaços delimitados remetem para a morfologia dos pátios e, mais uma vez, confronta-se aqui o antigo com o contemporâneo.

Nesta linha de acção, importa realçar o destaque que foi dado à capela através da forma destes volumes. No volume a norte da capela, a direcção da fachada poente é desenhada segundo o eixo que vem da Avenida Cândido dos Reis, e que através de um vão com conversadeiras existente no muro da quinta incita á visualização da capela. Tanto o volume a norte com a sul são afastados da capela para que esta mantenha o seu merecido destaque.

(página oposta)

**271.** Maquete com projecto urbano e arquitectónico com os eixos estruturantes da proposta. Elaborado pela autora. 2018.



Dado que os espaços do centro cultural têm diferentes horários de utilização, a localização em volumes independentes favorece a limitação de pessoas em outros espaços que podem não estar a ser utilizados, algo que também potencializa a realização de eventos independentes ao centro cultural. Para tal, foram inseridos ao projecto elementos verticais que delimitam áreas que podem ser fechadas a determinadas horas do dia. Estes elementos verticais contaminam o resto da proposta arquitectónica ao delinear percursos exteriores pelos diferentes volumes. Toda a proposta para o edificado novo apresenta uma volumetria subtil, com apenas um piso acima do solo, à semelhança do caso de estudo apresentado da Torre de Madariaga: o edifício de valor patrimonial mantém-se como posição dominante e a construção nova assume um papel secundário. Também, a diferenciação entre o edificado novo e o existente é assumida, e mais uma vez a valorização do património pré-existente é predominante.

O edificado novo surge na paisagem pela cobertura continua que unificada todos os volumes. À semelhança do caso de estudo, sede do Parque Natural do Fogo, a cobertura é definida pela utilização de rampas das quais resultam uma volumetria que se molda ao terreno. Desenhada em torno do Paço, a cobertura percorrível afirma-se como um passeio público (ou mesmo uma *promenade architecturale*) que funciona como elemento para a contemplação do Paço e da quinta. A utilização deste percurso, que se inicia no portão principal da quinta até à praça 5 de Outubro, proporciona a entrada no centro cultural e por sua vez coloca o Paço como elemento principal da proposta. Ao nível do edificado existente, a proposta passa por elementos pontuais necessários pela reconversão do uso, assumindo-se como elementos contemporâneos através da respectiva materialidade.

(página oposta)

em cima, à esquerda

**272.** Maquete com os elementos verticais no “corredor” a norte da proposta. Fotografia da autora. 2018.

em cima, à direita

**273.** Maquete com os elementos verticais na zona do jardim sul. Fotografia da autora. 2018.

em baixo, à esquerda

**274.** Maquete com pormenor do elevador junto à torre sul do Paço. Fotografia da autora. 2018.

em baixo, à direita

**275.** Maquete com a capela em primeiro plano, com pormenor da forma da área administrativa para visualização da capela a partir da rua a norte. Fotografia da autora. 2018.

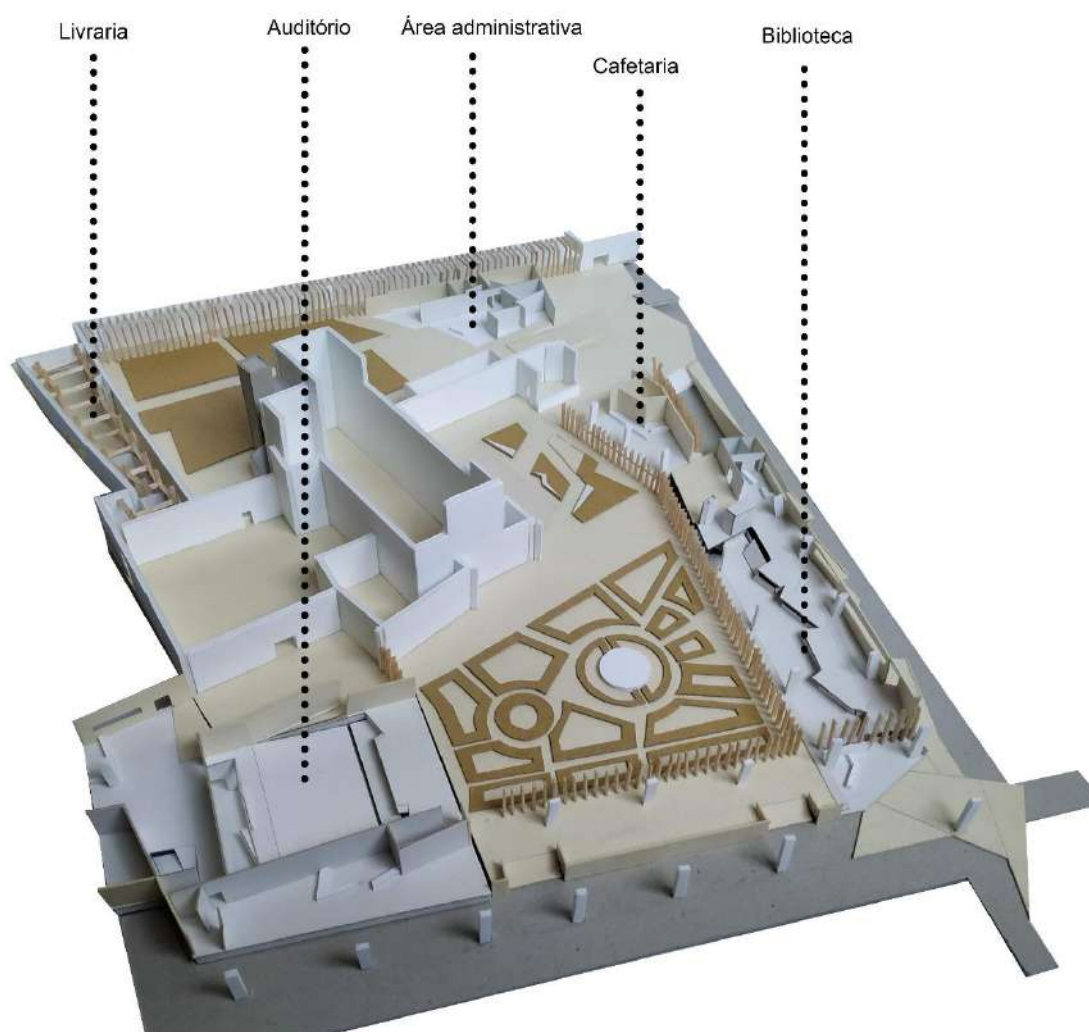


A introdução do elevador no Paço é feita pelo exterior junto à torre norte, que se “descola” da fachada e adquire presença na proposta. Para o elemento a norte que vai albergar a livraria e para a capela são propostas coberturas: no primeiro a cobertura nunca existiu; já na capela a ideia passa pela recuperação do miradouro que a caracterizava.

O que se tenta estabelecer com o desenho do novo projecto é uma mudança no núcleo histórico de Belas com a intenção de promover a reutilização desta zona desqualificada do resto da vila com a introdução de um edifício capaz de recuperar a vitalidade e restituir o património à população.



O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



## **Programa**

O centro cultural tem como objectivo reunir num único polo um programa cultural que vai de encontro as carências da população de Belas. Neste sentido, a proposta insere um complexo edificado constituído por seis volumes, onde cada apresenta um espaço que responde ao programa desenvolvido. A organização dos espaços por volumes é desenvolvida de forma a tirar o máximo partido da envolvente, com a relação directa entre edificado e espaços exteriores a proporcionar diferentes ambientes ao público.

## **Paço Real de Belas**

A entrada principal para o centro cultural faz-se pela fachada principal do Paço (fachada poente), a partir da Praça 5 de Outubro. A recepção do Paço é feita pelo grande pátio que o caracteriza que se transforma numa grande sala polivalente “a céu aberto” na proposta. Pela sua componente história, o Paço vai albergar as áreas expositivas, com o piso térreo a marcar as exposições permanentes, e o piso nobre e o terceiro piso, com a torre, a albergar só as exposições temporárias. A recepção situa-se na entrada do Paço, propriamente dito, no corpo saliente à esquerda e só de um tramo. No outro corpo saliente à direita, com dois tramos, situam-se as instalações sanitárias. Para acesso aos pisos superiores a escadaria interior do paço é mantida e é introduzido um elevador exterior junto a torre norte, que marca uma presença contemporânea na proposta.

(página oposta)

**276.** Programa. Elaborado pela autora. 2018.

A capela, destruída pelo terramoto de 1755, é mantida com as marcas da história, mas é fechada com vidro. As paredes – agora inexistentes – e a cobertura são reavivadas com um desenho plasticamente contemporâneo, mas que desta forma, mantém a sua função original de miradouro sobre a quinta.

O elemento a norte do pátio do Paço, servia outrora de apoio ao jardim norte: daí a fachada nascente ser trabalhada como se de um cenário tratasse: o respectivo espaço é reconvertido numa livraria. Com localização privilegiada, quer para o Paço como para a praça, são introduzidos novos vãos, para que desta forma o espaço seja apelativo ao público. Tanto o interior, como a cobertura são introduzidos pela mesma linguagem do edificado novo.

Os dois jardins existentes, um a norte e outro a sul do Paço, são recuperados e marcam a relação entre o edificado novo e os espaços exteriores.

### **Área administrativa**

A área administrativa que gere o centro cultural situa-se no volume mais a norte da proposta. Organiza-se segundo um único piso acima do solo, onde a cobertura funciona como miradouro para todo o polo cultural. A entrada é feita na fachada sul, em frente à capela, com a receção a marcar a primeira área. Os restantes espaços que definem a área administrativa passam por dois escritórios, uma sala de maiores dimensões de teor administrativo, arquivo, sala de reuniões, copa e instalações sanitárias. A organização espacial faz-se em torno da sala de reuniões, com paredes em vidro e é antecedida pela receção.

As outras áreas situam-se adjacentes às fachadas e são marcadas pelos diferentes vãos. Esta organização é desenvolvida de forma a privilegiar a vista sobre a capela, e sobretudo, a vista sobre o jardim norte e o Paço. Assim, as fachadas poente e sul apresentam-se como elementos envidraçados, em contraste com a fachada a norte, mais contida, pela presença do passeio público entre o edificado e o muro da quinta.

### **Cafetaria**

No volume a sul da capela e em frente à fachada nascente do Paço situa-se a cafeteria. De um único piso, a organização espacial resume-se à área principal da cafeteria e a uma sala de arrumos por detrás desta. A fachada principal a poente e a fachada a norte é totalmente envidraçada para dar lugar a contemplação do Paço e da capela. Este volume “fecha” um espaço de amplo de transição com o Paço, do qual resulta um desenho contemporâneo do espaço exterior. É composto por espaços verdes e um espelho de água, que reflete a fachada nascente do Paço, e cria ambiente para a esplanada da cafeteria.

### **Biblioteca**

Elemento longitudinal a sul da cafeteria, a biblioteca é desenhada segundo a relação que estabelece com o jardim sul do Paço. Mais uma vez, a fachada principal, a poente, é totalmente envidraçada para contemplar o jardim e o Paço a partir do interior da biblioteca. Em oposição, a fachada nascente é mais contida com vãos pontuais direccionados para a quinta. No interior, a proposta é organizada em três cotas diferentes, o piso térreo, o piso intermédio e o piso enterrado. Á mesma cota que o Paço, e os restantes volumes, o piso térreo com uma das entradas da biblioteca, a respectiva recepção com uma zona de bengaleiro/cacifos e uma sala de apoio à recepção.



O desenho da zona de leitura, neste piso, é resultado de linhas estruturantes do jardim que contaminam o interior da biblioteca. A um metro de distância, o piso intermédio surge pela diferença de cotas que existe entre o Paço e o caminho da quinta perpendicular ao corpo da biblioteca. Assim, ao nível do piso intermédio, junto ao caminho da quinta, surge a outra entrada da biblioteca, com a respectiva zona de bengaleiro/cacifos e sala de apoio. Aqui localiza-se a outra zona de leitura, com o jardim a aparecer ao nível dos olhos no interior. Por fim no piso enterrado está localizado o arquivo, com receção e sala de apoio, e as instalações sanitárias.

É no volume da biblioteca, que surge a rampa de acesso à cobertura contínua que vai interligar o volume da cafetaria, biblioteca e auditório.

### **Auditório**

O auditório localiza-se no volume junto ao muro do pátio do Paço. Esta localização tira partido não só da relação com o jardim a sul, como da distância do pátio à entrada do auditório. Deste modo, é possível fechar o pátio que antecede a entrada do auditório, através dos elementos verticais colocados entre o Paço e o edificado. Pela entrada principal, localizada no piso térreo, temos acesso ao foyer com receção e sala de apoio, o auditório para cerca de 240 pessoas, tem a sua fachada nascente envidraçada em que o jardim funciona como p(l)ano de fundo. Ainda neste piso, projeta-se uma cafetaria de apoio ao auditório, com a fachada sul envidraçada de modo a estabelecer relação com a quinta. No piso enterrado localizam-se as instalações sanitárias e os camarins e salas, de apoio aos espetáculos.



O Paço como ‘habitação simbólica’ hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial

## 8| CONSIDERAÇÕES FINAIS

A definição territorial das cidades remonta ao tempo em que a ideia de um “senhor” estava na origem da definição e organização das terras. As honras atribuíam poderes administrativos enquanto os elementos edificados demonstravam fisicamente esse mesmo poder. Claro que a origem do paço medieval está ligada à evolução do edificado medieval, associada a razões políticas, económicas e social de uma época em que a nobreza e o clero exerciam o seu poder sobre a população. Dado este poder, torna-se evidente que os paços medievais mais relevantes e exuberantes adquirem grande relevo com estas classes sociais. Se os paços enalteciam o poder dos seus senhores, o território envolvente era conduzido em torno dessa mesma exuberância.

A reflexão teórica que se faz dos paços medievais portugueses vai de encontro a estas abordagens. Temática pouco referenciada, o estudo de Carlos Azevedo e o trabalho mais completo de Vieira da Silva constituíram elementos essenciais para o desenvolvimento da componente teórica. Este desenvolvimento teórico teve por base uma maior compreensão deste tipo de arquitectura doméstica, pelo que a pesquisa procurou incidir sobre as principais características inerentes ao paços nos variados locais de implementação, dando ênfase ao entendimento de como essa localização influencia as estruturas e a ornamentação dos mesmos. Embora a reflexão tenha incidido maioritariamente nas características exteriores, a morfologia e organização dos espaços também foi determinante para a compreensão do quotidiano da época.

O desenvolvimento desta temática vem da descoberta e análise, a nível histórico, cultural e social, do património a intervir na componente prática, o Paço Real de Belas.

A hierarquização do território segundo sedes de poder que se desenvolve na primeira reflexão teórica, vem caracterizar e clarificar a implementação de um Paço Real na vila de Belas. Deste modo, a análise histórica e social desta vila tornou-se relevante para o entendimento da relação dos paços com o território. O crescimento e desenvolvimento da vila de Belas está associado à construção do Paço Real, assim como, da Igreja matriz da nossa Senhora de Misericórdia - nobreza e clero – e a partir de cartografia do século XIX, verifica-se a importância que o Paço teve na estruturação da malha urbana, ainda hoje, conservada. As reflexões teóricas relacionadas com o passado da vila de Belas e do Paço Real são uma descrição da prosperidade epocal, já que Belas era muito apreciada pela população de Lisboa como local de refúgio com condições idílicas.

Actualmente, Belas é uma “cidade dormitório” onde prevalecem as construções em massa, e como em tantas outras vilas o centro histórico, outrora marcado pela sua grandiosidade está descaracterizado e descosido da restante malha urbana. Neste contexto surgem as reflexões teóricas que incidem sobre as problemáticas actuais que estão na base da proposta prática. As questões ligadas à regeneração dos centros históricos é uma temática bastante debatida, embora não haja uma única linha de acção bem definida, sem prejuízo dos muitos e bons exemplos neste domínio. O facto é que a possibilidade de reabilitação e preservação do património e do edificado de interesse histórico constitui uma premissa bastante válida como ponto de partida.



A criação de novas centralidades, a partir equipamentos atractivos de carácter cultural e social, potencializam a identidade do local, e bem assim, a revitalização dos tecidos urbanos descaracterizados.

A proposta recai sobre a revitalização do centro histórico de Belas com o Paço a (res)surgir como estratégia para a conexão entre o lugar e o público. A reconversão do Paço num equipamento de carácter cultural permite que este funcione como polo dinamizador de toda a proposta. Assumir a intervenção no património, implica a capacidade de o adaptar a novas necessidades, organizando as pré-existências com os elementos novos, numa harmonia e equilíbrio entre estas duas realidades. O âmbito da proposta urbana tem como objectivo transformar e unir a Praça 5 de Outubro aos diferentes interesses urbanos e promover o envolvimento do património no tecido urbano. Em síntese, a reabilitação como forma de revitalizar o centro histórico de Belas, pode ser feita de modo a valorizar a memória do espaço urbano e do património, protegendo e aceitando as temporalidades que lhes estão subjacentes, mas propondo novas funções que se adaptem à identidade do local.

O Paço como ‘habitação simbólica’ hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial

## BIBLIOGRAFIA

### Planos de Consulta

**Câmara Municipal de Sintra**; “Programa estratégico de Reabilitação Urbana de Queluz / Belas”, Janeiro 2017;

**Câmara Municipal de Sintra**; “Plano Diretor Municipal. Proposta de plano”. CMS, Direção Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território; Gabinete do Plano Diretor Municipal; Sintra, 2016;

### Livros

**Almeida**, Fernando de; “Sobre a barragem romana de «Olissipo» e o seu aqueduto”; O Arqueólogo Português, Vol. III, Lisboa, 1969; pp. 179-189;

**AA.VV.**; “Vazios Urbanos, Trienal de Arquitectura de Lisboa / Urban Voids, Lisbon Architecture Triennale”; Caleidoscópio; Lisboa, 2007;

**Avila e de Bolama**, General Marquez; “A nova carta chorographica de Portugal”; Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa; 1909-1914;

**Azevedo**, Carlos de; “Solares Portugueses”; 2ª ed. Livros Horizonte; Mem Martins; 1988;

**Azevedo**, Pedro de; “As pedras preciosas de Lisboa (Belas) na História”; Archeologo Português, Lisboa, 1916; pp.158 -202;

**Choay**, Françoise; “A Alegoria do Património”; ed. original 1992; ed. 70  
Artes e Comunicação; Lisboa, 1999;

**Carita**, Hélder; **Cardoso**, Homem; “A Casa Senhorial em Portugal”; ed.  
Leya, Lisboa, 2015;

**Carita**, Hélder; **Cardoso**, Homem; “Tratado da grandeza dos jardins em  
Portugal ou a originalidade e desaires desta arte”; ed. Círculo dos  
Leitores, Lisboa, 1990;

**Castilho**, Júlio de; “Lisboa Antiga. Os Bairros Orientais”, Vol. III, ed.  
Câmara Municipal de Lisboa; Lisboa, 1935-39;

**Constantino**, Ana Margarida da Silva; “A Quinta Nova d'Assunção: o  
século XIX com todo o seu esplendor”; Câmara Municipal de Sintra,  
Sintra, 2001;

**Dias**, Guilherme Correia; “Roteiro de belas”, ed. Junta de Freguesia,  
Belas, 20-?;

**Feliciano**, Ana Marta; **Leite**, António Santos; “A Casa Senhorial Como  
matriz da territorialidade; a região de Torres Vedras entre o tempo  
Medieval e o Final do Antigo Regime”; ed. Caleidoscópio, Lisboa, 2016;

**Leitão**, Manuel; **North**, Thomas; **Ferreira**, Octávio da Veiga; “O  
povoado pré-histórico da Serra da Espargueira (Belas)”; Separata de  
actas das II jornadas Arqueológicas, vol. 1, Lisboa, 1973;

**Rosa**, Francisco José Condessa Afonso; “A Quinta do Senhor da Serra;  
estudos d’arte”; Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, 1983;

**Sequeira**, Gustavo de Matos; “Palácios e Solares Portuguezes”; ed. Livraria Lello, Porto, 1980;

**Serrão**, Vítor; “Sintra”; ed. Editorial Presença, Lisboa, 1989;

**Silva**, José Custódio Vieira da; “Paços Medievais Portugueses”; ed. do Instituto do Património Arquitectónico (IPPAR); 1ª ed. 1995, 2ª ed. Lisboa 2002;

**Stoop**, Anne de; “Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa”; ed. Livraria Civilização Editora, Lisboa, 1986;

**Pereira**, Paulo; “Acerca das Intervenções no Património Edificado. Alguma História”, in Intervenções no Património 1995-200; Nova Política; Lisboa, IPPAR/Ministério da Cultura, 1997;

**Pereira**, Paulo; “(Re)trabalhar o Passado. Intervenção no Património Edificado.”, in Portugal Arquitectura do Século XX; Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1997;

**Portas**, Nuno; “Conservar renovando ou Recuperar revitalizando”; Imprensa de Coimbra Limitada, Coimbra, 1983;

**Proença**, Raul; “Guia de Portugal”, Vol. I, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1924;



## Artigos

**Barbosa**, J. Vilhena de; “A minas em Portugal: Minas do Suimo”;  
Archivo Pittoresco, 1863, Volume VI; pp.179-181;

**Barbosa**, J. Vilhena de; “Fragmentos de Roteiro de Lisboa: inédito:  
arrabaldes de Lisboa”; Archivo Pittoresco, 1863, Volume VI; pp.185-  
186;

**Barbosa**, J. Vilhena de; “Quinta dos senhores de Bellas”; Archivo  
Pittoresco, 1862, Volume V; pp.289-291;

**Barboza**, Domingos Caldas; “Descripção da Grandiosa Quinta dos  
senhores de Bellas, e notícia do seu melhoramento, o"erecida á  
illustrissima e excellentissima senhora D. Maria Rita de Castello-  
Branco Correa e Cunha, condeça de Pombeiro e senhora de Bella / Por  
seu humilde servo o beneciado Domingos Caldas Barboza”; Capellão  
da Relação, Lisboa, Typographia Regia Silviana,1799;

**Beckford**, William; “Diário de William Beckford em Portugal e  
Espanha”; 3.ª Edição, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2009;

**Cachão**, M.; **Fonseca**, P.; **Galopim de Carvalho**, R.; **Neto de Carvalho**,  
C.; **Oliveira**, R.; **Fonseca**, M.; **Mata**, J.; “A mina de granadas do Monte  
Suímo: de Plínio-o-Velho e Paul Choffat à actualidade”; Revista  
Electrónica de Ciências da Terra Geosciences On-line Journal; Volume  
18 – nº 20; 2010;

**Caetano**, Lucília; “Reabilitação e Revitalização dos Centros Históricos  
Urbanos. O exemplo de Zaragoza”; Cadernos de Geografia n.º 18,  
Coimbra: IEG; 1999;

**Cardoso, João Luís; Boaventura, Rui;** “The megalithic tombs in the region of Belas (Sintra, Portugal) and their aesthetic manifestations”; *Trabajos de Prehistoria*, Madrid, 2011;

**Cardoso, João Luís; Boaventura, Rui;** “Carlos Ribeiro (1813-1882) e as antas de Belas: um contributo para a História da Ciência em Portugal no século XIX”; *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, 2014; pp.35-80;

**D. Duarte,** “Leal Conselheiro”; edição crítica e anotada por J. M. Piel; Lisboa; Livraria Bertrand; 1942;

**Fadigas, Leonel;** “Centros Históricos; O que são e como se transformam”; *III Jornadas Sobre el Paisage*; Segovia; 1991;

**Figueiredo, Ana; Santos, M. Helena;** “Intervenções em áreas urbanas na envolvente de edifícios classificados.” *Património Estudos* 2, 2002;

**Martins, Andrea;** “Entre o atlântico e o maciço calcário estremenho: a arte rupestre da estremadura”; *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, 2017; pp. 157-188;

**Moura, Dulce; Guerra, Isabel; Seixas, João; Freitas, Maria João;** “A Revitalização Urbana – contributos para a definição de um conceito operativo”; *Cidades – Comunidades e Territórios*, número 12, 2006; pp. 15 – 34;

**Ribeiro**, Carlos; “Estudos Prehistoricos em Portugal: Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos.II - Monumentos megalithicos das vizinhanças de Bellas”; Typographia da Academia, Lisboa, 1880;

### **Dissertações**

**Ponte**, Teresa; “Estruturas Residenciais dos Condes de Pombeiro: O Paço de Belas”; Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013;

**Rodríguez**, Rui; “Las Quintas como sistema de estructuración del territorio de Portugal. El caso de la Quinta do Senhor da Serra. Análisis Arquitectónico y territorial, Sevilha, Tese de doutoramento apresentada na Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidade de Sevilha, 2011;



O Paço como ‘habitação simbólica’ hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



## **Anexos**

### **Anexo I - Complemento ao trabalho teórico**

Cartografia

Fotografias da Quinta do Senhor da Serra e do Paço Real de Belas

Noticias

Documentos históricos

Plantas históricas do Paço Real de Belas

### **Anexo II – Processo de trabalho**

Maquetes

### **Anexo III – Peças desenhadas**

O Paço como ‘habitação simbólica’ hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial

**Anexo I** - Complemento ao trabalho teórico

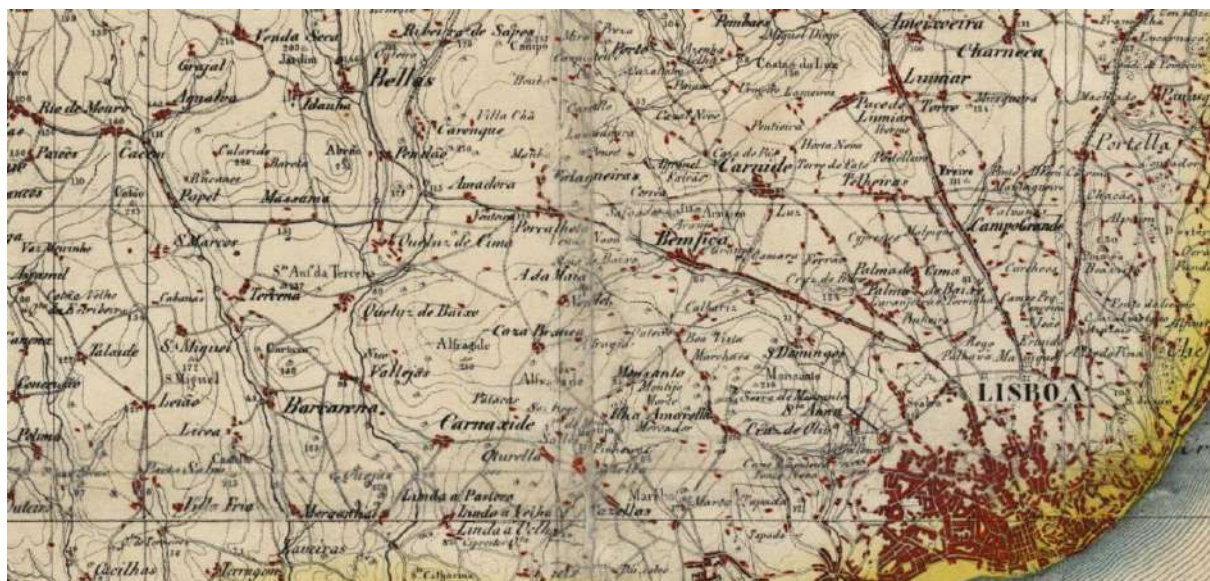
Cartografia

O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



(de cima para baixo)  
Mapa de Portugal, 1654-1732.  
Mapa de Portugal, Petrus Schenk, 1661-1711.





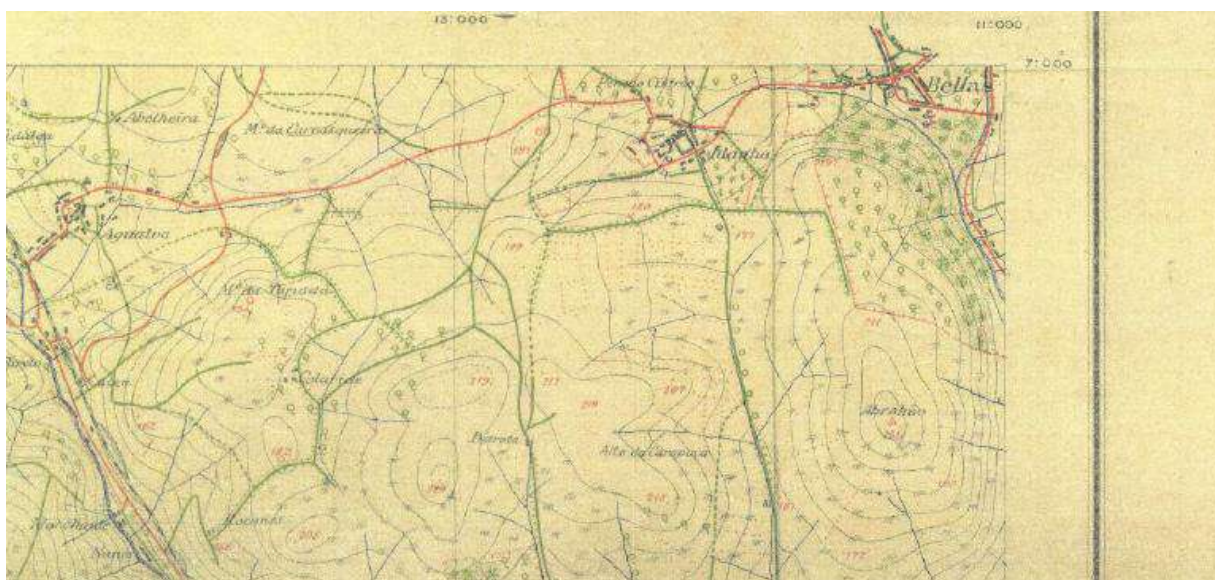
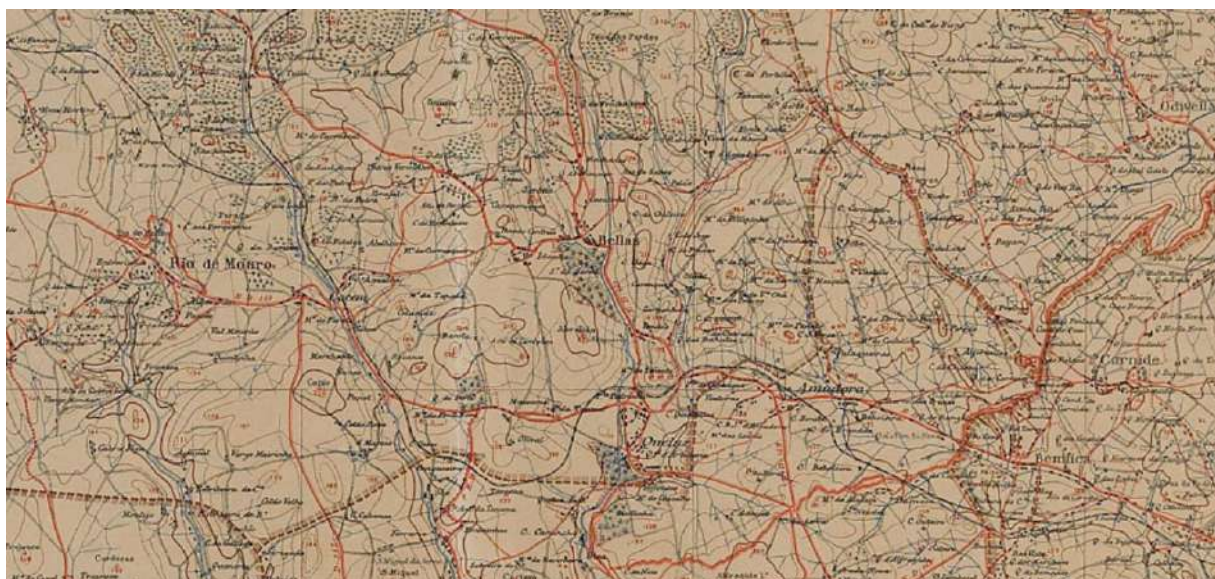
(de cima para baixo)

Carta chorographica – Terrenossem volta de Lisboa, Filipe Folque, 1856.

Carta geographica de Portugal, Filipe Folque, 1865.

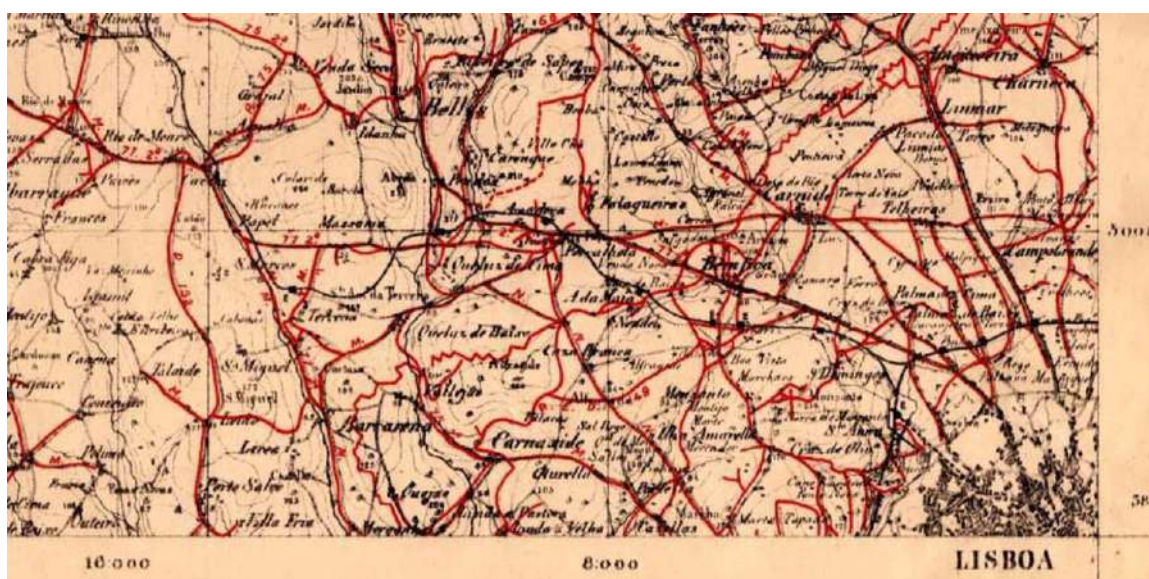


O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



(de cima para baixo)  
Carta arredores de Lisboa e os arredores, Filipe da Costa, 1909.  
Carta topográfica de Portugal, 1914.



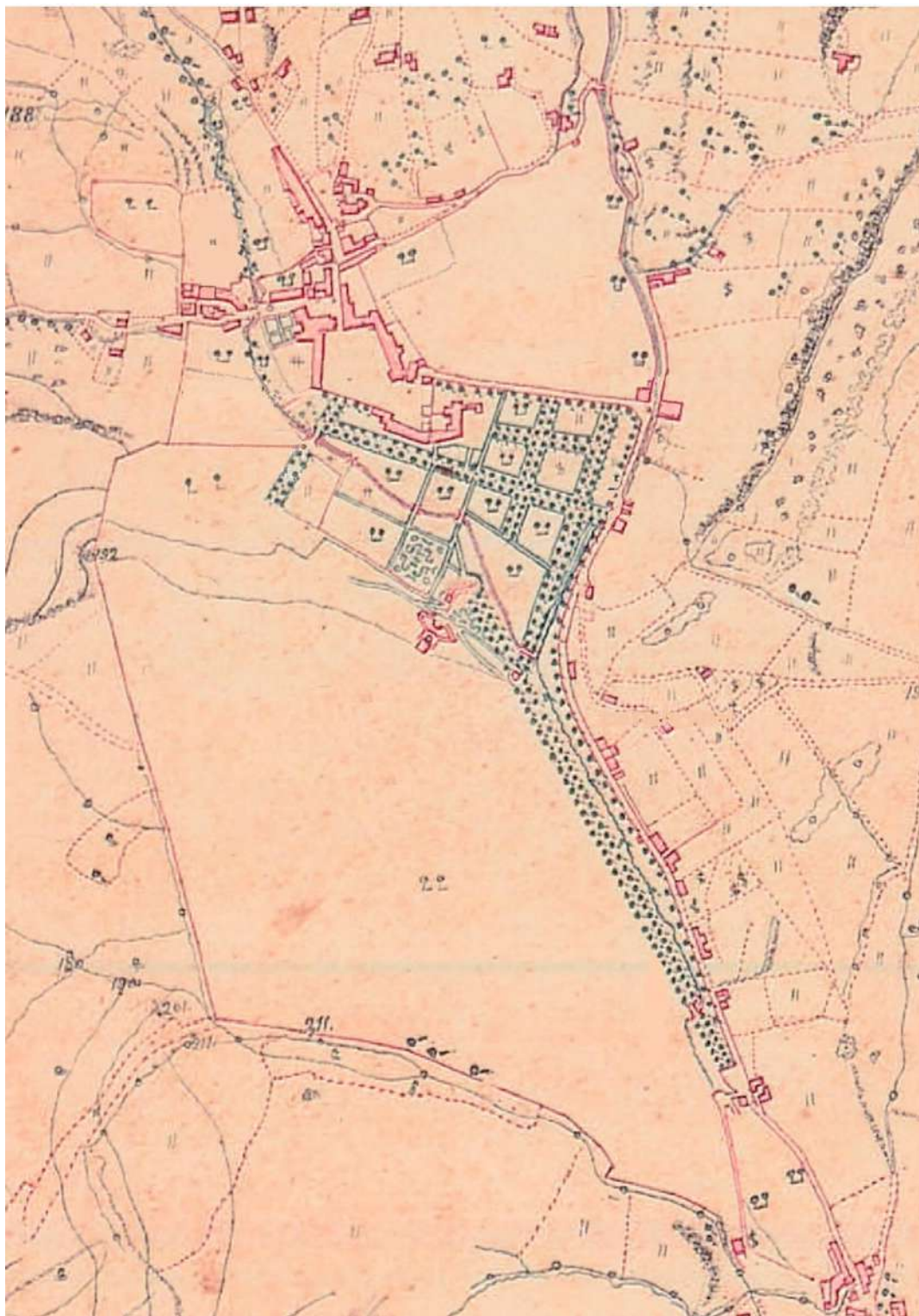


(de cima para baixo)  
 Carta militar de Portugal, 1939.  
 Carta militar de Portugal, 1965.



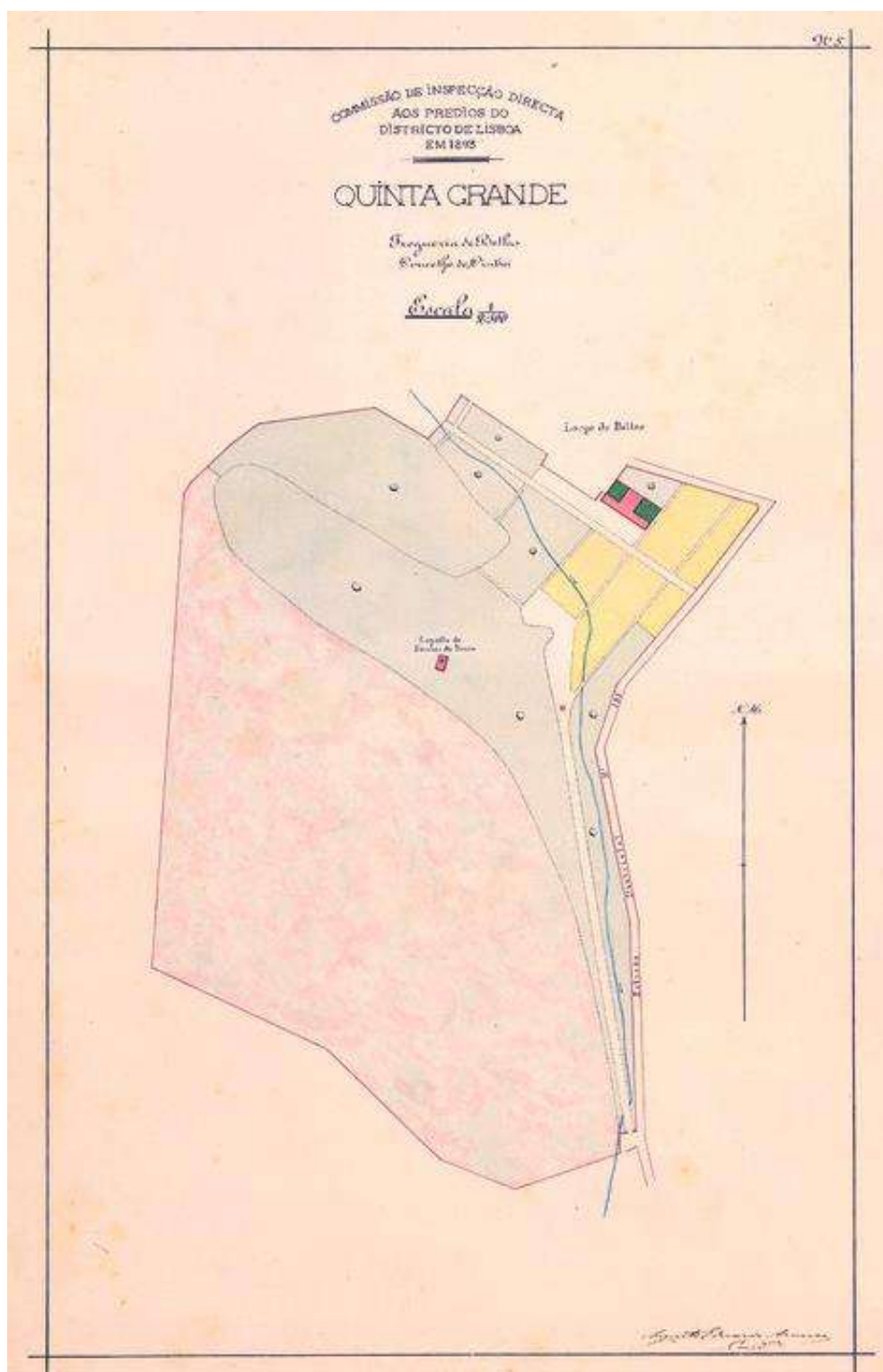


Belas. Francisco António Ciera. Direção de Infraestruturas do Exército, 1802.



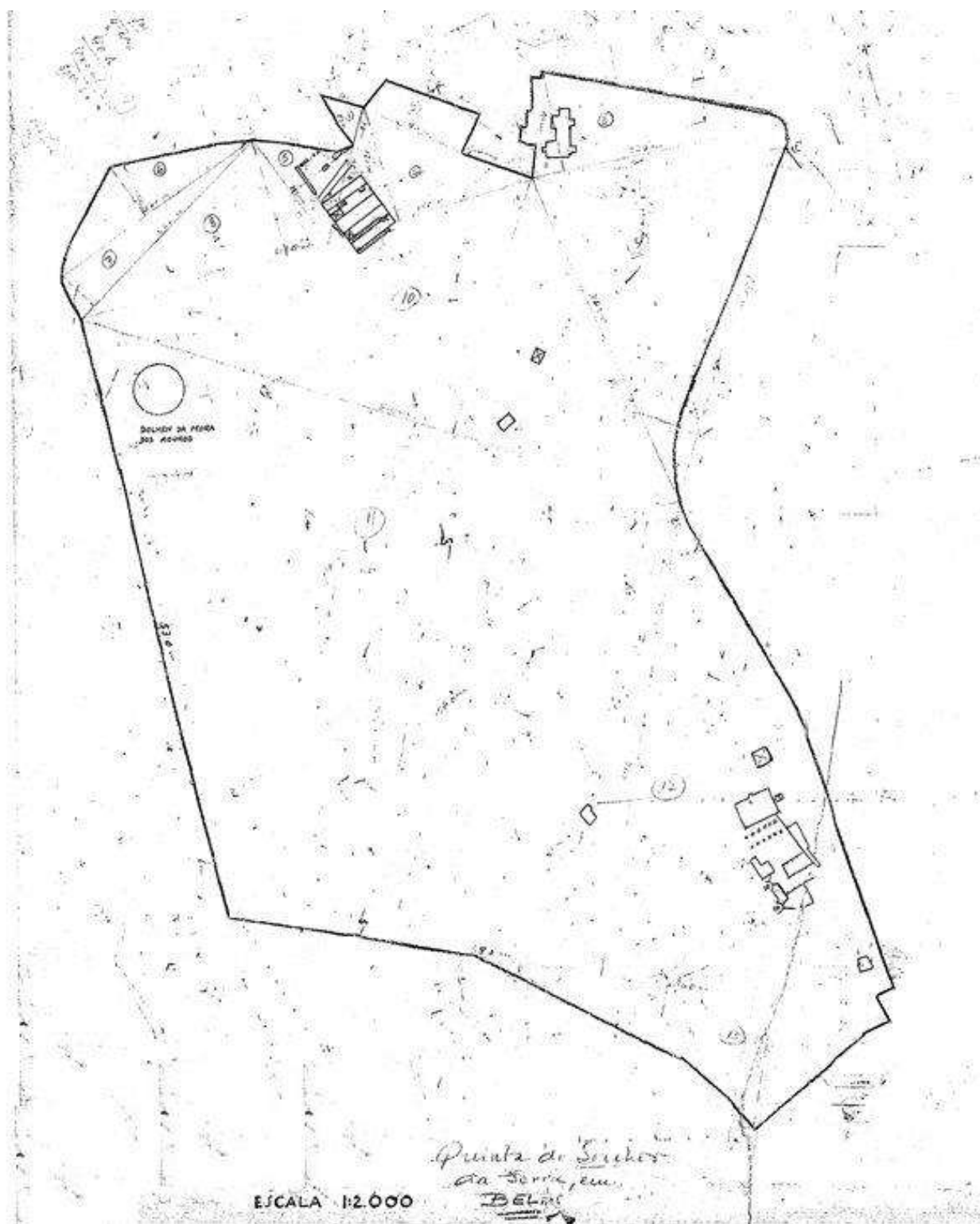
Carta topográfica dos arredores de Lisboa. Levantamento topo-cadastral da zona de Belas. 1840.



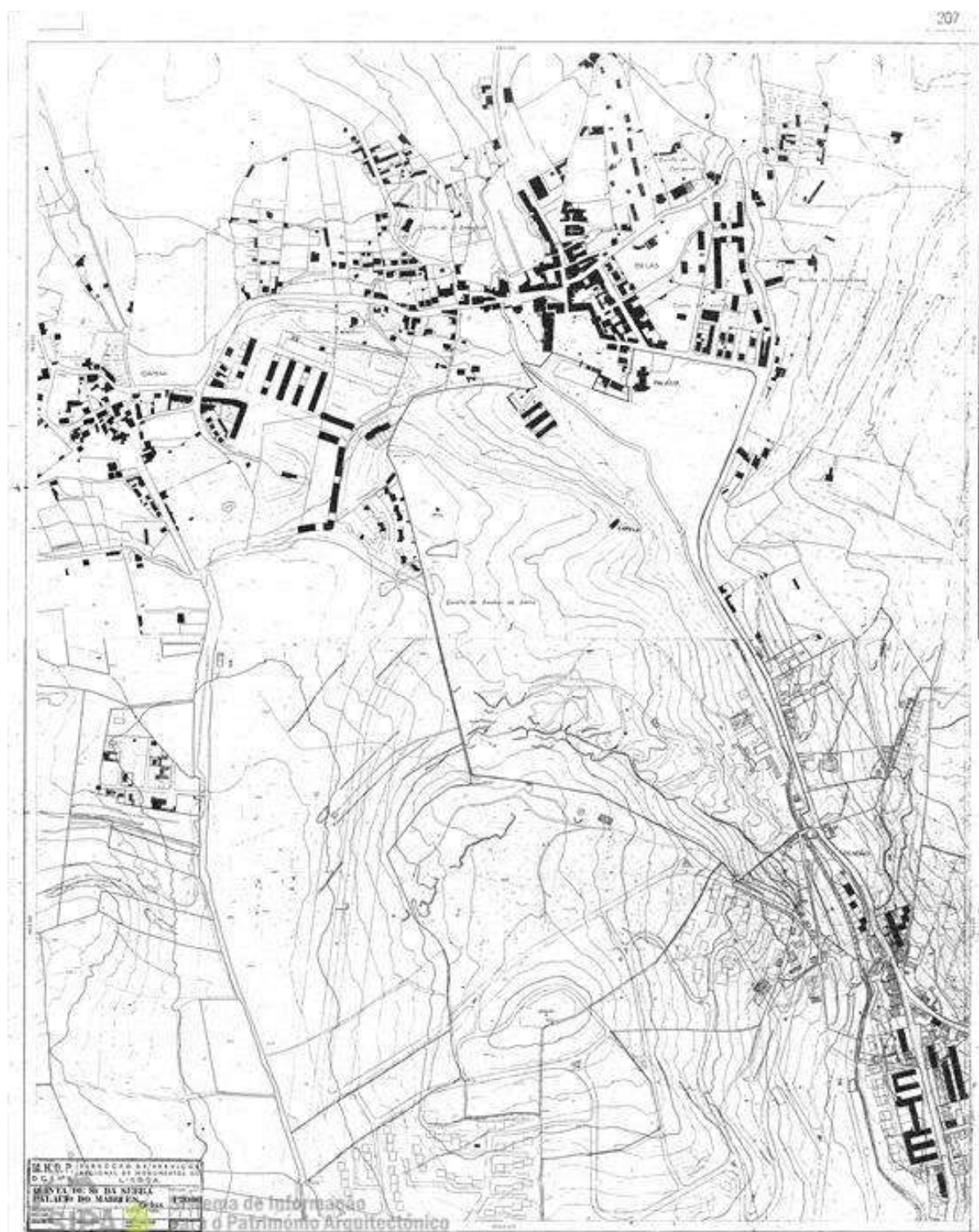


Quinta Grande. Augusto Eduardo Arouca. 1893.





Planta da Quinta do Senhor da Serra. D.G.E.M.N. s/d.



Planta de Belas com os limites da Quinta do Senhor da Serra. D.G.E.M.N. s/d.

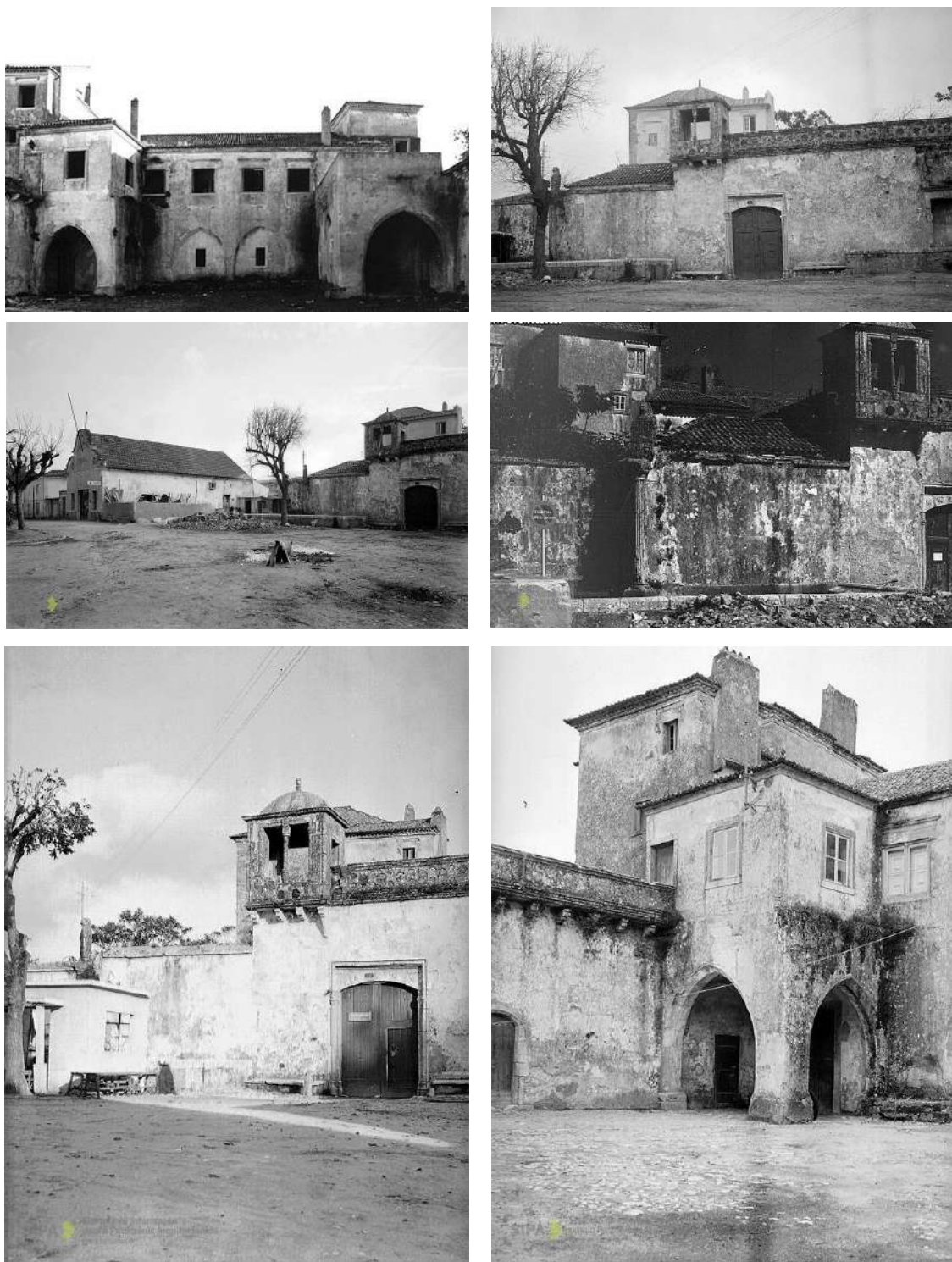
Fotografias da Quinta do Senhor da Serra e do Paço Real de Belas



O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



Muro da Quinta do Senhor da Serra com os vários vãos e vestígios de vãos de outras épocas. Fotografias da autora. 2018.



Fachada principal do pátio e do Paço em 1989.



O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



Fachada principal do pátio. Fotografias da autora. 2018.



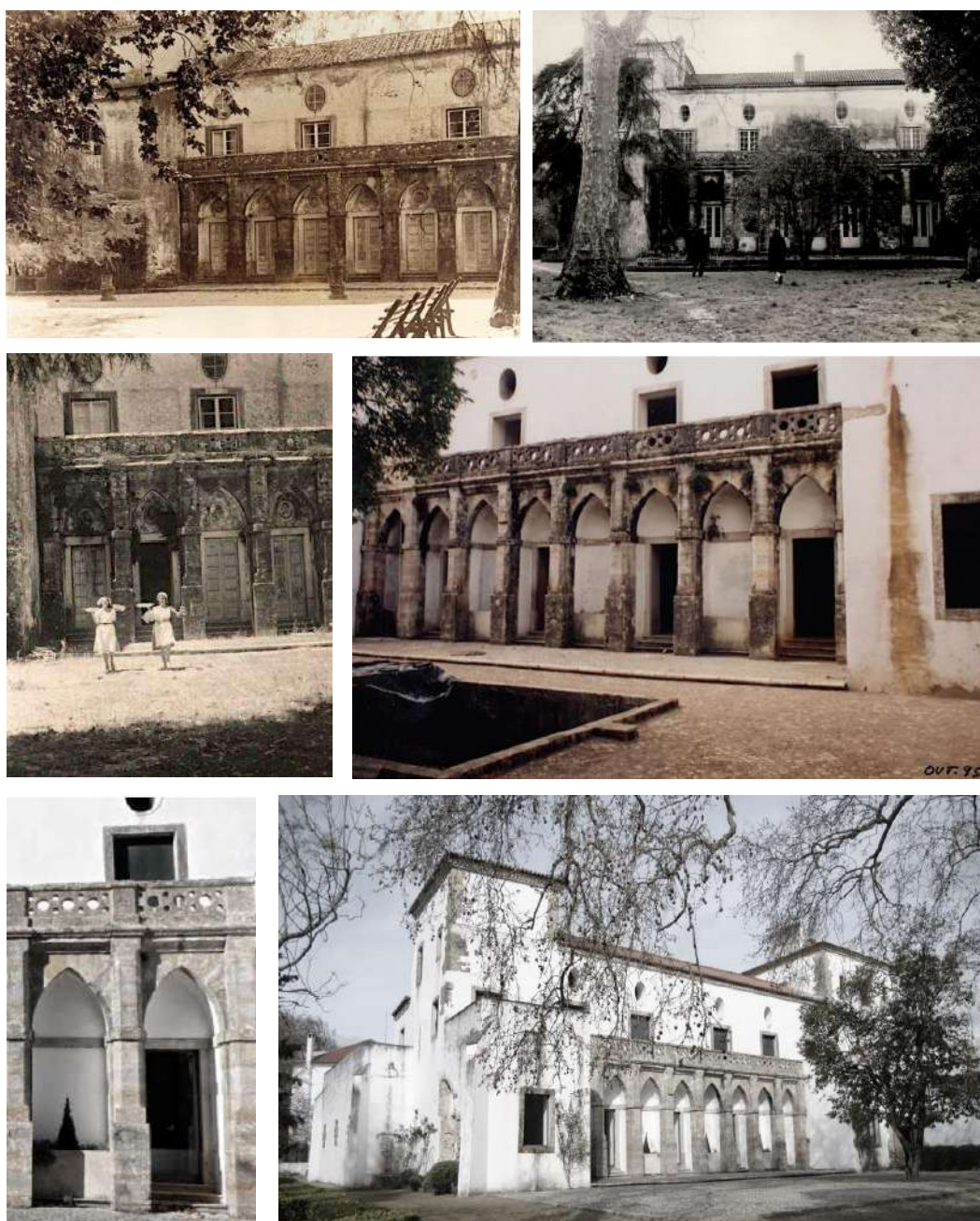
Fachada principal do Paço e no interior do pátio. Fotografias da autora. 2018.

O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



Torre norte. Fotografias da autora. 2018.





Fachada nascente em diferentes anos: 1. e 2. Metade do século XX; 3.( esquerda) 1943; 4. 2009; 5. (em baixo) actualmente.

O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



Fachada sul (em cima) em 1941, ainda com a ala sudoeste construída.  
(ao centro) em 1989 e (em baixo) na segunda metade do século XX.





Fachada sul e vestígios de vãos de diferentes épocas. Fotografias da autora. 2018.

O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



Torre norte ao fundo com muro que liga o Paço a capela em várias épocas. (Em cima) Primeira metade do século XX e segunda metade do século XX. (Ao centro) 1898, actualmente e pormenor do vão no muro actualmente. (Em baixo) Fachada nascente da torre norte e a capela em 1898.





Interior da capela. Fotografias da autora. 2018.

O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



Interior do paço. Fotografias da autora. 2018.



Interior do paço. Fotografias da autora. 2018.



O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



Interior do paço. Fotografias da autora. 2018.



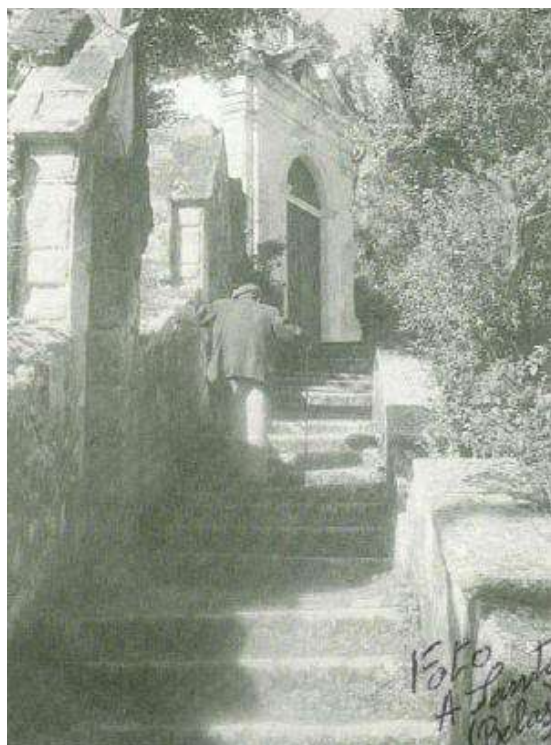
(Em cima) Jardim sul. (Em baixo) jardim norte. Fotografias da autora. 2018.

O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



Cascata actualmente





(Em cima) Entrada da mina de água actualmente.

(Em baixo) Via-sacra de acesso à ermida em 1994 e Via-sacra em meados do século XX.

O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



(Em cima) Interior da Ermida do Senhor da Serra na primeira metade do século XX. Imagem da ermida da Ermida em 1994.  
(Em baixo) Interior da Ermida do Senhor da Serra actualmente.



Noticias



## Belas

**Orago:** Nossa Senhora da Misericórdia

**População:** 41 172 habitantes

**Actividades económicas:** Indústria, comércio, turismo e serviços

**Festas e romarias:** N. Sra. da Misericórdia (1.º domingo de Agosto), Senhora da Conceição (8 de Dezembro) e Senhora de Fátima (último domingo de Maio)

**Património cultural e edificado:** Complexo megalítico de Belas, antas de Monte Abraão, estria e pedra alta e galeria coberta de Carenque, Paço Real dos Marquês de Belas, Capela Senhora da Conceição, Quinta do Senhor da Serra, baragem romana Mãe de Água, monte do Suímo, e quintas do centro histórico de Belas

**Outros locais de interesse turístico:** seu do Traje Antigo e Museu de Alfaias Agrícolas Antigas

**Gastronomia:** Fojos de Belas e cozido especial da Tala

**Artesanato:** Pintura em cerâmica e bordados antigos

**Colectividades:** Clube Desp. de Belas, Recreios da Venda Seca, Centro Cultural, Recreativo e Desp. de Belas, Grupo Bandolistas 22 de Maio e Lisbon Sports Clube

A onze quilómetros de Sintra e a quinze de Lisboa, a freguesia de Belas é uma das mais conhecidas do concelho de Sintra. Os novos empreendimentos turísticos e habitacionais que surgem vão publicitando o nome da povoação em todo o País e dando fama a Belas. Com uma área de dois mil e quinhentos hectares, é delimitada pelas freguesias de Imargem do Bispo, a norte; Queluz e Amadora, a sul; Amadora e Caneças, a nascente; e Agualva-Cacém, a poente.



Igreja Matriz de Belas

O nome da freguesia é explicado da seguinte forma por José Pedro Machado no seu "Dicionário Onomástico": "O adjectivo Belas, feminino plural do adjectivo belo, explicará a significação deste topónimo? Ou, tal como em Bela, haverá influência do céltico bela, designado álamo ou choupo. O último, o mais popular aqui em Lisboa, parece que já existia em 1318. Pertenceu a Diogo Lopes Pacheco, um dos intervenientes na decisão da morte de Inês de Castro, pelo que D. Pedro I lhe confiscou propriedades, entre as quais estava esta povoação: nela mandou erguer um palácio onde vinha passar temporadas: a esse edifício se alude nestas palavras: "Aveo que pousando el (D. Pedro) nos paaços de Bellas que ele fezera."

É esta uma das freguesias mais antigas de Sintra e uma daquelas em que os vestígios arqueológicos mais abundam. Dos tempos do megalitismo, existe na freguesia um impressionante conjunto de antas, geralmente conhecidas como antas de Belas. Identificadas em meados do século XIX, faz parte deste conjunto a anta da Estria, a anta do Senhor da Serra e a anta do Monte Abraão. Todos estes monumentos megalíti-

cos de grandes dimensões encontram-se nos limites com a freguesia de Monte Abraão.

A barragem romana de Belas, ao quilómetro 16423 da Estrada Nacional n.º 250, é um dos mais importantes e imponentes vestígios romanos em toda a Península Ibérica. Reconhecida e estudada desde o século XVI, é uma contrafortada construção maciça em



Anta megalítica

pedra, a mais alta de todo o Império Romano, que data do século III d.C.. Este monumento engloba todo um conjunto de engenharia hidráulica que pressupõe a detecção e a escolha de várias nascentes próximas, cuja grande qualidade e abundância dos caudais terá permitido a execução de uma barragem de pedra e cantarias que, articuladas de forma harmoniosa, tornam possível o acesso às águas que se acumulam no seu interior. Este vão é encimado por uma cantaria gótica, cujo parapeito reaproveita um fragmento de uma antiga lápide romana moldurada. A estrutura é coroada por uma abóbada nervada interiormente, sobre a qual assenta, no exterior, uma cúpula maciça. Trata-se, afinal, de uma fonte tardo-medieval, do gótico final, ou seja, de finais do século XV.

Por Belas passava a estrada romana que ligava Lisboa (Olissipo) ao litoral português. De resto, as vias terrestres constituíram uma das mais impressionantes realizações do Império Romano. Procurava-se, com essa imensa rede viária, ligar os principais centros urbanos e os percursos usualmente seguidos



Palácio da Quinta do Rego

DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO



Obelisco Afonso V

pelas populações locais. Foi a partir de Augusto que a viação ganhou um enorme incremento, com a ligação da Lusitânia à Bética. No território que é hoje Portugal, Viseu constituía o nó viário mais importante, pois da cidade saíam doze ou treze estradas em direcção a todo o País. A principal estrada construída no território nacional ligava Lisboa a Braga. Passava, no seu percurso, pelas principais cidades da época - Santarém, Tomar, Leiria, Conímbriga, Coimbra, Santa Maria da Feira, Gaia e Porto.

No monte do Suíno, que pertence a esta freguesia, encontram-se também alguns vestígios da actividade mineira da época romana. A extração de pedras semi-preciosas já era referida por Plínio, no século I d.C.. A exploração destes materiais ganharia grande incremento a partir do século XV, quando o infante D. João, filho de D. João I, se dedicou a essa actividade. As pedreiras de mármore são também famosas pelo aproveitamento que delas foi feito ao longo dos tempos.

A vila de Belas foi sede de concelho, extinto em 24 de Outubro de 1855. Todo seu termo, incluindo a própria freguesia actual, seria então integrada no termo de Sintra.

Do património arquitectónico da freguesia, não pode deixar de ser referenciada a quinta do Senhor da Serra, conhecida também como quinta dos Marqueses de Belas. Situada no centro histórico da povoação, recebia todos os anos, no último domingo de Agosto, uma grande romaria, que tinha como destino a ermida setecentista da propriedade. No conjunto monumental da quinta, destaca-se o palácio, de origem medieval. É um dos mais importantes paços portugueses daquela época, logo a seguir ao Palácio Nacional de Sintra. Destaca-se ainda um obelisco comemorativo da visita do príncipe regente, D. João VI, e de D. Carlota Joaquina.

Quanto à igreja matriz, consagrada a Nossa Senhora da Misericórdia, tem na fachada um portal manuelino, enquadrado por elementos decorativos mais tardios. O interior, de uma só nave, é coberto por um tecto de masseira pintado. As paredes, por seu lado, estão revestidas de azulejos seiscentistas. Na capela-mor, cujas paredes estão também forradas de azulejos do século XVIII, com cenas da infância de Cristo, existem algumas boas telas e um retábulo de talha dourada e branca seiscentista. Numa capela lateral, admira-se uma tela seiscentista representando a Anunciação. O púlpito, quinhentista, tem balaustrades de mármore.

"A Hora", numa edição de 1963, refere-se de forma muito agradável a esta freguesia: "Belas, pequena mas atraente, lança-nos a cada passo o eco longínquo, quase abafado, de civilizações que hoje são mundos de curiosidade para a ciência e para o turismo. Há vozes de outras épocas que chegaram até nós, estranhas ao atropelo dos ventos da história, encerradas em monumentos e grutas onde se retratam as mãos rudes e a mentalidade tosca do homem pré-histórico. É um espólio milenário de destacada importância e Belas, actualmente, figura nos roteiros turísticos. Os seus dólmenes visitam-se com interesse e é este mesmo interesse o estímulo que nos leva até às grutas do Monte Serrano.

Mas é também, a paisagem, onde tudo se coloca harmoniosamente, que nos extasia, o horizonte soberbo derramando segredos e recordando lendas. Aqui, são ruas tortuosas de calçada irregular, onde o tempo parece não ter passado; acolá, são locais aprazíveis que nos oferecem repouso e meditação. É nesta vastidão panorâmica que agrada, onde as planícies se orlam de outeiros em anfiteatro, divisa-se, ainda, o espaço do homem de hoje, quer curvado sobre a terra, como se as mãos calorosas acalentassem o seu ventre fértil, quer erguido sobre andaimes, moldando casas, gerando bairros e transformando, pouco a pouco, a fisionomia primitiva.

Porém, Belas alinda-se e moderniza-se sem se divorciar do passado. Ela guarda religiosamente essas relíquias vetustas. Na Quinta do Senhor da Serra, um dos recantos admiráveis da região, uma memória evoca-nos a visita que ao fizeram o rei D. João VI e a sua esposa, a rainha D. Carlota Joaquina. E, a par desta veneração, assiste-se ao seu crescimento. Situada entre terras onde o progresso é um facto, sendo de um lado Amadora, de outro Queluz, ela reflecte, também, como é óbvio pensar, o entusiasmo que aquelas duas importantes urbes respiram. Todos os embaraços que impedem o seu desenvolvimento são removidos. Belas, agora, confiante, vê abrir-se diante dela o futuro."



Paço Real dos Marqueses de Belas

O redactor parecia que adivinhava o futuro que vinha aí. Belas tem hoje mais de quarenta mil habitantes. Freguesia de forte densidade urbana, tem a indústria, o comércio e o turismo como principais actividades económicas. A construção civil, por via de empreendimentos turísticos sempre em crescendo, continua em actividade. O Belas Clube de Campo, muito conhecido em todo o País, é um dos exemplos de como o turismo pode levar longe o nome de uma povoação.

A nível de colectividades, fez história, no passado, o Centro de Assistência Social D. Sílvia Cardoso - Florinhas do Sacrírio, que funcionava na Quinta do Serrano. Educava órfãos pobres até aos quinze anos e tinha a seu cargo mais de cinquenta crianças.



Barragem romana



<p>DATA: 15-01-1988</p>	<p>REVISTA <input type="checkbox"/> TÍTULO: De Sintra</p>	<p>JORNAL <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>NÚMERO: PÁGINA: 1</p>
-------------------------	---	---	--------------------------

# BELAS

33



Quinta do Senhor da Serra

## Ontem, hoje e amanhã

Quem sair de Belas pela Tv. da Arrendoira e a poucos metros do fim da subida entrar na Quinta do Senhor da Serra, à esquerda verá que se encontra num excelente miradouro sobre a antiquíssima vila de Belas. A norte do casarão que desce o Monte Arroio e Machado emerge silvivamente de entre a exuberante vegetação num conjunto de variada tonalidade que nos prende a atenção.

Continuando a subir, poucos metros para poente, tem a sua pé o novo casarão da velha Póvoa e ainda, mais além, Aguaiá-Cacém. Ao fundo o majestosa Serra de Sintra — enorme mancha cinzenta escura — na qual se destaca a maravilha que é o Palácio da Pena, cuja distância a que se encontra não permite ver o seu estilo original. Só visto, contudo perde a graça e beleza. Mais ao fundo, o horizonte; um insetido à distância, cujas labaredas maliciosas são as mais belas de um soporoso.

Perto deste belo miradouro há a Pedra dos Mouros, como o povo lhe chama. Não é mais do que a última pedra que ainda existe de pé e que fazia parte integrante de uma arca da estação dolménica desta região. Acontece que a pedra de há muito se encontra em desequilíbrio, o que torna o motivo mais curioso. Interessante também é que se dizia que seria feliz quem subisse a pedra três vezes seguidas. Assim, na época em que se fazia a romaria ao Senhor Jesus da Serra, os romeiros formavam grandes bichas para a conquista da felicidade que estava ali ao seu alcance; o pior é que alguns vinham cá fazer abalo, esmaltando pelo álcool.

Tinham cerca de dois séculos, estas populares festas, que viriam a morrer nos nossos dias. Um colorido sempre renovado enchia as ruas e movimento os dois dias de romaria — o último domingo e a última segunda-feira de Agosto. Numerosos carros enfeitados de palmas e outras verduras, puxados por alimárias com guizos e enfeitados de fitas multicores, davam às estradas uma alacridade desusada. Era assim que se desfilavam nas corebas e os rapazes de calças e casaco escuro, de gravata e chapéu galantemente

tombado, animavam a festa com a sua juventude. Havia grupos que se faziam acompanhar de tocadores de harmónicas de fole ou de boca, armando aqui e além animados balnearios. Por vezes as coisas acabavam mal, intervindo então as autoridades que punham sobre os desmaios de algum vinho mais esquentado. Os teatras davam a nota mais saliente à festa, apogeuando em altos gritos as virtudes dos seus produtos ou espetáculos. Eram os carrosses de cavaleiros e avelãs que andavam num rodopio; a barreira da mulher-aranha; os espelhos mágicos a causar a maior hilaridade; o poço da morte, onde destendidos artistas, para ganharem um pé de cada dia, arriscavam a vida; o homem das sinas oferecidas no bico dum platasilgo. Prometer vida até aos 80 anos «se não morrer antes»; o jogo (proibido) da vermelhinha, conduzido por um fúndrio a quem as autoridades às vezes conseguem deitar a mão.

Na rua principal, ladeada de frondosos platâneos, havia rimas de melões e melancias, joia das Caldas, Alcobaca, Barcelos e Mafra. Do vinho fazia-se largo consumo nas barracas de comensal-bebes ou gargalhando das pipas postas a jeito em carros de bois ou de muitas outras formas, espalhadas pelo recinto, aproveitando as boas sombras. Certo é que os vendedores nos seus pregos afizavam todos pelo mesmo diapasão:

— É uma pinga de estalo! Foi há 44 anos a última romaria. Ainda há saudades, mas o tempo, que gera as tradições, também as tritura.

No último quartel do século XVIII, era proprietário desta quinta e respectivo palácio, D. José de Vasconcelos e Sousa — conde de Pombal — e final tanto marquês de Belas — que à entrada de obelisco, terado numa das faces a figura duma mulher, alada, símbolo da fama, o braço um medalhão com as efígies de D. João VI e D. Carlos I. Joaquim, Trabalhador este da autoria do scultor Bartolomeu Laborde e que foi inaugurado no dia em que o região castal visitou a sua propriedade.

Era na quinta e palácio de Belas que os condes de Pombal faziam as suas festas palacianas. Tudo, desde o

portão da entrada, com uma gárgula de cada lado jorrando água para dois grandes tanques, era iluminado de acordo com a época, ou seja, com azeit, cera, archotes e foguetas. As janelas do palácio, a cascata monumental — oito colunas em pedra tosca mas muito ornamental, encimadas por um bonito pavilhão com duas portas e outras tantas janelas de onde se avista grande parte da propriedade — todo o jardim, as ruas de alto burro: Rua dos Amores, Rua dos Abraços,

ra o qual haviam sido convertidos arcaísmos do seu grupo e outros, músicos e cantores, ao qual a nobreza de vários títulos nobiliárquicos assistia com a solenidade dos grandes acontecimentos artísticos, os intérpretes ao terminarem a apresentação das suas produções, responderam aos aplausos dobrando o corpo a mais de mil — lito de vido ao alto nível social do auditório. Todavia, Elmano «o poeta do século», que ao anunciar que o seu recitativo era dedicado a Maria Anto-



Ruínas do Senhor da Serra — aspecto da sua degradação

Rua dos Belizinhos, e outras, por toda a parte havia humilhações.

Dois fontanários tornavam ainda mais belo o jardim da famosa Quinta do Senhor Jesus da Serra. Um deles, o mais importante como peça artística, foi herdado para o Palácio de Queluz em 1945, oferecido pelo sr. João Martins, então proprietário da quinta. Este fontanário veio para Portugal há cerca de 300 anos, é uma obra atribuída a Bernini. No seu belo conjunto tem quatro tritões — cada uma destas divindades empunha um bisco e uma cartela — quatro delphin de cada para o ar, servem de apoio a uma grande concha no centro da qual está Níptuno, divindade mitológica — deus das Águas — em atitude imponente e dominadora.

O santuário do Senhor Jesus da Serra — o santo mais santo de todos os santos, o santo de todos os pobres do Universo — era vistosamente iluminado na encosta do monte.

Nam dos sarais no Palácio dos Condes de Pombal, pe-

nieta, talha de França, tragicamente decapitada, provocou na assistência um leve sussuro, como que um frêmito de angústia — «o poeta do século», como la dissero, apenas curvou a cabeça aos abundantes aplausos de arcaísmos assistência.

Elmano teve o engenho e a arte dos grandes genios, dos mortais, e pena foi que o «irreverente» poeta pagasse com a interrupção da sua liberdade a coragem que teve de não ser igual aos outros.

Belas, sede de freqüência, tem desde há muitos anos permanecido em completa letargia, mas promete agora sair de tão longo estado apático. Os trabalhos de preparação dos terrenos destinados à construção de casas, estão em andamento, e o local parece oferecer óptimas condições à existência dum vasto bairro a meio encosta.

Dá já vontade de dizer que «tardou mas arretracou».

Paço descende pela antecâmara!

ARMANDO DOS SANTOS

DATA: <b>27-01-2004</b>	REVISTA <input type="checkbox"/> TÍTULO:	JORNAL <input checked="" type="checkbox"/> <b>Jornal da Região</b>	NÚMERO:	PÁGINA:
----------------------------	---	---	---------	---------

## Belas



### Vila com Património

Belas é uma das freguesias mais conhecidas do concelho de Sintra, tendo sido, outrora, ela própria sede do concelho com o mesmo nome. Ao longo da sua área administrativa encontram-se alguns importantes exemplares do património arquitectónico, arqueológico e também gastronómico.

**A** meio caminho entre Sintra e Lisboa, Belas é uma das freguesias mais antigas de Sintra e uma daquelas onde os vestígios arqueológicos mais antigos datam de 1835, o então concelho de Belas e todo o seu termo, incluindo a própria freguesia actual, seria então integrado no concelho de Sintra.

**O seu orago**  
O orago de Belas é Nossa Senhora da Misericórdia, cuja comemoração acontece no primeiro domingo de Agosto. As solenes festividades em honra de Nossa Senhora da Misericórdia são das mais concorridas e festivas do Concelho de Sintra. A igreja matriz, que rege e domina a vila e nela se podem observar azulejos do século XVIII, interessantes painéis, bem moldadas imagens, artísticos objectos de culto e, especialmente na sua fachada, uma porta manuelina, classificada como monumento Nacional. Diz a tradição que aquele templo, implantado num aprazível terreno da vila, ocupou o espaço de um antigo laranjal, cujas plantas foram as primeiras vindas da Índia e trazidas pelas nossas caravelas.

**Vestígios romanos**  
A harragem de Belas é uma dos mais importantes vestígios romanos em toda a Península Ibérica. É um património reconhecido e estudado desde o século XVI, marcando uma construção maciça em pedra, a mais alta de todo o Império Romano, que data do século III d.C.

Este monumento tem todo um conjunto de engenharia hidráulica, que presuppõe a detecção e a escolha de várias nascentes próximas, cuja qualidade e abundância dos caudais, terá permitido a execução de uma harragem de pedra e cantaria que, articulada de forma harmoniosa, tornam possível o acesso às águas que se acumulam no seu interior. O vau é encimado por uma cantaria gótica, cujo prospecto reaproveita um fragmento de uma antiga lápide romana moldurada. A sua estrutura é coroada por uma abóbada serrada internamente, sobre a qual assenta, no exterior, uma cúpula maciça. Trata-se de uma fonte tardio-medieval, do período final, ou seja, de finais do século XV.

Também por Belas passava a estrada romana que ligava Lisboa (Olissipo) ao litoral português. As vias terrestres constituíram uma das mais impressionantes realizações romanas. Procurava-se, com essa rede viária, ligar os principais centros urbanos e os percursos usualmente seguidos pelas populações locais.

No Monte do Sulmo, que pertence a esta freguesia, encontram-se alguns vestígios da actividade mineira da época romana. A exploração destes materiais ganharia grande incremento a partir do século XV, quando o infante D. João, filho de D. José I, se dedicou a essa actividade.

**Quinta do Senhor da Serra**  
A antiga quinta dos Marqueses de Belas, também conhecida por Quinta do Senhor da Serra, cuja construção remonta a 1318, era, em 1334, propriedade de Diogo Lopes Pacheco, um dos amantes de Inês de Castro.

Deste imóvel destaca-se o Palácio de origem medieval e o obelisco comemorativo da visita do príncipe regente, D. João VI e de D. Carlota Joaquina. Era nesta Quinta que se realizava, todos os anos, no último domingo de Agosto, a célebre Feira do Senhor da Serra, que incluía uma enorme romaria à volta da ermida setecentista ali existente.

Actualmente na posse do arquitecto António Vitorino, esta quinta oferece actividades a um vasto universo de utentes, entre elas estadia a equitação, o ténis, e salas para festas, congressos e reuniões.

**Os fofos de Belas**  
Os fofos de Belas são já um símbolo desta freguesia. Embora sem o impacto nacional e internacional das queijadas e dos travesseiros, os fofos de Belas são uma importante referência na riqueza gastronómica de Sintra.

Estes pequenos pães-de-ló, recheados de creme e polvilhados com açúcar, são confeccionados na famosa Fábrica dos Fofos de Belas, criada há já quatro gerações e agora gerida por Liberdade Fofosca.

Nesta casa, há cerca de 200 anos, fabricava-se e vendia-se apenas pão saído e marmelada. O que é hoje um café foi, outrora, uma padaria, mas já então muito procurada por abastadas famílias de Lisboa.

Os Fofos de Belas, cujo nome inicial era Fartos de Creme, nasceram pela mão da mãe de Liberdade que, segundo dizem, se lembrou de acrescentar um creme ao pão-de-ló, cuja massa também passou a ser mais pesada.

Para além desta casa manter a receita inalterável ao longo dos anos, ainda coze os fofos no pequeno forno a lenha onde eram cozidos originalmente, com a porta de ferro a fazer lembrar os fornos dos palácios reais. Recentemente esta casa retomou a venda da famosa marmelada.

Luciano Reis

**Em Belas são muitos os exemplos de arquitectura que merecem ser preservados**





DATA: 10-4-2003	REVISTA <input type="checkbox"/> TÍTULO:	JORNAL <input checked="" type="checkbox"/> Amadorea	NÚMERO:	PÁGINA: (Continua)
--------------------	---	--	---------	-----------------------

# MEMORIAL DA FREGUESIA DE *Belas*

UM POUCO DA HISTÓRIA DE PORTUGAL  
PODE SER CONTADA NESTA LOCALIDADE

**H**á alguns anos atrás a velhíssima freguesia de Belém, hoje bem diferente, era uma localidade bonita, cercada de anéis e torres, edificadas por gente nobre, de várias castas. O povoamento humano é muito antigo, face às privilegiadas condições locais a atrairam gentes de várias nacionalidades, cujos vestígios, das várias épocas, comprovam a passagem de uma e a situação de outras.

A referência da Via romana, a represa da mesma época na Ribeira de Carreque, construída entre os séculos II/IV d.C. A antiga Quinta da Fonte Santa. O aqueduto romano, com papel importante no abastecimento de água à Orlada (Lisboa), cujo traçado viria, mais tarde, a ser aproveitado para a mesma finalidade através do Aqueduto das Águas Livres (século XVIII).

Os vestígios deixados no solo pelos dinossauros, visíveis na pedreira de Santa Luzia, em Povo do Longo, a remontanter a épocas mais recuadas (90 milhões de anos). As Minas de São João exploradas pelos romanos. As importantes estações arqueológicas a remontanter ao Paleolítico Médio, mas também ao Megalítico.

O Monte Abrão, local com três monumentos funerários, cuja idade pode ser situada entre os 3.500 a 2.500 anos a.C. As Antas da Estrita, Senhor da Serra e do Monte Abrão, bem como as de Pego Longo. Índios do Bronze/Final/Ferro Inicial, a remeterem-nos para épocas muito distantes dos nossos dias.

Dos seus veios de água, ribeiras de Carênque, Jamor e Jardi, ninguém sabe a idade, cujas nascentes na Serra da Caraguatã alimentam os campos agrícolas, dal' sota o trigo mourisco, corihoodo por Donato. Os ricos homens, os que nada mais tinham para fazer, então passavam,

dormir, cozier do bom e do melhor e  
cozier

(A localidade, para além das boas águas e ares limpos, era uma das melhores zonas de cura do país). Por outro lado, se menor sintoma de doenças e pestes, a corte deixava a capital, partindo para outras localidades das redondezas, para evitar os contágios epidêmicos, em especial a cólera, a varíola e a febre-amarela. A localidade não tinha grandes altitudes, apenas o sítio do Suíno com 291m, para além de outras pequenas elevações.

Estas as razões de ser levantado em Boleo a paz, para residência temporária dos soberanos, no qual eram realizados grandes senas. Nêle se falava de aventuras amorosas, de guerras, de negócios, de religião e de caçadas, tornando-se uma estância de descanso e recreio de gente que vivia habitualmente em sobrados. D. Pedro I e D. Inês de Castro foram dos primeiros a conhecer estes sítios. Pelo palácio e quinta circueira gente de nobreza, em especial nos momentos especiais da cerimônia palaciana do beijo-mal aos soberanos.

Peixes caranhos po  
onde passavam  
estas cortinas vir  
dos da capital. C  
repetem-se pe  
Purcalhota - luga  
de Belas 1875  
/1898 - Que  
Pendão, local  
de paragem  
para descansar  
dos séculos  
restei o pou  
das redon  
dezas aban  
va-se, lap  
que ouve  
trombeta  
para os v

normalmente  
com tambores a  
pé e trombeteiros a  
cavalo, num trajecto que  
demonstrava algumas horas e exigia  
a ajuda de cavalos em vários sítios.

## AS PEDRAS PRECIOSAS DE BELAS

Em 1914, o geólogo, Paul nas "Comunicações do Geológico de Portugal", deu à luz um valioso estudo respeitante às minas de granats do Sulmo, do II época romana em Portugal, se verifica a antiguidade destas minas outros escarbonos, fizeram as "carbónulos de tomado pelo sol" cuja extração próxima de Belas.

"A localização dos carbonúculos em aproximação das pedras com pelos romanos como os jacis Belas, apontados em 1511 por Garcia da Orta, não se verificou ainda em 1790 o espanhol pareceu ignorar esse facto".

Tuís Maranhão de Azevedo primeiro a localizar as pedras Boccho, Plínio, Mela e Sol Belas, na obra publicada em Pouco se sabe quanto ao proprietário das minas. A vez que estavam em 1499 na infantia D. Beatriz, filha do D. João, que recebeu, em lava das minas de pedras p duma parte do reino.

A infante fez doação das Belas a Rodrigo Afonso — e posteriores referem que a legou essas terras a seu filho D. Manuel, mas não existem

Está, isto sim, devidamente mentada a exploração das Belez durante a Idade Média do-se em pedras yagongas alamedas, a par de safíres esmeraldas e jaspes. Mas a importação de pedras preciosas Oriente, logo após os descobertos, fizeram decar a exploração de Suímo. Estariam outros rios como o ferro, na Cam Barroco e Mita de Ciracanelo no Casal do Rolinho, na Quinta dos Loios; o petróleo e outros hidrocarbonetos na Quinta do Grajal; amianto na Quinta de Meleças.

**TUDO COMEÇOU Á  
VOLTA DA IGREJA E  
DO PALÁCIO**

A Igreja, à volta da qual se formou o núcleo histórico, já é documentalmente citada nas Inquirições de D. Afonso III, "Ecclesia Sancte Martii de Bello". No tempo de D. Dinis, esta manseira vende terras na Alameda, em Souselo, e Belas, por 900 marcos lavrados. Belas terá sido repovoada depois da tomada de Lisboa e do castelo de Sintra aos mouros, altura em que a sua área geográfica já estaria delimitada.

A palavra Belém tem vindo a ser citada em lendas, como resultante de duas irmãs muito bonitas ali residentes, mas o topónimo deve ter origem nos "belos" e limpidos água-  
do nascentes ali existentes, tendo como parente, dado o vocábulo água e perdurado o de belas.

## NO SÉCULO XVIII

Uma descrição da Coreografia  
tupiza apresenta Belas, no século  
XVIII, como sendo senhora de  
os condes de Pombal, onde  
suem o seu palácio com uma gr

quinta toda murada, com muitas fontes, sendo cercada de muros e torres, correndo à ilharga da propriedade uma fresquíssima ribeira. Nesta altura a localidade tinha 90 vizinhos, com igreja paroquial de invocação a nossa Senhora da Misericórdia.

O palácio, muito antigo, chegou a albergar o rei D. Pedro I e outros monarcas e, ainda hoje está de pé, depois de atravessar dos séculos, ter sofrido vários restauros.

Quanto à igreja, desconhecemos a data da sua fundação, mas deve ter sido erguida depois da nacionalidade, ou seja depois da tomada de Lisboa e de Sintra aos mouros, embora dela já nada exista, pois foram muitas as transformações ali levadas a efeito através dos séculos.

A porta, de arquitectura manuelina, apresenta elementos decorativos de épocas posteriores à nacionalidade. O interior tem só uma nave e as paredes estão revestidas de azulejos do século dezasseis. O portal manuelino está hoje classificado como monumento nacional.

Pertenceu às freiras de Conceição de Beja, com um bom rendimento no século XVIII. O palácio é do século XVI. Quanto às freiras de Beja, com muitas propriedades por estes sítios, a localidade de A- da-Beja, teria ido buscar o nome a esta circunstância. Este lugar passou a integrar, a partir de 1379, o território da Amadora.

O centro histórico de Belas teve início com estes dois edifícios medievais, a igreja e o Paço. A partir daqui outras construções palacianas foram dando corpo ao burgo, com casarões, mansões e morzados, aparecendo depois as casas de habitação, na sua maioria, dos séculos XIX e XX.

O primeiro funerário dos Morgados de Belas está na Igreja do Rosário, em São Domingos de Benfica.

Nessa cultura, século XVIII, Bolas era governado por um juiz, também dos orlões, veredores, um procurador, escrivão de câmara, um procurador judicial, inspector de crimes, pesos e medidas (almoxarife), um alcaide (governador de castelo e da justiça), soldados e corpo de tropas (ordenanças). Tinha então trezentos vigários, divididos pelos seguintes lugares: Idanha, Carapinheiros, esta com uma ermida a Santo António; Souto Quinta do Molho Pão, onde viviam alguns nobres e com uma ermida, pertencente a Bartolomeu Quevedo, que era desembargador da Fazenda, a Quinta do Bom Jardim, com uma

(Continua na página seguinte)



Alguns anos mais tarde, depois de ter sido adaptado a uma e outra, não mais, nem mais, no "Vila de Belas".

(Continuação de página anterior)

ermida dedicada ao Bom Jesus, imagem muito venerada e com grandes tradições, pertencente a Tomás de Sousa, conde de Rodondo. Esta quinta esteve, em 1587, nas mãos de D. Jorge de Meneses, que a havia comprado à família Povos. Carregueira de cuja serra tomou o nome; existiam ainda muitos casais pertencentes ao Conde de Pombeiro; também os lugares de Ribeira de Vale de Lobos; Meleças, Colares, com duas quintas; uma de Brito de Meneses, outra de Pedro da Maia; Ribeira da Jarla, com uma quinta e uma ermida, pertencente aos condes seculares de São João Evangelista; Agualva, com seis quintas e uma ermida a Nossa Senhora da Consolação, muito venerada; Massamá (topónimo árabe, de Maqam) com uma quinta chamada Tascos, com uma capela, pertencente a José de Salazar; Queluz, com uma grande quinta, que pertenceu aos marqueses de Figueira Rodrigo.

Ponte Pedrinha, cuja quinta pertencia a Lourenço de Sotto Mayor, com uma ermida anexo. Ribeira de Carénque, com muitas quintas, nos dias de hoje pertencentes ao território da Amadora; Ribeira da Água Leve, sendo em que a sua totalidade dos condes Regentes de Santo Agostinho do Convento de São Vicente de Fora, em Lisboa, com uma ermida a São Mamede, a respeito da qual faleceram mais adiante, com grande riqueza e feia no dia da festa. O lugar de Camerá, com sete casais, com uma ermida a Santa Maria, pertencente aos Cavaleiros e depois passou ao padre Manuel Monteiro. Esta é a actual freguesia de Casal de Camerá, local a rememorar a tempos recuados, tratava-se de uma quinta (quinta grande), cujas terras, pertenciam, no século XV, a donatária de Belas, a infanta D. Beatriz, mãe de D. Manuel I, depois doada a Rodrigo de Atouguia (13 de Agosto de 1499); já no século XVI, as terras de Camerá passaram para a Casa das Raíças (para sustento destas quando fossem viúvas), altura em que tomaram o nome de Camerá, de Camerá Regional. Em documentos da época, Casal de Camerá aparece designado por Quintá da Camerá. O primeiro assento de baptismo, respeitante a este casal, remonta 12 de Março de 1568 e o primeiro casamento, com data de 16 de Outubro de 1583, de nome Salvador Gil, filho de António Gil e de Anna Priz. Em 1587 faleceu o Perro Fernandes, a 9 de Janeiro, conforme reza o registo da freguesia de Belas.

O lugar de Dabeja, era assim que se escrevia, de que resultou A-da-beja, nome este de influência árabe, tem

uma boa quinta e vários casais anexas; Villachã (hoje Vila Chã), com o vocábulo arcaico "chã" (agora no território amadorense); Casal de São Brás (anexo ao concelho da Amadora) no qual nasciam águas puríssimas; Mira, com dois casais igualmente integrados no território da Amadora). Referências estas reportadas ao século XVIII (1758), quando Belas tinha uma população de 275 pessoas e 450 casas. Nesta altura já incluía São Marcos, Quinta da Barroca, Ribeira da Jarla, Massamá, Sulmo, Venda Seca, Carapenque e Agualva. Neste século, as boas e várias nascentes de água aqui existentes foram aproveitadas para o Aqueduto das Águas Livres.

## UMA RONDA AOS SÉCULOS ANTERIORES

No reinado de D. Manuel, foi senhora da vila de Belas, a mãe deste monarca, de seu nome D. Brites, que teve um criado com o nome de Rodrigo Alonso de Atouguia, a quem cedeu todas as terras abertas e por abrir, com pensão anual de quarenta mil reis as terras da Condição de Beas, a quem deixou também o padroado da igreja. Desde Rodrigo de Atouguia descendem os mais senhores desta vila, de que ele foi o primeiro senhor, bem como a sua D. Brites, a quem reservou para seu filho D. Manuel, apenas as terras de Sulmo.

Quanto ao palácio, as suas janelas são de estilo manuelino, a attestar as obras ali realizadas no século XVI.

## O PALÁCIO OU QUINTA DOS SENHORES DE BELAS

De grande requinte, este palácio e a grande quinta, pertencem em 1318 a Gonçalo Annes Correa, que, por sua morte, fez dele doação às comendadeiras de Santos (Lisboa), mais tarde estas comendadeiras trocaram todo este espaço por outro pertencente a Lopo Fernandes Pacheco, no tempo de D. Afonso IV, cujo filho, Diogo Lopes Pacheco, foi um dos assassinos de Inês de Castro, o qual teria fugido para Castela logo que D. Pedro I subiu ao trono. Por isso, este rei confiscou-lhe todos os bens ficando - o palácio de Belas propriedade real. Era aqui que

D. Pedro I passava muito do seu tempo, mandando melhorar, no século XIV, o sumptuoso palácio. No entanto, seu filho, D. Fernando, havia de restituir todas as terras a Diogo Lopes, incluindo as de Belas, mas por pouco tempo, pois este fidalgo tomou o partido de Castela e, por isso, foram-lhe de novo confiscados os bens, os quais, já no tempo de D. João I, passaram a Gonçalo Pires Malatua, de entre esse património também a quinta de Belas. Por morte deste Gonçalo Malatua, o referido rei D. João I, comprou a quinta aos herdeiros daquele para a dar a seu filho, o infante D. João. Com a morte, em 1447, do infante a quinta e senhoria de Belas passou para sua filha, a infanta D. Brites ou Beatriz que, em 1447, casa com seu primo, o infante D. Fernando, duque de Viseu, filho do rei D. Duarte, dos quais havia de nascer o rei D. Manuel. A partir daí a quinta passou para os Autóguas, por casamento de D. Maria do Sâo, terceira deste fidalgo com D. António de Castelo Branco, 12.º Senhor de Pombeiro, como nos diz Alberto Pimentel no "Portugal Pitoresco Ilustrado" - 1908 - em Extremadura Portuguesa, cuja posse mantiveram até ao século XIX. Por casamento de



A Casa de Freguesia de Belas aqui edificou renegada.

uma das herdeiras passa depois para os condes de Pombeiro.

A quinta tinha uma magnífica cascata, bem como uma estátua a Neptuno, do escultor Bernini (hoje no Palácio de Queluz), nascido em Nápoles, em 1598. Estes Pombeiros foram mais tarde marqueses de Belas, fizeram várias obras na quinta, cujo palácio foi melhorado e remodelado.

A quinta tem ao meio um obelisco de mármore, ergido sobre alguns degraus, com a figura da Fama e os

bustos do príncipe D. João (depois rei) e de Carlota Joaquina, cujo trabalho foi do escultor Joaquim José de Barros.

Foram encontrados no palácio vestígios da época Manuelina e do Renascimento, o que vem documentar a antiguidade da respectiva construção.

## SENHOR DA SERRA

Fazia-se ali uma grande festa ao Senhor Jesus da Serra, de cujo alto se gozava de um excelente panorama, muito frequentada por gente das redondezas, em particular dos lugares da actual Amadora, mas também muito concorrida por famílias de Lisboa. A capela já não existe, mas a imagem, toda em granito, estará guardada em boas mãos. Esta romaria era famosa e nos dias de festejos tudo servia para chegar ao santuário, altura em que pipas e pipas de vinho eram consumidas pelosromeiros, mas também leitões e produtos hortícolas da região, bem como queijadas de Sintra. Ruas e caminhos, terreiros, dentro das tabernas, sempre muita gente a comemorar a festividade, desde o princípio da novena ao Senhor da Serra, cujo nome resulta de terem construído a capelinha no meio do mato lá no alto do monte.

"A festa do Senhor da Serra é de todas as romarias, das arrabaldes de Lisboa, aquela em que as consciências menos se incomodam e mais lucram os estímagos...", como releta o Diário Ilustrado de 31 de Agosto de 1873.

Em uma capelinha muito pequena, mas bonita, quase escondida pelo arvoredo, ficando cheia com cerca de sessenta pessoas.

De construção barroca e o seu altar de mármore da escola de Machado

destes. Os fidalgos deram preferência a Mafra, não só para passarem o seu tempo de lazer, mas também para caçadas e reuniões de alto nível. Pelo menos D. João V, para além de estar perto dos frades (foja proposta da construção do mosteiro se ficou a dever a um destes clérigos) gostava da vila de Mafra e ali se aconselhava com os representantes da igreja, seus confesores e da esposa, Maria Ana Josefa. Também o período instável resultante das invasões francesas provocaram algum abandono deste local, anos antes eleito para veraneio da corte.

A freguesia de Nossa Senhora da Misericórdia de Belas foi cabeça de concelho até 1855 e, em tempos mais recuados, como assinalámos, estava cercada de muretes com torres. Atravessada pela ribeira de Belas ou do Jamor, chegou a possuir dois hotéis, o Central e o Pascoal, que, no Verão, eram muito frequentados por hóspedes que, nesse tempo, preferiam o campo à praia. No século XIX, rasgado o caminho de ferro da linha de Sintra, levantada a estação Queluz/Belas, vai-se tornando um centro de comunicação e de fruição de residentes, conquanto de uma forma lenta.

Pelo Decreto de 18 de Julho de 1835, assinado por Passos Manuel, o concelho de Belas passou a compreender o lugar de Queluz, Adabeja, Camerá (hoje Casal de Cambrai), Carénque, Agualva, Meleças e Tala.

Em 1836, com Rodrigo da Fonseca no governo, é nomeado administrador da câmara municipal de Belas, José Maria dos Anjos, que era natural de Barcelos e, nessa altura, almorçante do palácio de Queluz. Esse mesmo Rodrigo da Fonseca acabaria por extinguir, a 24 de Outubro de 1855, o concelho de Belas, passando a localidade para o concelho de Sintra.

Não se contentou com esta decisão a população de Belas e passado algum tempo (2 anos) submete à Assembleia Legislativa um requerimento para o restabelecimento do respectivo concelho. Disso se incumbiu o então deputado Sena Fernandes, mas sem resultado.

Corno ainda não chegasse, a 13 de Janeiro de 1898, parte da freguesia de Belas foi desmembrada, passando para a de Camarate os lugares da actual Amadora, os quais estavam integrados em Belas, desde 1895. A 29 de Junho de 1925, por determinação do Decreto 1790, é formada a freguesia de Queluz, saindo do território de Belas, com os lugares de Massamá, Ponte Pedrinha, Pendão, Gargatada e Casal dos Afonsos.

Alguns anos depois fica também sem o lugar de Agualva, que passa a freguesia com a designação de Agualva/Cacém, conforme lei de 15 de Maio de 1953, no qual vão englobados os lugares de Agualva, Jarda, Cacém de Baixo e os Casais de Jorcanes e Colandre.

Em 1979, deixam o território de Belas os lugares de Carénque, Dabeja, Portela da Fonte Santa, os quais vão formar a freguesia da Mira do novo concelho da Amadora, instituído nesse mesmo ano. Hoje

(Continua na página seguinte)



DATA: 29-05- 1997	REVISTA <input type="checkbox"/> TÍTULO: A Pena	JORNAL <input checked="" type="checkbox"/> A Pena	NÚMERO: 4/5 (Continua)
-------------------------	---	--	------------------------------

Cota 88-P-1-1997

## Espada de Viriato encontrada recentemente nesta zona

# O futuro passa por aqui.



FOTOGRAFIA DE VÍTOR SOUZA

Quem percorrer Belas sem se preocupar com o relógio, descobrirá múltiplos motivos de interesse que lhe deixam os sentidos presos a esta região sintrense. Sendo a freguesia do nosso concelho situada mais a Nascente, Belas é um tesouro valioso quanto a achados arqueológicos, nomeadamente ruínas romanas, para além de um passado histórico de inegável interesse.

**D**eambulamos por Belas sem programa previamente estabelecido, e à medida que o fazemos somos cativados. Desde a estabilidade das suas gentes ao seu desenvolvimento na tentativa de acertar o passo com vista ao futuro - até às belezas naturais, fomos tocados por uma espécie de... sortilégio. De resto, não terá sido por mero acaso que alguns dos nossos monarcas e gente da nobreza se deslocavam, por períodos mais ou menos longos,

a Belas. Mas, entretanto, decorreram sobre essa época mais de 250 anos. Hoje, sente-se o desenvolvimento e o progresso, aliás conciliados com a tradição do passado, e presente-se a sua projecção no futuro.

De facto, nesta vila, encontram-se marcos de um passado típico à História de Portugal. Foi na Quinta do Senhor da Serra - onde se encontra o palácio, construído em 1250, que recebeu o mesmo nome - que se refugiaram dois dos três assassinos de D. Inês, os quais

descobertas foram presos e condenados à morte. Era também nessa quinta que D. Carlos e D. Manuel gozavam as férias da verão. Considerado monumento nacional desde o início da década de 60, o Palácio do Senhor da Serra é ainda propriedade privada.

Também a igreja de Belas, que em 1750 era capela, é templo de interiores belos e valiosos. Nela se realizaram diversos casamentos de pessoas de várias zonas dos concelhos limítrofes. Alguns membros da nobreza dos séculos XVIII e XIX foram baptizados na igreja de Belas.

Os velhos palacetes rodeados de árvores frondosas, rucas e antigas, são o espelho de outros tempos.

**Viriato enterrado em Belas**

A espada do célebre e lendário guerreiro Viriato, bem como os seus restos mortais, encontram-se enterrados na zona de Belas. O livro da autoria do general

View e de James Murphy, intitulado "O Estado de Portugal", editado em Londres, em 1798, faz essa espantosa revelação, na página 131.

Com efeito, A PENA veio a obter a informação de que esta instituição solicitou um exame detalhado sobre o cadáver e a espada encontrados para se ter a confirmação científica que de facto se trata de Viriato e da sua espada.

Também Domingos Caldas Barbosa, capelão da Realidade, no seu livro "Descrição da grandiosa Quinta dos Senhores de Belas", se refere ao assunto, dizendo que "o insigne capitão Viriato, que tantas vezes abateu o vó do das Águas Romanas, sendo por obra de traição derrotado, se refugiou nas matas de Belas, escapando à vergonha de se entregar e de pôr aos pés dos seus adversários a sua espada invicta".

Solmente-se ainda que o primeiro sistema de abastecimento de água a Lisboa teve a sua principal fonte de captação em Belas. Ainda hoje se pode ver essa obra

monumental para a época: o açude das Águas Livres, há anos desactivado.

**Presente e futuro**

Se o presente é alicerçado no passado, o futuro é assente no presente. Neste contexto pode-se, ainda que com alguma margem de erro, dividir o futuro. Assim, o passado de Belas, classificado por volta de 1750 como "deleitoso sítio de Belas", distinguia-se pelos seus pomares, quintas e abundância de água, algumas tidas pelas populações locais e vizinhas como "virtuosas". No interior das quintas, das quais sobressaía a dos Condes de Pombeiro, edificaram-se alguns palacetes de bom gosto.

Com o relatar dos anos, Belas ganhou dimensão e chegou a ser sede do concelho, do qual fazia parte Queluz, e estendendo-se até às águas de Benfica. Foi a época áurea de Belas que, em 1851, possuía Câmara Municipal e esquadra policial, esta situada num velho prédio na rua Dr. Marreiros.

Depois veio o declínio. Aos poucos, Belas foi perdendo importância. De cedência em cedência, deixou de ser sede de concelho, passando depois para a vila de Sintra. Diminuíram-lhe a área administrativa, restringindo-a à actual, fixada em 2517 hectares, e até a categoria de vila lhe foi subtraída.

Actualmente, Belas está a emergir. É vontade das suas gentes voltar a dar à região a importância que esta tem direito. Com uma população

### Culinária de Belas

## Fofos e não só



Em Belas, os "bons garfos" podem saborear o tradicional Cozido à Tala, regado com o apreciado vinho de Colares. O Cozido à Tala tem precisamente o nome da povoação onde é confeccionado e servido, sendo já uma antiga tradição local.

Para fim de refeição é indispensável um bom "fofo", doce tipicamente de Belas, regado de café e um copo de água da zona, que é leve e fresco.

De aproximadamente de 50 mil habitantes, dos quais cerca de 20 mil são eleitores, o conjunto da freguesia de Belas, com relevância para Idanha e Casal de Cambra, é das que mais tem crescido em termos urbanísticos e populacionais nos últimos anos, no concelho de Sintra. Nos dias que correm

antiga capela e no imóvel contíguo, agora propriedade da Junta de Freguesia de Belas, vão ser instaladas: biblioteca pública, escola de música, salas e salões para acções e ensaios da banda de música local e de grupos folclóricos. Numa iniciativa da Junta de Freguesia existe o URPB - centro para idosos, com uma sala para exposições de artes plásticas, estando neste momento a decorrer uma "mostra" de artesanato e esculturas.

De salientar o Centro de Apoio a Cuidados, iniciativa ligada à paróquia local. O objectivo é recuperar pessoas deficientes, proporcionando-lhes actividade compatível e servir refeições a preços económicos para gente de poucos recursos materiais.

**Berço do futebol**

Se no sector cultural existem cinco instituições em toda a freguesia de Belas, já os clubes desportivos ascendem a seis, sendo o mais antigo o Clube Desportivo de Belas, fundado em 1927.

Nessas instituições recreativas e desportivas praticam-se várias modalidades, entre as quais judo, rugby, ginástica, atletismo e futebol.

Como nota curiosa, terminamos este trabalho com uma revelação, já que pouco conhecida dos desportistas portugueses: o futebol, no nosso país, foi jogado pela primeira vez na Quinta do Bom Jardim, sítio na Venda Seca, Belas.

# Cantinhos da Região

Rica em história e belezas naturais

## Freguesia de Belas



Belas ainda consegue preservar algumas relíquias do passado, em contraste com algumas obras de mau gosto

A cerca de onze quilómetros da sede do Concelho, a freguesia de Belas é uma das mais conhecidas, até porque, no passado, foi sede de Concelho. Além disso, a sua área administrativa encerra alguns dos mais importantes exemplares do património arquitectónico, arqueológico e até mesmo gastronómico, do Concelho de Sintra.

Com uma área total de 2500 hectares, tem como vizinhos Almaraz do Bispo, a Norte, e Queluz, a Sul, a Amadora e Caneças, a Oeste e Agualva-Cacém, a Este.

A testemunhar a antiguidade da sua história, e existência, surgem monumentais vestígios arqueológicos que se espalham por Belas e que ilustram a ocupação humana desde os tempos longínquos da pré-história, com o impressionante conjunto de antas megalíticas, conhecidas por todos como antas de Belas. São elas as antas da Feira, do Senhor da Serra e do Monte Abraão.

Passando ao período romano, encontramos a fascinante e imponente barragem romana: "uma contrafortada construção maciça em pedra, a mais alta de todo o Império Romano, que data do século III d.C. Este monumento engloba todo um conjunto de engenharia hidráulica", que permitiu o aproveitamento eficaz dos recursos

hídricos, os quais eram de excelente qualidade e em grande abundância.

### Arquitectura árabe e religiosa

Também do período romano é a exploração das minas do Monte Sulmo e a extração de pedras semi-preciosas cuja importância já era referida no século I d.C. por Plínio.

De épocas menos remotas são os belíssimos exemplares de arquitectura árabe e religiosa que se espalham por toda a freguesia e que se enquadram nas belezas naturais ainda hoje passíveis de serem observadas, e que Raul Proença descreveu no seu Guia de Portugal, propondo em simultâneo excelentes excursos pelos arredores de Belas para poderem observar essa combinação entre o construído e o natural: "Belas, vilazinha agradável e de águas correntes nas abas da Serra da Carregueira, pequena estação de vilagem cujas quintas históricas, alamedas de pinheiros, lhe dão o perfume de tradição e as sombras espessas. Por toda a parte se surpreende o fio das fontes nas verdadeiras silênciosas que, entre árvores centenárias, levam a alturas dominantes com percursos de uma sôbria e plácida grandeza".

### Quinta do Senhor da Serra

Do magnífico património arquitectónico poderemos dizer e mencionar a Quinta dos Marqueses de Belas, também conhecida por Quinta do Senhor da Serra que se localiza no sítio da Vila de Belas.

Deste conjunto destaca-se o Palácio de origem medieval e ainda o obelisco comemorativo da visita do príncipe regente, D. João VI, e de Carlota Joaquina.

Era nesta Quinta que se realizavam todos os anos, no último domingo de Agosto, a feira do Senhor da Serra, a qual incluía uma grande romaria que tinha como destino a pequena ermida setecentista ali existente. Esta feira foi sempre considerada uma importante feira saiaia que reunia em Belas habitantes de Lisboa e outros de diferentes localidades rurais. Ali transaccionavam-se todo o género de produtos agrícolas, gado e os tradicionais burros da região saiaia.

Desses tempos, em que este mercado e feira tinham importância vital para a economia da população, apenas ficou como memória a ermida do Senhor da Serra onde hoje, periodicamente, se realizam animadas merendas.

### Terra de quintas

São muitas as quintas que ficam nesta freguesia, mais uma vez, Raul Proença no seu Guia de Portugal faz uma sucinta, mas elucidativa, descrição desses recantos:

"Uma boa excursão nos arredores de Belas é a que se faz por Idanha, Venda Seca, Sulmo e Quintas do Papa-Tabaco, Fontes de Bonjardim (...) Na Idanha casa de saúde para mulheres aliadas. (...) O Monte Sulmo, colina quase cônica com as históricas minas de granadas que foram objecto de activa exploração no tempo dos romanos (...). A Quinta da Fontes de Bonjardim (Quinta do Senhor da Serra), a mais interessante de Belas, um pedaço de Sintra, com os seus jardins em socalcos, o seu pequeno ribeiro, as suas fontes, os seus estúdios, os seus azulejos, os pinheiros e castanheiros da sua frondosa mata. Uma das fontes (a do Castanheiro) é de água ferver. Na Quinta do Bonjardim, que foi dos Condes de Redondo (...) a vegetação é magnífica. (...) Na capela os belos azulejos, tendo por assunto a paixão de Cristo, são notáveis pelo colóndio, o desenho e a movimentação das cenas no palácio sanguíneo de Vieira Lusitano, desenhos de Sequeira e estudos de Bartolozzi. Do alto dum montinho que pertence a propriedade de vista é ainda mais bela que a que se disfruta do Monte Abraão. A Quinta do Wimmer, mais perto de Belas é também digna duma visita pela sua vegetação e as suas fontes. Num mirante colocado na parte mais alta da Quinta rasga-se um belo horizonte para as Serras da Carregueira e de Sintra e os belos pinheiros do Bonjardim trepando a encosta numa onda de verdura". (Raul Proença, Guia de Portugal).

### Igreja Matriz

No que diz respeito à Igreja Matriz, esta é consagrada a Nossa Senhora da Misericórdia e tem na fachada um portal manuelino. O interior é de uma só nave, as paredes são cobertas por painéis e azulejos do século XVIII e representam cenas da infância de Jesus Cristo.

Hoje, Belas guarda todas estas relíquias do passado tentando evoluir e acompanhar os tempos modernos de forma harmoniosa. Certo é que algumas infraestruturas (por exemplo a CREL) vieram amargar a beleza e doçura daquele pequeno centro histórico, mas o doce dos Fofos de Belas ainda é capaz de fazer milagres e por momentos conseguimos, ainda, subtrair com deleite o gosto de receitas antigas, segredo de alguns.

Teresa Marques Alves




DATA: 28-8-1949	REVISTA <input type="checkbox"/> JORNAL <input checked="" type="checkbox"/> TÍTULO: <i>Jornal de Sintra</i>	NÚMERO: 1949	PÁGINA:
--------------------	--	-----------------	---------

## — um valor do património artístico de Belas está sendo destruída por uma sociedade familiar

Espreitei a janela gradeada. Voltei a espreitar. E que os meus olhos teimavam em não acreditar no que viam! Mas, não! Não restavam dúvidas! O quadro que se me oferecia, de certo trecho, lá dentro da ermida, era verdadeiramente conflagrador. Um traço arrepiado me percorre. O tecto a despedaçar-se. Montes de calça que desabam sobre o altar-mor. Toda uma obra magnífica em talha a esfacelar-se. Imagens que tombam ao impacto dos desmoronamentos, dessas belas imagens, cuja feitura se atribui ao grande escultor Machado de Castro.

É de apertar o coração! Jamais tragédia igual se dera dentro do âmbito do património artístico de Belas! E, conseqüentemente, do concelho de Sintra!

Mergulhei de novo o olhar no interior silencioso, pallidamente iluminado na luz que escorre das janelas estilhaçadas. Nada mais, porém, enxergo. Decerto a destruição processa-se do mesmo modo pelo tempo inteiro. Devasta-se assim, egoisticamente, sãdicamente, barbaramente, um dos maiores e mais soberbos panos de azulejos azuis, do País, datados do século XVIII.



SENHOR JESUS DA SERRA

Painéis preciosos, de uma altura desmesurada, de alguns metros, cobrindo literalmente as paredes. Trabalho artístico surgido do pincel de algum Oliveira Bernardes. Relatam-nos os passos de Cristo na proximidade da sua Paixão e Morte.

Quando é que uma entidade, ignorante da cultura dos valores ideais e espirituais de um país, pode destruir a seu talante uma relíquia artística do passado?

Quem são esses proprietários da Quinta Grande que parece perderem a sua consciência de pessoas, e que deixam cair em ruínas a famosa ermida setecentista? Julgar-se-ia que o pensamento que lateja nos seus cérebros é fazê-la riscar do cimo do monte! E decidir, maliciosamente, a consumação, rápida, do mais hediondo crime de desarte!

Como teria sido possível que todo esse recheio magnífico do pequeno santuário do Senhor Jesus da Serra, que fez a aliação e o pasmo de multidões deromeiros, ao longo de dois séculos inteiros, pelo último Domingo de Agosto, chegasse a aquele extremo estado de abandono?!

Onde estão os correspondentes, em Belas, dos grandes jornais da capital que não falam de tamanha iniquidade?

Que é dos habitantes dessa nobre vila, que não vêem o esmagamento sistemático da velha ermida?

Mal se ouve um grito de protesto!

Acuso falecer-lhes o ânimo e a coragem para pôr cobro a tais desmandos e assumir a responsabilidade moral de velar pelo imóvel sagrado? Ainda não chegaram à realidade de que essa Sociedade Familiar ignora, ou quer ignorar, o que pode significar, para a povoação de Belas, a pequena ermida do Senhor da Serra? Ela não só representa um dos mais altos valores dos bens artísticos da região, é uma página histórica da vila; é evocação de outros tempos; é sentimento; é lenda; é fé. É espírito da terra, a própria alma da terra!

Oh! Meu Deus! Com que facilidade se dilaceram, neste meu país, relíquias artísticas de séculos!... Que vergonha a nossa!...

Quanta razão tem Garrett quando grita, nas «Viagens na Minha Terra», a páginas 163: «Oh! Nação de Bárbaros! Oh! Malado povo de iconoclastas que é este!».

Durante anos assisti, de olhos contristados, à destruição gradual do imponente escadório que conduz à capela. Aos poucos, garras abutrescas arrancam os azulejos dos belos painéis que forravam as graciosas capelinhas das estações da Via Sacra. Das suas ricas composições ainda se descobre um ou outro pedaço de figura de anjo ou algum versículo bíblico em latim.

O fenómeno é já de longa data. Repete-se, amplia-se, alastra-se. Ainda não há muitos dias, o articulista foi em busca da capela setecentista do Casal da Abelheira, ali acima da Agualva. Apenas encontrou o local. O minúsculo templo estava arrasado. A urbanização chegara lá também...

Assim foi o destino de quantos outros templos! Da ermida de S. Miguel, que se erguia no Casal da Fonte Santa, nem rasto já de memória da ermida de Santa Marta, ali na Camara, no extremo da freguesia, apenas as paredes estão de pé! Do nome dela, ninguém já se lembra do igreja de S. Sebastião, no coração da vila...

Belas, 12-8-971.

ANTONIO MATTA

NOTA — O articulista, nesta data, escreveu a várias entidades, dando conhecimento do que se passa e solicitando a sua intervenção.



# Cantinhos da Região

## Origem secular

A sua origem data dos tempos da primeira Dinastia, e há notícia que, no ano de 1398, se encontrava na posse do 4.º Alcaide-mor da Atouguia, Gonçalves Robertes, que acabou por doar a Quinta ao Mosteiro de Santos de Lisboa. Em 1334 já tinha novo proprietário, Lopo Fernandes Pacheco, que a deixou a seu filho, Diogo Lopes Pacheco, um dos protagonistas do trágico episódio de D. Inês de Castro. Assim que é aclamado Rei, D. Pedro I procura fazer justiça relativamente à morte de D. Inês, cuja família, além de perseguições, também via confiscados os seus bens. Dito e feito, Diogo Lopes de Pacheco que andava por terras de Espanha viu as suas propriedades (testas e outras) serem confiscadas pelo Rei, que mandou reconstruir o Palácio e aí havia, segundo diz a tradição, "junto das árvores e das fontes, lembrar os perdidos amores".

Mais tarde, a Quinta passou a ser propriedade de Gonçalo Peres de Malafra, para, posteriormente, ser vendida pelo seu viúvo ao Rei D. João I, o qual, por sua vez, a doou ao seu filho, D. João.

## Morada real

Nos Paços de Belas residia, durante os primeiros tempos do seu reinado, D. Duarte, e era aqui que, segundo nos dizem os escritos do cronista Rui de Pina, o Infante D. Pedro vinha "fazer reverências".

D. Brites, mãe do Rei D. Manuel, fez residência no Palácio de Belas, o que justifica as obras que levou a cabo na Quinta. D. Brites fez desta quinta mercê a Rodrigo Afonso de Atouguia, passando a propriedade em seguida para os Condes de Belas, futuros Condes de Pombeiro, e mais tarde Marqueses de Belas.

## A arquitectura

Quem, no passado, teve oportunidade de visitar a Quinta e o Palácio, como foi o caso de Raul Proença, pode avaliar de perto a presença de traços arquitectónicos antigos. O autor fez-o quando preparava a sua descrição de Belas para o Guia de Portugal, e ali nos dá conta de um conjunto de arquitectura civil de grande interesse: "Embora a maior parte das obras que hoje se vêem sejam de iniciativa do 1.º Marquês de Belas, ainda se notam restos consideráveis da antiga arquitectura, especialmente da época manuelina. O largo balcão que dá sobre o pátio de entrada, e de que um dos ângulos é sonado por um gracioso pavilhão

## Um dos ex-libris de Belas

### Quinta e Palácio do Senhor da Serra



Paço Real de Belas, o mais antigo dos arredores de Lisboa, que resistiu à voragem do tempo

Cum excepção para o Palácio Nacional de Sintra, o único Paço Real da primeira dinastia de reconhecida importância e significado histórico e artístico que se conhece em todo o distrito de Lisboa, encontra-se em Belas. Trata-se do Palácio dos Marqueses de Belas ou do Senhor da Serra, como também é conhecido pelas romarias que se faziam à capela existente no interior da Quinta, em honra do Senhor da Serra.

Único por ter resistido à passagem do tempo e à inclinação dos homens. Veja-se como todos aqueles que existiram, tal como os Paços das Alcáçovas, o de Santos-a-

-Velho, o do Lumiar, e, ainda, os de Salvaterra, Frielas e Torres Vedras, foram desaparecendo ao longo dos séculos.

E pode até dizer-se que, nos tempos que correm, a Quinta e Palácio do Senhor da Serra beneficiam de uma localização extraordinária, uma vez que se encontram a poucos quilómetros de Lisboa, em pleno centro da freguesia de Belas, mais precisamente no Rossio - Largo 5 de Outubro. Recorde-se que Belas, até 1855 foi sede de concelho, sendo nessa altura extinto e a localidade integrada, como freguesia, no concelho de Sintra.

Renascentista, coberto de cúpula de gomos e vazado de aberturas geminadas, as compridas gárgulas que perenemente vomitam água para dois velhos tanques encostados a um velho muro, e uma ou outra janela mainelada, com molduras de colunas simples e vergas de cantaria lavrada, dão desde logo ao edifício um ar de vetusto e tranquilo solar. Sobranceiro ao jardim outro-balcão no mesmo estilo do da entrada, mas assente sobre arcos ogivais, sob o qual se ostentam ainda, nas sobre-portas, medalhões com bustos de mármore. Em frente deste balcão uma ruína pitoresca, uma pequenina capela esburacada, já sem abóboda, mas de que restam um portal manuelino que se disfarça sobre ramos de hera trepadeira, e azulejos relevados quinhentistas, policromos e de vários padrões (hoje em dia já não existem estes azulejos de que nos falava Raul Proença). Tudo isto respira um ar de vetustez e de abandono, que mais sugere a reconstituição histórica e povoa os lugares das palidas sombras dos que ali passaram. A parte baixa da quinta estende as suas alamedas de frondosas árvores (...) que na primavera lhe formam uma contínua abóboda de ramos entrelaçados, nas margens de três pequenos ribeiros. Na extremidade Barro Laborão modelou, na forma opulenta da época, uma estátua da Fama, numa das faces dum obelisco mandado erguer em 1795 pelo Conde de Pombeiro, para comemorar a visita de D. João VI e Carlota Joaquina (...). Aqui se inicia o caminho escadado que, contornado em cascata, trepa, entre nichos com faixas de azulejo, a encosta arborizada do Monte-Abrado, até terminar, quase ao cimo, na ermida branca do Senhor da Serra, forrada interiormente de painéis de azulejos, hoje o mais afamado lugar de peregrinação dos arredores de Lisboa (romaria no último domingo de Agosto).

## Tempos modernos

Propriedade da "Casa Agrícola" há mais de meio século, a Quinta do Senhor da Serra cumpre uma função de lazer e recreio como cada vez se torna mais difícil de encontrar. Assim, os seus proprietários optaram pela revitalização e recuperação da Quinta, criando espaços para a prática de ténis e equitação, bem como locais para festas e recepções e ainda de lazer. Nem a arte foi esquecida havendo, inclusive, um espaço que funciona como galeria.

Sinal da mudança dos tempos em que, mesmo a presença, a poucas centenas de metros, do viaduto da CRIL fazem esquecer a beleza do local e a grandiosidade que representou noutros tempos.

Teresa Marques Alves

## Romaria do Senhor da Serra

Mais um ano se passou sem que se realizasse a romaria do Senhor da Serra.

Esta tradicional festa popular de Belas que já vinha sendo feita desde o século de D. João V e de D. José e cuja feira datava de 1786, não era somente um recinto de diversões, mas também um centro de transações comerciais.

Foi, pois, considerado um prejuízo para o comércio local e para os feirantes a suspensão do Senhor da Serra,

Apesar das deligências levadas a efeito por uma comissão composta por representantes do comércio de Queluz e Belas, pelo Presidente da Junta de Freguesia, por várias personalidades do concelho e pelo Presidente da Câmara de Sintra, nada demoveu a inflexibilidade dos actuais proprietários da Quinta do Marquez onde se realizava a romaria, que, tendo fechado os seus portões, continuavam indiferentes pelos prejuízos morais e materiais que a sua atitude causou aos habitantes de Belas.

## O "Senhor da Serra,, acabou...?

...não podemos esquecer o tradicional o saboroso e tantas vezes agitado «Senhor da Serra», aqui, a dois passos da capital, numa quinta da vila de Belas.

É famosa esta pitoresca função, a que não falta cunho regional, boas frutas, melhor vinho, e, quando calha e os amigos se azeitam, também mete bordoadas de criar bicho. Mas é assim mesmo. A alegria tem seus cambiantes e muito variada é a forma de a exprimir. No fundo, não ficam ressentimentos e no ano próximo, tudo ali volta com a mesma fã e a mesma ânsia de gozar os delícias daquele formosa colina onde a romagem se realiza.

O lugar é realmente privilegiado. A exuberância vegetal, o poder aliciador das sombras, a profundidade da floresta e o isolamento aparente do resto da Orbe levam, à gente que por ali passa, no último domingo de Agosto, uma sensação quase paradisíaca que a consola e embriaga. Já se vê que naquelas horas de verdadeira orgia não pensa na história daqueles sítios, nem tampouco nas razões que determinaram a instituição da festa do Senhor da Serra. Quando os deuses saboreavam o Nectar à mesa do Olimpo, também, por certo, não curavam de saber a origem nem a própria natureza desse licor balsâmico que lhes restituía a juventude e os preparava para a imortalidade. O caso resume-se simplesmente em gozar, porque, tristezas não pagam dívidas, e mesmo que o pudessem fazer, não era aquele o melhor momento para os problemas do espírito. E, contudo, aquela quinta pitoresca, fértil e até mesmo romântica, tem a sua história quase a roçar pela lenda, embora o alvoroço dos seus momentâneos ocupantes a tenham esquecido, por ser-lhes completamente ignorada.

É exactamente nestes sítios, tão belos e fecundos a que não são alhices alguns dramas da nossa história, que anualmente, e pela mesma época, se realiza uma das mais ruidosas e características romagens destas cercanias — o «Senhor da Serra».

Pela encosta acima espalha-se o povoado, encalmado, suando e tressuando, em mangas de camisa, afoqueado pela soalheira ardente, como certas figuras das telas de Malhoa surpreendidas no termo de Figueiró.

Os combóios de Queluz não chegam para tanta gente, em demanda do «Senhor da Serra», gente que, em chusmas, se vai espalhando por todo o lado em que uma sombra benéfica e acolhedora a protege das ardências solares. Abrem-se os cestos e os cabazes a abarrotarem de peliscos, de fruta e do indispensável carresão das adegas mais próximas. Então é que é folgar, como quem diz: comer e beber à tripa forra. Não há preocupações nem amarguras que resistam ao delírio daquela folgança nitidamente plebéia em vivo contraste com o sabor romântico do lugar, onde os requintes do século XVIII deixaram impressos muitos sinais de beleza idílica e amorosa que foi a principal preocupação estética daqueles tempos.

Perto dos grupos acampados, grotescos e, por vezes, demasiadamente pagãos, para a época, ainda se ergue a «Casca» arruinada e a estátua de «Neptuno», que muitos atribuem ao cinzel do genial Bernini, bem como os «Trilhões» e as «Sereias» de belíssimo Carrara, que à toda criam um enternecedor fundo de poesia.

Só lá no alto, na acrópole daquele monte agora profanado, se encontra a única nola religiosa da festa, com a pequena ermida dedicada ao «Senhor da Serra», perante a qual o povo passa formando um admirável friso ao mesmo tempo alegre e devoto.

Armindo de Lencina

## Cacém-Cinema—

Este cinema apresenta, um por outro, os dois filmes que representaram Portugal em Cannes.

Sábado, 7 e Domingo 8, «Tres dias sem Deus», o filme que provocou grande discussão, por ser diferente de todos os outros, com a direcção e interpretação de Barbara Virginia.

Domingo, 13 e dias seguintes, «Camões», com António Vitor e muitos outros artistas do cinema nacional.



# Tesouro em azulejos “va

Foi capela e centro de importante romaria do distrito de Lisboa. Protegida por decreto de 1943, que lhe confere o pomposo título de «imóvel de interesse público», é hoje ruína de onde grande parte da magnífica colecção de azulejos oitocentistas revestindo as paredes desapareceu já. Vinte mil contos de azulejos, segundo os especialistas. Uma quantia que pouco parece preocupar quem de direito, a acreditar nas acções até à data empreendidas. Ermida do Senhor da Serra, uma nódoa no património monumental português. Em Belas, a escassos quilómetros de Lisboa.

A ruína, a verdadeira e quase irremediável, sobreveio com as chuvas de Novembro, ponto final de uma caminhada de muitos anos exposta à incuria dos homens e aos designios dos céus. Ruína de hoje, glória de antanho, à situação de abandono a que foi votada a capela do Senhor da Serra estão ligados nomes sonantes do panorama nacional: Ministério da Cultura e Coordenação Científica, Ministério da Habitação e Obras Públicas, Instituto Português do Património Cultural.

Todos eles, de um ou outro modo, passaram à «batata quente» que sempre foi a Quinta dos Marquês de Belas, onde se situa a ermida. A propriedade — paço real da dinastia de Avis, exemplar único no concelho, um dos poucos ainda de pé nesta febre de destruição de que a civilização nos soube imbuir — foi desde sempre motivo de discórdia entre os proprietários e o Estado.

A pequena e curiosa ermida plantada no cimo do morro, dominando toda a propriedade, acorreram em tempos milha-



Alguns azulejos, resto de magníficos painéis, cobrem ainda as paredes

res de forasteiros para tradicional romaria que tinha lugar nos finais de Agosto, festa religiosa que os proprietários acabariam por proibir, alegando a necessidade de preservação do solo agrícola rodeando o templo, sem que por tal os terrenos de ver se cobrissem.

Com essa — segundo alguns discutível — proibição condenava-se a ermida a um completo abandono, favorecendo os «coleccionadores» de antiguidades e os muitos vândalos que ali encontraram palco ideal para os seus desmandos. Pouco a pouco a capela foi-se deteriorando, fustigada por inumeráveis invernos e pela pilhagem de que se tornou alvo.

Mais recentemente, apesar dos constantes pedidos formulados pelos Serviços

Culturais da Câmara Municipal de Sintra a diversas entidades, tendo em vista a protecção ao local, seriamente danificado com as fortes chuvadas que se abateram na região em Novembro de 1983, o que todos receavam aconteceu.

Grande parte dos azulejos que revestiam as paredes da capela desapareceram misteriosamente. Esse rico acervo museológico fora avaliado em 20 mil contos, quantia importante mas nada representativa do seu verdadeiro valor, dado que, como J. M. Santos Simões refere no seu livro «Azulejaria em Portugal no século XVIII», publicado em 1979, o conjunto é um dos mais extraordinários que conheço de azulejaria aplicada a capela devota.

Quem hoje visite o que resta da ermida

## s "boa" de ermida em Belas



vida. João Lopes Pacheco, filho de Diogo, revelar-se-ia, após a morte do pai, como um verdadeiro «filho de peixe»: postou-se ao lado de D. Leonor Teles, do Conde de Andeiro e dos castelhanos quando da «escaramuça» pela posse do luso trono e acabou sem a sua propriedade de Belas, dessa vez «ad infinitum».

O novo locatário seria o governador da casa do civil, administrador da Fazenda, regedor de Justiça e chanceler-mor do Reino, Gonçalo Pires Maistais, leal servidor de D. João I. O mesmo monarca, por morte do proprietário, compra a quinta aos herdeiros e oferece-a ao infante D. João, que aí passa a residir. Também D. Duarte aí passa temporadas, tentando apaziguar a dor de um desastroso e curto reinado. D. Manuel seria o último habitante real do então fulgurante Palácio de Belas.

Depois vêm os condes de Pombeiro, mais tarde marqueses de Belas, que aformoseiam jardins, erguem magníficas fontes saídas das mãos dos mais famosos escultores. No alto da serra é construída uma ermida barroca, dedicada ao Senhor Jesus, que durante dois séculos se tornaria em centro de romagem.

### Protegida por lei

Idos os condes, finada a Monarquia, a propriedade passa para a mão de plebeus que, pouco a pouco, fazem desaparecer parte do valioso espólio artístico ali encerrado. Com o correr dos anos os estragos avolumam-se. Nada parece impedir a criminoso indiferença com que os diversos proprietários presenteiam essa fatia do passado que lhes passa pelas mãos.

A 18 de Agosto de 1943 é publicado no «Diário do Governo» o Decreto n.º 32.973. Nele se lê que a *Quinta do Marquês de Belas, incluindo o palácio, uma capela abobadada, duas fontes decorativas, um obelisco erguido a D. João VI e a capela do Senhor da Serra, existentes nos jardins da mesma quinta, é considerada imóvel de interesse público.*

Nesse mesmo ano, no boletim «Estre-madura», o pintor de arte José Dias Sanches escreve inocentemente: *as decrépitas paredes da nobre vivenda dos marqueses de Belas, estão ainda de pé, graças à Direcção das Obras Públicas que as elevou à categoria bem merecida de monumento nacional.* Como

municipal de Sintra, tendo em vista a situação de abandono em que se encontrava, que se abateu em 1983, o que levou a sua restauração. Os azulejos que restavam, e que se encontravam em estado de conservação, foram removidos e guardados em 20 metros quadrados, mas não houve um verdadeiro valor. Santos Silva, que se dedicou à azulejaria em Sintra, publicou em 1983, o livro «Os azulejos de Sintra», onde se encontra a história da azulejaria em Sintra. A resta da...

do Senhor da Serra encontrará o seu interior totalmente delapidado, restando somente alguns azulejos que os «coleccionadores» não conseguiram tocar. Mil e um pedaços espalham-se pelo solo, mil e uma acusações às entidades responsáveis pela preservação do património nacional. Responsabilidades que o tempo e o Homem se encarregarão de fazer desaparecer, como é de regra nestes casos e neste país.

### Um pouco de História

Pomo de contenda entre os organismos estatais e os diferentes proprietários, o Paço Real de Belas começou por ser casa de campo de Gonçalo Annes Correia, corria o ano de 1318. A propriedade

passaria, mais tarde, para as comendadeiras de Santos, que em 1334 viriam a trocá-la por uma outra, pertencente a Lopo Fernandes Pacheco, meirinho-mor do Reino e pai de Diogo Lopes — o Pacheco implicado no assassinato de Inês de Castro.

El-rei D. Pedro, ofendido no seu íntimo por tão calamitosa perca, perseguiu os culpados, castigando-os. Diogo Lopes, entretanto, refugiado em Castela, escapou à real ir, mas a propriedade passou para a Coroa. Aí encontrou D. Pedro a paz que parecia fugir-lhe após a morte da «miserável mesquinha que depois de morta foi rainha».

Indultado Pacheco, logo após a morte de D. Pedro e com um suave D. Fernando ocupando o trono, a quinta era-lhe devol-





De cerca de oito mil azulejos restam alguns fragmentos que atraem a atenção dos visitantes

se a simples publicação de uma lei fosse suficiente para proteger, por si só, monumentos da incuria dos homens e dos efeitos do tempo.

É de 1972 o primeiro texto de alerta sobre o estado de toda a propriedade. A revista de história e cultura «Estudos de Castelo Branco» refere que *...foi parar às mãos do actual proprietário, sr. Júlio Martins... De então para cá, a decadência do palácio e até da capela do Senhor da Serra tem sido manifesta. Há anos o Estado teve de intervir para pôr termo às obras com que o sr. Martins continuamente desfigurava a propriedade. Devido à continua infiltração de águas, despregaram-se das paredes do velho templo os azulejos dos grandes painéis oitocentistas. Os próprios caminhos que conduzem à capela estão intransitáveis!*

### Roubo de azulejos

Alertada para a situação da propriedade, a Câmara Municipal de Sintra inicia, em 1977, um processo de expropriação tendo em vista a preservação da quinta na sua totalidade. Processo

moroso, envolvido pela imensa malha burocrática em que somos especialistas, cedo os intervenientes perdem a foga dos primeiros passos. A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em carta enviada ao presidente da edilidade sintrense, em Janeiro de 1979, indica que *não se justifica pela sua parte, promover a aquisição das próprias construções classificadas, uma vez que estas se encontram protegidas por lei mesmo quando são propriedade particular...*

Poucos meses mais tarde essa mesma Direcção reconhece que *a quinta em referência é propriedade particular e tanto quanto se julga os edifícios e peças decorativas existentes nunca mereceram por parte do seu proprietário a devida consideração, acrescentando: concorda-se inteiramente em que a propriedade seja expropriada.*

Ainda em 1979, os Serviços Culturais da Câmara Municipal de Sintra contactam o director do Museu do Azulejo, salientando o estado calamitoso em que se encontra a Capela do Senhor da Serra... e o saque de que foi recentemente alvo no que respeita ao revestimento de azu-

## “voa” tesouro

*lejos oitocentistas e sugerem a deslocação ao local de um técnico que possa avaliar da qualidade artística dos azulejos subsistentes e analisar o assunto, na eventualidade de poderem ainda ser recuperados os painéis de azulejaria extraviados.*

### Uma capela à espera

Entre cartas, ofícios, plantas, contactos entre diversos organismos, o processo de expropriação avoluma-se, o tempo passa e a totalidade da propriedade esboroa-se, perdido o sentido de unidade. O grupo do Partido Socialista requer à edilidade, em Junho de 1981, que lhe seja facultado, no prazo máximo de 15 dias, todo o processo sobre a expropriação da Quinta do Senhor da Serra, *tendo em vista a próxima discussão do assunto.* O que terá saído dessa reunião não é, três anos passados, ainda visível para os habitantes de Belas...

Com as chuvas torrenciais caídas em Novembro de 1983, a capela do Senhor da Serra, esquecida do «carinho e preocupação» de todos os que por obrigação a deveriam preservar, abriu as suas paredes às violentas águas, deixou que os azulejos escorregassem em direcção ao solo, esbarrou-se toda numa derradeira convulsão.

Acorreu o povoêu, acorreram os «senhores doutores», fizeram-se mil promessas, tudo se ia remediar. «Depois da casa roubada, trancas na porta» foi ditado por muitos relembro na ocasião. Só que, a exemplo do que já aconteceu noutros tempos e locais, as promessas foram esquecidas e a capela lá ficou à espera, à espera, à espera...

Quem não esperou foram os larâpios, que de pronto acorreram ao local, servindo-se como se em sua casa estivessem. Deixaram uns restos dos magníficos painéis de azulejos, pedaços partidos que os visitantes hoje olham com tristeza e desejo. Alguns chegam mesmo a levar um fragmento, recordação de uma capela de muita, muita história.

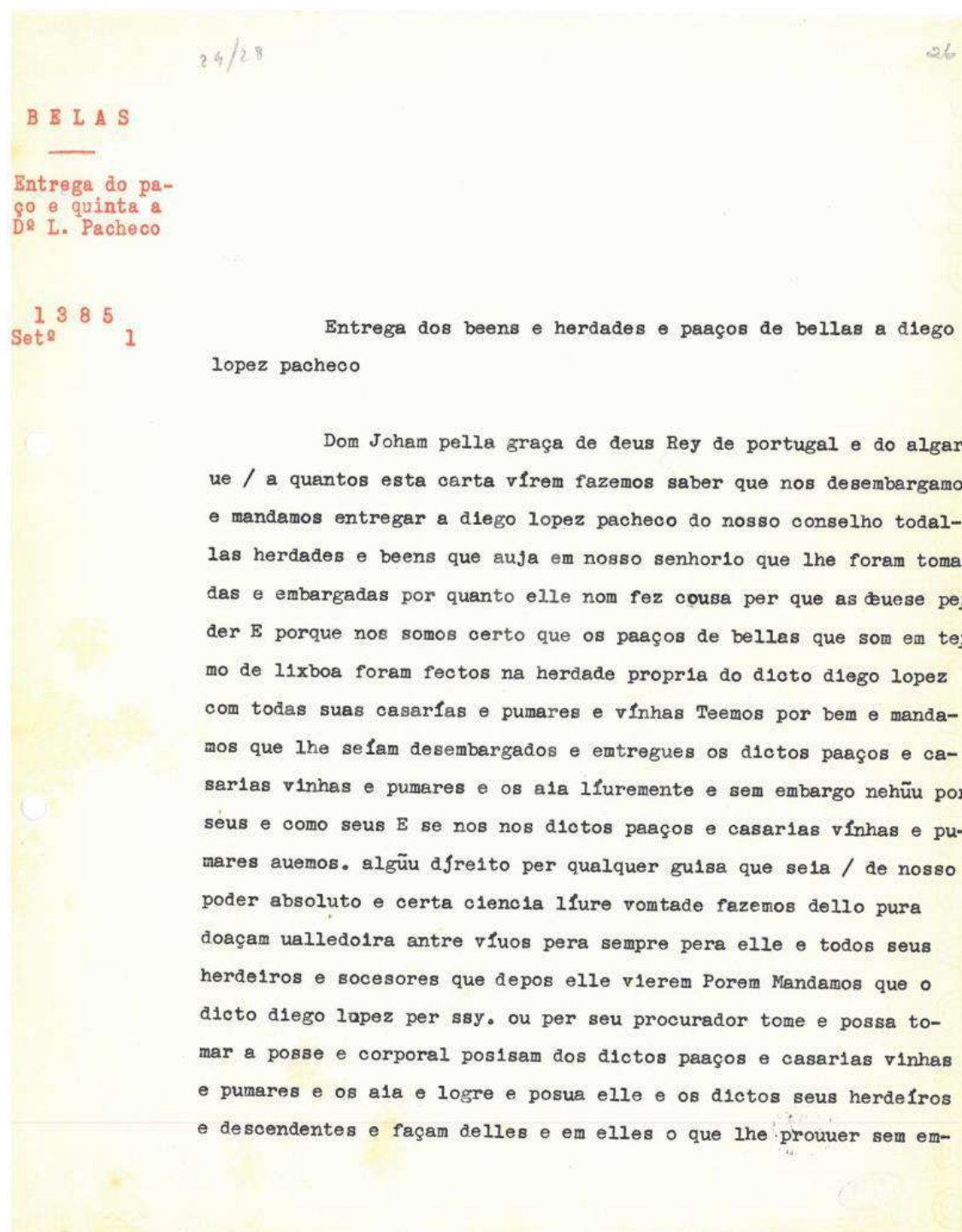
Entretanto, 20 mil contos de azulejos «voaram» de um imóvel de interesse público, protegido por decreto publicado na folha oficial que, como se sabe, é onde vêm todas as leis por que nós devemos regular. Por isso mesmo, porque a lei é lei, a pergunta impõe-se aqui e agora: qual o próximo passo, «senhores doutores»?

Texto: José Antunes • Fotos: Raul Santos



O Paço como ‘habitação simbólica’ hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial

## Documentos históricos



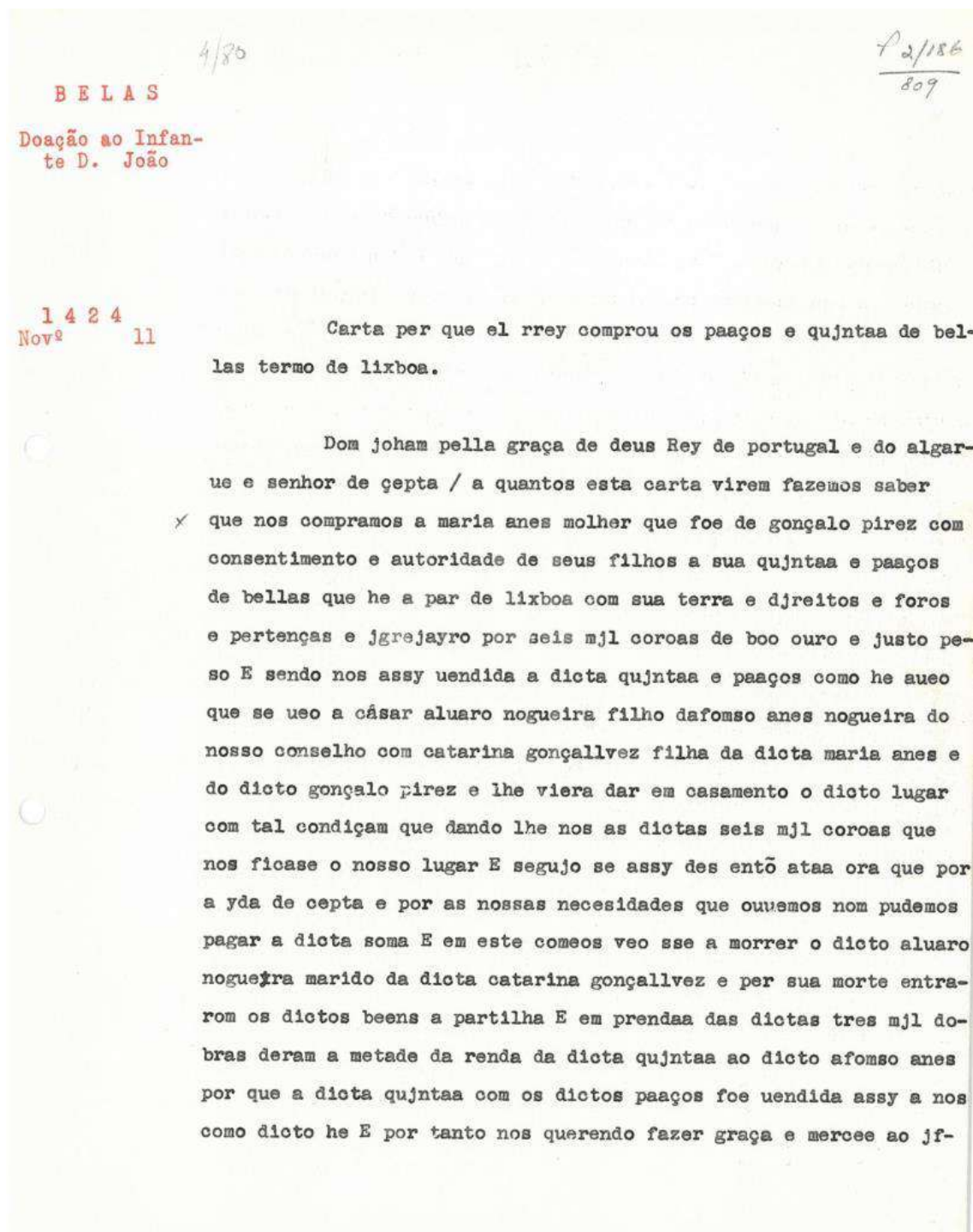
Carta de D. João I, em que o rei manda entregar a Diego Lopez Pacheco, o paço de Belas, pomares e vinhas

24/29

27

bargo nehũu que lhe sobrelo seia posto / nõ embargando quaaes quer  
leis costumes façanhas nem outras quaes quer cousas que em con-  
trayro desto seiam por quanto nos queremos E mandamos que nõ aiam  
em esto lugar E mandamos a todallas nossas justiças que o mante-  
nham na dicta posse e nom consentam que lhe nenhũu sobrelo ponha  
embargo nem faça outro desaguisado E em testemunho desto lhe manda-  
mos dar esta nossa carta dante em sanctarem primeiro dia de setem-  
bro el rrey o mandou gonçalo lourenço a fez era de mjl iiii<sup>o</sup> xxiiij  
annos. //

(Chanc. de D. João I, L.<sup>o</sup> 1, fl. 85, 2.<sup>a</sup> col.)





4/81

P<sup>2</sup>/187  
810

fante dom joham meu filho por que logo entendemos de pagar as dictas seis mil coroas Teemos por bem e de nosso proprio moujmento e certa scientia e poder absoluto sem no llo pedindo lhe damos e lhe doamos e lhe fazemos livre e pura e irreuogavel doaçam que nunca possa seer reuogada antre os ufuos ualledoira deste dia pera todo sempre pera elle e pera todos seus herdeiros e sucesores que depos el vierem da dicta qujntaa e paaços de bellas com toda sua terra e djreitos e foros e trabutos e Jgrejaíro E lhos damos outrossy em dote e casamento nom como cousa da coroa do regno mais por cousa que nos compramos pera dar a el E per esta carta lhe damos nosso poder comprido que elle per ssy e seu procurador sem outra autoridade de justiça possa tomar e tome a posse da dicta qujntaa e paaços de bellas e de toda sua terra e djreitos foros e trabutos e perteenças e egrifario dellâ e auer e teer lograr e posujr el e todos seus herdeiros e sucesores livre e isentamente e vender e dar e doar e escambar e fazer della e em ella o que lhes aprouuer assy como de sua cousa propria e corporal posisõ que nos tiramos de nos e da coroa dos nossos regnos toda posse e propriedade e djreito que em ella tijnhamos e enuestimos lla e poemos no dicto jffarte dom joham meu filho e em todos seus herdeiros e sucesores por que nos lhe fazemos a dicta doaçã e dote o mais firme e perfectamente e realmente que seer pode a qual lhe fazemos como dicto he nom embargando todallas leis e djreitos canonjcos e ciuees e leis do regno costumes constitujções foros façanhas glosas openjões de doutores e todallas outras cousas que esta doaçam e dote poderia em algũa guisa contradi-

4/82

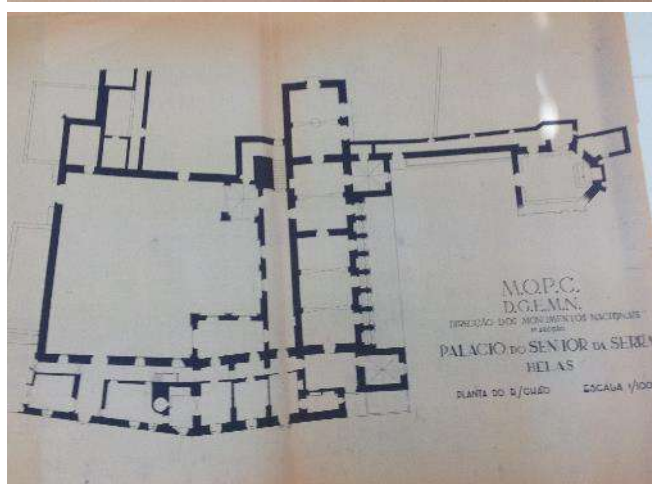
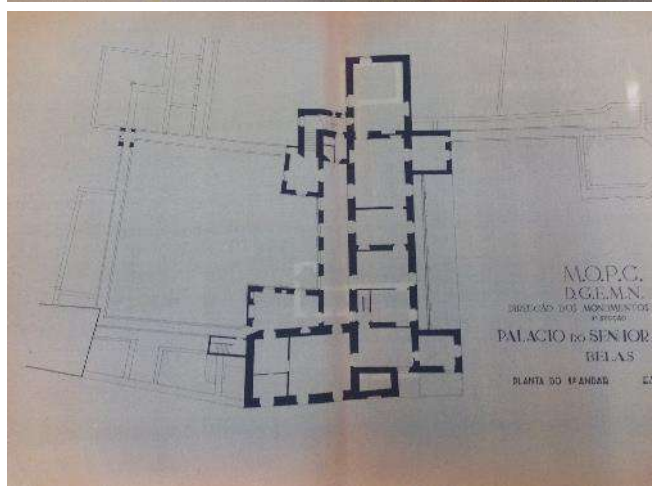
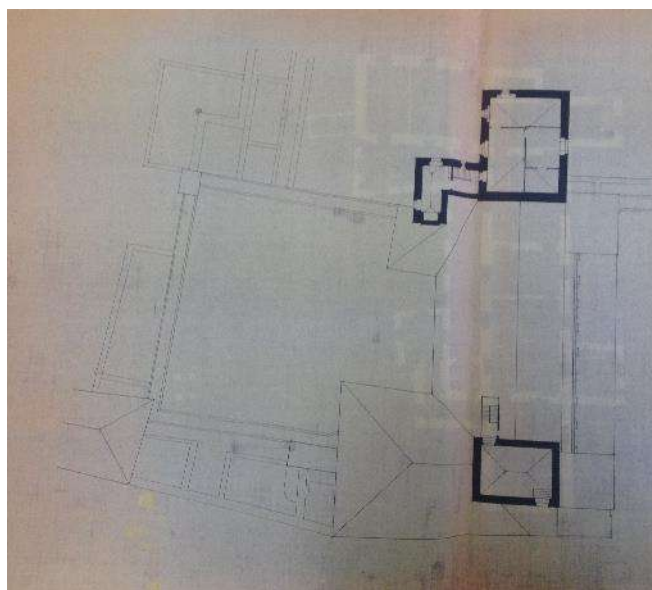
P<sub>2</sub>/185  
811

zer ou embargar em todo ou em parte os quãães djreitos e cousas to-  
das ensolido e cada huma per sy casamos anulamos irritamos E quere-  
mos e outorgamos que nom aiam lugar contra esta doaçam e dote nem  
lhe possam empecer ante se falece em ella algũa clausulla ou djrei-  
to por mais solene e firme seer nos a auemos em ella por posta e  
repetida e expresamente nomeada E Rogamos e encomendamos ao dicto  
jffante duarte meu filho e aos reis que depos nos vierem que por a  
nossa beençam lhe nom contradigam esta nossa doaçam e dote ante lhe  
compram e façam comprir e guardar / que tal fce e he nossa tençam  
e uontade Outrossy queremos e mandamos que se o dicto gonçalo pirez  
no dicto lugar de bellas auja algũa jurdiçam que elle a aia e huse  
della pella guisa que o fazia o dicto gonçalo pirez e na carta da  
doaçam que elle de nos della tijnha he contheudo E em testimunho  
desto lhe mandamos dar esta nossa carta firmada dos nossos nomes e  
sellada dos nõssos seellos do chumbo e çera pendentis dante na ci-  
dade de cojmbra xj dias de nouembro el rrey o mandou gonçalo calde-  
ra a fez Era do nacimiento de nosso senhor jhesu christo de mjl iiii<sup>c</sup>  
xxiiij annos. //

(Chanc. de D. João I, L.<sup>o</sup> 4, fl. 92 v.<sup>o</sup>, 2.<sup>a</sup> col.)

## Plantas históricas do Paço Real de Belas

O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



Planta do Paço Real de Belas em 1942





O Paço como ‘habitação simbólica’ hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial

## **Anexo II - Processo de trabalho**

### **Maquetes**

O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial

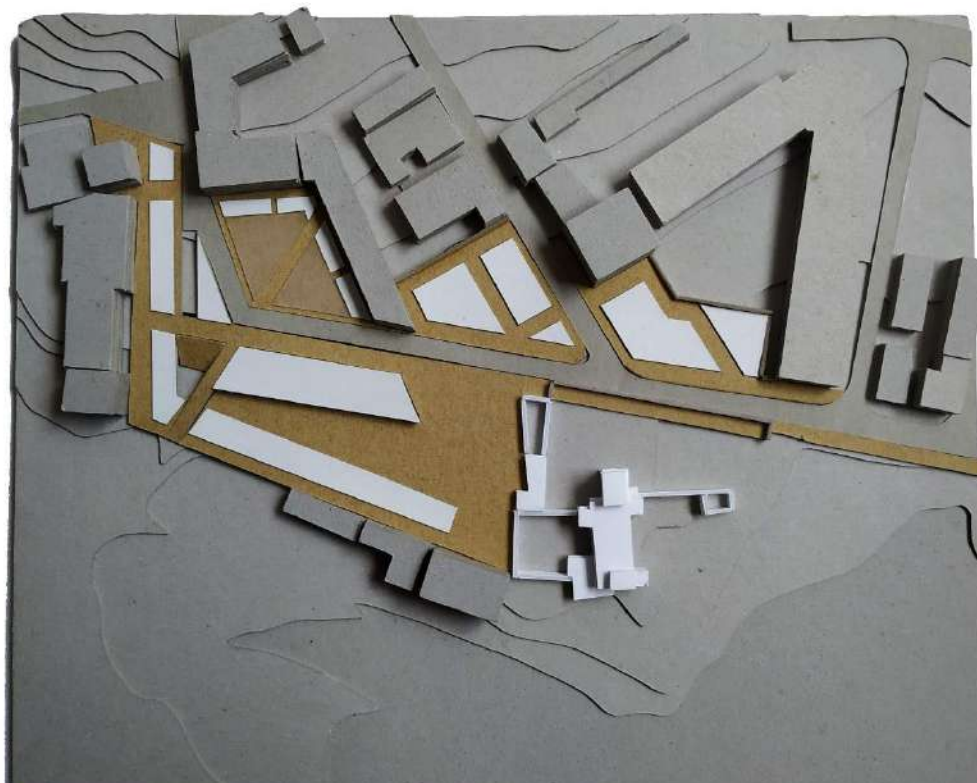
1/1000

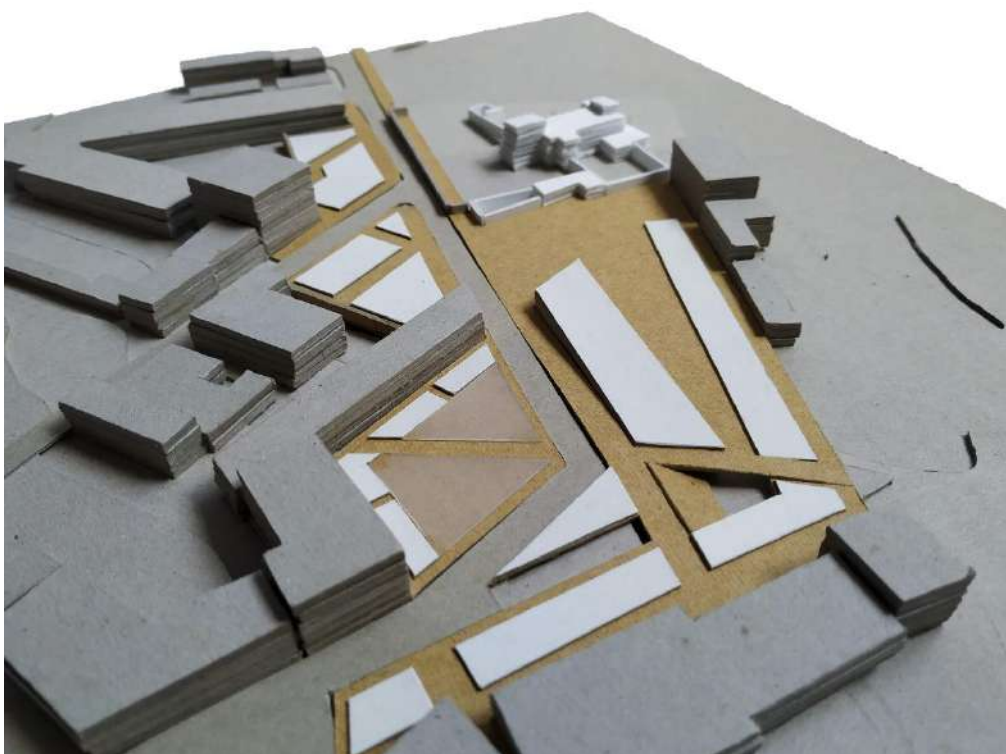
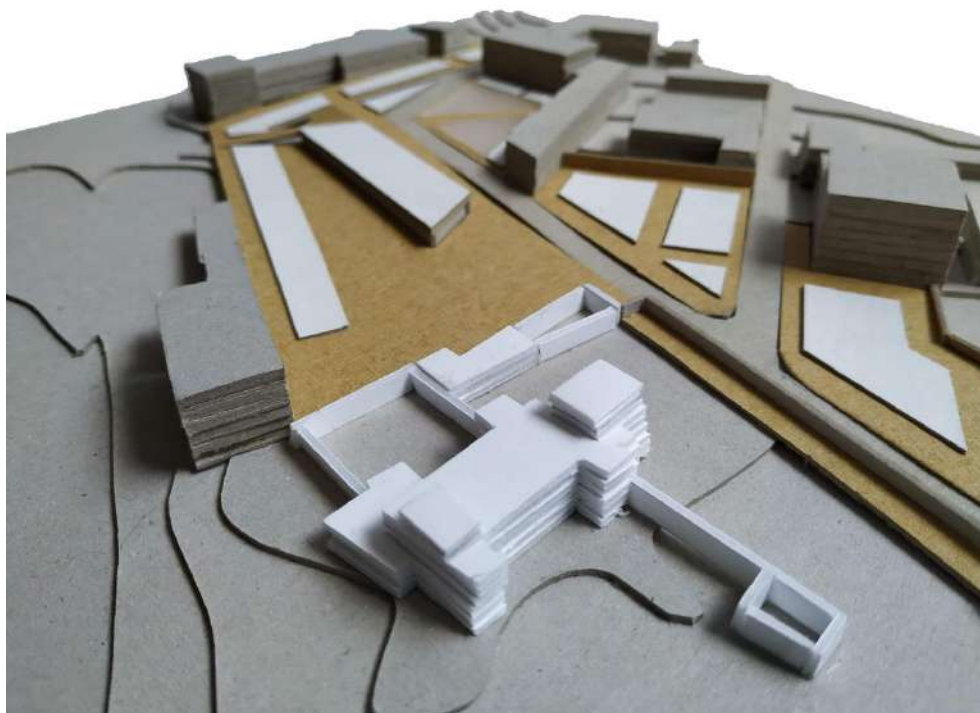






1/1000







1/500

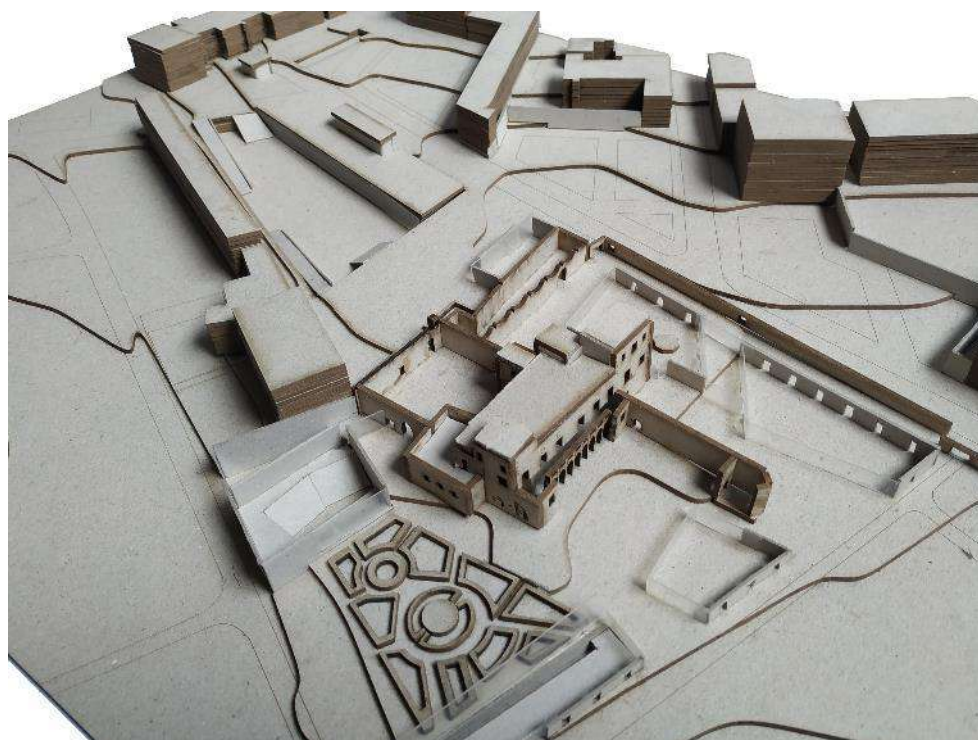


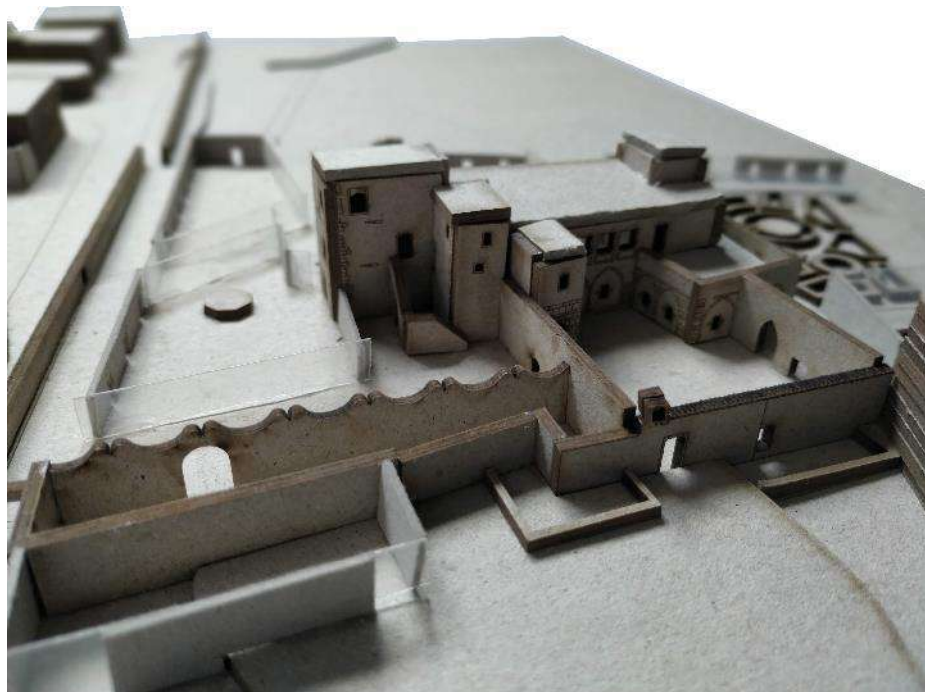




O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial

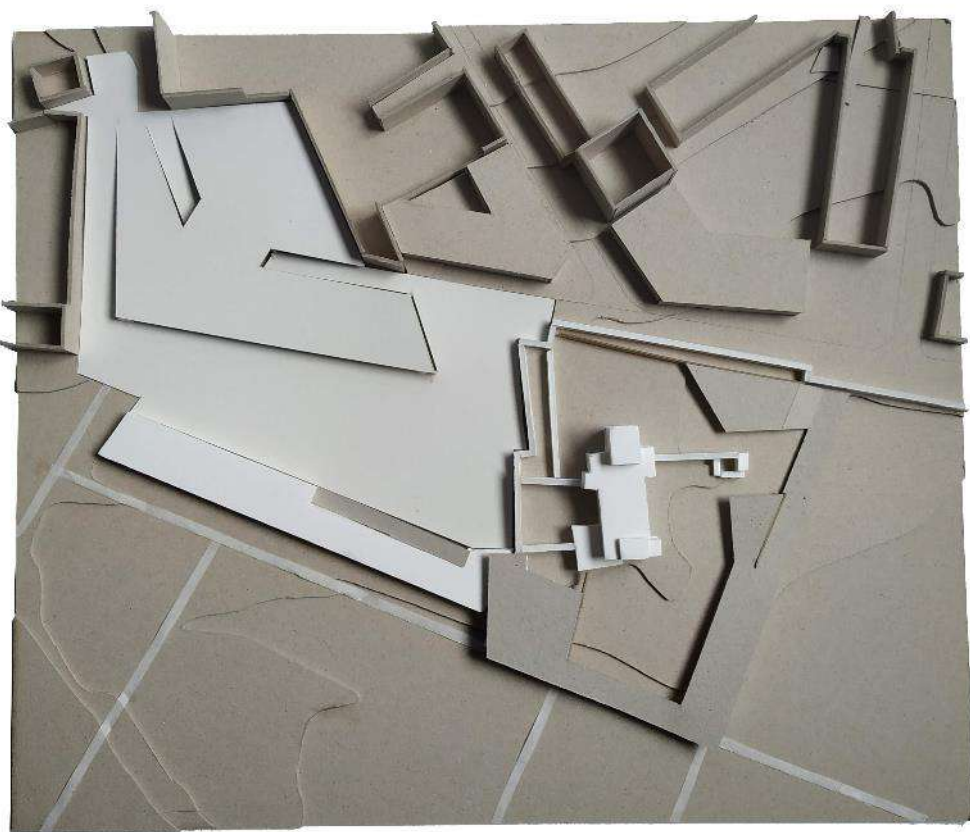
1/500

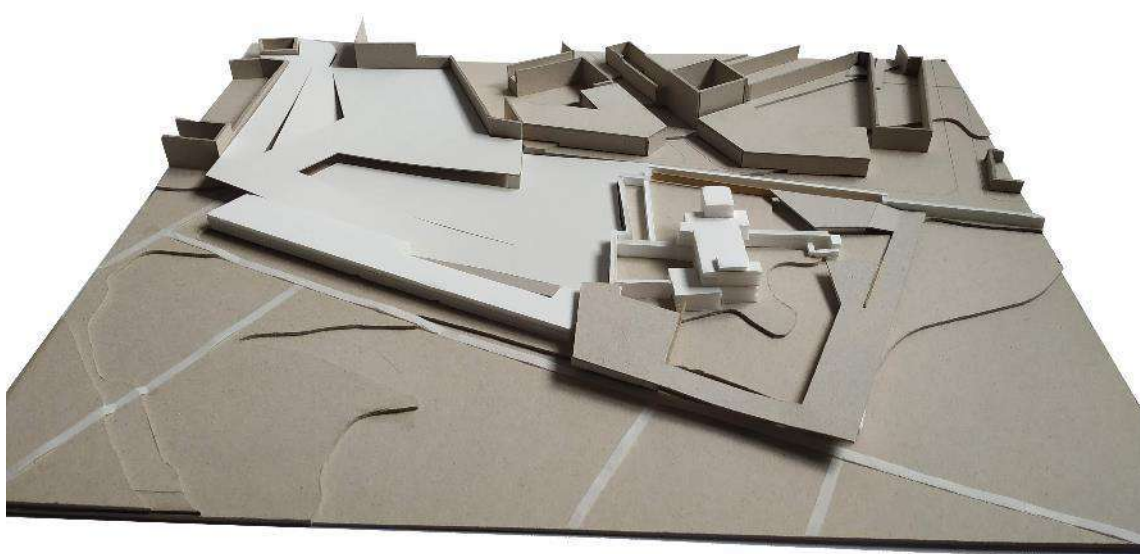




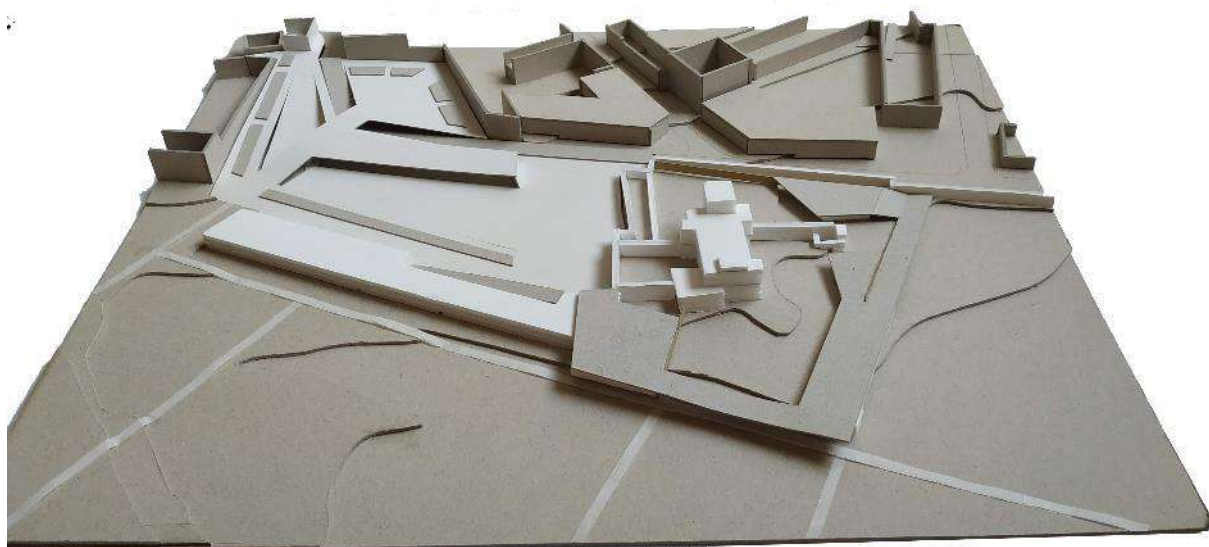
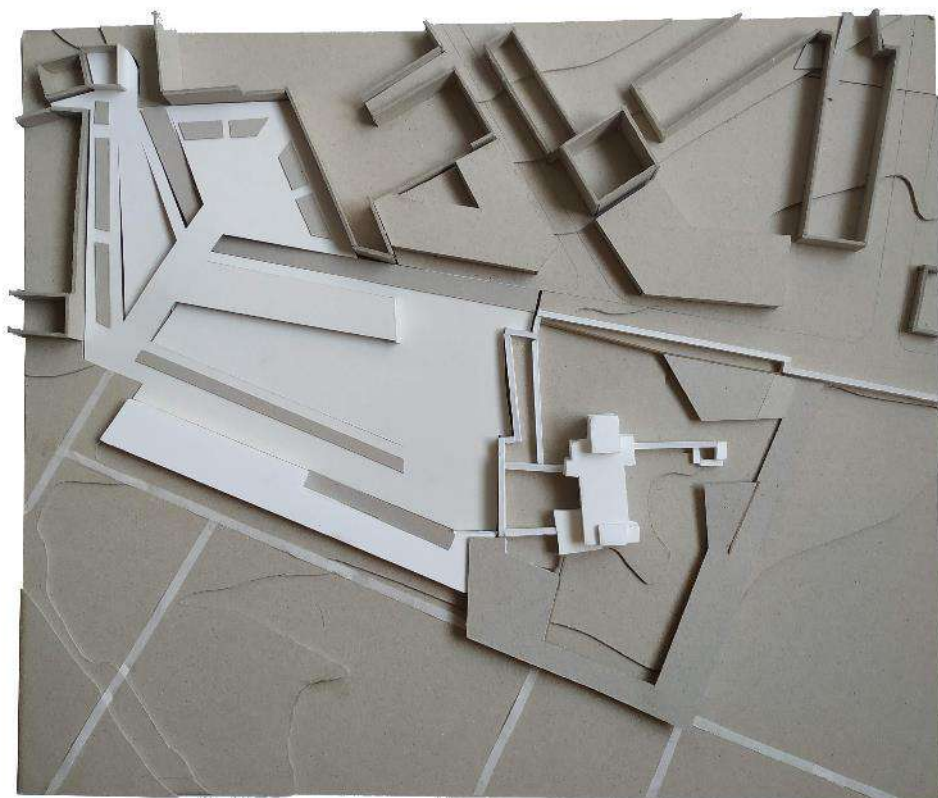


1/500

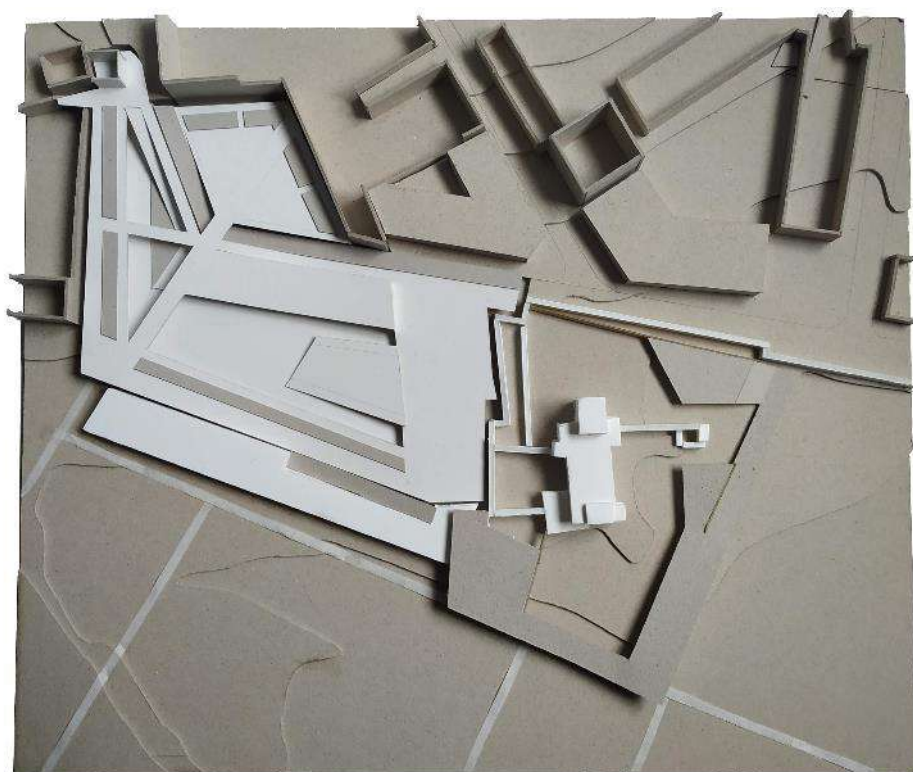




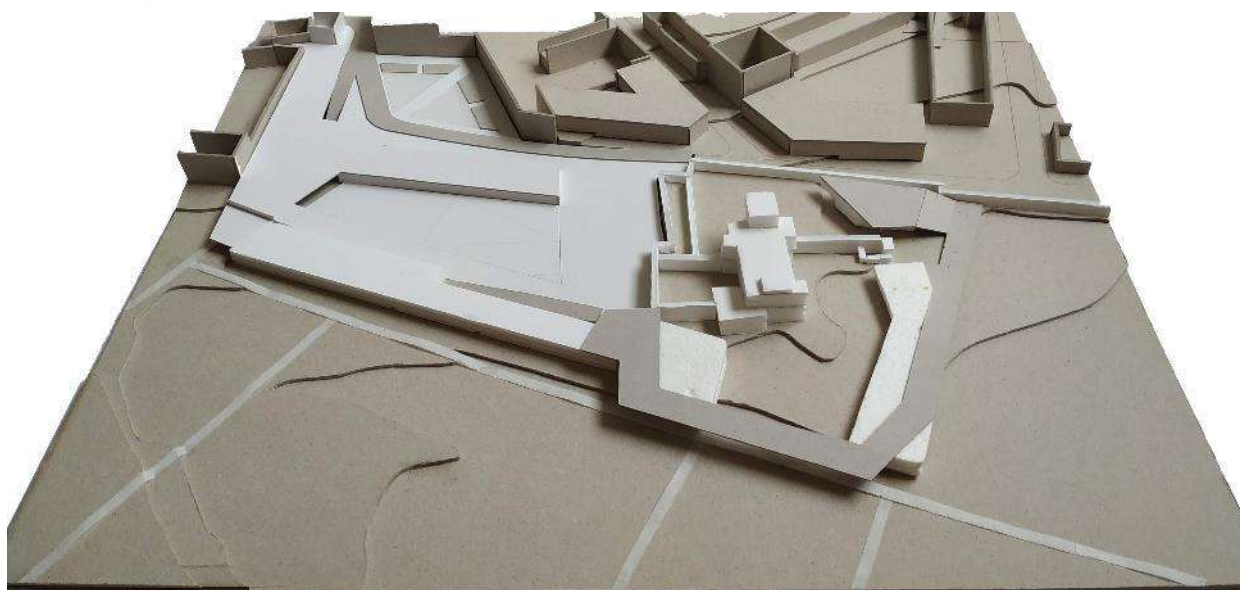
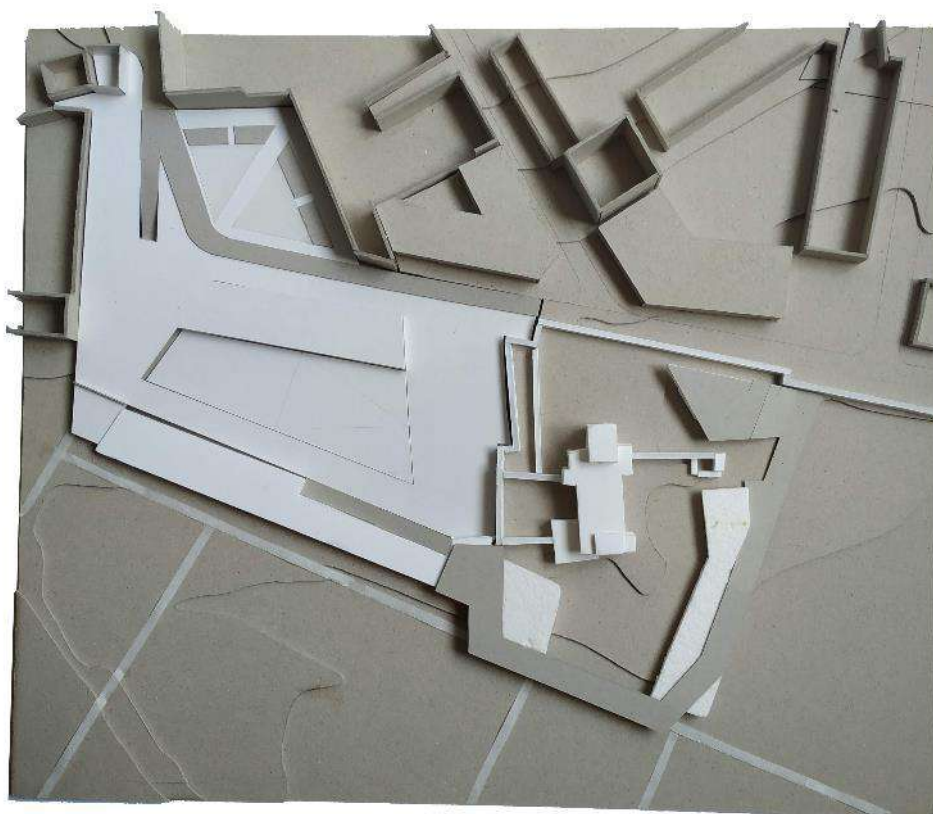
O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



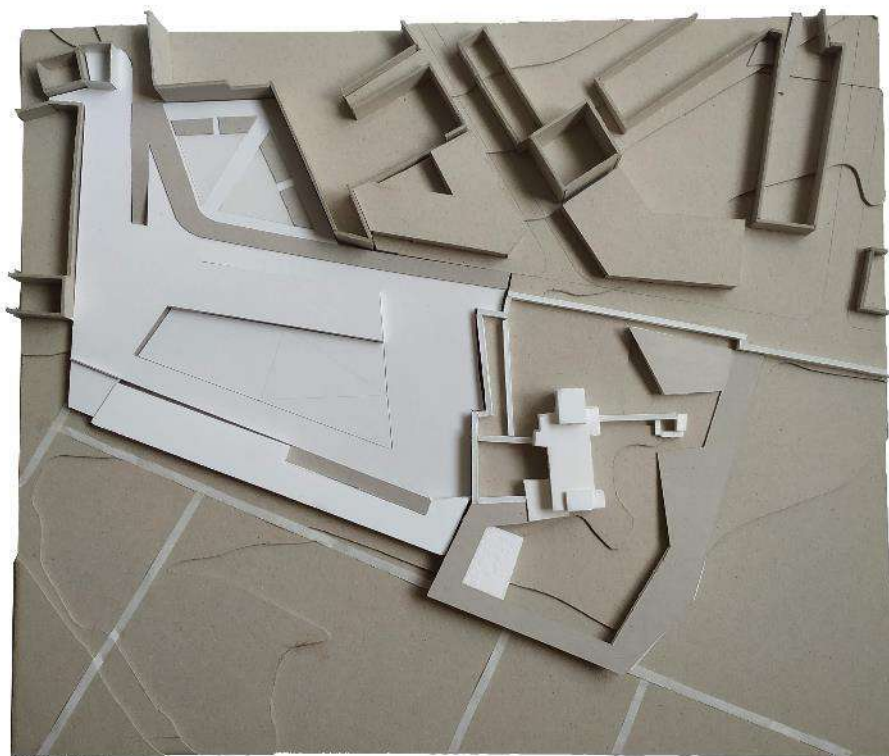




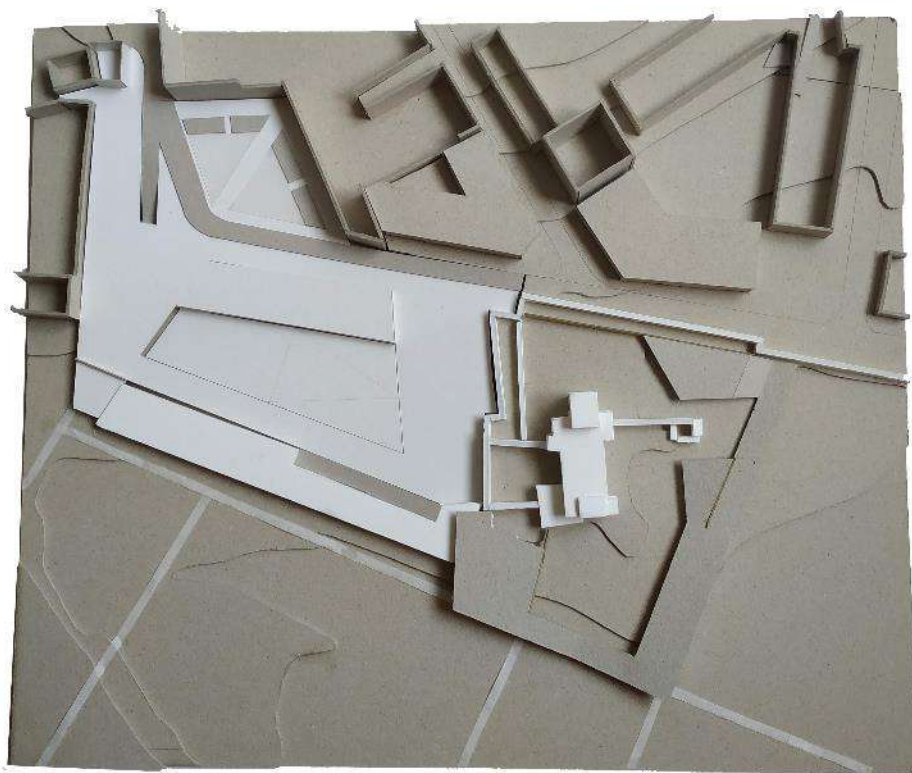
O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial





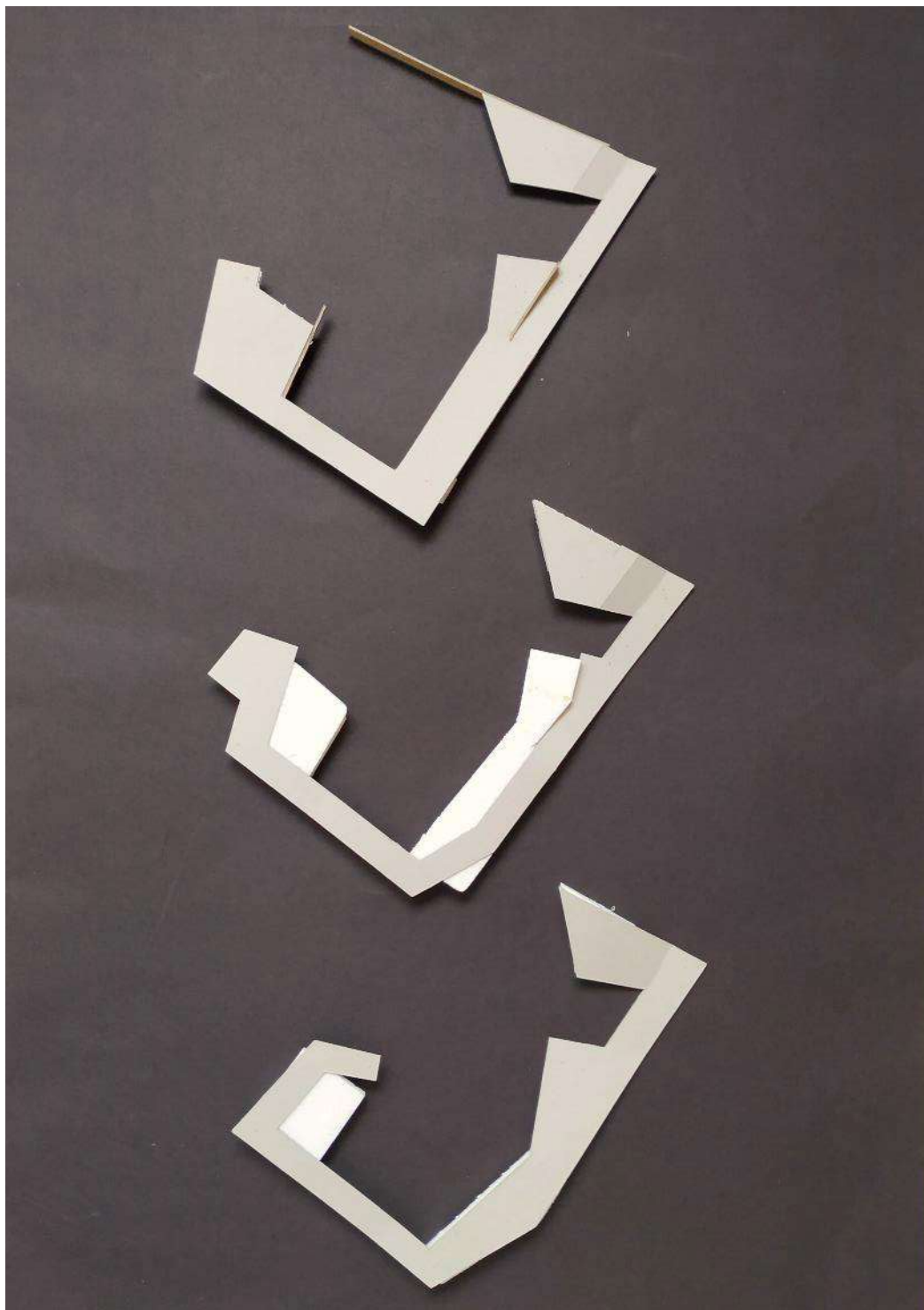


O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial

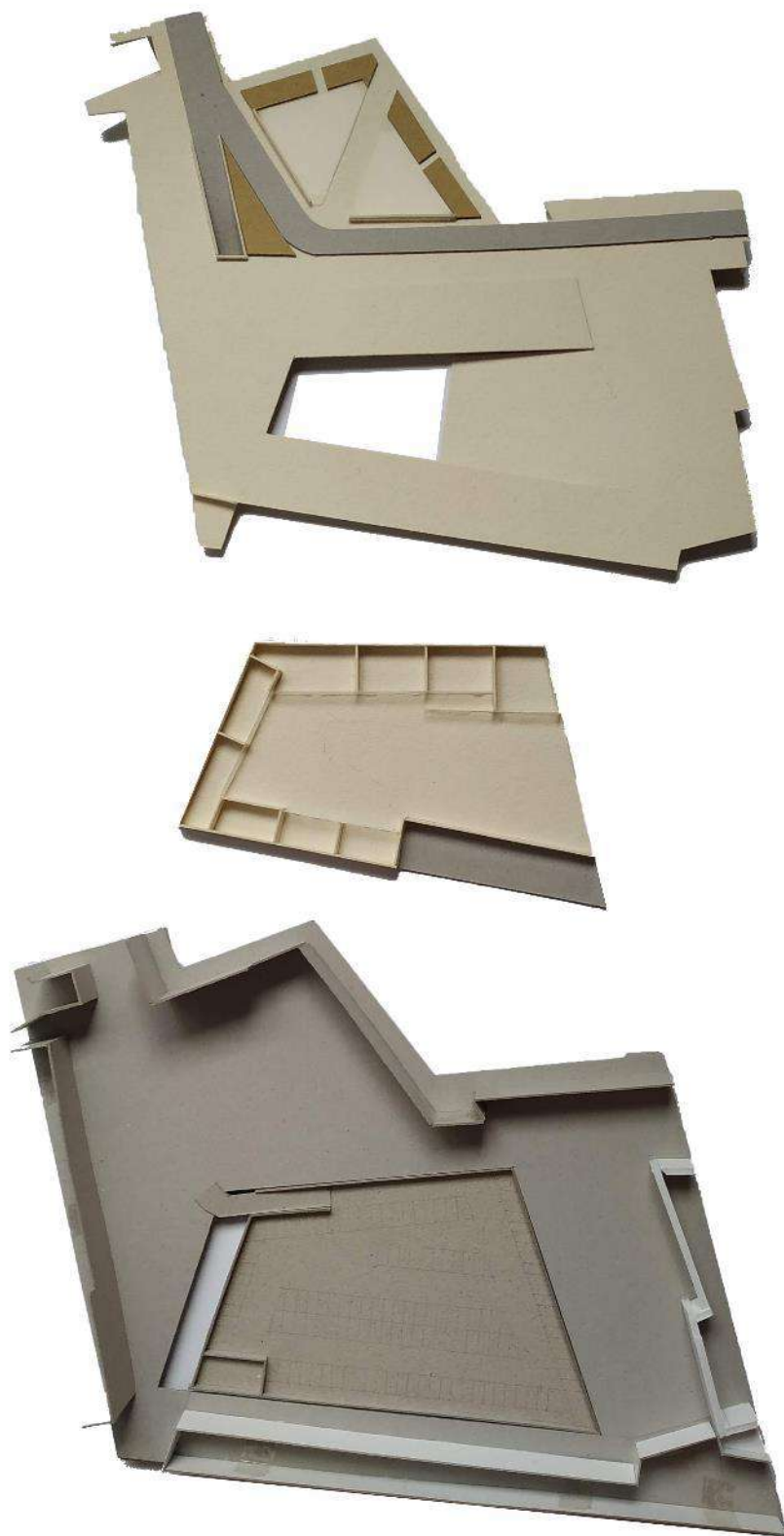




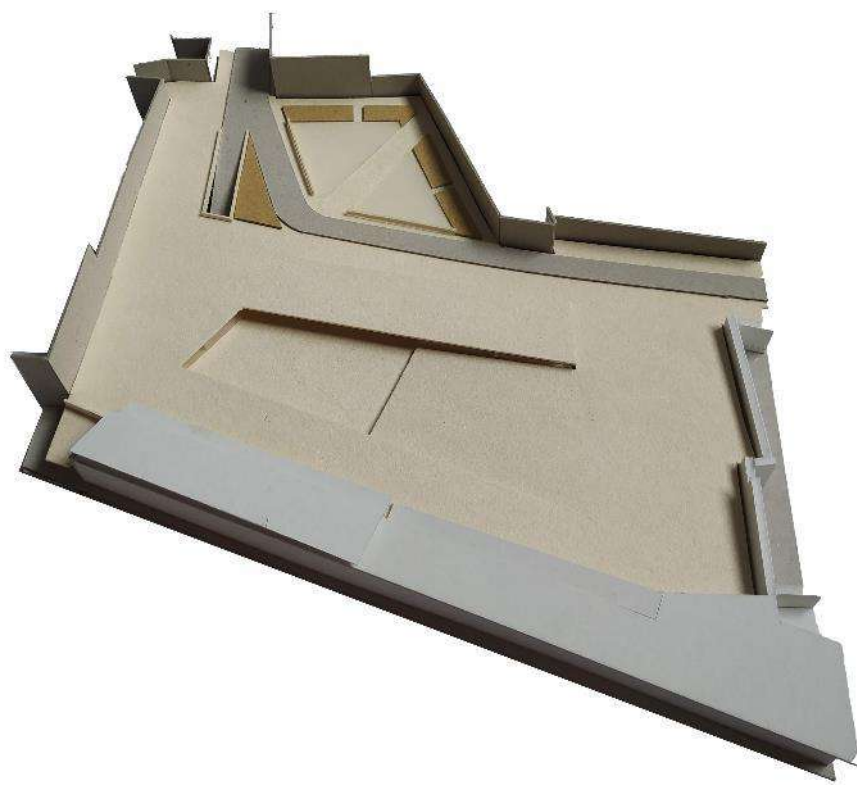




1/500



O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial





1/200



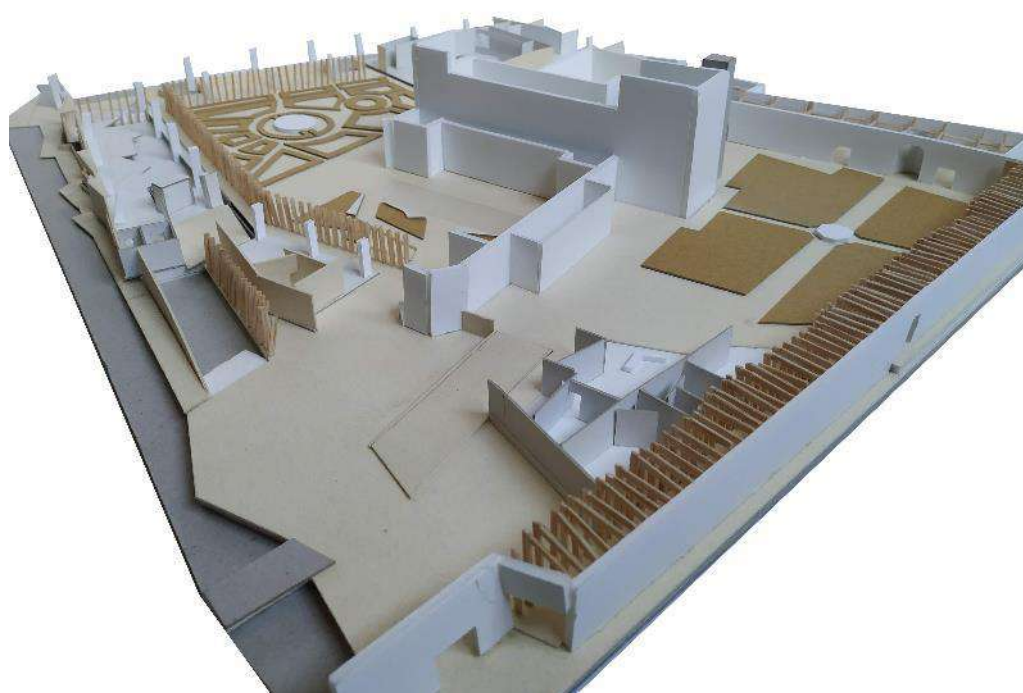
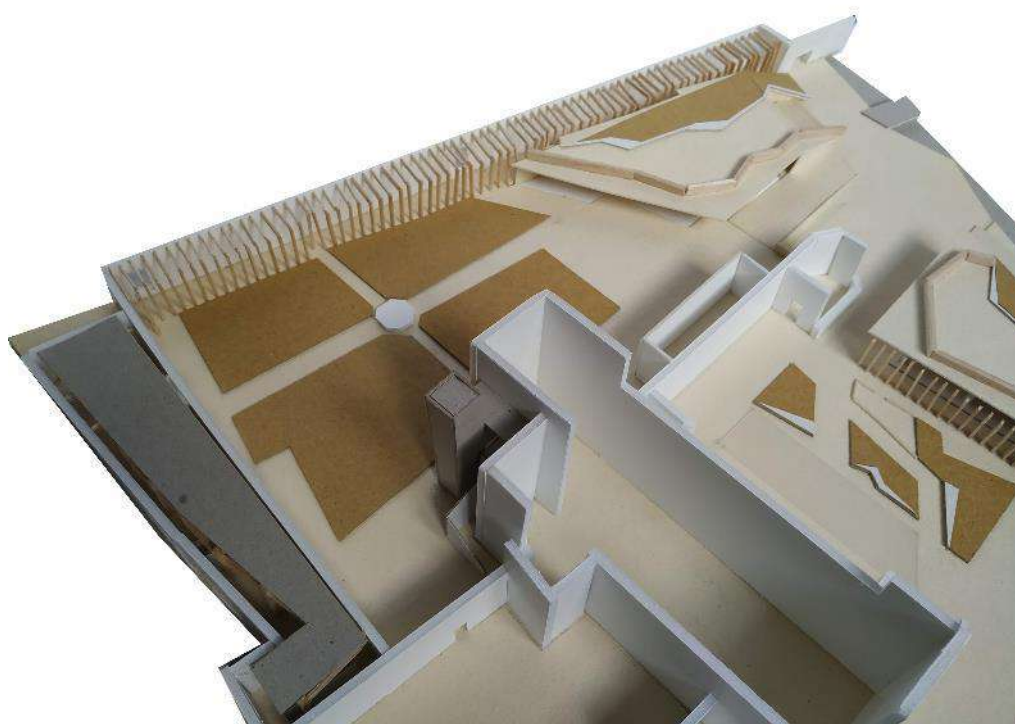
O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial





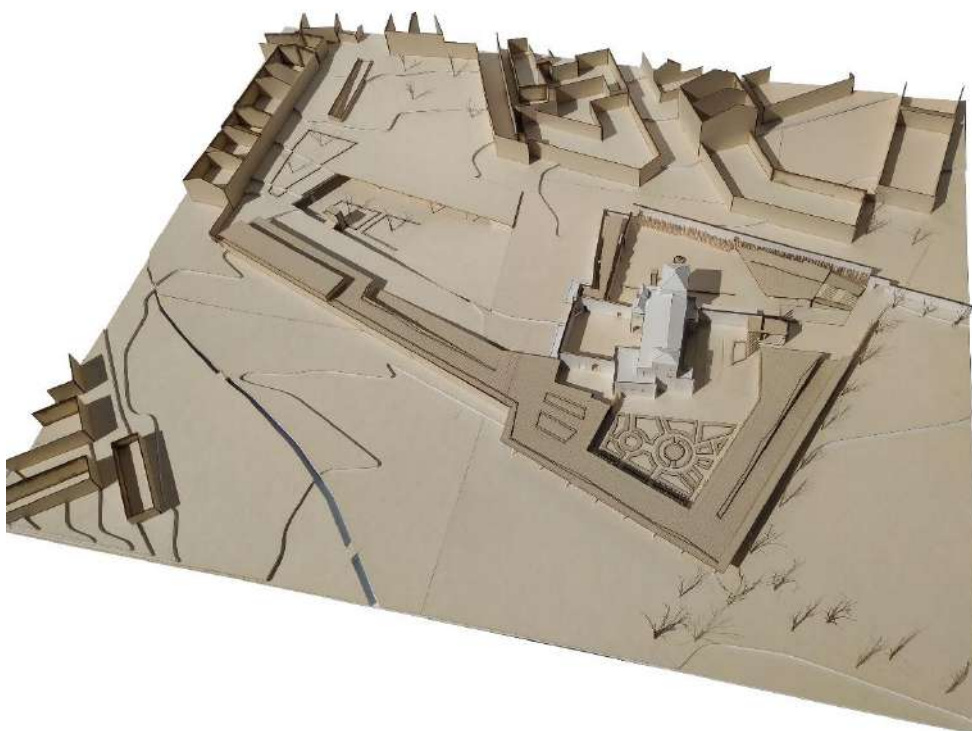


O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial

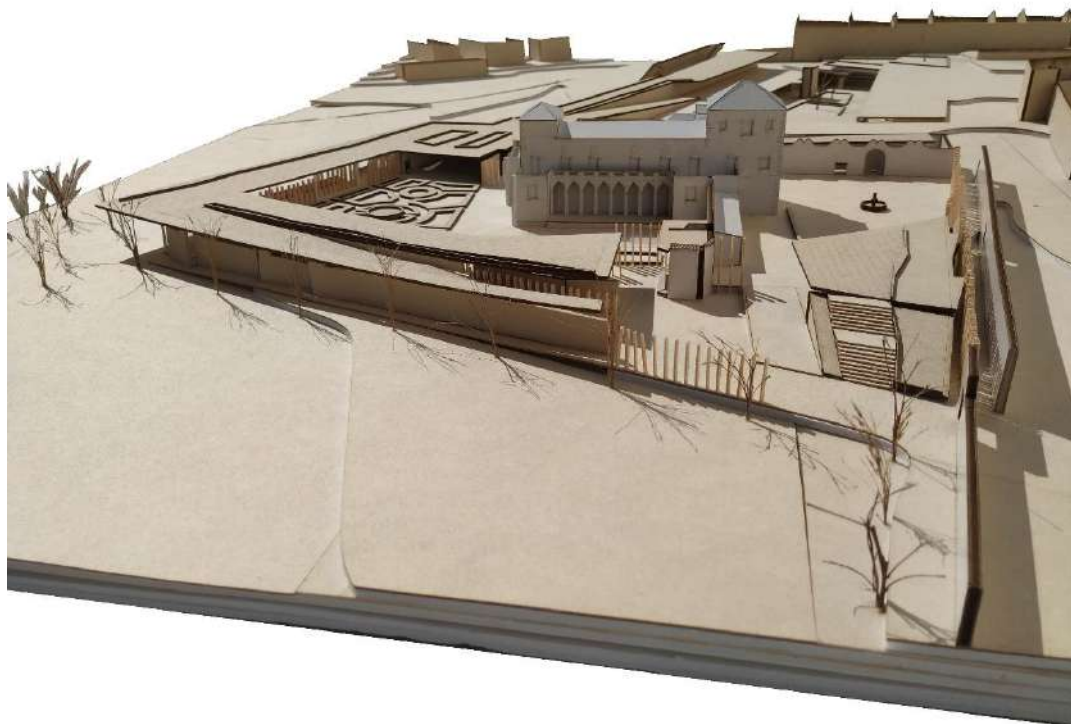




Maquete final 1/200



O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



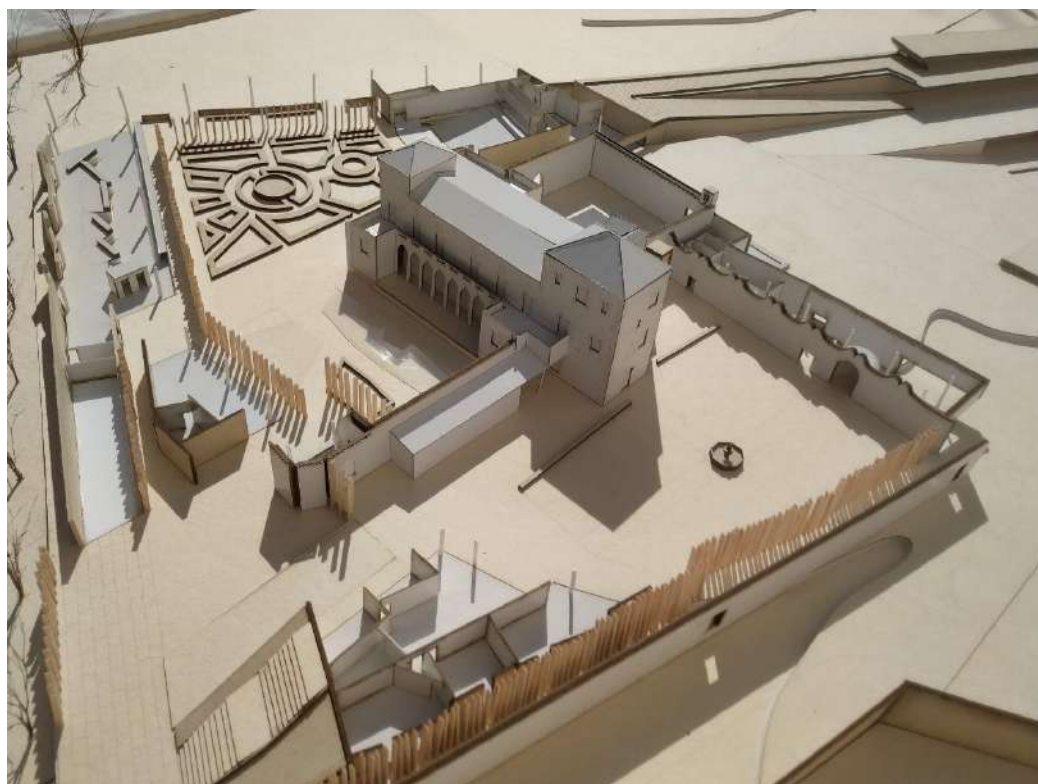




O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial



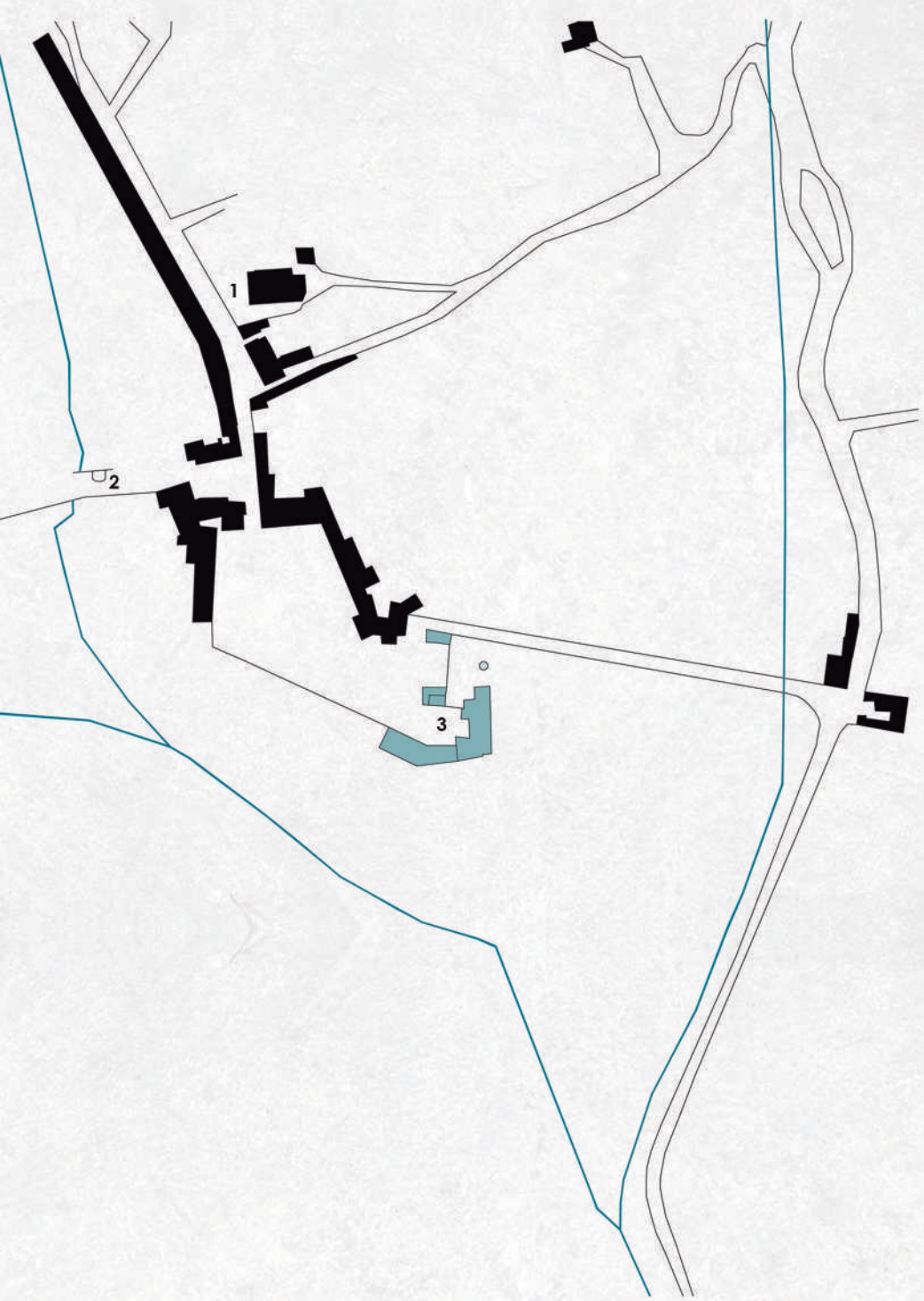




O Paço como ‘habitação simbólica’ hierarquizadora de um território na contemporaneidade  
O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial

### **Anexo III - Peças desenhadas**





1 | PLANTA DE BELAS EM 1800

1. Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia
2. Chafariz de Belas
3. Paço Real de Belas



2 | PLANTA DE BELAS EM 1830

1. Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia
2. Chafariz de Belas
3. Paço Real de Belas
4. Terreiro do Paço
5. Porta de cima do terreno do Paço
6. Porta de baixo do terreno do Paço
7. Fonte de Neptuno
8. Claustro
9. Ermida do Senhor da Serra
10. Obelisco



3 | PLANTA DE BELAS ACTUALMENTE

1. Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia
2. Chafariz de Belas
3. Paço Real de Belas
4. Praça 1 de D. João I (Antigo Terreiro do Paço)
5. Jardim Norte do Paço
6. Jardim Sul do Paço
7. Claustro
8. Ermida do Senhor da Serra
9. Obelisco



4 | PLANTA DE BELAS COM PROJECTO URBANO E ARQUITECTÓNICO

1. Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia
2. Chafariz de Belas
3. Paço Real de Belas
4. Praça 1 de D. João I (Antigo Terreiro do Paço)
5. Projecto Arquitectónico
6. Claustro
7. Ermida do Senhor da Serra
8. Obelisco







LEGENDA 1. Cemitério 2. Quinta Nova da Asinção 3. Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia 4. Chafariz de Belas 5. Palacete Martins 6. Praça da Oufuro - Projecto urbano 7. Paço Real de Belas 8. Entradas para o Paço Real de Belas/ Centro Cultural 9. Cascaço 10. Ermida do Senhor da Serra 11. Obelisco 12. Anjo Pedra dos Mouras 13. Xelaria 14. Anjo Monte Alardo 15. Entrada sul da Quinta Senhor da Serra 16. Ribeira de Belas 17. Ribeira de Belas 18. Rio Jamar

— Vias rápidas (A5) — Vias principais — Vias secundárias — Linhas da Quinta Senhor da Serra — Entrada da Quinta Senhor da Serra — Entrada principal para o Paço Real/ Centro cultural

